



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO E SISTEMAS - EPS/UFSC

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO AMBIENTAL

PROBLEMAS DA DEFINIÇÃO DE "CONFLITOS
AMBIENTAIS " EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO -
ESTUDO DE CASO : PLANO DE DESENVOLVIMENTO
DA PLANÍCIE ENTREMARES, NA PRAIA DO
CAMPECHE – ILHA DE SANTA CATARINA.

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do
Grau de Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas

JACENY MARIA REYNAUD

Florianópolis

2001

Jaceny Maria Reynaud

**PROBLEMAS DA DEFINIÇÃO DE "CONFLITOS
AMBIENTAIS" EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO -
ESTUDO DE CASO : PLANO DE DESENVOLVIMENTO
DA PLANÍCIE ENTREMARES, NA PRAIA DO
CAMPECHE – ILHA DE SANTA CATARINA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós –
Graduação em Engenharia de Produção e
Sistemas da Universidade Federal de Santa
Catarina – EPS / UFSC, como requisito para
a obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia de Produção, Área de
Concentração – Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva

FLORIANÓPOLIS

2001

Jaceny Maria Reynaud

**PROBLEMAS DA DEFINIÇÃO DE "CONFLITOS AMBIENTAIS " EM
PROJETOS DE URBANIZAÇÃO – ESTUDO DE CASO : O PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES, NA PRAIA DO
CAMPECHE – ILHA DE SANTA CATARINA.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Engenharia, especialidade em Engenharia de Produção, na Área de Gestão Ambiental e, aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós - Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina / EPS / UFSC



Prof. Ricardo Miranda Barcia, PhD

Coordenador do Programa de Pós - Graduação em Engenharia de Produção

Banca Examinadora:



Harrysson Luiz da Silva, Dr. – Orientador



Adriana de Medeiros, Dr. - Membro



Elaine Ferreira, Dr. - Membro

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós - Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas / EPS/ UFSC.

Ao Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva, meu orientador e amigo de longa data, por suas palavras de incentivo e carinho.

A banca examinadora pela gentileza de participarem dessa etapa, nessa pesquisa.

Ao Procurador Geral da Universidade Federal de Santa Catarina, Marco Aurélio Moreira e aos colegas da Procuradoria Geral da UFSC, pelo apoio.

À minhas filhas, Fernanda e Ana Carolina, que acreditaram incondicionalmente e cobraram a minha capacidade, todo o meu amor.

Aos meus pais e irmãos, pela força e carinho.

A equipe do Laboratório de Graduação – LABUFSC, pelo apoio.

Aos meus colegas de curso, pela troca de conhecimentos.

Ao Marcelo, amigo de última hora, pela dedicação na finalização dessa pesquisa.

Ao Maiko, meu amigo, que acreditou que mais essa etapa da minha vida seria vencida.

À Espiritualidade Maior pela Luz, à Joanna de Ângelis - um anjo protetor - a quem recorri em muitas horas, em busca de apoio ou de agradecimento e a todas as pessoas que me foram colocadas no caminho, minha fé e meu afeto.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	iii
EPÍGRAFE	iv
LISTA DE MAPAS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE ANEXOS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DO FENÔMENO DE INVESTIGAÇÃO	8
1.1 DEMARCAÇÃO DO NÍVEL DE INVESTIGAÇÃO DO FENÔMENO	8
1.2 IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE SERÃO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	12
1.3 OBJETIVO DA PESQUISA	13
1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.4 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL – O ESTADO DA ARTE SOBRE CONFLITOS AMBIENTAIS	14
1.5 CONFLITOS AMBIENTAIS	16
1.5.1 O QUE SÃO CONFLITOS AMBIENTAIS	16
1.5.2 ESTRUTURA DE UM CONFLITO AMBIENTAL	17
1.5.3 TIPOLOGIA DE CONFLITOS	18
1.5.4 VARIÁVEIS A SEREM CONSIDERADAS NA CLASSIFICAÇÃO DE CONFLITOS	21
1.5.5 TEMPORALIDADE NOS CONFLITOS	28
1.5.6 TAMANHO DOS CONFLITOS	29

1.5.7 POLARIZAÇÃO.....	30
1.5.8 DESAFIOS DE PROCEDIMENTO	31
1.5.9 ABORDAGENS	32
1.6 METODOLOGIA ADOTADA PARA INVESTIGAÇÃO – O MAPEAMENTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS.....	34
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA PLANÍCIE ENTREMARES.....	38
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES.....	39
CAPÍTULO III – PROCESSO DE CONFRONTAÇÃO IPUF x COMUNIDADES.....	49
3.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES	51
3.2 “DOSSIÊ CAMPECHE”	68
3.2.1 PERSPECTIVAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES ELABORADO PELO IPUF	74
3.2.2 OBJETIVOS DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES ELABORADO PELO IPUF.....	85
3.2.3 PROPOSTA DE ZONEAMENTO E USO DO SOLO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES ELABORADO PELO IPUF	86
3.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES NO PLANO COMUNITÁRIO	94
3.3.1 PERSPECTIVAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES ELABORADO PELAS COMUNIDADES LOCAIS	95
3.3.2 OBJETIVOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES ELABORADO PELAS COMUNIDADES LOCAIS	100
3.3.3 PROPOSTA DE ZONEAMENTO E USO DO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES ELABORADO PELAS COMUNIDADES LOCAIS	103
3.3.4 CRÍTICAS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS, AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES ELABORADO PELO IPUF	121
3.4 RESPOSTA DO IPUF ÀS CRÍTICAS AO SEU PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES, MANIFESTADAS PELAS COMUNIDADES.....	124

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS	127
4.1 - GRÁFICO I, PORCENTAGEM DE RESPOSTAS OBTIDAS	130
4.2 – ANÁLISE DO GRÁFICO.....	131
4.2.1 – CONFLITO ESTRUTURAIS – QUESTÕES 1 A 3	131
4.2.2 – CONFLITOS OBJETIVOS – QUESTÕES 4 E 5	133
4.2.3 – CONFLITOS DE COMUNICAÇÃO – QUESTÕES 6 A 9	134
4.2.4 – CONSTATAÇÃO DOS FATOS – QUESTÕES 10 E 11	136
4.2.5 – ENCAMINHAMENTO DE PROCEDIMENTO – QUESTÕES 12 A 15.....	138
4.2.6 – FORÇA – QUESTÕES 16 A 21	140
4.2.7 – SISTEMAS INTEGRATIVOS – QUESTÕES 22 A 25	143
4.2.8 – INTERCÂMBIO – QUESTÕES 26 A 29	145
4.3 – ANÁLISE DO GRÁFICO III, QUE TRATA DO TEMPO DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS.....	147
4.4 – ANÁLISE DO GRÁFICO IV, QUE É O GRÁFICO SÍNTESE DO COMPORTAMENTO DO CONFLITO AMBIENTAL PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES.....	149
CONCLUSÕES	151
RECOMENDAÇÕES	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
ANEXOS	161

LISTA DE MAPAS

MAPA III – Região da Planície Entremares	50
MAPA IV – PLC 079, área em que será instalado um Parque Tecnológico	57
MAPA V – PLC 117, Região da Moenda, nas proximidades do Trevo do Erasmo	58
MAPA VI – PLC 118, Região do Campeche Sul e Lagoa da Chica.	59
MAPA VII – PLC 119, Região do Sertão do Rio Tavares	60
MAPA VIII – PLC 121, Região do Morrote	61
MAPA IX – PLC 122, Região do Campeche Norte.	62
MAPA X – PLC 123, Região do Morro das Pedras	63
MAPA XI – PLC 124, Região da Lagoa Pequena	64
MAPA XII – PLC 125, Região do Porto da Lagoa	65
MAPA XIII – PLC 126, Região da Tapera	66
MAPA XIV – PLC 127, Região do Rio Tavares	67

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Diagnóstico das Condições do Solo da Planície Entremares	105
Figura II – Plano Substitutivo da Comunidade da Planície do Campeche	106
Figura III – Região do Parque Tecnológico	107
Figura IV – Região da Moenda	108
Figura V – Região do Campeche Sul	109
Figura VI – Região do Sertão do Rio Tavares	110
Figura VII – Região do Morro do Lampião	111
Figura VIII – Região do Morrote	112
Figura IX – Região Principal do Campeche	113
Figura X – Região do Morro das Pedras	114
Figura XI – Região do Campeche Norte	115
Figura XII – Região do Porto da Lagoa	116
Figura XIII – Região do Rio Tavares Norte	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I , Porcentagem de respostas obtidas	130
Gráfico II, da Tipologia dos Conflitos	132
Gráfico III, Tempo de duração do conflito	147
Gráfico IV , Síntese do Comportamento do Conflito Ambiental para a implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares	148

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - MAPA I, Divisão Físico- Político do Município de Florianópolis / SC – IPUF

Anexo II - MAPA II, Mapa Fisiográfico da Planície Entremares

Anexo III - Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF

Anexo IV - Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares elaborado pelas comunidades locais da Região Entremares

Anexo V - “Dossiê Campeche”

Anexo VI - Resposta do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF ao “Dossiê Campeche”

Anexo VII - Tabela sobre decisões tomadas pelo IPUF e questionamentos das comunidades envolvidas

Anexo VIII - Ofício nº Ofício n.º 2026/01, de 04 de Setembro de 2001, enviado ao Sr. Carlos Alberto Riederer, Diretor Presidente do IPUF, pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores

Anexo IX - Correspondência explicativa anexada ao questionário de pesquisa para dissertação

Anexo X - Questionário enviado pela internet para clientela pesquisada

Anexo XI – Lista de Siglas utilizadas nos mapas e figuras representativas da Dissertação

RESUMO

REYNAUD, Jaceny Maria. Problemas da Definição de "Conflitos Ambientais " em Projetos de Urbanização – Estudo de Caso: O Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, na Praia do Campeche – Ilha de Santa Catarina – Brasil. 2001. 164p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção – Programa em Pós – Graduação em Engenharia de Produção. UFSC. 2001.

Introdução: Desenvolver-se-á um processo de investigação científica, considerando o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, que insere, a Praia do Campeche, nosso objeto de investigação, sendo esta, uma das principais localidades da região da Planície Entremares.

Objetivo: Identificar a existência de conflitos para a implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e a sua não aceitação pelas comunidades locais, além de sua respectiva caracterização.

Metodologia: A fundamentação conceitual adotada está inserida em estudos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas em Conflitos, da Universidade do Colorado – EUA. A metodologia de investigação fundamentar-se-á no mapeamento das tipologias de conflitos das partes envolvidas e na classificação atribuída pelas mesmas, aos objetivos dos conflitos do qual fazem parte.

Resultados: Os conflitos mais relevantes, inseridos no mapeamento da Tipologia dos Conflitos, em termos percentuais, foram os de *Comunicação*, *Encaminhamento de Procedimentos e Força*, reforçando-se assim, os objetivos e os problemas da pesquisa.

Conclusão: O conflito relativo ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, encontra-se ainda não objetivado pelas partes envolvidas, pois possuem inconsistências técnicas reveladas pelas partes entre si, que de sobremaneira se sustentam na autoridade moral e política de seus representantes, caracterizando o conflito de longo prazo.

ABSTRACT

REYNAUD. Jaceny Maria. Problems of Environmental Conflicts definition in Urbanization Projects – Case Study Development Plan of Entremares plain, in Campeche Beach – Santa Catarina island – Brazil 2001 150p. Dissertation (post-Graduation Program in Production Engineering UFSC 2001).

Introduction: We attempt to develop a scientific investigation process, Considering Development Plan of Entremares Plain where Campeche Beach which is our research object is included.

Objective: To Verify if identifying variables of environmental conflicts by parts makes difficult to solve them and to implant a development plan for Entremares Region.

Methodology: Adopted concept base is included in studies developed by Conflicts Research Center, of Colorado University, USA. Research methodology will be based in organization of parts conflict typologies and in classification of conflicts of conflicts objectives of which they are part.

Results: Through adopted concept base and methodology, presenting analysis of questions related to models of organization, analysis, implementation, theory and practice of environmental conflicts managing, we verify that conflict is presented as relative for parts.

Relating with theoretical base, we verify that in operational questions, referred institution does not agree in appearing at this research. Then, we consider as rejected those that did not answered the questions.

Conclusion: Conflict related to Development Plan of Entremares Plain is not the objective yet, for involved parts. That is reflected in the results of its variables, as Communication, Procedures planning, and Power. Development Plan of Entremares Plain from IPUF, as well as Common Plan have technical inconsistencies Shown by parts, and they are excessively supported by representative agents moral and political authority. Then, conflict becomes a long term one and it is in definition process.

1. INTRODUÇÃO

A resolução de conflitos não é um fenômeno novo, em nível internacional. No Brasil, no entanto, este processo ainda não atingiu a maturidade necessária, nem a devida institucionalização e reconhecimento por muitos segmentos da sociedade, devido a ausência de um processo de democratização das decisões.

Mesmo assim, é cada vez mais crescente, a necessidade de metodologias e procedimentos sistematizados, para orientar a busca de soluções, em questões que tenham “por pano de fundo”, os conflitos ambientais e onde haja o envolvimento de instituições públicas, instituições privadas, estatais, comunidades locais, organizações - não - governamentais, entre outros setores.

Organizações Não - Governamentais - ONG's, são definidas como entidades sem fins lucrativos e com objetivos específicos em áreas de atuação, como ambiental, de direitos humanos, em defesa dos animais e outros. São denominadas também, de Terceiro Setor, isto é, o conjunto de organizações da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos que realizam atividades em prol do bem comum, como as organizações da sociedade civil de interesse público (Diário Catarinense, 2001: 4).

Os maiores problemas enfrentados para se iniciar um processo de resolução de conflitos, é a identificação precisa da existência de conflitos objetivos, entre as partes envolvidas. Sem a identificação precisa do seu caráter existencial, no tempo e no espaço, é impossível se estabelecer um processo de negociação, e o conseqüente desfecho de uma solução, acordada entre estas mesmas partes.

Na presente dissertação, verificaremos que a implantação do Plano Diretor para Florianópolis, elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis -

IPUF, e o seu subsequente desdobramento, têm causado transtornos, em várias esferas públicas e privadas, os quais vêm promovendo conflitos ambientais.

Aqui, torna-se importante uma breve definição do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF¹ e qual é o papel que o mesmo exerce junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis, para que haja uma maior compreensão do seu envolvimento, nesta dissertação.

A seguir, elaboraremos uma retrospectiva histórica do Plano Diretor do Município de Florianópolis e de sua tentativa de implantação.

Segundo Sugai (Dissertação de Mestrado em Arquitetura / UFSC, 1994), o primeiro esboço de Planejamento Urbano em Florianópolis aconteceu em 1954, quando havia preocupação em desenvolver a cidade, “visivelmente atrasada”, em relação às outras capitais.

Na época pretendia-se implantar um porto industrial no Estreito e um aterro insular para uma nova rede viária entre a Ilha e o Continente. Nesse Plano, o gabarito máximo permitido dos prédios da Beira – Mar Norte era de oito andares.

No final da década de 50, após muitas divergências sobre o local ideal, foi instalado na Trindade, o Campus Universitário, que resultou no crescimento desordenado do referido bairro a partir da década de 60, causando graves problemas de

¹ O Instituto de Planejamento de Florianópolis - IPUF, foi criado em 1977 e possui várias finalidades, dentre as quais destacam-se promoção de estudos e pesquisas para o planejamento integrado do Município, elaboração de ante-projetos de lei, propor medidas administrativas que possam repercutir no planejamento ou no crescimento ordenado do Município, função de controle e avaliação do uso do solo do Município, além de exercer a função de órgão central do Sistema de Planejamento do Município de Florianópolis (Lei Municipal 1494/77, artº 1º).

infra-estrutura que permanecem até a atualidade.

Em 1976, foi aprovado o primeiro Plano Diretor do Município de Florianópolis, que tem servido de referência para todos os planos diretores elaborados sobre o município posteriormente. O projeto do Plano Diretor do Município de Florianópolis, foi iniciado em 1969, após o governo federal decretar que somente cidades com planejamento urbano oficial receberiam recursos. Fazia parte da ideologia de desenvolvimento e integração nacional que o regime militar procurou implantar.

Segundo a versão do Plano Diretor do IPUF, a expansão urbana deveria ser direcionada para o sul da Ilha, com recomendações de que a cidade deveria se expandir , também para o Continente, em direção à BR – 101; mas, foi para o norte que a cidade acabou crescendo, tendo como justificativa, interesses da elite dominante na época que alteraram os Planos. Empresários teriam comprado terrenos na região norte da Ilha (Canasvieiras, Jurerê, Ingleses) e alterado o Plano para obterem benefícios e a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina e a formação do Bairro da Trindade, foram essenciais para esse redirecionamento. (Jornal ZERO, 1999 : 7).

Para Sugai (Dissertação de Mestrado em Arquitetura / UFSC, 1994), o governo federal destinou recursos valiosos para a construção da Via Expressa Sul e para a construção do Aterro da Baía Sul e alargamento da Avenida Beira – Mar Norte, que ligariam o Aeroporto Hercílio Luz , o Centro, a Universidade Federal e o norte da Ilha. Após algumas emendas, o investimento passou todo para a segunda obra que, iniciada em 1978, teve um custo muito maior. A largura da pista que de início seria de vinte e cinco metros, foi ampliada para quarenta e três metros, chegando a atingir em alguns pontos cento e sete metros de extensão.

O Plano Diretor de 1976, que inicialmente abrangia a região da Grande Florianópolis, foi se restringindo à Capital e tornou-se apenas um plano viário. Foram concluídas as obras da BR – 101, a Ponte Colombo Salles e a SC – 401. Isto fazia parte do esquema do “milagre econômico”, ou seja, investir maciçamente nas rodovias, pois a indústria automobilística era a que mais crescia no Brasil.

Várias construções históricas, como o Trapiche Municipal, onde se localizava o lendário Bar Miramar – um marco de referência para a Ilha e que no seu local atualmente está instalada a Praça Fernando Machado, onde a Prefeitura Municipal construiu uma réplica estilizada do Bar Miramar original - foram derrubadas sem critérios para a construção destas vias. A comunidade chegou a organizar-se para participar das decisões, mas suas sugestões aparentemente não foram nem ouvidas pelos planejadores.

Uma das maiores mudanças ocorridas na cidade foi a construção do Aterro da Baía Sul, no início da década de 70, com trezentos e setenta e dois mil metros quadrados, e a obra serviria para receber as vias de contorno da segunda ponte e a Via Expressa Sul; sendo que, com a construção do Aterro, ocorreu o afastamento do centro da cidade do mar, o que passou a causar várias inundações na cidade, ao serem obstruídas as galerias pluviais da região. Cinco anos, após o término das obras, o Aterro da Baía Sul, ainda encontrava-se abandonado.

O Plano Diretor de 1976, prometia um parque arborizado, com mais de mil vagas para estacionamento, quadras esportivas e cerca de cem metros quadrados de área comercial. A única obra concretizada, entretanto, foi o Terminal Rodoviário Rita Maria, que originalmente deveria ser construído no Continente.

Atualmente o que se tem instalado no Aterro da Baía Sul, são: o Sambódromo “Nego Quirido”, um Centro de Convenções, Estação de Tratamento de Esgotos, Camelódromo e um local para venda de hortifrutigranjeiros instalado pela Prefeitura Municipal (Cestão do Povo).

Com a Estação de Tratamento de Esgotos inacabada, continuam a existir sérios problemas de infra – estrutura em toda Florianópolis: escoamento de esgoto, abastecimento de água, coleta de lixo, entre outros. Na década de 80, foram elaborados um Plano Diretor Específico para o Bairro da Trindade (1982) e o Plano Diretor dos Balneários (1985), que pretendiam regulamentar a ocupação do Bairro Universitário e do Norte da Ilha, no entanto, ambos não foram muito além do loteamento dessas regiões. (Jornal ZERO, 1999: 7).

O *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares* – que a priori denominava-se Plano de Desenvolvimento do Campeche / PDC - objetiva disciplinar o uso e ocupação do solo de uma vasta região da parte insular do Município de Florianópolis, que corresponde a aproximadamente cinquenta e cinco quilômetros quadrados, sendo que estas questões encontram-se em fase de negociação. Isto se dá, em função da dificuldade de reconhecimento das partes entre si, dos seus objetivos e dos reais destinos da região envolvida no Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares - objeto de investigação desta pesquisa.

Nesta perspectiva, a identificação das partes e dos seus objetivos em termos de conflitos ambientais, é uma necessidade para o devido encaminhamento das soluções, com possibilidades de monitoramento posterior.

Pode-se inferir, que a não identificação das partes e de seus objetivos, num

conflito, tornará toda intervenção no Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, uma ação sem controle de resultados.

Por sua vez, o acesso a estas informações - por estarem estruturados de modo desigual - proporcionam conflitos locais, em face do conjunto de interesses envolvidos (Jornal ZERO, 1999: 8/9).

Para tornar a proposta de pesquisa exequível, organizou-se a mesma em quatro capítulos:

No Capítulo I, realizamos a Demarcação do Fenômeno, a partir do conjunto de ocorrências objetivas: verificaremos a demarcação do nível de investigação do fenômeno, a identificação das variáveis do problema da pesquisa, os objetivos e o desenvolvimento das hipóteses. A fundamentação teórica, utilizada segue a orientação do Centro de Pesquisas em Conflitos, da Universidade do Colorado/EUA.

A metodologia de investigação, utilizará o mapeamento de dados dos conflitos coletados através de entrevistas, via Internet, e enviados para as partes envolvidas no fenômeno estudado.

No Capítulo II, descreveremos a Caracterização do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, elaborado pelo Instituto de Planejamento de Florianópolis /IPUF, através da localização, descrição física atualizada da região em litígio, as consequências da ocupação urbana desordenada e a falta de critérios para o uso do solo.

No Capítulo III, descreveremos o Processo de Confrontação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, em versão elaborada pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF e, a versão elaborada pelas comunidades locais, o qual foi denominado de "Plano Comunitário".

No Capítulo IV, faremos a análise dos dados coletados e tabulados, através dos questionários (em torno de cinquenta questionários) - enviados pela Internet, para as partes e setores selecionados, ou seja, a seleção foi elaborada entre os órgãos que tiveram um número maior de citações em documentação consultada – à respeito das questões pertinentes ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, a existência ou não de conflitos, entre as partes e a provável identificação da sua tipologia.

As notações gráficas utilizadas nesta pesquisa estão convencionadas da seguinte forma:

- ◆ A digitação das expressões utilizadas em letras maiúsculas, corresponde às iniciais de sua denominação. Exemplo: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF.
- ◆ Sempre que houver referência ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, utilizaremos a expressão Plano.
- ◆ A digitação da expressão “comunidades locais”, será a referência das comunidades da Região da Planície Entremares, envolvidas na implantação de um Plano Diretor para a área em litígio.
- ◆ A digitação incluindo () tem por objetivos esclarecer para o leitor, que o item ou termos usados são de outros autores.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DO FENÔMENO DE INVESTIGAÇÃO

1.1 A DEMARCAÇÃO DO NÍVEL DE INVESTIGAÇÃO DO FENÔMENO

A demarcação do nível de investigação do fenômeno analisado partiu de pesquisa realizada na Disciplina: Mediação e Arbitragem em Meio Ambiente, no Trimestre 99.3, oferecida pelo Programa de Pós – Graduação de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Naquela ocasião, desenvolveram-se atividades de pesquisa relacionadas ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, onde a Praia do Campeche, foi o objeto de investigação. Desde então, os mestrandos – matriculados na referida disciplina - envolveram-se diretamente com esta pesquisa, verificando objetivamente, o conjunto de ocorrências que definem este fenômeno.

Convém ressaltar, que em face da escassez de bibliografia sobre Resolução de Conflitos Ambientais, em língua portuguesa, utilizou-se como referências os textos, cedidos sob licença do Centro de Pesquisa em Conflitos, da Universidade do Colorado/EUA; já que na legislação brasileira ocorre só há a existência da *Lei 9307, de 23/09/1996, da Presidência da República, “ que dispõe sobre a arbitragem para bens patrimoniais disponíveis”*, o que não é o caso do Meio Ambiente.

É de relevância observar que, algumas iniciativas nessa direção vem sendo tomadas, conforme poderemos vislumbrar a seguir:

“(...) o Rio de Janeiro será a primeira cidade do país a ter um Tribunal Arbitral de Justiça Ambiental. A entidade , que estará funcionando a partir de outubro, do corrente ano, contará com uma equipe de juízes e peritos especializados em diversas áreas do meio ambiente. A finalidade é solucionar conflitos existentes entre entidades, pessoas físicas e jurídicas. Segundo o futuro presidente do Tribunal, juiz Alfredo Rodrigues, essa é uma área que não está estruturada no Brasil. Por isso a preocupação é ter um grupo bem montado, que tenha condições de dar laudos técnicos que sejam reconhecidos, esclarecendo ainda que, o Tribunal não é um órgão fiscalizador e sim de conciliação. O Tribunal Arbitral é um caminho para apressar soluções de questões que podem se tornar irreversíveis com o passar do tempo. As partes envolvidas têm que assinar um documento no qual se comprometem a obedecer o que ficar acertado no Tribunal, que para tanto, terá um cartório funcionando no local para dar rapidez à emissão de documentos.” (Fonte: Jornal O Estado de São Paulo – Setembro de 2001)

Estas iniciativas reforçam a necessidade de que a mediação na área ambiental é imprescindível, tanto para as partes envolvidas nos conflitos, quanto para o Ministério

Público, cumprir suas atribuições constitucionais.

O conjunto de ocorrências objetivas que definem o objeto de investigação desta pesquisa são os seguintes:

- ◆ O IPUF, em face das diversas intervenções realizadas pelas partes envolvidas no conflito, mudou o nome inicial de "Plano de Desenvolvimento do Campeche" para "Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares", numa tentativa de readequação do Plano, com o objetivo de ordenar a ocupação de maior área plana disponível no Município para o desenvolvimento urbano pertinente. A área abrangida pelo Plano é de cinquenta e cinco quilômetros quadrados, dos quais dezessete quilômetros quadrados são de Área de Preservação Permanente - APP. Isto criou, problemas de qualificação nas informações entre as partes envolvidas, apesar do IPUF, exercer a tentativa de colher sugestões, junto às comunidades envolvidas, para um aperfeiçoamento do Plano;
- ◆ O Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, é extremamente polêmico e envolve discussões acirradas entre indivíduos, instituições públicas, instituições privadas, comunidades locais e outros;
- ◆ A mobilização da população através de ONG's, tem conseguido promover mudanças para a readequação do Plano, às necessidades dos moradores locais; e para tanto, elaborou um "Plano Comunitário" para a Planície Entremares. Nele são consideradas as preocupações e conhecimentos técnicos e locais dos moradores. Considerou-se como base de planejamento os problemas, as necessidades, vocações, costumes, custos sociais,,

ambientais e econômicos, a história e pré-história do lugar, na tentativa de propor um desenvolvimento sócio – econômico sustentável com qualidade e quantidade para as futuras gerações;

- ◆ Os objetivos do Plano, não estão claros ou pontuais, para muitas das partes envolvidas, o que promove constantes acirramentos e desgastes sobre determinadas discussões, avanços e possibilidades de resolução dos problemas levantados pelas partes, e a controvérsia existente sobre o Plano vem desencadeando novos conflitos locais;
- ◆ Os órgãos envolvidos, pretendem dar maior credibilidade a cada questão discutida, seja no Plano elaborado pelo IPUF ou o “Plano Comunitário” apresentado pelas comunidades locais. O objetivo das partes envolvidas e antagônicas, é de que, haja um poder de convencimento de uma parcela cada vez maior de indivíduos, sobre as questões de interesse, que permeiam, tanto um, como outro Plano;
- ◆ Cada uma das partes interessadas, faz uso dos meios de comunicação disponíveis: televisão, rádio, internet, jornais de bairro, etc., sempre que possível, tornando públicas, informações sobre diversas questões; para que a população venha tomar conhecimento, principalmente dos fatos decorrentes de discussões sobre o Plano;
- ◆ As partes envolvidas na discussão do Plano, não têm clareza suficiente sobre a melhor solução, para os conflitos ali localizados; sendo que, existem interesses manifestos, em relação aos reais objetivos da implantação do mesmo;

- ◆ Existe uma grande dificuldade das partes envolvidas no Plano, no reconhecimento de regras de conduta e de confidencialidade para a condução do processo de negociação, em face do desconhecimento profissional de algumas das partes, que participam do referido processo e dos assuntos tratados;
- ◆ Os encaminhamentos que vêm sendo costumeiramente adotados, não possibilitam atingir os objetivos desejados, considerando a desconexão entre o discurso das partes, e a prática da sua atividade no processo de resolução dos conflitos, resultantes do Plano;
- ◆ A pretensão de discutir com objetividade as questões, pelas partes, é impedida pelo acirramentos, que impedem uma tomada de decisão.
- ◆ A partir da constatação do conjunto de ocorrências objetivas do Plano elaboramos a seguir, a identificação das variáveis, que serão objeto de investigação.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE SERÃO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Considerando o conjunto de ocorrências objetivas, e as variáveis listadas acima, torna-se necessária a investigação do seguinte problema de pesquisa:

- ◆ Verificar se as partes entre si, identificam os Níveis de Atratividade das variáveis constituintes dos conflitos referentes ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares e, se este não reconhecimento, implica na dificuldade de resolução das controvérsias.

1.3 OBJETIVO DA PESQUISA

- ♦ Verificar se o reconhecimento das variáveis constituintes dos conflitos ambientais, pelas partes entre si, dificulta a sua resolução.

1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para elaborarmos os objetivos específicos da pesquisa, faremos uso da descrição e embasamento já utilizados para elaboração dos Capítulos II, III e IV, respectivamente, componentes dessa dissertação, como a seguir:

- ♦ Descrever a Caracterização do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, elaborado pelo IPUF, através da localização e descrição física atualizada da região em litígio, as consequências da ocupação urbana desordenada e a falta de critérios para o uso do solo.
- ♦ Expor o Processo de Confrontação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, em versão elaborada pelo IPUF e, a versão elaborada pelas comunidades locais, o qual foi denominado de “Plano Comunitário”.
- ♦ Analisar os dados coletados e tabulados, através dos questionários - enviados pela Internet, para as partes e setores selecionados e citados em documentação consultada – à respeito das questões pertinentes ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, a existência ou não de conflitos, entre as partes e a provável identificação da sua tipologia.

1.4 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL - O ESTADO DA ARTE SOBRE CONFLITOS AMBIENTAIS

A fundamentação conceitual da presente pesquisa, embasa-se na sistematização de conhecimento desenvolvida pelo Centro de Pesquisas sobre Conflitos, localizado no Estado do Colorado, nos Estados Unidos da América. Este é um dos maiores centros em pesquisas de conflitos ambientais em nível mundial.

Esta fundamentação, tem como foco principal os conflitos ambientais e as questões relativas aos modelos de análise, mapeamento, implementação, teoria e prática da gestão de conflitos ambientais, através de processos que podem ser trabalhados em três perspectivas :

- ◆ Consenso – quando as partes estão interessadas na solução do conflito e se esforçam nesta direção.
- ◆ Mediação – quando uma das partes não cede em seus objetivos finais, havendo necessidade de um mediador para estabelecer canais de comunicação.
- ◆ Arbitragem. – quando ambas as partes mantêm-se irredutíveis em relação aos seus objetivos finais, necessitando-se então, de um árbitro independente que seja reconhecido, e de confiança das partes envolvidas, para conduzir a negociação e a formação de consenso. (SILVA, Mapeamento dos Conflitos: 2000).

A gestão de qualquer conflito ambiental tem o envolvimento de diversas partes com interesses difusos, requerendo um plano de ação, que deve incluir objetivos e estratégias para alcançá-lo. No entanto, surgem dúvidas relativas aos *sistemas* que

permeiam estas ações e colocam em dúvida a possibilidade de solução dos problemas apresentados.

Segundo Silva (2000: 4), quando se constata a existência de *sistemas fechados*, também denominados de “*reativos*” e que são considerados modelos complexos, erradicam-se qualquer possibilidade de comunicação e abertura de pré - negociações. Os mesmos não possuem em sua estrutura organizacional, mecanismos de comunicação interna e externa que promovam a troca de informações, além de buscarem vantagens nas relações multilaterais, a partir da manutenção de suas posições. Nos sistemas fechados, a viabilização de consenso é praticamente impossível, sendo o encaminhamento direcionado para a mediação ou mesmo para a arbitragem, devido o acirramento entre as partes.

Nos *sistemas abertos*, também conhecidos como “*pró – ativos*”, a situação encontrada é totalmente diferente, tornando-se possível o consenso e a mediação. Estes, dão margem a formação de canais de comunicação e de negociação com maior rapidez, para resolver as questões conflitantes.

Estes sistemas organizacionais, quando aplicados às organizações formais e informais, mostram as dificuldades na arte de resolver conflitos, assim como orientam sobre os limites e possibilidades de implementar projetos e programas, com o intuito de prevenir conflitos na gestão ambiental principalmente em questões localizadas. A identificação do tipo de sistema em que se situam seus interlocutores, é imprescindível para que se estabeleçam as primeiras estratégias de negociação.

Como tarefa do negociador, mediador ou árbitro, encontra-se a necessidade de passar os integrantes dos sistemas fechados para sistemas abertos, com possibilidades de

avaliação das possibilidades, objetivos e canais de comunicação com vistas a formação do consenso e do acordo.

No caso da pesquisa em curso, buscaremos explorar questões relevantes para otimizar o entendimento do seu objetivo, ou seja, se há a existência ou não de conflitos entre as partes envolvidas, sobre a implantação de um Plano Diretor específico para a região da Planície Entremares, assim como o comportamento do fenômeno analisado.

1.5 CONFLITOS AMBIENTAIS

A seguir, pesquisaremos a definição do que são conflitos ambientais, sua estruturação, tipologia, variáveis a serem consideradas na classificação dos mesmos, temporalidade, tamanho, polarização, procedimentos, além do tipo de abordagem que os mesmos devem ter, quando estudados.

1.5.1 O Que são Conflitos Ambientais ?

Segundo Dukes (1990 a), ²os conflitos podem ser conceituados como formas de “*enfrentamentos sociais*”, sendo causados pelas mais diversificadas maneiras. O conflito ambiental, por sua vez, pode ser particularizado como um conflito social, onde a disputa envolve questões ambientais. As variáveis que imputam movimento num conflito, possuem desdobramentos e mudanças espaço – temporais, no âmbito da esfera pública, derivando ações coletivas organizadas e tendo como resultantes diferentes valores, percepções e significados, com dinâmica de oposição. O conflito ambiental é resultado de forças organizadas contra o Estado, sendo esta, uma de suas principais características. Pois, ele deve ser resultado da demanda social, com distintos graus de organização e interagindo com outros grupos, como os que compõem então, grupos institucionalizados.

A formação do conflito se dá em função das diversidades sociais e nas

diferentes formas como são encaminhadas as suas decisões. Exemplificando, pode-se dizer que, numa sociedade em que se aceita o controle de suas manifestações em relação ao gerenciamento dos recursos naturais, em função da estabilização econômica e social, não apresentará conflitos ambientais. Já, uma outra sociedade, que não vive sob um regime autoritário e que dificilmente aceitará imposições, principalmente quanto ao meio ambiente, certamente o conflito rapidamente, manifestar-se-á; sendo que, a preocupação dos indivíduos quanto a utilização desordenada do recursos naturais, tem sido uma das principais causas dos conflitos ambientais, pois pode haver o comprometimento na sobrevivência no Planeta, para as futuras gerações.

1.5.2 Estrutura de um Conflito Ambiental

A formação do conflito se dá em função das diferenças existentes na sociedade e como são encaminhadas suas decisões, sendo que, as partes envolvidas reagem, causando mudanças radicais no andamento dos fenômenos analisados.

Para Silva (2000), (Jornal Diário Catarinense, 2000: 4), podemos estabelecer critérios para resolução de conflitos através de seis atividades básicas fundamentais, que agem como mecanismos de suporte para gestão dos mesmos, enfrentados pelas partes, antes do estabelecimento formal dos processos de pré - negociação, negociação e formalização de acordos:

- ♦ As partes envolvidas e o que elas pensam sobre o conflito - o reconhecimento das partes envolvidas num conflito, depende exclusivamente do tipo de postura, seja ela pró-ativa ou reativa, que as partes desenvolvem, para estabelecer o processo de negociação e o acesso

² Burton (1990 a), Deutsch (1973), Diamond (1994), Hocker (1985), Vilmont (1985), Siccama (1996) e (Jornal Diário Catarinense, 2000 : 4)

as informações.

- ◆ Os fatores de complicação para o conflito - os fatores de complicação para a solução dos conflitos, podem ser considerados os mais complexos e difíceis de serem identificados, assim, como também, podem ser vistos como os mais fáceis na identificação, porém difíceis de sofrer intervenção.
- ◆ Os problemas de comunicação - os problemas de comunicação derivam da interpretação dos canais de informação, e do conteúdo dos discursos proferidos pelos emissores, e de seu imediato entendimento pelos receptores, além da estrutura de conhecimento que fundamenta os respectivos conflitos ambientais.
- ◆ As estratégias utilizadas para confrontar os objetivos do conflito - as estratégias deverão estar fundamentadas nas possibilidades efetivas de verificação e mapeamento do conflito.
- ◆ As abordagens sobre a força utilizadas para a solução dos conflitos – as soluções podem ser encaminhadas para o Consenso, Mediação ou Arbitragem, pois tudo dependerá das possibilidades das partes.

1.5.3 Tipologia de Conflitos

O Centro de Pesquisas em Conflitos, da Universidade do Colorado, nos Estados Unidos da América, nos últimos anos, vem acumulando uma extensa experiência em Consenso, Mediação e Arbitragem de Conflitos de diversas naturezas, dentre eles, os Conflitos Ambientais.

As metodologias desenvolvidas, resultantes dos avanços conceituais, têm proporcionado aos pesquisadores de todo o mundo, um conjunto de informações de

grande relevância, principalmente pelo seu caráter aplicado.

Para Burgess (1996)³, a partir da sistematização dos estudos de casos realizados, o Centro de Pesquisas em Conflitos, classificou os objetivos dos conflitos em oito categorias, descritas abaixo:

Estruturais : é um tipo de conflito, cujos objetivos são oriundos das partes interessadas, resultantes de equívocos entre interesses materiais e posições pessoais ou de grupos;

Objetivos: neste tipo de conflito, os objetivos não estão claros, há desconhecimento sobre quem está realmente envolvido, o que as partes envolvidas pensam ou o que conhecem do contexto do ambiente do conflito. Os conflitos fundamentados em problemas de objetivos, aparecem muitas vezes, listados, como problemas resultantes da falta de um mapeamento adequado e completo dos conflitos;

Comunicação: os conflitos em que os objetivos estão sustentados em problemas de comunicação, estão relacionados com os diálogos e seus respectivos entendimentos pelas partes envolvidas no conflito. Esta condição pode originar problemas resultantes de: desentendimento dos protocolos; falha no entendimento da perspectiva do oponente; barreiras culturais, diferenças linguísticas ou estereótipos;

Constatação dos Fatos: os conflitos que tem por objetivos, problemas relacionados a constatação dos fatos, tem origem na falta de informação objetiva, sobre os fatos reais que o provocaram, e seus respectivos conflitos de interesse, perda de credibilidade, dificuldade no entendimento dos fatos ou mesmo falta de habilidade em tratar com incertezas;

³ Burgess (1997:33/34), Fischer (1984), Fischer (1994), Tillet (1991), Ury (1988 a / 1988 b / 1991), Brett (1988 a / 1988 b / 1991), Goldeberg (1988 a / 1988b / 1991)

Encaminhamento de Procedimentos: esta ação procura determinar quem tomou decisões que deveriam ser advindas da Justiça, ou da construção de um processo de formação de consenso. No encaminhamento dos procedimentos, muitas vezes, encontramos problemas essenciais, como: a exclusão de algumas das partes envolvidas; decisões turbulentas; perda de credibilidade na aceitação dos objetivos, pouco envolvimento do Poder Público e tempo insuficiente para a solução dos conflitos;

Força: os conflitos cujos objetivos estão centrados em relações de força partem do uso coercitivo de algumas abordagens sobre conflitos, ou seja, abordagens do tipo BATNA (Best Alternative to Negotiation Agreement – Melhor Alternativa para Resolução de um Conflito), ou mesmo o modelo ATNA (Any Alternative to a Negotiation Agreement – Qualquer Alternativa para um Acordo), entre outras, que beneficiam uma das partes, em detrimento da outra. Estes objetivos podem fomentar problemas tipo: falha na identificação das opções e reações das outras partes; utilizar a força como a única forma de resolução do conflito;

Sistemas Integrativos: Os conflitos que tem objetivos nesta perspectiva, embasam-se nos tipos de relacionamentos entre pessoas ou grupos de interesse, resultantes da negligência ou perda de oportunidades para persuasão, de outras partes envolvidas.

Intercâmbio: Nos conflitos que tem por objetivo o intercâmbio, os impedimentos estão relacionados as questões, onde as trocas devem, necessariamente, estar numa situação de ganho para ambas as partes, o que pode ocasionar a limitação do desenvolvimento dos acordos, como: a tentativa de negociação de situações inegociáveis, recusa às negociações ou não legitimar as propostas de negociação das outras partes.

Após a descrição acima, podemos deduzir que a solução dos conflitos passa, necessariamente, pela identificação dos mesmos e suas posições em termos de legitimidade para tomada de decisão.

O maior obstáculo, encontrado para a solução em conflito é a dificuldade em definir os objetivos do mesmo entre as partes, pois existe ambigüidade em torno de questões comuns.

A diferenciação entre interesses (o que realmente uma das partes quer) e posições (o que uma das partes diz que quer), constitui-se numa das principais etapas para encaminhar o conflito da esfera da estruturação para os níveis de análise e decisão.

(Jornal Diário Catarinense, 2000: 4).

1.5.4 Variáveis a Serem Consideradas na Classificação de Conflitos

A gestão ambiental de qualquer conflito, envolve diversas partes com interesses e variáveis difusas. Sendo que, todo este processo de resolução de conflitos requer um plano de ação, que deve incluir, inicialmente, objetivo e estratégia para alcançar prováveis soluções. Isto pode se dar através de critérios previamente conhecidos, que serão baixo descritos, a partir da seleção realizada pelos seguintes autores:

Alinsky (1969)⁴,

⁴ Alinsky (1971), Boulding (1989), Boutros-Ghali (1992), Boutros – Ghali (1995), Boutros – Ghali (1995), Bradshaw (1995, p. 237-50), Carpenter(1988), Kennedy (1988), Carson (1991), Dauer (1994), Dittmer (1993), Wrigth (1993), Dulaney (1993), Donnelly (1989), Downie (1991 : 175-186), Dugan (1987), Ensslim (1995), Fischhoff (1981), Lichtenstein (1981) Slovic (1981) Derby (1981), Keeney (1981), Gibson (1992 :25-66), Gibson (1996.: 69-80), Glendon (1991), Goldberg (1992), Sander (1992), Rogers (1992), Gray, (1989), Gurr (1970), Gurr (1994), Klein (1994), Mckibbin (1995), Kriesberg (1989), Northrup (1989), Thorson (1989), Kriesberg (1988 ; 19-29), Kriesberg (1992), Kriesberg (1993), Larson (1994), Chrislip (1994), Leap (1990), Lederach (1990 : 11-13), McDonald (1988 : 11), McDonald (1995 : 2), Pruitt (1991), Ross (1992 : 46-107), Rothman (1992), Weiss (1993) e Jornal Diário Catarinense (2000 : 3-4-5-6-7-8-9-11).

♦ A Rigidez das Controvérsias

A rigidez dos temas que necessitam de identificação e tratamento específico num conflito de natureza ambiental, torna-se um elemento relevante para o bom andamento do processo de pré – negociação e da formação de consenso. Se, inadvertidamente, uma das partes envolvidas, dá um tratamento inabalável e irrefutável para os temas, embasado em laudos técnicos ou por sentir-se ameaçadas, em perder posição, poder ou legitimidade, torna-se impossível qualquer mudança de rumo. Quando há clareza nos fundamentos dos conflitos e se os argumentos estiverem baseados em duas causas, ou seja, na objetividade de documentos e laudos técnicos ou em interesses econômicos, sociais, ideológicos, valores e morais, a rigidez dos temas, se dilui.

Se uma das partes dá início ao processo de negociação, de modo irreduzível, já se pode vislumbrar as possibilidades da negociação e seus desdobramentos com antecipação. Os mesmos devem ser efetivados, para que haja o processo de continuidade da negociação, de forma objetiva, para que se possa otimizar um consenso entre as partes.

♦ Os Tipos de Interesses Envolvidos

A descoberta da identificação das questões de fundo dos interesses envolvidos entre as partes, ou até que ponto estes interesses estão dissimulados, torna-se o grande desafio na gestão de conflitos ambientais. Este é um dos motivos, em que, no trato de uma negociação, a desconfiança sobre os objetivos e sentimentos relacionados aos problemas em discussão entre as partes é relevante, pois os mesmos podem desdobrar-se em várias perspectivas. (Bradshaw, 1995: 237-250), (Carpenter, 1988), (Kennedy,

1988).

a) Interesses Econômicos

Para que haja a otimização para a problemática ambiental, podem existir implicação de custos, que nem sempre viabilizam a continuidade dos projetos ou processos de uma das partes envolvidas. Há neste momento, necessidade então, de que se faça uma revisão da situação que ora se apresenta, assim como de sua capacidade de recursos e endividamento. Se, uma das partes desenvolve atividades, onde pode haver comprometimento da qualidade ambiental em um determinado local, isto desvaloriza o seu entorno. Normalmente, a parte afetada exige uma reparação através da recuperação do dano ambiental, porque isto tem como consequência, a desvalorização de seus lucros. Existem também, áreas abandonadas, com seus proprietários mantendo-as como reserva de capital, para utilizá-las em empreendimentos futuros. Isto torna-se claro, quando grandes áreas são compradas e não são utilizadas de imediato, até que haja infraestrutura adequada e condições legais para atender aos investidores. Outro item que pode ser pontuado como interesse econômico, ocorre quando uma das partes apropria-se de recursos naturais, implantando determinados empreendimentos turísticos, ou então, quando uma das partes busca em indicadores sócios – econômicos, justificando com desenvolvimento sustentável, as solicitações de financiamentos e fomentos para empreendimentos imobiliários nem sempre pautados na objetividade.

b) Interesses Sociais

A manifestação das perspectivas de interesses sociais, se dão na gestão de conflitos ambientais, de duas formas: quando de um lado têm-se, o setor público ou

setor privado, associados à manutenção de determinadas condições de utilização do ambiente, para uso da coletividade e bem comum. E por outro lado, esta manifestação pode ocorrer, pela representatividade do Terceiro Setor, interessado na manutenção de determinadas condições do ambiente. O que se torna problemático, neste caso, é detectar se os interesses representados são verdadeiros, tanto por uma ou outra parte, ou seja, se os interesses demonstrados, tem de fato o cuidado com o meio ambiente como principal questão. Cada uma das partes, mesmo representando determinados interesses, tem seus próprios interesses internos, isto é, há necessidade de se verificar até que ponto se confundem interesses pessoais com interesses sociais.

c) Interesses Ideológicos

A discussão de questões e idéias que fundamentam e sustentam cada uma das partes em negociação, são considerados interesses ideológicos. São conflitos de difícil resolução, pois geralmente discutem razões comportamentais da outra parte, tendendo a tornarem-se insolúveis. A identidade de cada uma das partes, é relevante, quando suas posturas ideológicas encontram-se introjetadas nas discussões; estabelece-se então, a insegurança que tem como resposta a agressividade, impossibilitando qualquer negociação. Quando há o reforço das ideologias, seja por uma ou outra parte, ocorre o aparecimento cada vez maior das suas diferenças e os envolvidos podem considerar o ataque como pessoal, dificultando ainda mais a negociação e fazendo com que o conflito perca o enfoque principal.

d) Interesses de Valores

Os valores de cada parte envolvida em um conflito ambiental, devem ser

reconhecidos e identificados, para se poder orientar as ações decorrentes de forma coerente e positivamente ao longo de todo o processo. A diversidade de valores que envolvem um conflito ambiental são muitas, dentro as quais, podemos citar:

- ◆ **Pessoais** – cada uma das partes precisa que sejam pré – estabelecidas as regras de conduta;
- ◆ **Sociais** – expressam a identidade de um grupo e de seus pressupostos de segurança coletiva, sendo superiores aos valores pessoais e a sua representação deve ter tomada de decisão que vise em interesses e valores;
- ◆ **Culturais** – são herdados e construídos pela civilização e se revelam no comportamento do indivíduo com o ambiente;
- ◆ **Somáticos** – são referentes à integridade física e emocional dos integrantes das partes e, que deve ser defendida durante a gestão dos conflitos ambientais;
- ◆ **Filosóficos** – é o que as partes consideram como verdade e que está na base do conflito, o que não impede que sejam passíveis de negociação.
- ◆ **Estéticos** – a sua ligação é elaborada através do que é considerado “belo” para as partes e que deve ser mapeado no próprio grupo.
- ◆ **Morais** – dizem respeito as ações que podem ser cunhadas como “boas” ou “ruins” e que podem ser desencadeadas pelas partes.
- ◆ **Religiosos** – estão centrados em locais que são considerados “santuários ecológicos”, ou seja, devem ser preservados em suas características essenciais e o conflito surge justamente quando ocorrem intervenções que

podem descaracterizar tais pontos.

e) Interesses de Segurança

Há interesse na segurança, quando ocorre uma negociação, principalmente havendo a ocorrência de um fato novo e esta necessita ser monitorada, pois certamente pode colocar em risco o desenvolvimento das ações. Quando não há conhecimento suficiente das ações a serem desenvolvidas por uma das partes, a(s) outra(s) partem tendem a ignorá-la(s). Para que se crie novamente um clima de segurança e se bloqueie a resistência, faz-se necessário o monitoramento dos níveis de incerteza, através do uso de instrumentos de comunicação eficientes. Para que se obtenha um monitoramento otimizado, há a exigência de recursos físicos, humanos e financeiros; no entanto, nem sempre as partes, estão cientes das ocorrências e criam resistências após o estabelecimento do acordo. Necessita-se então, rever os fatores críticos e objetivar qualquer perspectiva de resistência futura, em prol da segurança das negociações.

f) Interesses Morais

Quando o conflito ambiental acontece baseado em problemas morais, para que as negociações não sejam interrompidas, há que se ter o esclarecimento suficiente sobre os fatos. Estes podem ser diferentes visões do mundo que se chocam, com padrões conflitantes e ocorrem quando há interferência nas relações que os grupos sociais constroem para melhorar sua organização. Deve-se diferenciar o conhecimento sobre o saber dos conflitos morais, pois nem sempre o que se teoriza, é objetivo e, gerenciar tais disputas é bem distinto do que fazer parte delas. Isto faz com que seja necessário o mapeamento deste conflito moral para então, encaminhar-se para o consenso. Este tipo de conflito, normalmente origina-se de problemas de comunicação, pois esta é sempre

contextual, além de que, existem também 02 (duas) possibilidades de se estudar os conflitos morais: à priori se analisa o desenvolvimento do conflito como fenômeno histórico, verificando a sua estruturação, para depois analisar o seu desdobramento em regras, condutas e políticas estabelecidas que definem o cenário da gestão dos conflitos ambientais.

g) Questões de Direito

As questões de direito devem estar claramente definidas e interpretadas, para que não haja entendimento errôneo destas com ética, pois ambos os conceitos atingem áreas diferentes de atuação. A noção de “direito”, muitas vezes é enfocada como sinônimo de aspectos legais, o que não ocorre na prática. As questões de direito estão relacionadas com aspectos emocionais, isto é, como uma parte deseja – e deve – ser tratada pela outra, enquanto que as questões legais estão circunscritas à aplicação da lei. O tratamento para as partes envolvidas deve ser comum, independente de sua posição social, econômica, política, ideológica, e níveis de representação. Isto torna as discussões mais promissoras, possibilitando a formação de consenso. Entre os itens que compõem as questões de direito encontra-se a liberdade de expressão, onde as partes têm a possibilidade de expor as razões que motivaram sua participação no conflito, com motivos bem fundamentados e com níveis previamente definidos nas regras de conduta. A individualidade de cada uma das partes, deve ser preservada, principalmente em conflitos ambientais; uma das possibilidades que se utiliza, é fazer com que uma das partes sofra descrédito, partindo-se dos padrões morais, com isto comprometendo a sua idoneidade e dificultando as negociações ou mesma impedindo-as. Torna-se necessário também que, as partes envolvidas no conflito, aceitem-se entre si e, legitimem cada representante, sendo que a respeitabilidade, é fator decisivo para a formação de

consenso. O direito à resposta é um dos itens importantes durante as negociações, e as partes devem saber ouvir e permitir que seus interlocutores exponham idéias e argumentos, durante um tempo previamente acordado. A idoneidade moral das partes e de seus elementos, os antecedentes em cargos públicos, privados e outros, provocam impacto social com efeito positivo ou negativo durante o processo de negociação. É ela que dá legitimidade às decisões, por isto o representante de cada parte envolvida deve merecer crédito durante este processo ou então este, será provido de problemas. Independente do tipo ou tamanho de interesse, que um representante das partes tenha durante um processo de negociação, jamais deve ser ignorado, pois, para que a mesma aconteça é necessário que todos colaborem; isto provoca a otimização da problemática, caso contrário, a possibilidade de formação de consenso pode levar ao fracasso.

1.5.5 Temporalidade nos Conflitos

Os conflitos podem ser de curta ou de longa duração. Os conflitos de curto prazo são aqueles em que os objetivos das partes envolvidas, são passíveis de negociação e com implementação de soluções rápidas. Podem ser denominados como “disputas” e, o que os torna menos problemáticos são as possibilidades de negociação, sendo que, a busca de soluções deve estar pautada na sua exequibilidade e monitoramento; o fator de pressão de uma parte sobre a outra, é fundamental para sua otimização. As táticas de avanço progressivo devem ser estruturadas e relacionadas a cada aspecto em discussão, para que as partes cheguem ao consenso, com ganhos potenciais para as mesmas. Normalmente, neste tipo de conflito, não existem posturas irredutíveis, porque as partes estão interessadas na solução já previamente delineada e que basta ser acordada, acertando-se somente detalhes de execução, prazos, recursos e

responsabilidades em cada etapa. Já, os conflitos com problemas de longo prazo, podem ser definidos como aqueles em que os objetivos e requisitos dos mesmos são “intratáveis”, não há a existência de tempo pré determinado para se chegar ao consenso, desconhece-se seus desdobramentos e enfrentamentos. A irredutibilidade, está assentada nas questões de direito que cada parte advoga para si e desenvolvem-se manobras para que suas posições permaneçam inalteradas; quando aparecem mudanças e alterações, desenvolve-se então, a sensação de perda que normalmente encontra-se embutida numa negociação. A característica mais marcante deste tipo de conflito, é que se torna necessário a manutenção férrea de seus objetivos, seja através de alinhamentos políticos, alianças econômicas ou por dispositivos legais, em detrimento dos problemas sociais que possam ser desencadeados com estas atitudes. O que o torna mais conturbado, é que nem sempre se consegue identificar com precisão, todas as partes envolvidas, ou mesmo quais são seus interesses imediatos, sendo necessário então, incluir nesta fase, um mapeamento com todos os dados de que se disponha. A duração do conflito, desconsidera os riscos decorrentes dos impactos ambientais, que suas ações provocam, fazendo uso de aspectos legais, para continuar indefinidamente a disputa, pois são resistentes à mudanças. Nestes casos, pode-se aplicar um procedimento denominado “confrontação construtiva”, que usa a orientação estratégica na construção de um objetivo único para as partes, tornando-se então, passível de negociação.

1.5.6 Tamanho dos Conflitos

A dimensão exata do conflito ambiental é uma tarefa necessária para o desenvolvimento do processo de negociação. Este tamanho engloba o conjunto de todas as questões discutidas, assim como a área geográfica atingida pela repercussão do impacto ambiental. Existe proporcionalidade na dimensão do conflito ambiental, através

do número de envolvidos direta ou indiretamente no embate, sendo este um fator limitante para a identificação dos motivos que desencadearam estes conflitos e se o seu mapeamento privilegiar algum dos lados ou desconsiderar algum integrante, pode colocar em risco o resultado final; existem proporções ainda, quanto ao comprometimento das áreas atingidas e na quantidade de seus objetivos em discussão. A escala de intervenção em solucionar o conflito, é outro fator relevante na dimensão das estratégias de negociação e o desenvolvimento do plano de ação da solução acordada. Se o conflito estiver em escalas diferenciadas, como local, regional, nacional, internacional ou mesmo planetária, a proporção tomada pode ser enorme, com necessidade de várias fases de pré - negociação. Pode-se usar a logística operacional para dar conta dos dados, informações, auditorias e pesquisas de campo, no processo de negociação; além de que, alguns comprometimentos assumidos, nesta fase, podem envolver até questões diplomáticas.

1.5.7 Polarização

A polarização processa-se através do desrespeito às partes envolvidas num conflito, desconsiderando a existência de lados opostos, seus objetivos e possibilidades de negociação; ocorre com isto, o acirramento e acusações pelas partes, das responsabilidades sobre o conflito. Os níveis de polarização podem ser descritos, segundo o Jornal Diário Catarinense (2000: 4, 5, 8, 9, 12) como:

- ◆ Pré – polarização – são identificados alguns pontos de polarização, mas o acirramento ainda não se acentuou.
- ◆ Polarização – tem início o período de acirramento entre as partes, tendo-se que qualquer movimento ocorrido deve ser provado, testado, analisado e

verificado.

- ◆ Segregação – inicia-se o processo de ostracismo e de procrastinação, sendo que as agressões latentes, tornam-se visíveis.
- ◆ Destruição – neste estágio intencionalmente busca-se destruir sumariamente a outra parte, rompendo-se os canais de comunicação.
- ◆ Os conflitos polarizados têm acirramentos freqüentes, porém podem ser revertidos; já a polarização, por si só, trava qualquer possibilidade efetiva de negociação, sendo o seu conceito contrário. O tempo de duração da polarização é importante, pois mais demora traz para a busca de soluções; para se restabelecer as negociações, deve-se reunir as partes para que se esclareçam pontos de conflitos ocorridos durante o seu processo; pode-se fazer tentativas de comunicação, pelos mais variados meios, além da exploração da interdependência entre as partes; demonstrar boa vontade fazendo concessões, é uma outra estratégia que pode ser utilizada, assim como usar encaminhamentos intermediários equilibrados; pode-se ainda, apresentar uma diversidade de propostas para a parte que promove a polarização, demonstrando inclusive, as penalidades ou perdas impostas, no caso da insistência da polarização ou ainda, use de uma retirada estratégica, para reflexão, antes de uma nova tentativa de conciliação.

1.5.8 Desafios de Procedimento

Os desafios de procedimentos, podem vir a suplantam as regras de conduta e de confidencialidade, fazendo valer o direito de negociação, possibilitando a formação de consenso, inclusive podendo ser mapeados. Uma das estratégias utilizadas neste caso,

pode ser o uso de força, que deve ser diferenciado de poder, para se fazer pressão sobre a outra parte, alterando com isto a dinâmica do conflito. Os prazos para realização das etapas de negociação, como da execução do plano de ação, devem ser obedecidos regamente, para evitar possíveis manobras para procrastinar o processo em andamento. Os custos necessitam ser discutidos à priori, podendo os envolvidos, tentar inviabilizar as atividades desenvolvidas no momento. As responsabilidades sobre os acordos, têm definição a partir de um estudo criterioso na execução das tarefas propostas, para que não ocorra simulação nos papéis a serem desempenhados pelas partes; incluindo-se aqui, procedimentos com treinamento, controle, definição de indicadores de avaliação e penalidades, se houver descumprimento de itens do acordo.

1.5.9 Abordagens

Segundo o Jornal Diário Catarinense (2000: 4, 5, 8, 9) os conflitos que tem como objetivos as “relações de força” , podem desenrolar-se através de abordagens sobre conflitos como:

BATNA (Best Alternative to Negotiation Agreement) – Melhor Alternativa para Resolução de Conflito.

Para utilização desta abordagem, verifica-se as soluções propostas pelas partes; sendo que, entre estas soluções há uma pré- seleção, no sentido de possibilidades de exequibilidade pelas partes e, que então podem levar a formação do consenso. A pré – seleção torna-se necessária, a partir do momento que é verificada a existência de desníveis tecnológicos entre as partes. Após estes trâmites, desenvolve-se o plano de ação, que culminará com a implementação, posterior monitoramento e avaliação dos progressos da solução selecionada. A abordagem - BATNA - tem diferencial dos

modelos tradicionais de abordagens, pois nela implementa-se a melhor solução apresentada.

ATNA (Any Alternative to a Negotiation Agreement) – que tem seu significado como Resolução de Conflito com Qualquer Acordo, sendo que, seus pressupostos são determinantes em estratégias específicas de atuação.

Para utilização deste tipo de abordagem, deve-se pressupor resoluções rápidas para os conflitos, sem preocupar-se com desenvolvimento de planos de ação. Não há busca de soluções ótimas, mas uma solução qualquer que desarme as partes envolvidas, restabelecendo assim, um novo ponto de partida para as negociações. Aqui, a formação do consenso se dá em relação das soluções apresentadas, sem discussão sobre planejamento, o controle e monitoramento das ações se dá por mecanismos de auto – gestão e normalmente as soluções apresentadas possuem desníveis tecnológicos, semânticos e econômicos. Neste caso necessita-se implantar um modelo de planejamento, para resolução dos acordos, pois sem esta tomada de decisão fica comprometido a projeção dos futuros níveis de desempenho; a comunicação acordada torna-se mais difícil; inexiste a orientação para prazos, custos, responsabilidades, monitoramento e nem os progressos podem ser avaliados. Nesta abordagem, não se pode medir se a solução aplicada atingiu ou não, as metas propostas ou ainda, se as mesmas podem vir a ser aplicadas; pois as suas práticas não se incorporam no processo de negociação. Esta desestruturação impede que processos bem sucedidos sejam utilizados como apoio às decisões em negociações formais de conflitos sobre questões ambientais.

1.6 - METODOLOGIA ADOTADA PARA INVESTIGAÇÃO - O MAPEAMENTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS.

Quando um conflito emerge, produz controvérsias consideráveis, sendo que, as partes reagem e mudam radicalmente. Por isso, segundo Silva (2000) o Centro de Pesquisas em Conflitos, desenvolveu um algoritmo denominado "Mapeamento da Tipologia de Conflitos" - que utilizaremos na pesquisa - para explicitar melhor o objeto de investigação. Para que haja idoneidade nos dados tabulados no "mapeamento de tipologia de conflitos", torna-se necessário, em primeiro lugar, elaborar-se análise específica sobre:

quem são as partes envolvidas e de que forma se dá este envolvimento ou mesmo se este afeta ou não potencialmente alguma das partes;

de que forma aparecem as posições tomadas pelos envolvidos;

em que se baseia a fundamentação dos objetivos dos conflitos entre as partes, o que permeia estas relações, se existe clareza nas idéias expostas pelos lados opositores;

se historicamente têm-se conhecimento dos fatores que vieram a desenvolver os conflitos, onde se localizam, do rumo que os mesmos poderão vir a tomar;

se todas as variáveis estão expostas e se ter-se-á soluções a curto, médio ou longo prazo para estes conflitos;

qual é o perfil dos conflitos quanto a sua dinâmica, se há, cada vez mais, o envolvimento ou acirramento entre as partes ou há um "estado de espera";

se o seu objetivo central encontra-se definido claramente ou se este é duvidoso;

se existe uma propensão para a negociação entre as partes e através de que abordagens ou estratégias busca-se uma solução a seu favor, otimiza-se o jogo do poder, com

expectativas de ganho pelas partes;

se há a existência de um equilíbrio de poder ou existe uma parte que mostra-se com mais força;

e quanto a possibilidade de haver o compromisso de acordos, se há consciência das partes ou existe o risco de rompimentos;

se há possibilidade ainda, que uma terceira parte, exerça o papel para monitoramento dos resultados destes acordos e que haja aceitação de comum acordo às decisões tomadas.

A equipe técnica responsável pelo mapeamento da tipologia dos conflitos, pode utilizar este mapeamento para guiar um grande número de saídas para as soluções, durante o processo de negociação. Ele pode ser utilizado individualmente pelas partes para reforçar as suas perspectivas de intervenção.

Dependendo do estágio dos conflitos, em termos de objetivos, problemas encontrados e possibilidades de consenso, o mapeamento não precisa ser estrutural, pode ser estruturado sobre os pontos de vista fundamentais das partes envolvidas.

A integração entre as partes, para a solução dos conflitos, passa necessariamente pela identificação dos mesmos, e suas posições em termos de legitimidade para tomada de decisão. Outra questão a ser considerada para a identificação dos objetivos dos conflitos, são os níveis de informação que cada uma das partes possui, para iniciar a negociação e, que se constituem como vantagens competitivas.

A etapa de seleção dos objetivos dos conflitos consistirá em apontar alternativas, que serão objeto de avaliação pelas partes interessadas.

Para a otimização desta pesquisa, torna-se necessário o desenvolvimento de atividades complementares, como:

Caracterização do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, localização, seus objetivos, proposta de desenvolvimento e de zoneamento, ou seja, o uso do solo, além da análise de variáveis que sejam consideradas relevantes para o trabalho. Esta caracterização será realizada através de análise do próprio Plano, e de informações complementares, que se façam necessárias;

Utilizaremos ainda, a elaboração e envio de correspondências (Anexo 9), que acompanharão os questionários - em torno de cinquenta questionários- via Internet, (Anexo 10) para as partes envolvidas, ou seja, com a amostragem, em torno de vinte e cinco entrevistas que retornaram. O que podemos inferir sobre o percentual de retorno das entrevistas, é de que alguns dos responsáveis por determinadas entidades, - - sejam elas públicas, privadas ou pertencentes ao terceiro setor - não tem ou não podem responder em nome da instituição que representam e preferiram responder como pessoas físicas. Estas entrevistas, foram enviadas para instituições públicas, exemplificando: CASAN, CONDEMA, DER, FATMA, FLORAM, IBAMA, IPUF, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, SDM, SPU, UDESC, UFSC, entre outras, ou privadas, comunidades locais (representadas através de associações de bairros, entidades comunitárias, movimentos sociais, centro de estudos, fundações e projetos comunitários), além de organizações não – governamentais, como, por exemplo : AMOCAM, AMPOLA, AMOREIAS, Associação de Moradores do Rio Tavares, Associação de Surf do Campeche, CAL – Movimento Campeche a Limpo, CECCA – Centro de Estudos da Cidadania, FAVI – Fundação Água Viva, Fundação Lagoa, KLIMATAR – Centro de Estudos Ambientais, Movimento Cidadania pelas Águas – Projeto LARUS,

Viveiro Pau Brasil.

A escolha dos órgãos selecionados para a entrevista, contou com critérios como : envolvimento do mesmo com o assunto em tela, ou seja, implantação de um Plano Diretor para a Planície Entremares, um maior número de vezes de citação nos documentos pesquisados, ou mesmo a responsabilidade de suas atividades junto ao Plano Diretor, entre outros menos relevantes.

Os questionários enviados para os entrevistados - que estão liberados para se identificarem ou não - têm suas perguntas embasadas na fundamentação teórica proposta pelo Centro de Pesquisas em Conflitos, da Universidade do Colorado, EUA.

A análise dos resultados será efetuada pela tabulação dos dados coletados, utilizando-se como variável os *Níveis de Atratividade* e se dará através da elaboração de gráficos representativos, além da interpretação pessoal, seja de ordem qualitativa ou quantitativa para os mesmos. Enfim, se necessário se fizer, utilizaremos outros procedimentos complementares, para que haja identificação e análise imparcial da existência ou não, de conflitos ambientais resultantes da tentativa de implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares (SILVA, 2000).

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DA PLANÍCIE ENTREMARES

Neste capítulo, iremos descrever as características da proposta de ocupação da Planície Entremares - situada na parte sudoeste da Ilha de Santa Catarina – conforme Mapa I (que trata da divisão físico – político do Município de Florianópolis, ano 2000, elaborado pelo IPUF), com o objetivo de disciplinar o uso do solo, através da implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, para a região, elaborado pelo IPUF; analisaremos ainda, as conseqüências decorrentes dos problemas causados pela ocupação desordenada da referida Planície e sua influência no restante do espaço geográfico da Ilha de Santa Catarina.

Optamos por apresentar o Plano, caracterizando-o desde o seu início, com as relações que permeiam seu envolvimento político, econômico, cultural, sistema natural, meio – ambiente, estrutura fundiária, habitação, transportes, administração pública e principalmente as relações sociais, dentre outros.

Buscamos ainda, traçar um paralelo entre as tomadas de decisão exercidas pelas instituições públicas e privadas envolvidas, e com as ONG's, sendo estas compostas por comunidades locais, interesses particulares, movimentos sociais, associações de bairros, entidades comunitárias, centros, fundações e projetos comunitários, também envolvidos na implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, conforme veremos a seguir:

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PLANÍCIE ENTREMARES

Desde a metade do nosso século, segundo o IPUF (1997), com o crescimento desencadeado por projetos urbanos, busca-se transformar a Cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, numa metrópole. E, mais recentemente, nos anos oitenta, com a indústria do turismo associada a construção civil, avolumou-se a degradação dos ambientes naturais da Ilha de Santa Catarina, atingindo além das matas, dunas, mangues, restingas, costões, entre outros, causando impactos ambientais consideráveis.

A partir destas considerações, iniciaremos a elaboração de questionamentos à respeito de perspectivas e implicações desta metropolização, para as comunidades locais. Estas, podem advir, mais especificamente para o Bairro do Campeche e entorno, através da implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, elaborado pelo IPUF.

Aqui, faz-se necessário enfatizar as consequências da ocupação urbana desordenada (que atualmente já ocorre e que, segundo as comunidades envolvidas, poderá se agravar com a implantação do referido Plano); rezoneamento do solo e critérios específicos para o seu uso e demais dados que possam ser relevantes, para melhorar a compreensão dos fenômenos que lá se desenvolvem.

A Região da Planície Entremares, é atualmente habitada por aproximadamente quarenta mil pessoas, e tem uma das maiores taxas de crescimento populacional – e de ocupação irregular – da Ilha de Santa Catarina (Anexo 1, que trata da Evolução dos Aspectos Populacionais da região da Planície Entremares).

A denominação “*Campeche*”, que anteriormente identificava apenas a ilha existente próxima à praia, como também a localidade do Rio Tavares, tem sua origem explicada em diferentes versões; em uma delas há a justificativa de que este nome é derivado de uma árvore ou arbusto, o pau-campeche, cuja madeira corante era empregada em tinturaria; outra versão aponta o nome Campeche, como uma corruptela da expressão francesa “*camp de pêche*”, que pode ter o significado de “*campo de pescaria*”, com indicação da região da grande ilha catarinense sobrevoada pelos aviadores franceses que utilizariam o antigo campo de pouso na localidade.

Segundo justificativa do IPUF, a mudança do nome de Planície do Campeche para Planície Entremares, foi uma escolha aleatória, mas também tem referência ao nome que os nativos desta área utilizavam para essa área, em tempos remotos.

A Planície Entremares está localizada no sudoeste da Ilha de Santa Catarina, com acesso pela Avenida Jorge Lacerda, no Bairro da Costeira do Pirajubaé e futuramente pela Via Expressa Sul (em implantação); dista vinte quilômetros do centro da cidade e conta com aproximadamente cinquenta e cinco quilômetros quadrados, sendo que mais de vinte e seis por cento desta área é considerada de Área de Preservação Permanente / APP.

Segundo informações constantes do CECCA / FNMA (1996: 248), essa Região, estende-se do Porto da Lagoa ao Morro das Pedras (norte - sul) e do Campeche a localidade de Carianos. Compreende ainda, os bairros do Campeche, Tapera, Ribeirão da Ilha, Aeroporto, Base Aérea, Carianos, Ressacada, Porto da Lagoa, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Sertão da Costeira, Alto Ribeirão e Morro das Pedras.

Esta área de cinquenta e cinco quilômetros quadrados constitui-se na maior

planície sedimentar da Ilha de Santa Catarina, rica em ecossistemas inundáveis. Nas direções noroeste - sul, ocorrem lagoas, pântanos e córregos e na direção oeste, manguezais (Tapera e Rio Tavares). Em posições quase centrais, porém distantes na Planície, há a existência de dois maciços: Morro do Lampião, próximo à Praia do Campeche e o Morrote, próximo à Tapera.

A oeste da planície, onde o relevo é muito baixo e os níveis de altitude, de um a dois metros, que não impedem os avanços das marés, desembocam regularmente as águas subterrâneas e superficiais, contornando os manguezais do Rio Tavares e da Tapera. São áreas que permanecem inundadas durante o ano inteiro, seja pelo escoamento superficial ou subterrâneo das águas da planície ou pelo avanço das marés. Estes manguezais são ecossistemas de transição e interação entre a terra e o oceano, abrigando e alimentando grande diversidade de peixes, crustáceos, aves, répteis.

Com a urbanização projetada, a comunidade envolvida teme que seja impossível abastecer de água toda a região, pois o lençol freático sob a planície atende atualmente cerca de quarenta e sete mil habitantes, através do Sistema de Abastecimento de Água Costa Leste / Sul (conforme Mapa 2, que visualiza a parte fisiográfica da Planície Entremares).

Para a Companhia Catarinenense de Águas e Saneamento / CASAN, que ampliou o sistema de distribuição de água para a população, aproveitando o manancial da Lagoa do Peri, há o cálculo de que poderá abastecer cento e quarenta e sete mil pessoas – menos que a metade da capacidade de habitantes estimados, que estariam localizados nesta região, a partir da implantação do Plano Diretor.

Na opinião das comunidades locais, exposta através do Jornal de Bairro “Fala

Campeche” (1998) e “ Fala Campeche” (1999), existe para esta área, a ameaça de contaminação do lençol freático pelos esgotos domésticos ou então do seu término, devido a uma possível impermeabilização do solo, que impediria a recarga pela água da chuva.

Para Bathke (1998), a noroeste da Planície, sobre o manguezal do Rio Tavares, ao longo da SC – 405, observa-se a expansão de inúmeros aterramentos e ocupação das áreas alagadiças, com prejuízo ao lençol freático para a região, além da indevida preservação das lagoas, que são imprescindíveis ao abastecimento de água da população, com o comprometimento de seus aquíferos.

A veracidade dessas afirmações encontram-se, segundo Bathke (1998), Movimento Campeche Qualidade de Vida (1997), Jornal AN Capital (1998: 4-5) por exemplo, quando observamos que em áreas não – edificantes, próximas à Lagoa Pequena (junto ao poço de captação de água da CASAN), no Rio Tavares, já foram construídos dois loteamentos e quatro sede campestres. Aparecem ainda, construções de condomínios ilegais, bares precários, hotéis, assentamento com aproximadamente oitenta famílias, além de obras e construções clandestinas, mesmo estas, tendo legalização municipal, através da cobrança de Taxas do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Para a população local, que através de consulta à profissionais que desenvolvem suas atividades junto ao meio ambiente, a Lagoa Pequena, pode vir a sofrer um processo de salinização devido ao rompimento da ligação entre lagoa, dunas e mar, isto porque o Plano do IPUF, prevê a ocupação da área entre a lagoa e as dunas, já bastante degradada por anos de ocupação irregulares.

Segundo informações do Jornal “Fala Campeche” (1998), a outra Lagoa, a da Chica, também tombada como patrimônio natural e paisagístico da cidade, aparece no mapeamento do Plano do IPUF, no entrocamento entre duas vias, com quarenta metros de faixa de domínio, deixando dúvidas sobre sua possível urbanização.

Já para a parte sul da região da Planície Entremares, sobre as dunas, a ocupação populacional desordenada é maior, desde a Avenida Pequeno Príncipe (entrada principal do Bairro do Campeche) até a localidade do Morro das Pedras, com o crescimento desorganizado contornando a Lagoa da Chica e, em alguns pontos atingindo a orla marítima.

A Planície Entremares, possui em posições quase centrais, a existência de dois maciços: Morro do Lampião, próximo à Praia do Campeche e o Morrote, próximo à Tapera. Estes, já foram motivos de diversas degradações ambientais e urbanas causadas pelas ocupações irregulares. Já a leste do Morro da Costeira, exatamente sob a Mata Atlântica Primária, há a exploração de pedras, para fornecimento de material de brita para asfaltamento de estradas (conforme Mapa 2, já referenciado acima, que trata da fisiografia da região).

Segundo, o Movimento Campeche Qualidade de Vida, as vias costeiras ou vias-parque - como são denominadas no Plano Diretor do IPUF, pavimentariam muitos pontos de restinga e de dunas e exigiriam grande quantidade de desapropriação. As dunas são áreas de preservação permanente e patrimônio natural e paisagístico municipal; e os ambientes de restinga, são importantes na alimentação e nidificação de aves, entre as quais espécies migratórias vindas da América do Norte.

Segundo relatório da AMOCAM (1997), Movimento Qualidade de Vida do

Campeche (1997) e Santiago (1999), a cobertura vegetal da região e as planícies litorâneas têm uma diversidade florística estreitamente ligada à morfologia do solo. Nas planícies costeiras, como a da Planície Entremares, esta vegetação costeira ou atlântica, constituem um conjunto de ecossistemas denominados restingas, que se estendem por toda faixa litorânea, sendo interrompidas apenas pelas vegetações de manguezais do Rio Tavares e da Tapera, florestas ombrófilas densas, nos maciços litorâneos adjacentes (Morro do Lampião, Morro da Costeira, Morro do Ribeirão, Morrote) e costões.

Estes ecossistemas frágeis, exercem papel fundamental na estabilização dos sedimentos e manutenção da drenagem natural. Também são relevantes, na preservação da fauna residente e migratória associada, que encontra neste ambiente disponibilidade de alimentos e locais seguros, para reproduzir-se e proteger-se dos predadores.

A cobertura vegetal de origem da região, apresenta vegetação litorânea, que é predominantemente herbácea e arbustiva, ocupa quase toda a extensão da área estudada e é representada por diversas sub – formações, como: vegetação de praia e dunas frontais, dunas internas e planícies, vegetação de restinga, floresta pluvial da encosta atlântica ou floresta ombrófila densa.

Os animais de restinga dependem do ambiente natural, de frutos e vegetação com caracteres especiais; no entanto, devido as alterações locais sofridas ao longo dos anos, primeiramente para uso agrícola e após para uso imobiliário, há um desaparecimento desta fauna, com comprometimento para o ecossistema local.

Resumidamente, (além dos problemas existentes, acima citados) a ocupação desenfreada do espaço físico da Planície Entremares, têm provocado outras consequências desastrosas, como :

- ◆ o sistema viário da região necessita urgentemente de melhorias, entre elas, saneamento básico (rede de esgotos), coleta e tratamento dos efluentes produzidos pela população, pois é grande o número de esgotos clandestinos, causadores de alagamentos frequentes e poluição das praias;
- ◆ falta de acessos para a população à praia, com servidões abertas sem critérios;
- ◆ passagens estreitas para passagens de carros, obstruindo a drenagem das chuvas;
- ◆ ocorrências de esgotos, lançados a céu aberto;
- ◆ ruas que servem de ligação aos extremos da Planície, entre o Morro das Pedras e Rio Tavares, não tem qualquer planejamento e sem pavimentação;

Segundo moradores e técnicos de diversas áreas, com a implantação do referido Plano Diretor do IPUF, pela maneira no qual está estruturado, haverá a destruição do ecossistema local, além da fauna e da flora, do modo de vivência tradicional da população na região, ocorrendo um crescimento populacional que poderá levar a um colapso ecológico.

A justificativa para tais afirmações, encontra-se na análise de algumas variáveis legais, elaboradas por Bezerra (1999), como:

- ◆ Não há compatibilidade entre desenvolvimento e manutenção ou melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações, dado ao impacto ambiental, segundo a Lei 6938/81, constante na Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

- ♦ Não são atendidas ações exigidas na Lei 7661/88, do Plano de Gerenciamento Costeiro, como a “não – fragmentação da unidade natural dos ecossistemas costeiras”.
- ♦ A gestão do uso do solo não é acompanhada por gestão dos recursos hídricos , segundo a Lei 9433/, dos Recursos Hídricos, que são comprometidos pelo Plano.
- ♦ Segundo a Constituição de Santa Catarina, é proibida a aprovação de leis menos restritivas que aquelas em vigor – no caso, o Plano Diretor dos Balneários, de 1985 – até aprovação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.
- ♦ Através da Lei 4771/65, do Código Florestal, dispõe-se que não há possibilidade de haver aterramento de parte do manguezal do Rio Tavares, sendo que, pelo Plano Diretor, a Via Costeira poderá passar sobre trechos do campo de dunas (também protegido pelo Decreto Municipal 112/85).
- ♦ Na Resolução 001/85 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – há a exigência de Estudo de Impacto Ambiental / EIA e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente / RIMA, que é obrigatório para licenciamento de projetos urbanísticos, em localidades acima de 100ha (cem hectares), o que não foi executado na região, na pré-implantação do Plano Diretor para a Planície Entremares.

Tanto por parte do IPUF, como por parte das comunidades locais, há a concordância, de que existe necessidade urgente da implantação de um Plano Diretor para a região da Planície Entremares.

Para IPUF (1997), Jornal Zero (1999), Jornal “Fala Campeche” (1999), os critérios de uso do solo para esta região, tão almejado tanto pelo IPUF e pelas comunidades locais, têm abordagens diferenciadas; no entanto, apesar do acirrado conflito existente entre as idéias das partes, estas, concordam que existe a necessidade da implantação de um Plano Diretor para a região, que provém de vários fatores , como:

- ◆ do aumento abusivo e constante dos desmatamentos;
- ◆ parcelamento irrestrito do solo;
- ◆ acelerada e desordenada ocupação urbana;
- ◆ destruição dos recursos naturais disponíveis;
- ◆ inviabilização de qualquer planejamento futuro para a área;
- ◆ ocupação de áreas não edificáveis, colocando em risco todo o ecossistema da Região da Planície Entremares;
- ◆ contaminação dos lençóis freáticos que abastecem a população;
- ◆ ocupação irregular de dunas, comprometendo os aquíferos.

A partir do fatores acima citados, a comunidade local elencou a ausência de prestação de serviços, que considera de importância primordial, para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, segundo diretrizes do Plano Comunitário para a Planície do Campeche (2001):

- ◆ comunicação, existe carência na disponibilidade de telefones para a região por parte de concessionárias;
- ◆ sistema de saúde, não há qualificação para atendimentos correntes, assim como para serviços especializados emergenciais junto ao Posto de Saúde

local;

- ◆ setor educacional, encontra-se estagnado com a existência de somente de escola de 1º Grau;
- ◆ equipamentos para lazer da população, como áreas verdes, praças e outros;
- ◆ sistema viário da região necessita urgentemente de melhorias;
- ◆ saneamento básico,
- ◆ rede de esgotos;
- ◆ coleta e tratamento dos efluentes produzidos pela população;
- ◆ proibição e controle de esgotos clandestinos;
- ◆ poluição das praias.

Assim sendo, as instituições e comunidades locais, buscam incessantemente uma solução para as dificuldades encontradas na Planície Entremares, através da implantação de um Plano Diretor para esta região.

No entanto, as partes envolvidas, não acordam sobre os critérios, que fundamentariam este Plano Diretor. Isto gera então, o que denominamos *Conflito* e, que se manifesta de várias formas, como por exemplo: a documentação existente, onde critérios estariam estabelecidos, sob a perspectiva de cada parte. Estes critérios estão explicitados no “Plano Diretor do IPUF” e contestado pelo “Plano Comunitário” (que foi entregue à Câmara Municipal dos Vereadores, em 21 de Março de 2000, para apreciação).

Posteriormente, analisaremos mais detalhadamente, cada um dos planos citados.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE CONFRONTAÇÃO : IPUF X COMUNIDADES DA PLANÍCIE ENTREMARES

Este capítulo, tem o objetivo de analisar o processo de confrontação (para a implantação de um Plano Diretor) entre o IPUF e as comunidades locais, resultantes da ocupação urbana desordenada que ocorre na região da Planície Entremares e as posturas adotadas pelos setores envolvidos, sejam eles institucionais, privados, de interesses particulares e/ou outros.

Esta confrontação tem, como “pano de fundo”, a não aceitação do *Plano Diretor do IPUF* para a referida região (conforme Anexo 2 e Mapa Global III), tanto que, as comunidades locais e que estão se sentindo prejudicadas, com as tomadas de decisão prescritas pelo Plano Diretor elaborado por aquele órgão, deliberaram elaborar um Plano Diretor próprio, ao qual denominaram de *Plano Diretor Comunitário* (conforme Anexo 3).

Para tornar mais inteligível essa postura tomada pelas comunidades locais, esclarecemos que: em outubro de 1999, numa assembléia comunitária, decidiu - se pela elaboração de um Plano Diretor Comunitário e, que em novembro do mesmo ano o Plano é aprovado numa nova assembléia e em março de 2000, este Plano Comunitário é apresentado à Câmara dos Vereadores, como substitutivo global do Plano Diretor do IPUF. Pela primeira vez no Brasil, uma comunidade projeta um Plano Diretor, sendo que, no primeiro trimestre de 2001, a nova legislatura iniciou às discussões, de um Plano Diretor, tendo que levar em conta a existência dos dois Planos, em disputa.

MAPA III – Região da Planície Entremares



3.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES

Segundo Machado (1999), Matos (1973), Rizzo (1993), Aragon (1999), Mazzer (1999), Breda (1999), Oliveira (1999), Wolf (1999), Camargo (1999), Emerim (1999), Fontanela (1999), Souza Jr, (1999) e Reynaud (1999), o Plano de Desenvolvimento para a Planície Entremares, é parte integrante de um estudo referente ao Planejamento Urbano para a Ilha de Santa Catarina - que teve início na década de 70 - quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Florianópolis, teve como idealizador o arquiteto e professor Luiz Felipe Gama D' Éça. Na década de 70, o mesmo, pertencia aos quadros do Instituto Catarinense de Desenvolvimento, vinculado ao Governo do Estado de Santa Catarina, tendo como Governador Colombo Machado Salles (1971 – 1975). Nesta época foi colocado em prática, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, que englobava as diretrizes de ação do seu governo. Este projeto era parte de uma proposição maior estabelecida no Projeto Brasileiro do Governo do então Presidente Médici, complementado por Planos Locais de Desenvolvimento. A análise que se pode fazer deste projeto, segundo Mattos (1973), é que o Estado de Santa Catarina estaria carente de maior integração estadual, infra – estrutura econômica e social, além de melhoria no desempenho econômico.

Analisando-se, a explanação acima, verifica-se que o desenvolvimento histórico, do *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares*, não é algo novo, mas que na realidade já estava integrado em um projeto maior, estabelecido no Projeto Catarinense de Desenvolvimento de 1972 e que buscava inserir a Cidade de Florianópolis, no eixo de consumo nacional.

Segundo D'Éça, a relação entre os dois projetos, acima citados, é que a Planície Entremares, poderá possibilitar a expansão da Cidade de Florianópolis e, incorporar toda a costa leste da Ilha de Santa Catarina e a sua estrutura urbana.

Na perspectiva do Plano Diretor elaborado pelo IPUF (1997), para a Região da Planície Entremares, deve ocorrer o zoneamento através da transformação da região de espaço rural em espaço urbano. Para que isso ocorra, é preciso prever-se os critérios para desempenho das funções urbanas necessárias; possibilitando-se então, a aplicação da legislação cabível. Essa ação, trará como consequência a eliminação da clandestinidade de ocupação e uso do solo, além do respeito às áreas de preservação permanente e áreas de conservação, pelas comunidades locais.

A versão mais recente do Plano Diretor elaborado pelo IPUF, para a Planície Entremares, foi finalizado e apresentado na Câmara dos Vereadores de Florianópolis, para debate, em 1992.

Por interferência das comunidades locais, com a solicitação de uma participação democrática no planejamento, o referido debate sobre o Plano, foi adiado em Plenário, na data acima citada; esta ação possibilitou uma avaliação mais meticulosa sobre as idéias utilizadas na organização das decisões que ali constam, antes que haja a sua implantação integral na Planície Entremares.

Segundo informações constantes no documento *Campeche em Movimento* (1999), em 1993, o IPUF convidou alguns professores da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC, (profissionais que tivessem afinidades acadêmicas com as diretrizes do Plano), para apresentar e discutir o Plano Diretor; sendo que os professores convidados, questionaram o modelo de desenvolvimento e sugeriram sua reavaliação.

No ano de 1994, o Plano Diretor foi reapresentado às comunidades locais, e essas pontuaram suas principais críticas, contra o sistema viário grandioso, a construção de prédios altos, via expressa sobre as dunas e as conseqüências de grandes investimentos para a região em estudo, pois a mesma não comporta tais empreendimentos.

E, ainda, segundo consta no “Dossiê Campeche” (1997), elaborado pela comunidade local, aparecem alegações dos moradores, de que não houve nenhuma alteração concreta realizada pelos técnicos responsáveis do IPUF, em relação as idéias norteadoras iniciais do Plano.

Em 1996, porém, as comunidades locais, solicitaram ao então, Prefeito Sérgio Grando, a suspensão da tramitação do Plano na Câmara dos Vereadores e, foi iniciada nova discussão sobre o mesmo com a população, porém sem que as partes envolvidas chegassem a um acordo.

Já em março de 1997, na Gestão da Prefeita Ângela Amim, as entidades comunitárias e os movimentos sociais do sul da Ilha de Santa Catarina, conseguiram novamente, a retomada das discussões do Plano com o IPUF.

Ainda em Julho de 1997, numa assembléia com aproximadamente cento e cinquenta pessoas, o Plano foi reapresentado pelo IPUF, para as comunidades locais; agora em nova versão, ou seja, subdividido em quatorze Unidades Espaciais de Planejamento – UEPs (transformadas em Março de 1999, em Projetos de Leis Complementares) promovendo com isso, o impedimento de contemplar o Plano globalmente.

Podemos inferir que com essa postura do IPUF e apesar das interferências e à

revelia das comunidades locais, está ocorrendo gradativamente que,

“ (...) observamos que atualmente, apesar da falta de divulgação e dificuldades colocadas no fornecimento de informações sobre o assunto pelo órgão municipal responsável, já se sabe que há a aprovação de algumas Unidades Espaciais de Planejamento / UEPs, na região, como por exemplo, na comunidade do Alto Ribeirão. (Movimento Campeche Qualidade de Vida : 2001)

Em 1998, o Plano é retirado da Câmara dos Vereadores, para modificações que deveriam atender as reclamações das comunidades.

No mês de Março de 1999, o Plano Diretor do IPUF foi encaminhado à Câmara dos Vereadores, agora subdividido em doze Projetos de Lei Complementar, (os quais buscaremos localizar na região da Planície Entremares e, quando possível, descrever a sua finalidade para o Plano Diretor do IPUF) assim distribuídos:

- ♦ 079 – (conforme Mapa IV), que se refere a área em que será instalado um Parque Tecnológico.
- ♦ 080 – localizado no Alto Ribeirão (não havendo disponibilidade de Mapa da área), no entanto, já se sabe que há a aprovação de algumas Unidades Espaciais de Planejamento / UEP's na região e esta área está entre as que já se encontram aprovadas, para instalação de Parque Tecnológico, expansão do Cemitério, Centro Hospitalar.
- ♦ 117 – (conforme Mapa V), que faz parte da Região da Moenda, nas proximidades do Trevo do Erasmo.
- ♦ 118 – (conforme Mapa VI), é onde está localizada a região do Campeche Sul e que ressalta a Lagoa da Chica.

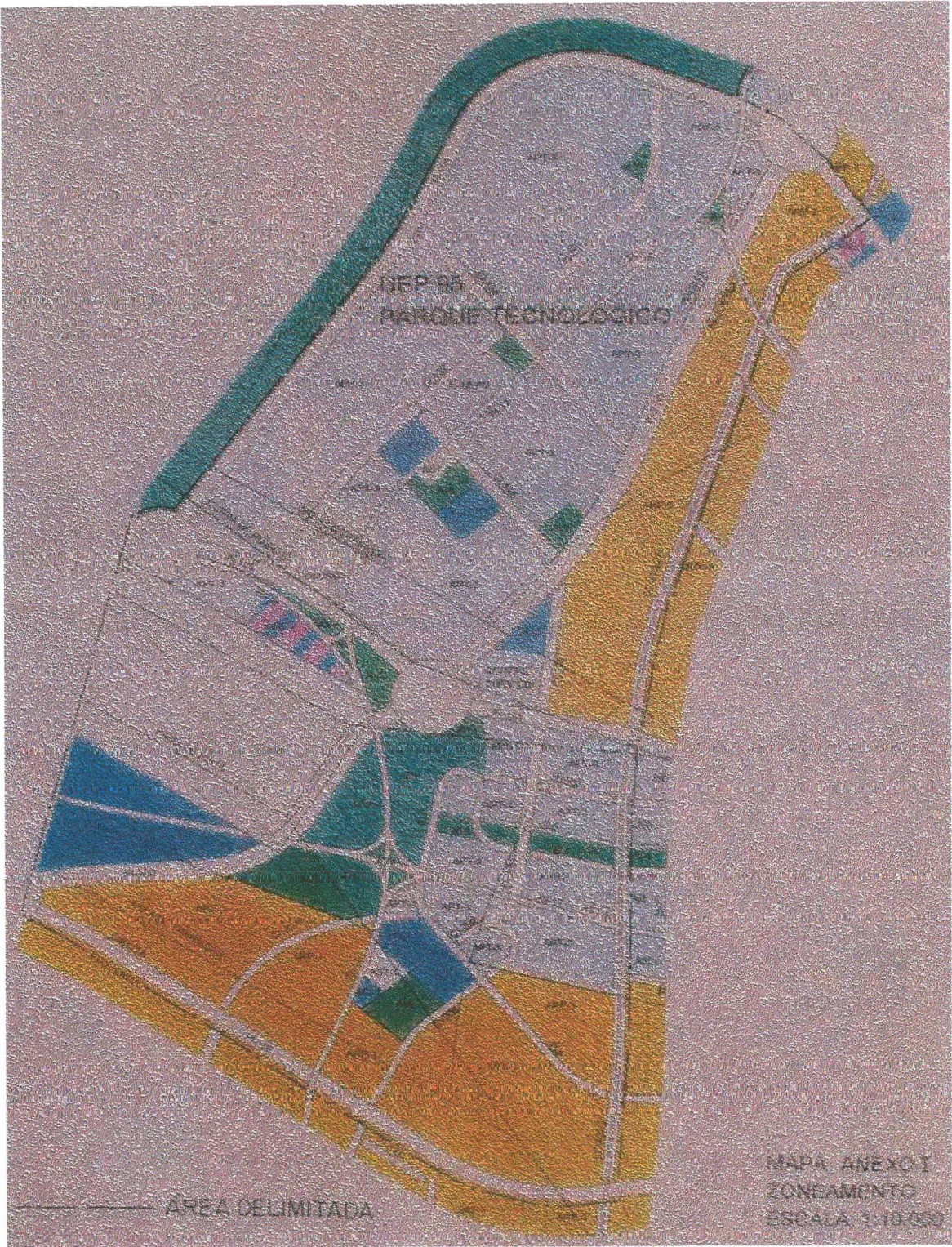
- ♦ 119 – (conforme Mapa VII), na região do Sertão do Rio Tavares, onde encontra-se a proposta da instalação de campo do golfe (área listrada como ATR), sendo que é nessa área, que a comunidade propõe a implantação de sistema de tratamento de esgoto (em ASE), conforme reivindica a CASAN.
- ♦ 120 – localizado no Parque Florestal da Fazenda do Rio Tavares (não havendo disponibilidade de Mapa da área), é contígua ao Manguezal do Rio Tavares; já foi aprovado pela Lei 3958/92, a construção de um Parque Tecnológico.
- ♦ 121 – (conforme Mapa VIII), tem a sua localização na Região do Morrote, pertencente a Universidade Federal de Santa Catarina.
- ♦ 122 – (conforme Mapa IX), localiza-se no Campeche Norte..
- ♦ 123 – (conforme Mapa X), situa-se na região do Morro das Pedras.
- ♦ 124 – (conforme Mapa XI), faz parte da região da Lagoa Pequena.
- ♦ 125 – (conforme Mapa XII), está inserido na região do Porto da Lagoa.
- ♦ 126 – (conforme Mapa XIII) , localiza-se na região da Tapera.
- ♦ 127 – (conforme Mapa XIV), situa-se na região do Rio Tavares.

O fato da ocorrência dessa divisão, implementou a imediata mobilização das comunidades locais, para tomada de decisão, relacionada à possibilidade dos Projetos de Leis Complementares serem implantados separadamente.

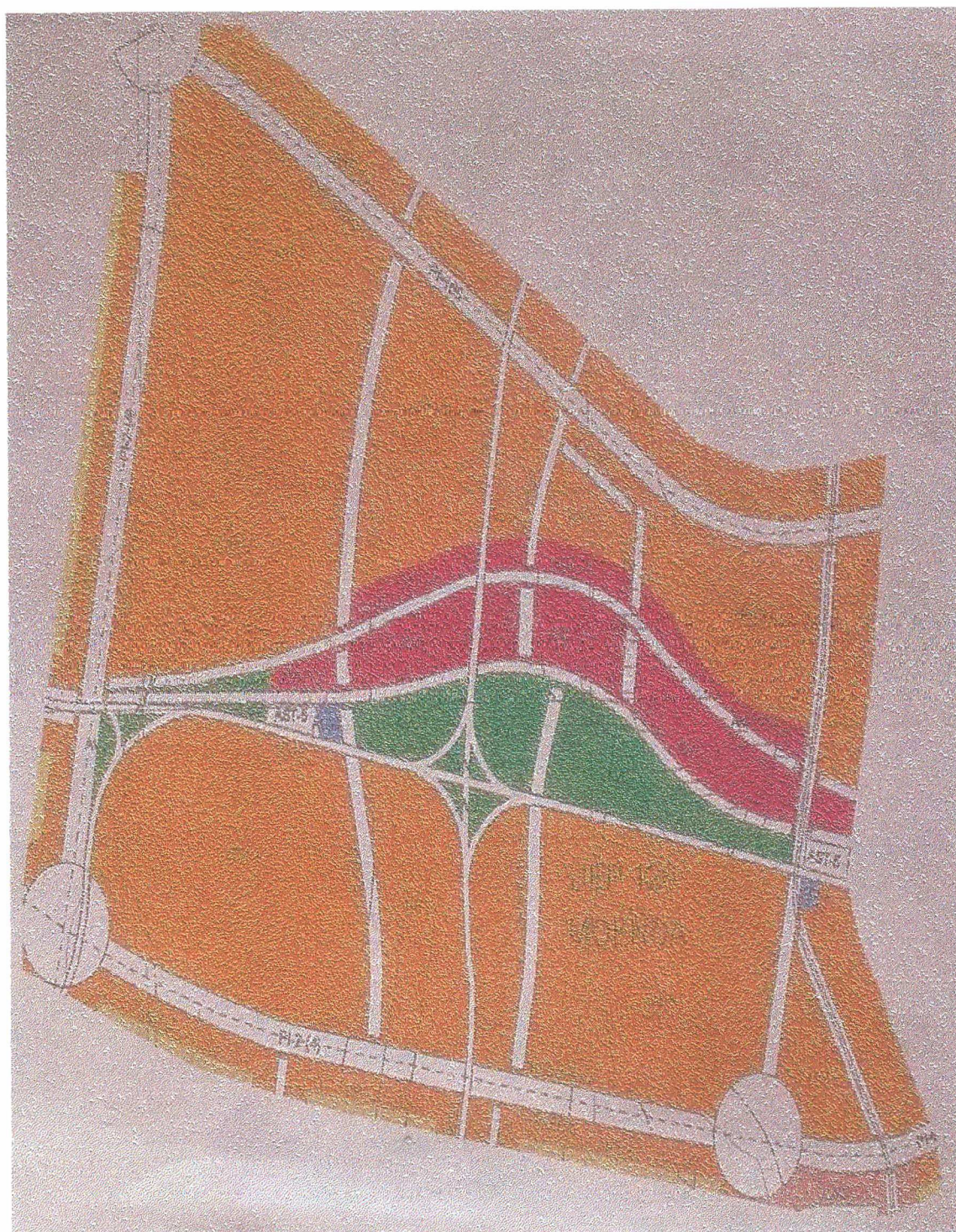
A ação de mobilização, foi executada através de solicitação à Câmara dos Vereadores, do não prosseguimento da tramitação dos Projetos; além da reabertura de diálogo com o IPUF, com a mediação dos Vereadores, com o objetivo de se chegar a

um consenso sobre as discordâncias existentes já nos anos anteriores. Apesar das tentativas elaboradas em reuniões posteriores, não se obteve sucesso para se otimizar o consenso, nem da parte das comunidades locais e nem do IPUF, configurando-se então, um impasse.

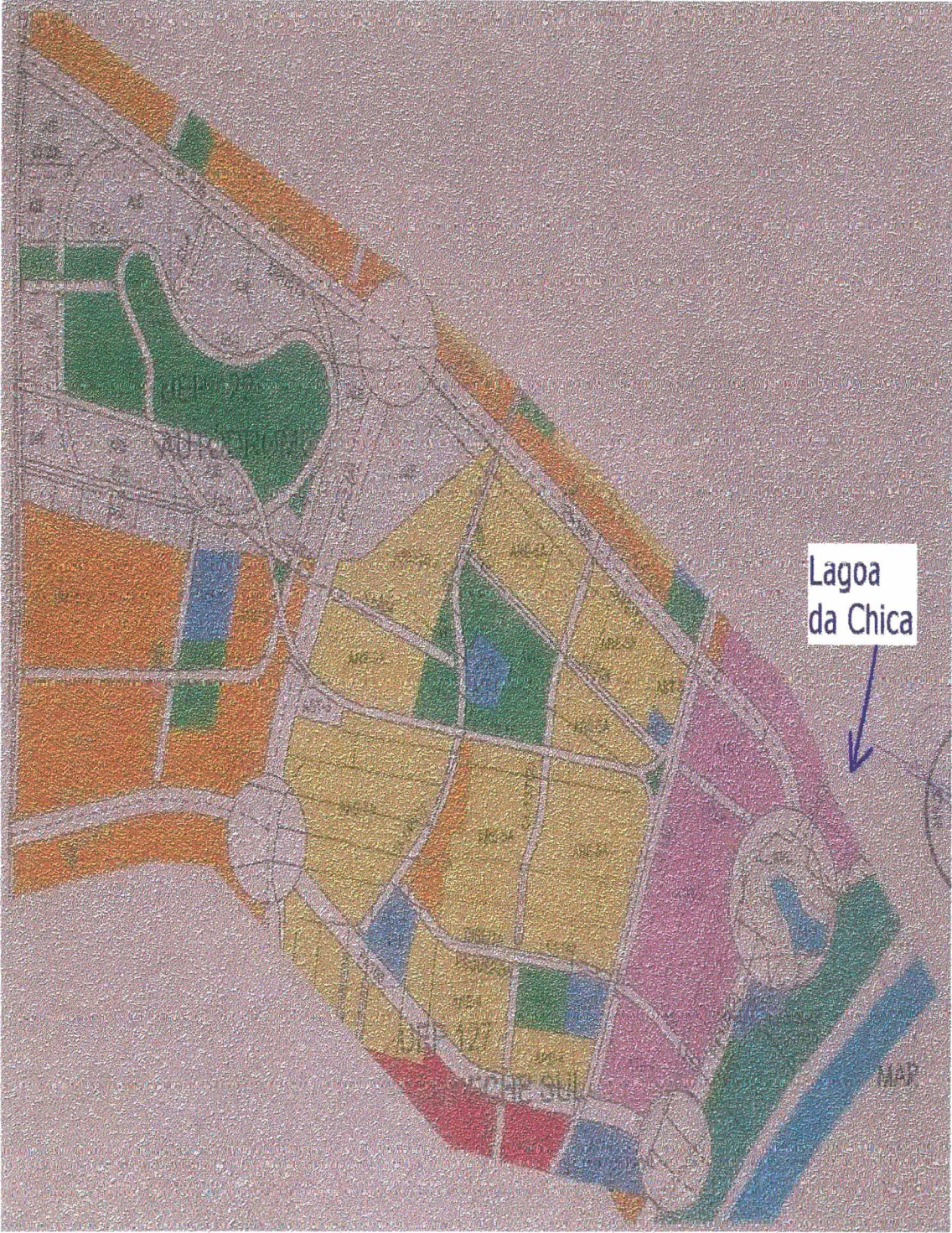
MAPA IV - PLC – 079

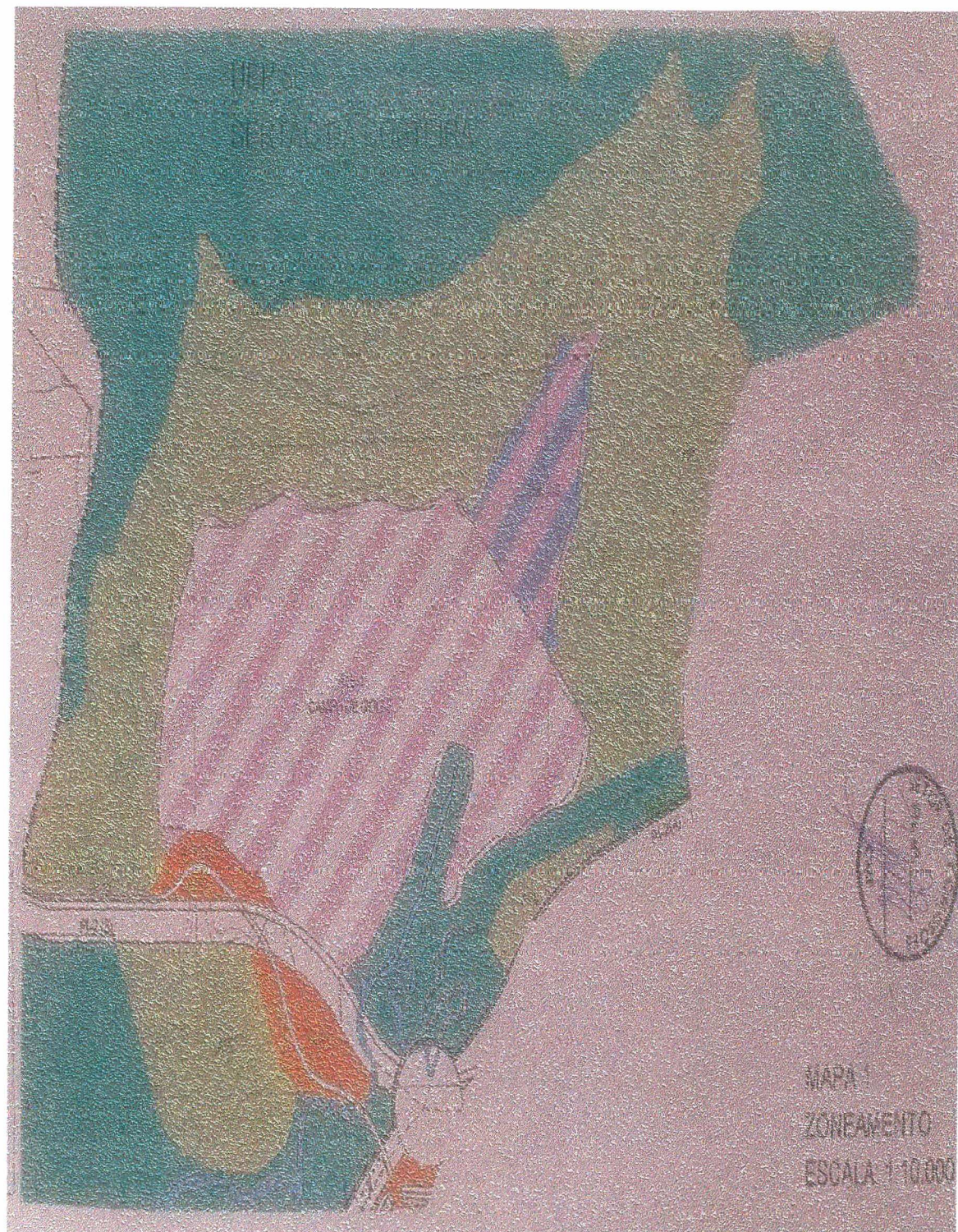


MAPA V – PLC – 117 (Região da Moenda)

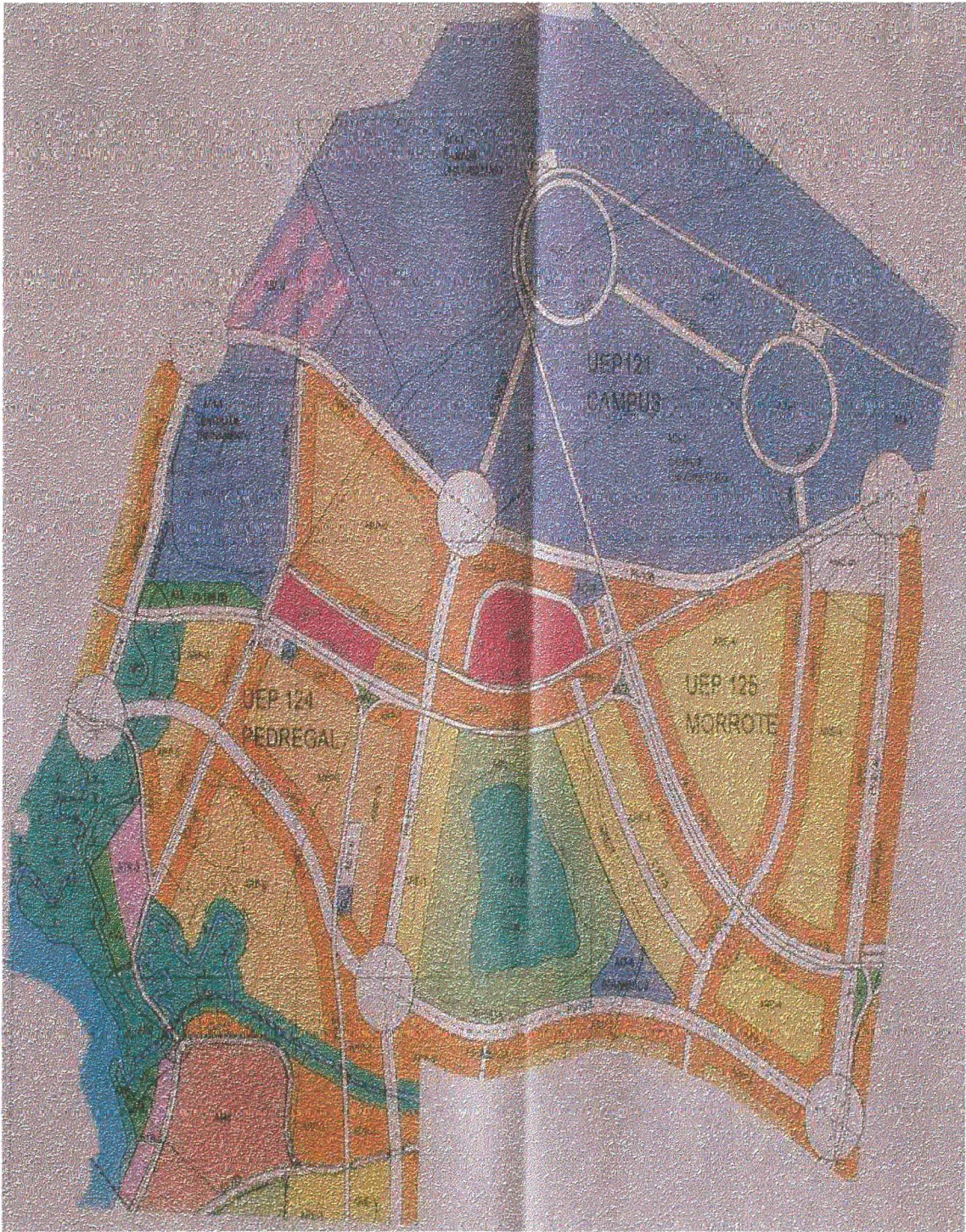


MAPA VI – PLC – 118 (Região Campeche Sul)



MAPA VII – PLC 119 (Região Sertão do Rio Tavares)

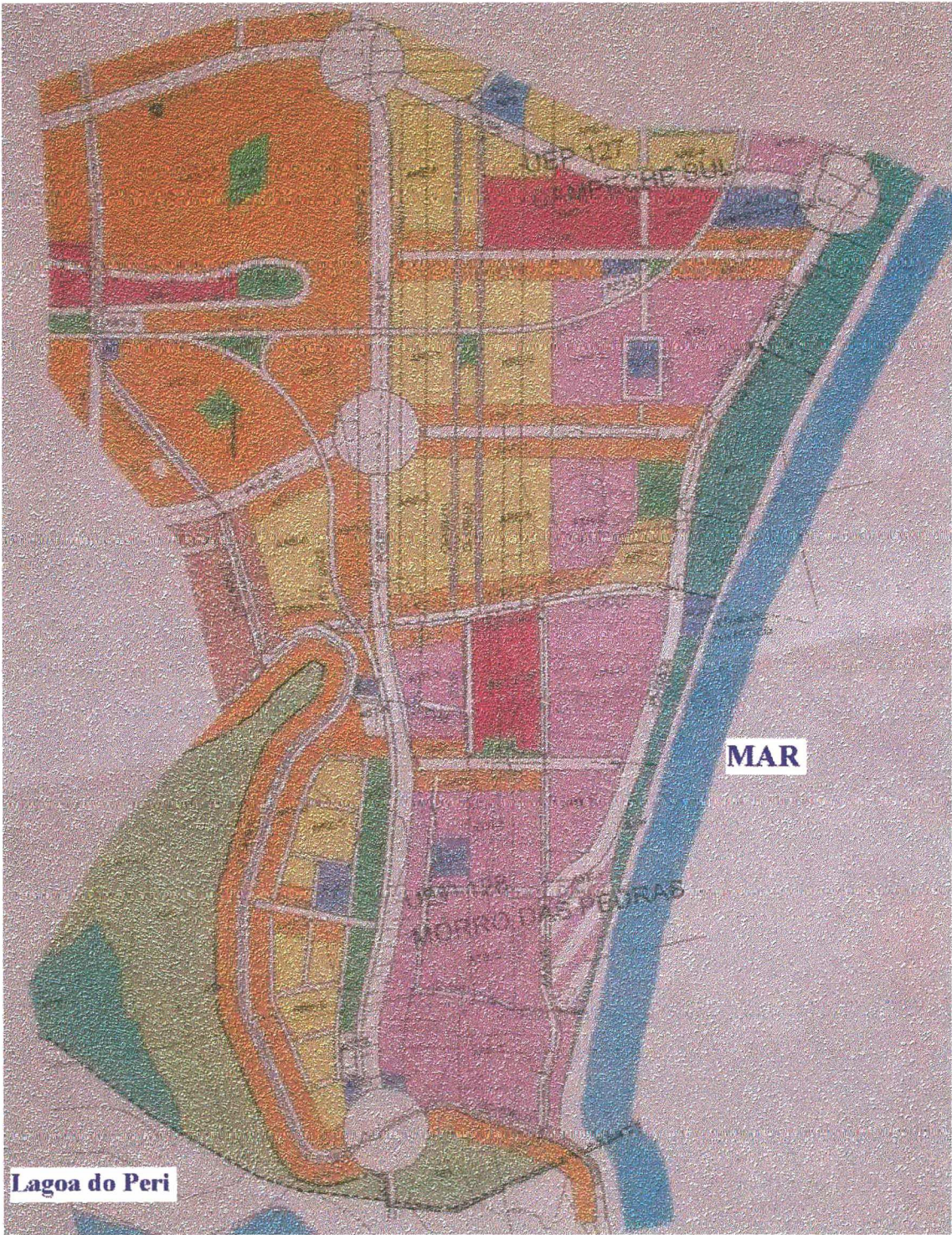
MAPA VIII – PLC 121 (Região do Morrote)



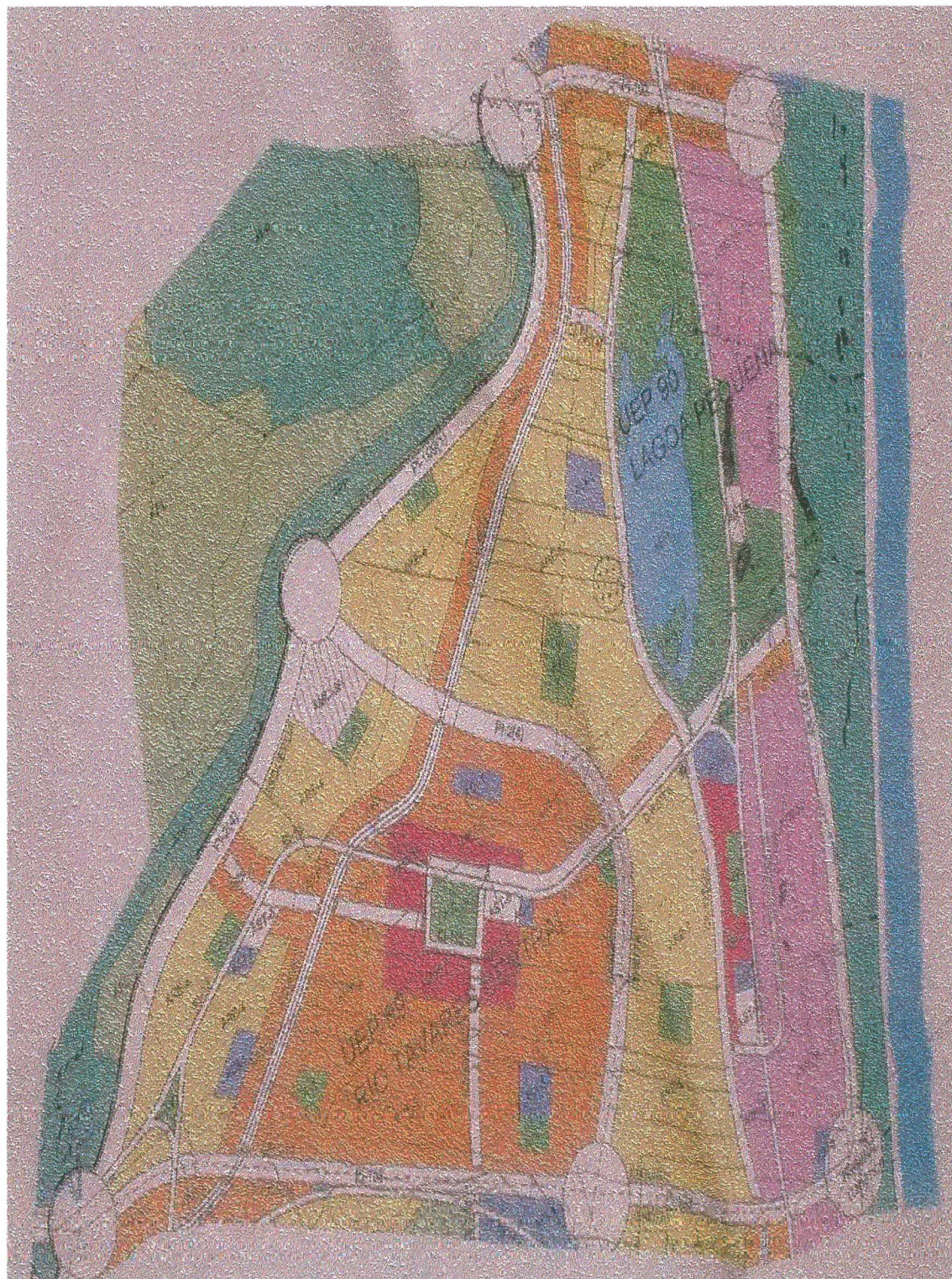
MAPA IX – PLC 122 (Região do Campeche Norte)



MAPA X – PLC 123 (Região do Morro das Pedras)



MAPA XI – PLC 124 (Região da Lagoa Pequena)



MAPA XII – PLC 125 (Região do Porto da Lagoa)



MAPA XIII – PLC 126 (Região da Tapera)



MAPA XIV – PLC 127 (Região do Rio Tavares)



Em 25 de março do corrente ano, uma audiência pública para a discussão dos dois projetos em litígio, deixa evidente o descontentamento de diversos órgãos públicos, contra o que denominam de *“megalomania do Plano do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / IPUF”*.

No mês de Junho de 2001, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, anuncia que houve a tomada de decisão de elaborar um novo projeto para o Plano Diretor, substitutivo global, baseado nos dois projetos em litígio.

Segundo informações contidas no Jornal “Fala Campeche” (08 de Julho de 2001), o Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / IPUF, Sr. Carlos Alberto Riederer, em reportagem do Jornal AN Capital (2001), reconhece falhas contidos no processamento do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

A seguir, descreveremos as variáveis que denotaram dos encaminhamentos cronológicos dados ao Plano Diretor do IPUF e, as decisões tomadas pelas comunidades locais, baseadas nos fatos ocorridos durante as tentativas de implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

3.2 – “DOSSIÊ CAMPECHE”

A partir da rejeição das diretrizes do Plano Diretor do IPUF, num processo de mobilização das comunidades, e com a iniciativa do *Movimento Campeche Qualidade de Vida / MCQV*, houve o *“I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche”*, de 23 a 25 de outubro de 1997, que objetivava uma discussão mais aprofundada do Plano do IPUF.

Esse seminário contou com a presença de aproximadamente duzentos e

cinquenta moradores e técnicos das áreas de Geografia, Biologia, Ecologia, Engenharia Sanitária e Civil, Sociologia, Arquitetura, Direito, Educação e Jornalismo, como também de representantes da comunidade em geral (AMOCAM, 1997: 6), sendo que, instituições como IPUF, COMCAP, SUSP e FLORAM foram convidados, mas não compareceram, alegando constrangimento devido à Ação Cautelar de Notificação Judicial, impetrada em 09/1997 pela AMOCAM contra o IPUF, na qual reforçavam seu posicionamento contrário a implantação do Plano Diretor do IPUF.

Segundo dados constantes do Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV (1997), Amora (1996), Barbosa (2000), Boletim de Educação Ambiental (1999), Borges (1996), Caruso (1983), Jornal Diário Catarinense (1999), Teixeira (1999), IPUF (1997), Jornal O Estado (1999), Bezerra (1999) e Rizzo (1993), aqui apresentaremos resumidamente a estrutura do “*Dossiê Campeche*” (conforme Anexo 6), que trata basicamente de duas questões primordiais: em primeiro lugar, apresenta o Plano de Desenvolvimento do Campeche – PDC, proposto pelo IPUF, para a Planície do Campeche (atualmente denominado Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares) e o modo como vinha sendo encaminhado o planejamento urbano junto às comunidade da área. Seqüencialmente, mostra – se a possibilidade de soluções viáveis e sustentáveis para a organização e ocupação da Planície, em co-responsabilidade com a comunidade e em obediência às leis vigentes, abordando questões de forma técnica e interdisciplinar.

O Seminário teve como intenção maior, fornecer esclarecimentos a setores que direta ou indiretamente, possam intervir ou decidir sobre a sensibilização do planejamento na região em litígio.

Nesse Seminário foram estruturadas quatro Comissões Temáticas:

- ♦ *Recursos Naturais e Zoneamento Urbano* : coube a essa Comissão fazer a descrição dos recursos naturais, uso do solo e zoneamento urbano da Planície, e incentivar a sua preservação e seu desenvolvimento sustentável.
- ♦ *Sistema Viário* : essa Comissão colaborou na interpretação do Plano, através da análise minuciosa do sistema viário do mesmo - que foi considerado o item mais agressivo ao ecossistema da região – e o rejeitou integralmente.
- ♦ *Saneamento Básico*: a Comissão deixa claro que o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares deve contemplar como pré-requisitos as questões referentes à água, esgoto e drenagem; para a ocupação do espaço , deve ser considerada a questão do ecossistema, no que se refere aos lençóis freáticos, mar, córregos e lagoas, conforme os preceitos da Agenda 21, cap. 18, sobre Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos.
- ♦ *Espaço Público* : essa Comissão considerou que “espaço público”, não engloba somente a configuração física, mas o acesso da população a determinados espaços e equipamentos, sendo que para essa proposta, são considerados espaços públicos : áreas de preservação ambiental, espaços constituídos historicamente pelo uso da população, além do acesso a equipamentos de uso coletivo de saúde, educação, transporte, lazer e cultura.

Esse Relatório, bem como diversos pareceres solicitados pelas entidades organizadoras do Seminário à vários Departamentos da Universidade Federal

de Santa Catarina, seviram de base para o denominado “Dossiê Campeche”, encaminhado ao IPUF em Novembro de 1997 (um mês após a elaboração do mesmo) com sugestões ao Plano. Pelo caráter centralizador da opinião das entidades subscreventes contidos no documento, tornam-se relevantes algumas críticas ao Plano Diretor:

- ◆ somente permitiu-se a cada comunidade apresentar sugestões ao recorte correspondente a sua Unidade Espacial de Planejamento / UEP, impedindo sua crítica na totalidade, no âmbito de diretrizes e propostas de planejamento;
- ◆ inexistência de EIA – RIMA para o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares;
- ◆ aprovação de leis municipais condicionada à adequação ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares;
- ◆ preocupação com o comprometimento da qualidade dos recursos naturais da área, em especial , do Aquífero Campeche, que pode ocorrer com a impermeabilização do solo devido a urbanização prevista para a área;
- ◆ possível isolamento da vida da população em Unidades Espaciais de Planejamento / UEPs autônomas, devido ao sistema viário proposto, privilegiando-se as “ (...) áreas locais de atrativo paisagístico para o segmento social economicamente mais alto”, o que segregaria a população local em classes sociais diferenciadas, tendo como consequência o aumento das desigualdades sociais;
- ◆ questionamento da projeção de quatrocentos e cinquenta pessoas na

Planície Entremares em 2020, mesmo sem a indução ocasionada pela implantação ocasionada pela implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares;

- ◆ falta de participação popular no processo de elaboração e discussão do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, a despeito da ocorrência de reuniões anteriores.

Assim sendo, neste “Dossiê”, estão descritas informações necessárias sobre as questões legais, ambientais, sociais, infraestruturais, além da descrição da região, recursos naturais, culturais, históricos e a realidade urbano rural de ocupação.

Durante os dias de ocorrência do Seminário, as comunidades locais analisaram e diagnosticaram a situação da Planície Entremares, juntamente com diversos órgãos públicos, como:

- ◆ Companhia Catarinense de Água e Saneamento / CASAN,
- ◆ Secretaria Estadual do Meio Ambiente / SEDUMA,
- ◆ Fundação do Meio Ambiente / FATMA,
- ◆ Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC,
- ◆ Conselho Municipal de Desenvolvimento / COMDEMA,
- ◆ Câmara dos Vereadores de Florianópolis,
- ◆ Organizações – Não – Governamentais / ONGs, além de outras Associações de Moradores, pertencentes à Planície Entremares.

Sendo que, mais uma vez, o Plano Diretor do IPUF, foi recusado

categoricamente pelas comunidades locais, que propôs diretrizes buscando soluções sustentáveis para a reorganização e ocupação urbana ordenada da região. Estas diretrizes foram registradas oficialmente no *Relatório Final do Evento*, ficando conhecido como “*Dossiê Campeche*”. Este “*Dossiê*” teve o apoio de diversas Organizações – Não – Governamentais, como:

- ◆ AMOCAM – Associação dos Moradores do Campeche
- ◆ AMPOLA – Associação de Moradores do porto da Lagoa
- ◆ AMOREIAS – Associação de Moradores das Areias do Campeche
- ◆ Associação de Moradores do Rio Tavares
- ◆ CAL – Movimento Campeche a Limpo
- ◆ CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania
- ◆ FAVI – Fundação Água Viva
- ◆ Fundação Lagoa
- ◆ Klimatar – Centro de Estudos Ambientais
- ◆ Movimento Cidadania pelas Águas – Projeto LARUS
- ◆ Viveiro Pau Campeche

Este “*Dossiê*” foi entregue a todos os órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para análise do mesmo e aguardo de posterior resposta.

Após, a elaboração e entrega deste documento pelas comunidade (1997) só se obteve resposta, oito meses depois, esta ação, assim sendo traduzida “ (...) como indisposição das autoridades municipais com o planejamento urbano participativo”,

segundo opinião das comunidades locais. Essas atitudes serviram de incentivo para outras iniciativas autônomas da população, na busca de proteção da qualidade de vida da localidade, nascendo então nesta época, o “*Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV*”.

O IPUF, respondeu oficialmente às críticas contidas no “Dossiê”, (conforme Anexo 7), e a discussão em torno do assunto permaneceu em “compasso de espera”.

3.2.1 Perspectivas do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares pelo IPUF

Nesta parte, tornamos relevante que quaisquer opinião e/ou descrição para implantação do Plano Diretor para a Planície Entremares, está inserida na perspectiva do planejamento urbano, elaborado pelo IPUF.

Inicialmente, observamos que o Bairro do Campeche é a localidade que melhor simboliza toda esta Região; por esta ser a praia e bairro da Região sul da Ilha, mais conhecidos, formado por uma faixa paralela ao mar, com uma área que abrange aproximadamente 1,21 km², estendendo-se por três mil e oitocentos metros de praia, até o campo de dunas da Lagoa da Conceição; destacam-se aí, no Campeche, as reservas ecológicas municipais da Lagoinha, da Chica e da Lagoinha Pequena.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, levou cerca de três anos para ser efetivado e, “o resultado final pode ser considerado uma concepção urbana integrada, de um projeto de cidade – nova no Campeche, uma cidade baseada no turismo e na alta tecnologia, com capacidade para abrigar cerca de trezentos e noventa mil a quatrocentos e cinquenta mil habitantes e, que será capaz de colocar o Município de Florianópolis, coerentemente com o século XXI”. (IPUF, 1995:2).

Segundo o IPUF, o saneamento básico terá relevância na preservação

ambiental, comportando extensa rede de drenagem, com três estações de tratamento de esgotos, dois reservatórios de água, uma usina de tratamento de lixo e uma subestação de energia elétrica.

Os 48 km² de áreas urbanizáveis, da Região Entremares, serão destinados à expansão da cidade e divididos em vinte e quatro bairros autônomos e humanizados, os quais serão contornados por um sistema viário formado por um anel expresso e um conjunto de vias - parque, evitando o tráfego de passagem através das zonas residenciais.

O transporte de massa, contará com o deslocamento da população através de veículos como ônibus, bonde ou aeromóvel, que trafegarão pelas estações dos bairros e em todos os pontos de interesse coletivo, como : centros comerciais, hospitais, escolas; haverá ainda, a existência de ciclovias e vias de pedestres que interligarão estes pontos com áreas verdes e praias.

Esta rede tripla de transportes, “ônibus, bonde ou aeromóvel”, terá conexão com o Aeroporto Internacional Hercílio Luz a Via Expressa Sul e conseqüentemente com o centro da Cidade de Florianópolis. O Aeroporto Internacional Hercílio Luz e suas áreas de entorno terão proteção legitimada, enquanto considerados “zonas de ruídos”, através da observância da Portaria nº 669/ DGAC/94 do Ministério da Aeronáutica, que disciplina o assunto. O Plano passou por análises de técnicos do Instituto Aeronáutica Civil (IAC), sendo considerado compatível com a proteção das áreas aeroportuárias.

A Região Entremares contará com fontes de emprego em quantidade e qualidade compatíveis com a mão-de-obra existente na Cidade de Florianópolis. Assim existe o entendimento do IPUF, de que, a citada região, trará opções de atividades

empregatícias diversificadas, como na área de instituições públicas, instituições acadêmicas, empresas privadas, que possam englobar desde tecnologias limpas, comércios, prestadores de serviços gerais, entre outros, e que não sejam somente voltadas ao turismo.

A base tecnológica, incluindo empresas nacionais e estrangeiras, estará inserida através de indústrias não poluentes e, para que haja o acompanhamento do rápido avanço tecnológico, será providenciada a implantação de dois Parques Tecnológicos, com localização na Fazenda do Rio Tavares e Alto Ribeirão, respectivamente.

Estes Parques Tecnológicos facilitarão a instalação de indústrias para pesquisas na área de tecnologia de ponta, que poderão ser implantados na base da cooperação acadêmica, industrial e administrativa. Há a estimativa de que os mesmos devem gerar até quarenta e sete mil empregos, absorvendo tanto a mão-de-obra local, como a mão-de-obra de outras regiões.

O Parque Tecnológico da Fazenda do Rio Tavares, próximo ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, foi legitimado em 1992, e está em processo de desapropriação, fornecendo assim futuramente, um ambiente natural, atividades empregatícias em incubadoras tecnológicas, escolas técnicas, centros de serviços e lotes industriais.

Com a finalidade de planejar uma cidade com tais características, o IPUF buscou modelos estrangeiros, e que estes pudessem ser adaptados à realidade local. Foram adotados para estes fins, os modelos das cidade-novas da Grã-Bretanha e das Tecnópolis existentes no Japão.

As "*New Towns*" britânicas desenvolveram-se a partir de 1946, tendo sido

originalmente concebidas “(...) como urbanizações periféricas auto-suficientes destinadas a descentralizar o emprego industrial em áreas metropolitanas descongestionadas” (IPUF, 1995: 57).

O Plano de Desenvolvimento do Campeche foi idealizado na terceira geração dessas cidades-novas, especialmente inspirado em Milton Keynes (1960), cuja base econômica ampliou-se para incluir empregos no setor terciário (universidades, centro de pesquisas e hospitais), seguida pela ampliação da população prevista, de sessenta para quatrocentos e trinta mil pessoas. Nesse modelo, a malha viária principal e a manutenção da paisagem natural são determinantes na conformação de bairros semi - autônomos, destinados a abrigar, cada qual, diferentes classes sociais (IPUF, 1995:58).

A justificativa da escolha do modelo inglês, confirma-se no relatório como:

“Situada em zona periférica em área várias vezes maior do que o centro da Capital, a região do Campeche assume naturalmente funções de descentralização urbana. Por outro lado, suas vocações como pólo de alta tecnologia e centro turístico geram forte possibilidade de certa autonomia econômica. Em decorrência, a região do Campeche pode ser caracterizada como uma urbanização periférica, em larga escala, auto - suficiente e com funções de descentralização de um centro metropolitano, o que faz o conceito de cidade - nova extremamente adequado ao caso” (IPUF, 1995:59).

Segundo o IPUF, a conceituação de Tecnópolis, é mais recente do que o de cidades-novas britânicas (1980). Tem como significado um complexo industrial de alta tecnologia, no qual integram-se indústrias, universidades e setores habitacionais, relacionados diretamente a uma denominada “cidade-mãe”, como um subúrbio dela. Seu objetivo, além de induzir a instalação de empresas nessa cidade, é o desenvolvimento de empresas locais no setor tecnológico, embasada no pressuposto de que as indústrias de alta tecnologia serão as de maior destaque no atual século (IPUF, 1995: 61).

O modelo japonês adotado para a Tecnópolis do Campeche, tem a justificativa de que:

“ A cidade de Florianópolis possuía (...) o porte (256mil/hab. em 1990), a cultura tecnológica , a tradição, a segurança, as universidades e os centros de pesquisas, que a fazem a “cidade-mãe” ideal para uma Tecnópolis. Por outro lado, a cultura do lazer, vinculada ao turismo de prais, permite acrescentar às funções da Tecnópolis, uma função turística, enriquecendo em muito as opções de vida. Dessa forma, a Tecnópolis do Campeche foi baseada num conceito em que zonas industriais de alta tecnologia, campi universitários e zonas residenciais foram acrescidas de zonas turísticas” (IPUF, 1995: 62).

Pode-se afirmar então, segundo o IPUF, que o Plano de Desenvolvimento do Campeche, é resultado desses dois modelos de planejamento urbano, podendo ser denominado de “conceito-guia” , assim sintetizado:

“ Através de uma política de reforço do setor privado, participação do setor comunitário e respeito ao meio ambiente, desenvolver no sul da Ilha de Santa Catarina, uma cidade-nova, um centro internacional de cultura, turismo, educação e

tecnologia para o século XXI, uma Tecnópolis subdividida em bairros autônomos e humanizados, onde todas as classes sociais possam viver em harmonia com o ambiente natural e construído” (IPUF, 1995: 63).

A idéia central é de que os Parques Tecnológicos, complementam atividades de pesquisas acadêmicas, razão pela qual existe a previsão de ampliação de propriedade da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC, junto ao Centro de Treinamento das Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC (CEFA), com cerca de duzentos e cinquenta hectares, gerando assim, um novo Campus Universitário, que poderá desenvolver a produção de aproximadamente trinta mil empregos.

Quanto ao turismo na Região da Planície Entremares, segundo o Plano Diretor do IPUF, haverá incrementos através de ações conjuntas de setores públicos e privados, concentrando-se na criação de três seções hoteleiras, localizadas junto ao Morro das Pedras, Freguesia do Campeche e Porto da Lagoa.

A construção de cinco terminais turísticos ao longo das dunas litorâneas, devem proporcionar facilidades de acesso, serviços e estacionamento aos usuários da praia. As zonas próximas ao mar serão zonas turísticas – residenciais, facilitando a instalação de serviços de atendimento-as atividades turísticas, através de restaurantes, pousadas, etc.

O turismo ecológico poderá ser a variante necessária para substituir a sazonalidade do turismo pontual, seja através de pesquisas nas dunas, mangues ou Mata Atlântica, além da construção de um grande Centro de Convenções na Região, onde se poderá implantar Turismo de Negócios e Congressos, vinculados a alta tecnologia.

A atividade turística poderá ser complementada, com áreas situadas sob as Zonas de Proteção do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, onde será destinado local também, para implantação de Zona Industrial e Parque Urbano.

No Plano Diretor, há ainda a previsão de que no entorno da área do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, poderá funcionar um Autódromo Internacional, com pista de aproximadamente cinco mil metros e com capacidade para corridas de Fórmula 1. A estimativa do IPUF é de que o setor turístico, por conta desse empreendimento, possa vir a gerar aproximadamente vinte e oito mil empregos.

Dentro da visão do Plano elaborado pelo IPUF, há a previsão de fontes de emprego para as populações de menor poder aquisitivo, criando mercados públicos e espaços para vendedores ambulantes, junto as estações de transporte de massa, o que pode gerar aproximadamente em torno de quinhentos empregos informais.

A construção civil será outro setor contemplado com a geração de empregos nesta região. Sendo que o ideal, em nível de sugestão do órgão responsável pelo Plano, será a busca de profissionalização dos trabalhadores dessa atividade, para que não ocorra simplesmente uma condição de reprodução para subsistência, para os mesmos.

Não haverá a necessidade de que estes trabalhadores, residam longe de seus empregos, pois uma variedade de áreas residenciais estará disponível para todas as classes populacionais, ou seja, com lotes mais valorizados junto ao mar até lotes mais populares localizados na Tapera e Alto Ribeirão.

Já a classe média da Cidade de Florianópolis, não terá a necessidade de deslocar-se para o Continente, pois três bairros centrais de média densidade, Moenda, Campeche e Rio Tavares Central, serão destinados a prédios de apartamentos com dois pavimentos.

Os bairros residenciais, projetados na mesma proporção dos empregos gerados, terão vida própria, contando com todos os equipamentos urbanos e comunitários, necessários às suas populações, tais como escolas, praças, postos de saúde e comércio local.

A parte comercial e de prestação de serviços para a população, ficará nos centros

dos bairros, acessíveis através de vias coletoras com uso também comercial, sendo que, o comércio de grande porte ficará dividido em quatro áreas, de forma a agilizar o atendimento aos moradores.

A infraestrutura comunitária será complementada por unidades do Corpo de Bombeiros, setores hospitalares, cemitérios, e escolas de segundo grau, além de shopping centers e um centro administrativo.

No setor cultural está prevista a preservação dos engenhos, caminhos antigos e espaços tradicionais locais, além da instalação de teatros, cinemas, bibliotecas e museus em todos os centros de bairros e a implantação de um centro cultural, junto a orla marítima.

O Plano, foi concebido para ser aliado às extensas áreas naturais preservadas e áreas verdes de lazer, onde os quatro principais centros de bairros terão destaque com prédios mais elevados que as edificações residenciais de seu entorno, podendo atingir de quatro a seis pavimentos em alguns quarteirões.

Por haver flexibilidade no Plano, o IPUF afirma que não se pode prever atualmente, todas as soluções esperadas pelas comunidades envolvidas, para os problemas que são inerentes à Região Entremares; de modo que, cada bairro poderá ter seu planejamento alterado através de Planos Específicos, desde que sejam mantidos os números populacionais previstos. O próprio estudo de vias locais e áreas públicas é entendido apenas como orientação aos empreendedores, com validade somente até a elaboração de Planos Específicos.

A densidade demográfica é considerada baixa, se comparada com outros bairros da Ilha de Santa Catarina, pois encontra-se na ordem de setenta e cinco habitantes por hectare, fazendo com que a região tenha capacidade para comportar a população estimada no Plano, além de, quando se fizer necessário, poder comportar uma população flutuante, vinda através

do fluxo turístico para a Região (IPUF, 1997).

As estratégias do IPUF, para implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, são as seguintes:

- ♦ utilização do investimento público, especialmente em infra – estrutura, como orientador das ações do setor privado;
- ♦ implantação por etapas desvinculadas dos ciclos administrativos;
- ♦ financiamento baseado em regularização fundiária e contribuição de melhoria;
- ♦ execução pelas companhias de economia mista, com ênfase numa companhia de urbanização específica para a região;
- ♦ construção imediata de obras indutoras, utilizando ao máximo a infra – estrutura existente;
- ♦ marketing permanente dirigido para o setor privado e a comunidade, desde o nível local até o nível do Mercosul (IPUF, 1995 : 119)

Os objetivos gerais de tais estratégias do Plano do IPUF, estão detalhadas da seguinte forma :

- ♦ consolidar a vocação da cidade de Florianópolis, como pólo tecnológico e turístico;
- ♦ ampliar as oportunidades de emprego no município;
- ♦ criar uma cidade-nova no sul da Ilha, baseada em alta tecnologia e atividades acadêmicas;
- ♦ regularizar terrenos e atividades clandestinas na região do Campeche (IPUF, 1995 : 120)

E os objetivos específicos do Plano do IPUF, constam de:

- ◆ elaboração de plano de uso e ocupação do solo para a região;
- ◆ elaboração de planos de urbanização específica para cada bairro;
- ◆ instituição de programas de regularização fundiária;
- ◆ construção de infraestrutura urbana;
- ◆ implantação de Parques Tecnológicos;
- ◆ implantação de áreas habitacionais e centros de bairros;
- ◆ implantação de campi universitários;
- ◆ implantação de equipamentos turísticos e setores hoteleiros;
- ◆ construção de infraestrutura comunitárias;
- ◆ proteção de dunas, mangues e encostas; manutenção das características das comunidades nativas (IPUF, 1995:20).

Os objetivos específicos devem ser traduzidos em ações concretas, com implementação através de programas de ação executados por diversas instituições, sejam elas de cunho federal, estadual, municipal, privado ou comunitário, e articuladas pela Companhia de Urbanização do Campeche / CODECAM.

“ Essa companhia deve receber delegação de poderes para coordenar as ações dos diversos agentes públicos e executar regularizações fundiárias, além de assumir as atribuições da prefeitura no que tange ao controle do uso do solo, captação de recursos financeiros e execução de obras de infraestrutura. É essencial, porém que a Companhia de Urbanização do Campeche (CODECAM) mantenha-se vinculada ao órgão municipal de planejamento, como forma de

assegurar sua função social e a observância dos objetivos do Plano de Desenvolvimento” (IPUF, 1995 : 122).

Com a definição dos programas de ação específicos e os papéis a serem desempenhados pelos diversos setores, traçaram-se diretrizes em nível de curto prazo, de até três anos, com a finalidade de orientar as atividades que devem ser desenvolvidas pela CODECAM. Entre estes programas prioritários de curto prazo, destacam-se programas de monitoração ambiental, drenagem urbana, saneamento básico, transporte de massa e coleta e tratamento de resíduos.

Como avaliação dos resultados da implantação do Plano Diretor, deve ser utilizada a análise das seguintes variáveis:

- ♦ *relatório trimestral de andamento*: fornecerá uma visão geral do progresso da implantação do Plano para a CODECAM;
- ♦ *avaliação anual de eficiência*: “(...) definidas como análises anuais dos componentes do Plano, efetuadas durante sua implantação pelo órgão de planejamento, IPUF” (IPUF, 1995: 135);
- ♦ *estudos especiais de avaliação*: quando produtos anteriores identificarem problemas, buscar cursos alternativos de ação para corrigi-los;
- ♦ *revisão anual de implantação* : é uma avaliação global de eficiência e eficácia do Plano, baseada nos outros produtos;
- ♦ *avaliação de eficácia* : “ (...) avaliação dos impactos do programa na população – alvo e na comunidade urbana como um todo, após a implantação do programa e durante aproximadamente dez anos, conforme o caso “ (IPUF, 1995 : 137).

Reiterando o acima citado, o *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares*, prevê-se de que o mesmo, necessitará aguardar um prazo relativamente extenso, para que haja a sua implantação por completo.

Pois, o entendimento das metas inerentes as suas complexidades, pelas comunidades envolvidas, deve dar-se gradativamente, levando para isto, alguns anos, segundo estimativa do IPUF. Outro motivo apontado pelo órgão, é de que também, continuarão a existir áreas de preservação de meio ambiente na região e a estrita observância da legislação ambiental prevista pelo Plano.

3.2.2 - Objetivos da implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície de Entremares na perspectiva do IPUF

O objetivo principal para a implantação do *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares*, o IPUF disciplina o uso e a ocupação do solo da região da parte insular da cidade de Florianópolis, que corresponde a aproximadamente cinquenta e cinco quilômetros quadrados.

A idealização do referido Plano, deve-se a busca da resolução dos problemas de ocupação clandestina no Campeche, tanto às margens das áreas de preservação permanente e áreas verdes adjacentes, quanto nas áreas rurais (IPUF, 1995 : 2).

Para chegar ao objetivo principal acima referido, o IPUF elaborou relação constando de problemas dominantes na região, e elencou-os através de princípios de planejamento estabelecidos, como :

- ♦ predominância do zoneamento rural;
- ♦ falta de empregos e oportunidades econômicas;
- ♦ fraqueza institucional e financeira da Prefeitura

- ◆ estrutura fundiária inadequada e ilegal;
- ◆ carência de infraestrutura física;
- ◆ insuficiência do setor habitacional;
- ◆ carência de infraestrutura social e
- ◆ inadequação de transportes coletivos e de
- ◆ pedestres (IPUF, 1995 : 65).

Para colocar em prática, a política locacional para a região, o IPUF utilizará estratégias de planejamento, correspondentes aos programas de ação para solução dos problemas dominantes, pois o conceito locacional torna-se necessário para orientar especificamente a provisão de infraestrutura e serviços urbanos, e induzir o correto desenvolvimento da região.

Para o IPUF, entende-se que há a necessidade objetiva de descentralização da região em relação ao município, sendo que isto pode levar a criação de um centro urbano de grande porte, com urbanização acelerada e de importância regional.

3.2.3 Proposta de Zoneamento e Uso do Solo para o Plano do IPUF

Segundo Bezerra (1999), Teixeira (1999), no zoneamento da região, o IPUF levou em conta no seu Plano Diretor, atividades como:

1) ECONÔMICAS

- ◆ desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia : Fazenda do Rio Tavares, Fazenda D'Acampora, Rio Tavares Central e Vassouras;
- ◆ implantação de Campus Universitário : Vassouras;

- ◆ expansão do Setor Hoteleiro : Morro das Pedras, Freguesia do Campeche e Canto da Lagoa;
- ◆ implantação de Autódromo Internacional : Campo dos Guarás;
- ◆ implantação de Centro de Convenções e Promoções : Pontal;
- ◆ desenvolvimento de Centros Comerciais: Rio Tavares Central, Campeche Central e Moenda;
- ◆ implantação de Shopping Center : Rio Tavares, Lagoa da Chica e Alto Ribeirão;
- ◆ desenvolvimento de áreas de serviços : junto aos entroncamentos do Campeche, Erasmo, Cruzeiro e nas proximidades da Pedrita;
- ◆ desenvolvimento de Setores Hospitalares : nas bases das encostas norte dos Morros do Lampião e do Ribeirão;
- ◆ apoio a micro-empresa local : Tapera, Cruzeiro, Carianos, Ressacada e Posto do Rio Tavares.

2) URBANIZAÇÃO

- ◆ urbanização de núcleos de sub-habitação : favelas, invasões e loteamentos clandestinos de baixa renda e alta densidade na Tapera e no Cruzeiro;
- ◆ urbanização de parcelamentos clandestinos : Pontal.

3) HABITAÇÃO

- ◆ acesso á habitação para famílias de baixa renda : na faixa paralela à Estrada do Alto Ribeirão, e em núcleos isolados no Rio Tavares;
- ◆ acesso à habitação para famílias de média renda : Campeche Central, Rio Tavares

Central e Moenda;

- ♦ acesso à habitação para famílias de alta renda : Morro do Peralta e do Lampião, Costa das Laranjeiras, e uma extensa faixa de mil metros desde o Morro das Pedras até o Canto da Lagoa.

4) CULTURA

- ♦ revitalização das comunidades tradicionais : Alto Ribeirão, Freguesia do Campeche e Rio Tavares.
- ♦ implantação de centro cultural : próximo ao setor hoteleiro do Morro das Pedras.

5) ADMINISTRAÇÃO

- ♦ implantação de administração local : Freguesia do Campeche;
- ♦ manutenção de parques e reservas : mangues do Rio Tavares e da Tapera, dunas desde a Joaquina até o Morro das Pedras, e encostas com alta declividade dos Morros do Lampião, do Peralta, do Ribeirão e da Lagoa.
- ♦ manutenção de áreas de segurança : áreas do Aeroporto e da Base Área, Campo dos Guarás e Lagoa da Chica;
- ♦ manutenção de áreas rurais : Campo dos Guarás e Campo da Pedrita.

No uso de estratégias para implantação do Plano Diretor, o IPUF optou por antecipar o conceito urbanístico para a região, com as seguintes etapas:

1) ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL – *Primeira Proposta*

“(…) foi elaborada com a aplicação da política locacional das diretrizes de ocupação

do Plano Diretor do Balneários (Lei 2193/85), ou seja, definir Unidades Espaciais de Planejamento / UEPs, com um sistema viário básico interligando e garantindo acessibilidade a todas as UEPs “ (IPUF, 1995 : 91). Assim sendo, foi planejado “(...) um sistema viário principal e estruturador da região, definido com o traçado de três vias-parques: uma ligando o Morro das Pedras ao Canto da Lagoa, outra ligando a SC – 405 ao Pontal e outra ligando as Areias à Tapera “ Foram idealizadas super-quadras atravessadas por vias-coletoras, sendo que, no tocante ao sistema de transporte de massa, propôs-se a utilização de monotrilhos (aeromóvel), de cujo eixo central, paralelo à praia, partiriam os ramais que atravessariam os demais bairros ao longo das vias coletoras. Diversos equipamentos de grande porte foram planejados, como: Autódromo Internacional na área central do Campeche; Jardim Botânico no Alto Ribeirão; Centro Cultural nas Areias; Centro de Convenções e Promoções no Pontal; Terminal Rodoviário; Centro Administrativo; Cemitérios – Parques, além de Setores Hospitalares. Quanto à localização das áreas verdes, seguiu-se, segundo o relatório, os parâmetros da Lei de Parcelamento do Solo do Município, que determinaria um mínimo de dez por cento da área total, sendo distribuídas de forma a criar uma rede de ciclovias, caminhos de pedestres, áreas verdes e escolas. Finalmente, onde houve o cruzamento dos meios de transportes idealizados, acrescentou-se uma área para mercado público, camelódromo e feira livre.

2) ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL - *Segunda Proposta*

O traçado viário dessa primeira proposta foi passível de críticas do consultor da Empresa Brasileira de Transporte Urbano / EBTU, Peter Jausen, por resultarem em uma fisionomia diferenciada da fisionomia inicialmente dada ao Plano Diretor (IPUF, 1995 : 100).

“ (...) o sistema viário básico passou a ser encarado como delimitador físico de bairros (UEPs), com o mínimo de acesso direto e sem densidades elevadas no seu entorno. Em decorrência, a estruturação espacial da região passou a ser feita por um grande

anel expresso ligado à Via Expressa Sul, sendo que deste anel partiam as diversas vias-parques que delimitavam as UEPs, cujo número foi elevado para o número de trinta e seis. No interior das UEPs, foram previstas vias coletoras que poderiam ter acesso direto e receber comércio e altas densidades ao longo de seus eixos, sem que isso prejudicasse o tráfego de passagem. Essas coletoras formariam super-quadras, ao dividir as UEPs em espaços menores” (IPUF, 1995 : 100).

O traçado do transporte de massa foi alterado, passando a deslocar-se nas diagonais das UEPs, e não mais junto ao traçado das vias principais e coletoras. Assim sendo, o zoneamento anterior também sofreu modificações, com relação a definição das UEPs, como bairros autônomos, com isto tornando possível, planejar em cada UEP um zoneamento com características distintas. Com a conclusão da segunda proposta da estruturação espacial, iniciou-se a construção de uma maquete baseada no Plano Diretor, com a finalidade de melhor divulgação do Plano para os cidadãos, a qual porém, foi interrompida sem acabamento final e sendo que, nesta etapa foi feito também um primeiro esboço da legislação referente ao zoneamento.

3) ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL - Modificações

Em 1991, observou-se no Plano Diretor do IPUF a “ (...) exiguidade de áreas para alta tecnologia e, conseqüentemente, sua pequena participação na População Economicamente Ativa / PEA projetada “ (IPUF, 1995 : 109). Dessa forma, optou-se por destinar cerca de cinco por cento de sua área a quatro Parques Tecnológicos : Fazenda do Rio Tavares, Rio Tavares Central, Moenda e Fazenda D’Acampora. Quanto ao transporte de massa, suas alterações finais, foram incorporadas em 1992, a fim de atender os dois Setores Hospitalares e os Parques Tecnológicos projetados.

4) LEGISLAÇÃO

Com a conclusão da alteração do sistema de transporte de massa,

finalizou-se a maquete e foi elaborada a Legislação de Zoneamento “ (...) *Projeto de Lei / s/nº/97, que está embasado na Lei nº 2193/85 – Plano Diretor dos Balneários*” (Anexo 7), que segundo o Relatório Final, apresenta várias inovações, entre elas:

- ◆ conjunto de pré-planos de ocupação flexibilizados pelo mecanismo de planos de urbanização específica, elaborados para cada bairro, não se tratando de uma mera alteração de zoneamento na escala da Lei nº 2193/85 (Plano Diretor dos Balneários);
- ◆ zonas de urbanização preferencial que, uma vez não urbanizadas pelos proprietários em dois anos, passam à execução pelo Poder Público, a fim de garantir o sistema viário básico;
- ◆ loteamentos para resolver os problemas fundiários locais, sendo que, os loteamentos clandestinos sem condições de se adequarem à Lei deverão assumir o regime de condomínio;
- ◆ proíbe o parcelamento das áreas destinadas a equipamentos urbanos, admitindo-se nelas, a destinação temporária para residências unifamiliares e usos rurais;
- ◆ incentivos à localização de zonas comerciais, que engloba número de pavimentos e obrigatoriedade de destinar cinquenta por cento dos imóveis ao uso comercial e de serviços;
- ◆ elaboração de planos de massa até cento e oitenta dias após a aprovação da Lei, para garantir a permanência das áreas de preservação histórica, arqueológica e cultural;
- ◆ para obtenção de capital para a implantação dos equipamentos urbanos e comunitários, passa-se a permitir que o Município receba até cinco por cento das áreas públicas dos processos de parcelamento na forma de lotes dominiais. Por

outro lado, obriga-se o Município a reaplicar em obras e programas decorrentes do Plano todos os recursos arrecadados na região;

- ♦ criação de uma empresa pública de capital aberto para administrar a implantação do Plano Diretor elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF, 1995 : 114). (24).

O zoneamento e uso do solo dessa região não é um plano isolado ou simples adequação da Lei 2193/85 “(...) *que trata da proteção das áreas não urbanizáveis, do zoneamento e sistema viário do Plano Diretor da Cidade de Florianópolis* “, mas trata-se, do que o IPUF chama de “ Programa de Ação Número Um “.

Esclarecendo, o “ Programa de Ação Número Um “ inclui programas de ação, com objetivos físicos, sociais, econômicos, legais e administrativos e como primeiro programa de desenvolvimento, a adequação legislativa é fundamental. Dentre as estratégias do *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares*, encontra-se a transformação da região de rural em urbana, prevendo espaços necessários à todas as funções urbanas acima citadas.

Segundo análise elaborada pelo IPUF, em um contexto macro-econômico, a região da Planície Entremares têm influência de recessão e escassez de investimentos públicos, sendo que, uma das alternativas está em encontrar-se aproveitamento das potencialidades da iniciativa local, aliando-se o capital externo, viabilizadas pela participação do setor comunitário.

Quanto as condições de uso do solo, aparecem condicionantes como : parcelamentos clandestinos, falta de infraestrutura urbana, carência de transporte coletivos, drenagem insuficiente, ocupação de baixa renda, degradação ambiental, levam a várias deficiências urbanísticas (IPUF, 1995 : 69).

Para a implantação do Plano Diretor do IPUF na região e o referido zoneamento,

leva-se em consideração, as seguintes referências:

- ◆ área plana para urbanização;
- ◆ extensa costa para o turismo;
- ◆ acesso rápido ao Centro;
- ◆ possibilidade de adensamento;
- ◆ proximidade do aeroporto;
- ◆ expansão do Campus Universitário para a localidade de Vassouras;
- ◆ área para o Parque Tecnológico, situada na Fazenda do Rio Tavares;
- ◆ local para Autódromo Internacional, sob a curva de ruído do Aeroporto Internacional Hercílio Luz;
- ◆ facilidades para o abastecimento de água, em função da Lagoa do Peri e aquífero subterrâneo, com capacidade para abastecer uma população de cem mil e quarenta mil, respectivamente;
- ◆ facilidades para tratamento de esgoto, devido à existência de área anteriormente destinada à construção de lagoa de estabilização para tratamento do esgoto da área central do município.

Após examinar as referências acima citadas, conclui-se que os potenciais de crescimento da região estão

“ (...) junto ao acesso ao Campeche e contra o cordão de dunas litorâneas, às quais seguem, com potencial moderado, uma periferia que vai do Rio Tavares ao Alto Ribeira e bolsões isolados no Canto da Lagoa, Tapera e Carianos. As áreas de baixíssimo potencial de crescimento coindem com a propriedade da Base Aérea, o que se explica pelo seu elevado custo de desapropriação, isolamento e

topografia. Inversamente, as áreas de mangue e dunas apresentam alto potencial de ocupação, numa clara demonstração das dificuldades de proteção ambiental na Ilha “ (IPUF, 1995 : 79).

Ainda foram identificadas quatro macro-zonas urbanizáveis:

- ♦ zonas de expansão : Jardim dos Sabiás, Vassouras, Moenda, Fazenda D’Acampora, Areias, Lagoa da Chica, Rio Tavares Central, Lagoa Pequena, Rio Tavares Norte, Fazenda do Rio Tavares e Campeche Central;
- ♦ zonas de consolidação da urbanização incipiente : incluem as urbanizações tradicionais da população nativa – Campeche, Alto Ribeirão e Rio Tavares – além de alguns núcleos balneários mais recentes como Morro das Pedras e Canto da Lagoa;
- ♦ zonas de renovação : correspondem às áreas marginais e ocupação por favelas, invasões e loteamentos clandestinos no Campeche, às Areias e a Tapera;
- ♦ zonas de intensificação, com grande potencialidade de adensamento ao longo do atual acesso à Praia do Campeche.

3.3 PLANO COMUNITÁRIO DA PLANÍCIE ENTREMARES

Neste item, discorreremos sobre o “*Plano Comunitário da Planície Entremares*”, organizado pelas comunidades locais, que propõe a elaboração de diretrizes, para a implantação do *Desenvolvimento Sustentável*, para a referida Planície.

Segundo o Relatório Brundlandt (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991:49), no que se refere a seu conceito básico, o desenvolvimento sustentável “ é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos , a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e

aspirações humanas”. Temos o entendimento de que, os Movimentos Sociais Ecológicos na região da Planície Entremares, estão mais alinhados ao conceito de Ecodesenvolvimento, que se refere a um estilo de desenvolvimento que envolve “um padrão muito mais drástico de modificações de mentalidades , valores e atitudes, além de um progresso científico e politicamente mais coordenado de criação de suportes institucionais adequados para a viabilização de políticas preventivas, integradas e participativas “ (VIEIRA, 1995 : 46)

Além das perspectivas do Plano Comunitário, enfocaremos ainda, os objetivos e as propostas de zoneamento sob a ótica das comunidades locais.

O Plano Comunitário, é um contraponto ao Plano do IPUF e foi elaborado por algumas comunidades da Região Entremares, ou seja, população do Campeche, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Jardim Castanheiras, Morro das Pedras, Moenda, Sertão da Costeira, Morretes e Porto da Lagoa.

Outra observação que se pode discutir, é que há um grande descompasso entre o entendimento do IPUF e das comunidades locais (sendo que, ambos são os agentes da produção do espaço nessa região), com a tentativa de implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

3.3.1 – Perspectivas do Plano Comunitário para a Planície Entremares

Segundo a AMOCAM (2001), Movimento Campeche Qualidade de Vida (2001), Histórico do Plano Comunitário para a Planície Entremares (1992), encontra-se presente, nas comunidades a perspectiva de uma participação efetiva das tomadas de decisão junto a elaboração e conseqüente implantação do Plano Diretor para a referida Planície; sendo que uma das conseqüências disso, é que o relacionamento entre as partes - IPUF e população envolvida - é descontínuo, impreciso e centraliza a resistência ao Plano, pelos indivíduos da Região da Planície.

Desde 1989, a população vem contribuindo para fazer do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, uma garantia de qualidade de vida e há muito interesse, de sua parte, na participação das decisões ambientais para a região.

Por isto, foi elaborado um novo Plano, denominado de Plano Comunitário, sendo apresentado ao IPUF, com propostas diferenciadas, contendo análises ambientais e consequências diversificadas do mesmo, como forma de esclarecimento, principalmente sobre os pontos em que há discordância entre as comunidades e o IPUF.

Com reuniões periódicas, entre o IPUF e as comunidades locais, compostas por: associações de bairros, movimentos sociais, fundações, centros de pesquisas, profissionais da área ambiental, professores universitários, organizações-não-governamentais, interessados particulares, busca-se organizar um planejamento urbano, que permeie todas as necessidades mais prementes e que satisfaça os anseios relacionados a melhorias no seu cotidiano.

Estes, devem embasar-se nos pressupostos da Agenda 21 Local, que foi produzida em sua primeira e até então, única edição, pelo Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis, com apoio do agente promotor, o Executivo Municipal e que teve sua versão finalizada em Maio de 2000.

As diretrizes e propostas alternativas das comunidades locais encontram-se numa síntese de discussões e análises sobre o *Plano Comunitário de Desenvolvimento da Planície Entremares*, com a realização do “*I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche*”, realizado em 23 a 25 de Outubro de 1997.

O Seminário visou demonstrar a necessidade da implantação de um Plano Diretor para a Região da Planície Entremares, que ordene a ocupação da área e onde sejam considerados os conhecimentos técnicos e locais da população envolvida.

As comunidades locais, afirmam que a autonomia entre os movimentos populares e

os governos estabelecidos, garante a integridade do processo; pois participar não define-se como legitimar decisões prontas, mas informar, debater, propor e decidir conjuntamente.

O Plano Comunitário, consta de propostas substitutivas, onde há a manifestação conjunta das comunidades locais que se consideram afetadas pelo Plano Diretor do IPUF:

- ♦ criação de um Jardim Botânico, localizado na Moenda e no Jardim das Castanheiras, que pode transformar-se também, em um Centro Cultural, com espécies nativas, exóticas, cultivo e produção de plantas ornamentais e nativas; além de lagos com espécies vegetais e animais aquáticos, Museus de História e Pré-História, Museu de Medicina e Ciências da Vida.
- ♦ prevê-se a criação de uma Escola de Pesca e Navegação, incentivando e resgatando e preservando a formação pesqueira tradicional na Região.
- ♦ criação de uma Escola Técnica Profissionalizante de 2º Grau, voltada ao ensino da informática, jardinagem, paisagismo, ecoturismo, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, qualificação e absorção da mão-de-obra local, geração de empregos qualificados e duradouros.
- ♦ implantação de um Parque Tecnológico, sendo este, um projeto que se otimiza para solucionar problemas, como a qualificação da mão-de-obra local, atendendo dispositivos previstos na ISO 14000, e apoiando pesquisas em biotecnologias, informática, reutilização de materiais.
- ♦ criação do Centro de Lazer e Entretenimento Saint- Exupéry, no velho Campo de Aviação, espaço de lazer tradicional do Bairro do Campeche, que em seu projeto consta de : parque infanto-juvenil, praças arborizadas, pistas para skates, campos de futebol, campo de aeromodelismo, campos para voleibol, quadra de tênis, piscina pública, espaço coberto para capoeira e judô, ciclovias de contorno, Museu

Saint-Exupéry, biblioteca pública, rua das artes, serviços de bares e lanchonetes, serviço de telefonia, prestação de serviços de informática, postos bancários, serviços de apoio ao morador, agência de viagens.

- ◆ criação do centro de oceanografia e astronomia com aquários com espécies locais e exóticas, posto de observação do céu e museu da terra, parque natural da Mata Atlântica e de restingas, biblioteca dos oceanos, loja com “souvenirs”, estacionamento, serviços de bares e lanchonetes.
- ◆ preservação do patrimônio histórico, cultural, cênico, além da valorização das vocações da região, sejam elas: artes plásticas, artesanato, pesca e hortifrutigranjeiro.
- ◆ segundo informações que constam no Plano Comunitário, através de um levantamento feito junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), registraram-se sítios arqueológicos conhecidos, como sambaquis, sítios rasos, oficinas líticas e inscrições rupestres e buscou-se soluções para a criação de espaços de “memória viva “ ou seja, museus, casas de cultura, ruas das artes, para a comercialização de obras artísticas, que possibilitem a convivência da população através de atividades típicas.
- ◆ preservação cultural e ambiental da Região do Morro do Lampião, com a implantação de um belvedere para visualização panorâmica da Ilha do Campeche, do nascer e pôr-do-sol, da Ponte Hercílio Luz, do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, da Baía Sul, do manguezal do Rio Tavares, da Lagoa da Conceição, das dunas, da Lagoa Pequena, do Maciço da Costeira e do sul da Ilha.
- ◆ criação de um parque com trilhas ecológicas, vegetação nativa, fauna, para que haja a garantia de sua preservação, regulamentação de sua utilização, com o

sentido de coibir a depredação e o desmatamento.

- ♦ criação do Parque da Orla do Campeche, compreendendo um conjunto de seis parques, localizados em áreas inadequadas para a ocupação humana intensa, devido a pouca drenagem, à existência de remanescentes de matas nativas e à sua imortância cultural. Nesses parques, se teria acesso à praia por trilhas e passarelas, além da instalação de banheiros, chuveiros e lixeiras públicas, posto salva-vidas, parque natural da flora e fauna, de restingas da Ilha de Santa Catarina e estacionamentos próprios.
- ♦ criação de centros médicos e hospitalares, cemitérios, estação de tratamento de esgotos coletivos e áreas comerciais, enfim, todos os serviços e prestadores de serviços, que eximiriam a população de deslocamentos desnecessários ao centro da cidade.
- ♦ as comunidades locais, sugerem que se necessário, primeiramente se retomem as áreas de preservação atualmente ocupadas, buscando soluções viáveis para a população que nelas habitam. (conforme Figuras, que tratam da divisão das áreas do Plano Comunitário).

A proposta ao IPUF, é de que sejam colocados técnicos à disposição da população, para que haja um trabalho conjunto, sobre as questões relativas ao Plano em discussão.

A participação comunitária na elaboração dos Plano Diretores é fundamental para a qualidade de vida da população. Ressalta-se aqui, o papel da equipe técnica na coordenação de um processo dessa natureza em conjunto com a comunidade, os representantes políticos e os líderes do governo.

O indivíduo alienado, de grandes cidades e mal urbanizadas, decorre principalmente

pelo fato de não participar da elaboração de planos urbanísticos, que são feitos em gabinetes e impostos à população através da aprovação das Câmaras, sem qualquer consulta popular e por meio de conchavos políticos (CARVALHO, 1985: 33)

3.3 2 Objetivos do Plano Comunitário da Planície Entremares

Em informações constantes em documentos como do Plano Comunitário da Planície Entremares (1997), AMOCAM (2001), Jornal Zero (1999: 8-9), diversas são as as associações, conselhos comunitários, ONG's e outras entidades que lutam pela cidadania e qualidade de vida na Região Entremares.

Só no Campeche, seis ONG's mantêm destaque junto à comunidade local: Pau Campeche, CAL – Movimento Campeche a Limpo, Movimento Campeche Qualidade de Vida, Grupo Novo Horizonte, Associação dos Surfistas de Campeche e ECO – Associação de Agricultura Ecológica. Dentre as associações de moradores, têm presença ativa a AMOCAM – Associação de Moradores do Campeche, AMPOLA – Associação de Moradores do Porto da Lagoa, AMOREIAS – Associação de Moradores das Areias do Campeche, AMOJAC – Associação de Moradores do Jardim Castanheiras e Associação de Moradores do Rio Tavares.

A população da Planície Entremares, tem uma história de enfrentamentos com os órgãos públicos, envolvidos com a implantação do Plano Diretor para essa região desde 1989, especialmente desde as primeiras reuniões que ocorreram com o IPUF.

Em 27 de novembro de 1989 (logo após a Coordenadoria de Planejamento do IPUF ter recebido a incumbência de elaborar um Plano para a região), foi apresentado em uma reunião por este órgão, à AMOCAM, um esboço do Plano Diretor, que não difere muito do Plano atual do IPUF.

Nessa reunião, a reação recebida, foi de surpresa pelos moradores, pois estes tinham como objetivo, que se construísse um espaço para debate do Plano em conjunto com os

técnicos do IPUF, e não somente para que os mesmos recebecem um esboço pronto, no qual só pudessem sugerir modificações superficiais.

No entanto, segundo informações do IPUF, “nos meses de junho a outubro de 1997, foram realizadas reuniões com dez associações de moradores que representavam quatorze UEPs (Tapera, Pedregal, Alto Ribeirão, Morros das Pedras, Areias, Castanheiras, Pontal, Campeche, Rio Tavares Norte e Sul, Porto da Lagoa, Fazenda do Rio Tavares, Campeche Central e Carianos) e três grupos de proprietários de UEPs sem moradores (Moenda, Morrete e Zona de Ruído). As associações tiveram um prazo médio de quarenta dias para apresentar suas sugestões em forma escrita ou verbal”. (IPUF, 1998: 7).

A partir dessa data, tornou-se bem claro o processo de descontentamento das comunidades locais na relação de implantação do Plano Diretor do IPUF na região. E buscou-se então, a realização de outras reuniões para discutir-se a elaboração do Plano, já que o mesmo, foi rejeitado formalmente pela AMOCAM. Além da rejeição sumária aos itens apresentados, enfatizou-se o desejo de ser parte integrante no processo de formulação do Plano Diretor para a região e da necessidade do cumprimento da legislação ambiental vigente.

Para a população envolvida, a implantação do referido Plano tem como um dos objetivos principais, a contribuição para fazer do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, uma garantia de qualidade de vida.

O primeiro documento elaborado por surfistas do Campeche, em 1989, conhecido como “Carta do Campeche”, já reivindicava o cumprimento da legislação ambiental, reabertura dos caminhos históricos, preservação dos engenhos e do campo de aviação, melhoria no transporte coletivo e nos serviços de saúde, ampliação de escolas e da rede telefônica, agência dos correios, além da instalação de redes de água e esgoto.

O Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, segundo opinião das

comunidades, deve objetivar a qualidade de vida dos atuais residentes e, não utilizar a região como uma solução futura, para o aumento populacional estimado pelo IPUF, no município de Florianópolis. Esse Plano deve assumir as diretrizes elaboradas, que reafirmem o compromisso da Agenda 21 Local, promovendo o desenvolvimento econômico, a equidade social, a conservação de bens culturais e naturais em um mesmo processo. Deve ter como princípio, de que a participação popular no planejamento legitimará a sua co-responsabilidade na gestão e organização do espaço da Região da Planície Entremares e que todo planejamento deve ser compatível com a disponibilidade e sustentabilidade do local, levando em consideração os estudos, pareceres técnicos ambientais e principalmente as necessidades da população.

Em vista disso, a comunidade organizada, tem elaborado movimentos de luta, com o intuito de esclarecer dúvidas à respeito do Plano, além de priorizar o acesso da população envolvida à educação ambiental, através de chamamentos para palestras, reuniões e mesmo através de informativos nos meios de comunicação disponíveis.

Através das informações acima citadas, observa-se que, pelo tempo de existência de mobilização das comunidades envolvidas (1989 – 2001), na tentativa para participação no processo de implantação do Plano junto ao IPUF, pode-se afirmar que alguns dos objetivos traçados anteriormente pelas comunidades, têm sido atingidos.

Como o Plano Diretor do IPUF encontra-se na Câmara dos Vereadores de Florianópolis para votação, estruturaram-se Comissões para a votação dos Projetos de Lei Complementares (divididos em quatorze Unidades Espaciais de Planejamento – UEP's): Comissão de Justiça, Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo e Comissão de Meio Ambiente.

Estas Comissões da Câmara Municipal, acataram como substitutivo global o Plano Comunitário (entregue em 21 de março de 2000 à Câmara dos Vereadores), solicitando

novamente Pareceres do IPUF sobre o direcionamento legal que está sendo dado as UEP's.

Uma outra atitude, que está tendo repercussão também, são os questionamentos elaborados pela Comissão do Meio Ambiente da Câmara ao IPUF, em decorrência do Parecer do Vereador Mauro Passos / PT, através do Ofício/DL nº 2062/01, de 04 de Setembro de 2001, onde busca informações mais claras com relação a itens pontuais sobre o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, elaborado pelo IPUF⁵.

3.3.3 Proposta de Zoneamento e Uso do Solo do Plano Comunitário da Planície Entremares

As comunidades da Planície Entremares, a partir do I Seminário de Planejamento do Campeche, realizado de 23 a 25 de Outubro de 1997, em Florianópolis/SC, buscam chamar a atenção dos órgãos competentes, sobre a urgente necessidade de um Plano Diretor adequado com as necessidades básicas dessa Planície.

A ocorrência irrestrita de desmatamentos, o parcelamento do solo e a desordenada e acelerada ocupação urbana, poderão brevemente destruir todos os recursos disponíveis e inviabilizar qualquer planejamento da área.

A comunidade afirma que "(...) não se sente culpada por esta ocupação desordenada, uma vez que, já manifestou em várias ocasiões a necessidade de urbanização para essa área". Na impotência de planejar uma área em mudança, com ocupações irregulares constantes, os moradores em alguns momentos críticos, alertaram o IPUF sobre a falta de fiscalização na localidade.

⁵ As comunidades envolvidas continuam mobilizadas, para tratar de assuntos referentes à participação na elaboração do Plano, inclusive com agendamento de reuniões até o final de 2001, como:

29/09/01 – Salão Paroquial da capela de São Sebastião.

20/10/01 - Escola J. Teixeira da Rocha

27/10/01 - Escola B. Eduardo Gomes

17/11/01 - Escola J. Teixeira da Rocha

24/11/01 - Salão Paroquial da Capela São Sebastião

08/12/01 - Escola J. Teixeira da Rocha

15/12/01 - Escola B. Eduardo Gomes

Obs. : estas reuniões ocorrem aos sábados às 15:30 horas

Por isso, quando da elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Comunitário, no item sobre o zoneamento e uso do solo da região, a comunidade priorizou o atendimento às legislações federal, estadual e municipal vigentes, além de elencar as leis e artigos constitucionais em que embasou suas reivindicações.

Embora este Plano Comunitário, tenha sido concebido considerando-se toda a área da Planície Entremares - ou seja cinquenta e cinco quilômetros quadrados, desde o Porto da Lagoa ao Morro das Pedras e do Campeche à Tapera - somente foram feitos substitutivos aos Projetos de Leis das regiões que contaram com a participação popular neste planejamento.

O mapa global da Planície Entremares foi dividido de maneira igual ao do IPUF, para que os substitutivos correspondessem exatamente aos Projetos de Leis daquele órgão. Esses substitutivos foram embasados no diagnóstico : Projetos de Lei Complementares – PLC nºs 079, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127.

Sendo que, já encontra-se aprovado o substitutivo ao PLC 080, referente a área do Alto Ribeirão, onde há a previsão do parque tecnológico, cemitério, centro hospitalar.

Na questão do zoneamento e uso do solo, um dos aspectos mais criticados pela comunidade é o sistema viário no Plano concebido pelo IPUF, que é considerado agressivo contra o meio ambiente, além de superdimensionado e de alto custo. A sugestão que as comunidades dão , é de que se utilize o sistema viário já existente e suas modificações já aprovadas em Lei, com destaque às vias SC405 e SC406. Consideram ainda que, o planejamento específico do sistema viário secundário deverá ter definição numa segunda etapa pelo órgão de planejamento.

FIGURA 1

Mapa elaborado pela comunidade, que serve como base para a elaboração de todos os outros mapas, visto que identifica as áreas adequadas para ocupação e as inadequadas, como as áreas inundáveis. O IPUF desconsidera este mapa alegando que as áreas inundáveis podem ser submetidas a sistemas de aterros e drenagens.

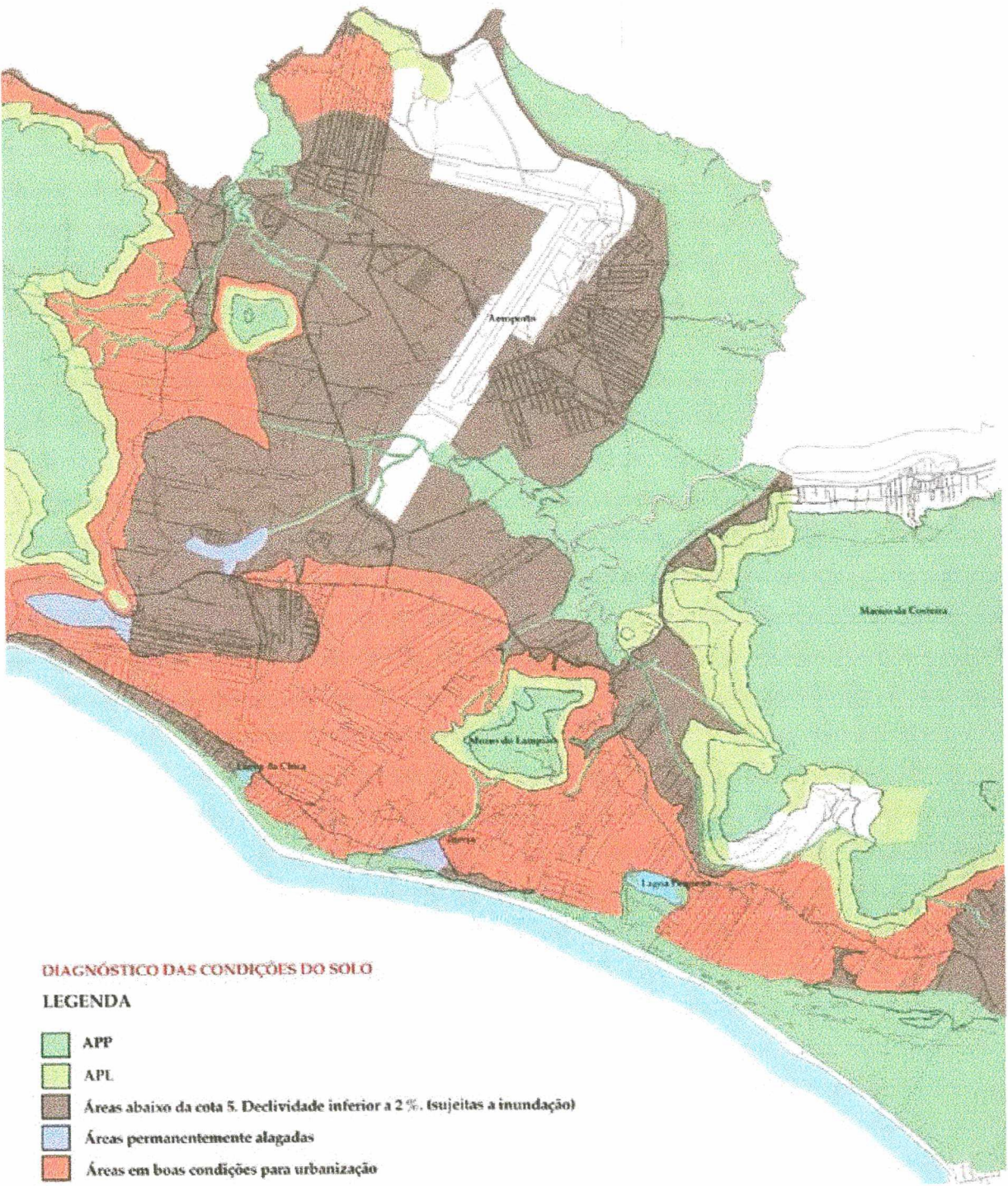
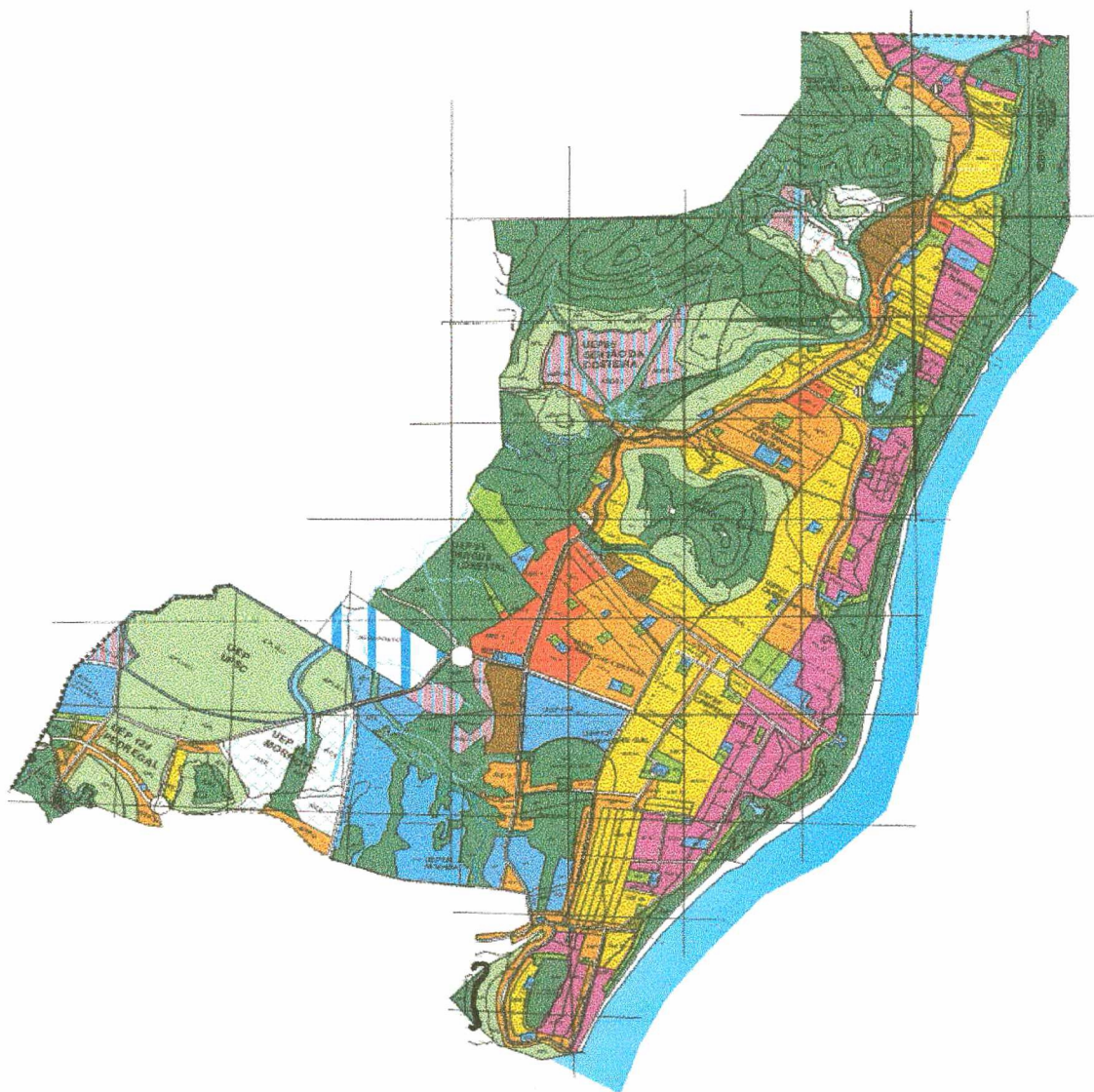


FIGURA 2

Mapa global, incluindo todos os mapas da proposta da Comunidade para a Planície Entremares

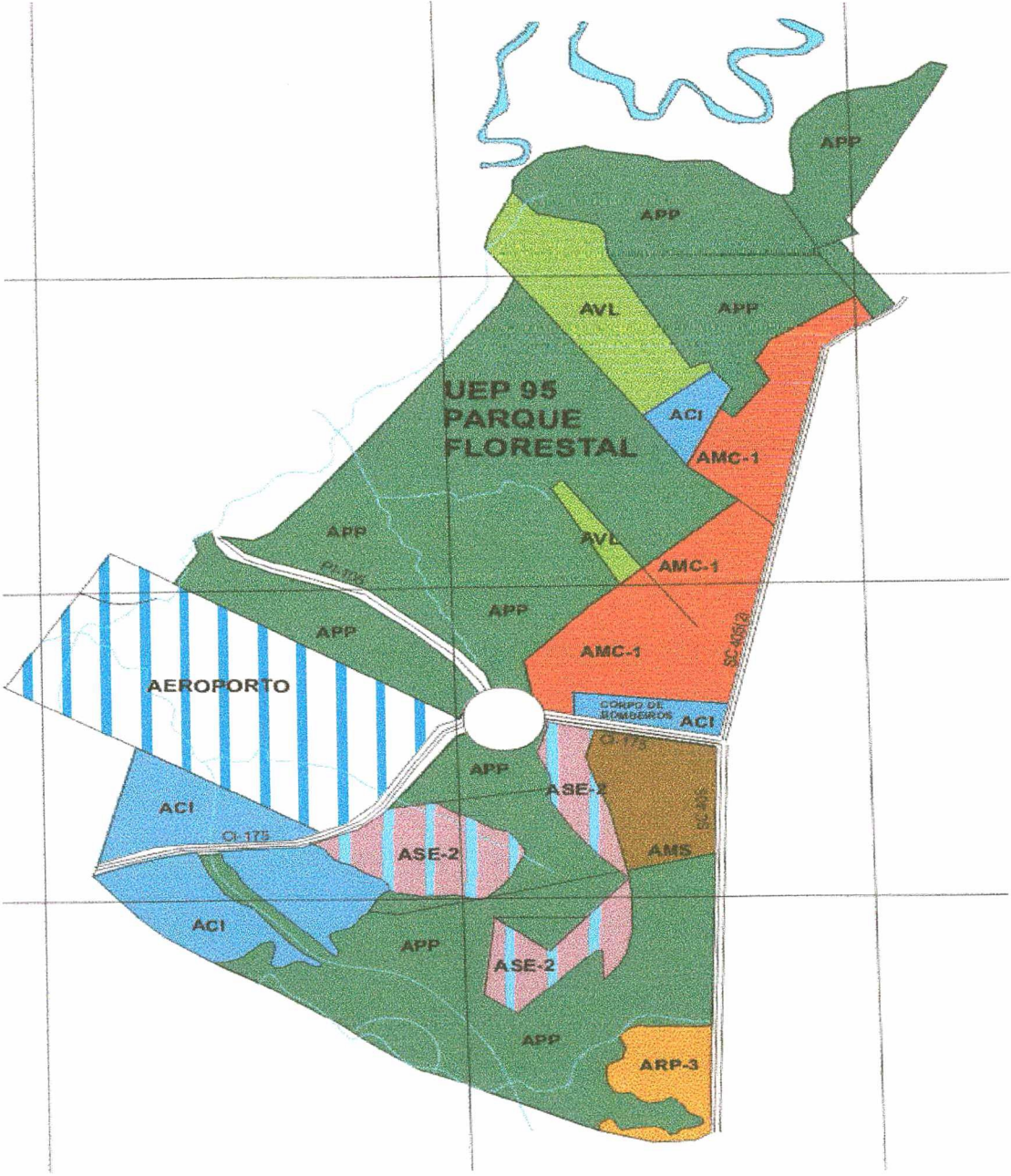


Plano Diretor da Planície do Campeche

Substituto da Comunidade
Mapa Geral - s/escala

FIGURA 3

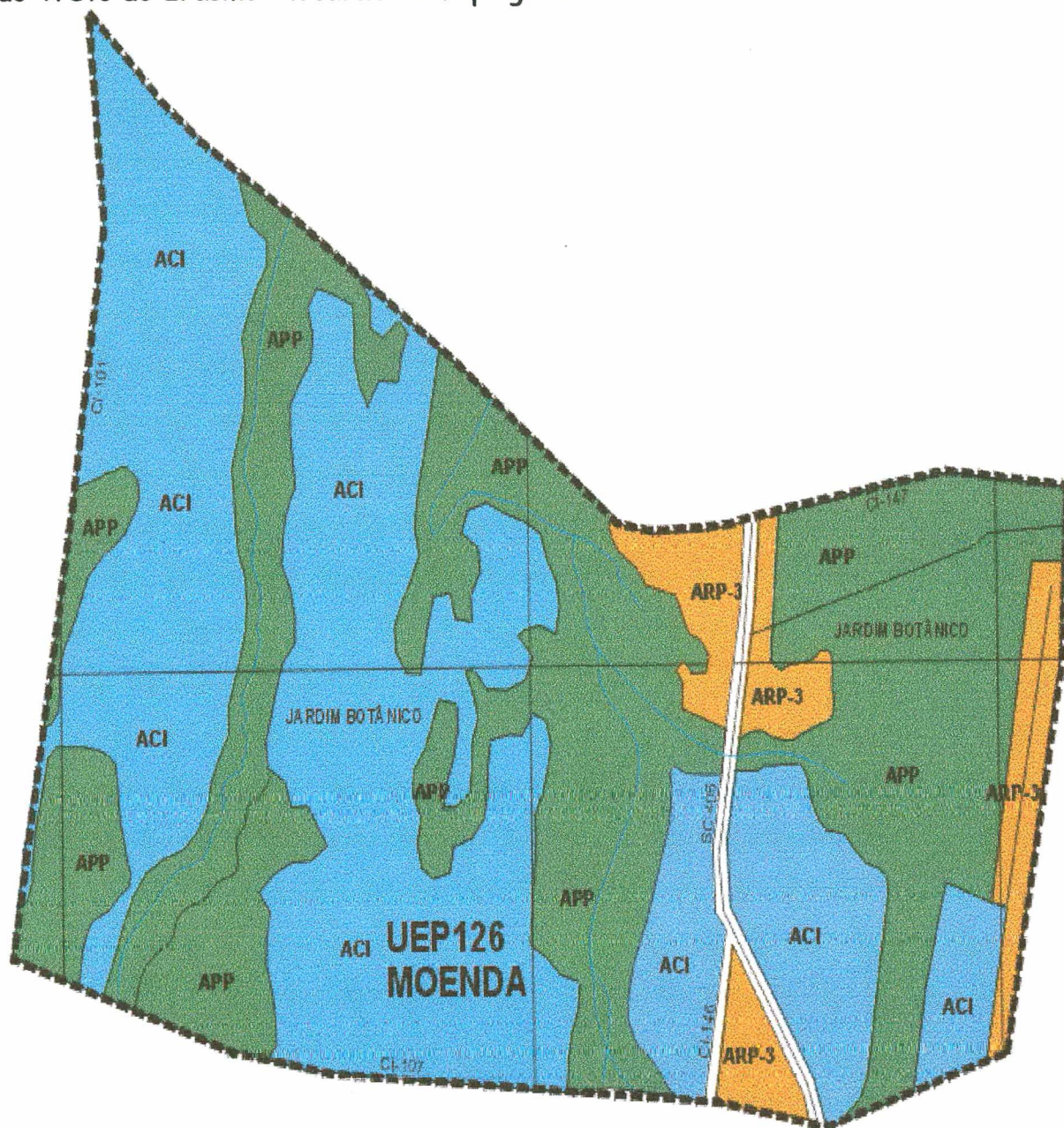
Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 079/99 - Parque Tecnológico, proximidades do fim da pista do Aeroporto e da SC 406 - A comunidade propõe um Parque Florestal no lugar do Parque Tecnológico.



Anexo I - Zoneamento
escala: 1:10.000

FIGURA 4

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 117/99 - Região da Moenda, ao sul, entre o fim da pista do Aeroporto e o Morro das Pedras, nas proximidades do Trevo do Erasmo - localize no mapa geral



Anexo 1 - Zoneamento
escala 1:10 000

FIGURA 5

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 118/99 - Campeche Sul, proximidades da Lagoa da Chica

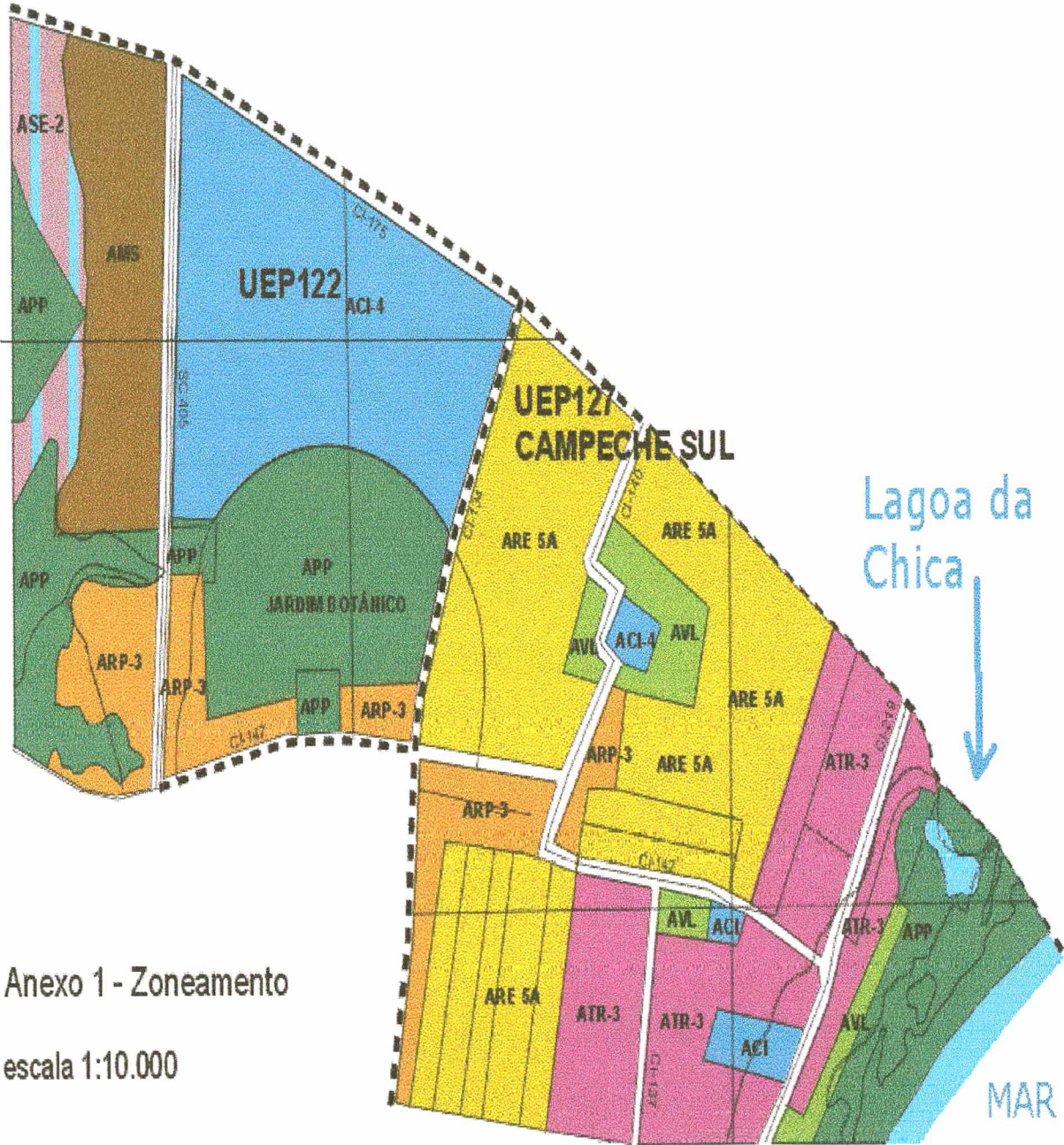


FIGURA 6

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 119/99 - Região do Sertão do Rio Tavares, próxima ao trevo, (Posto Galo), onde a Prefeitura/IPUF propõe a implantação de um campo de golfe (área listada). A Comunidade propõe ASE 2/3, justamente para abrigar uma estação de tratamento de esgoto, conforme reivindicação da CASAN.

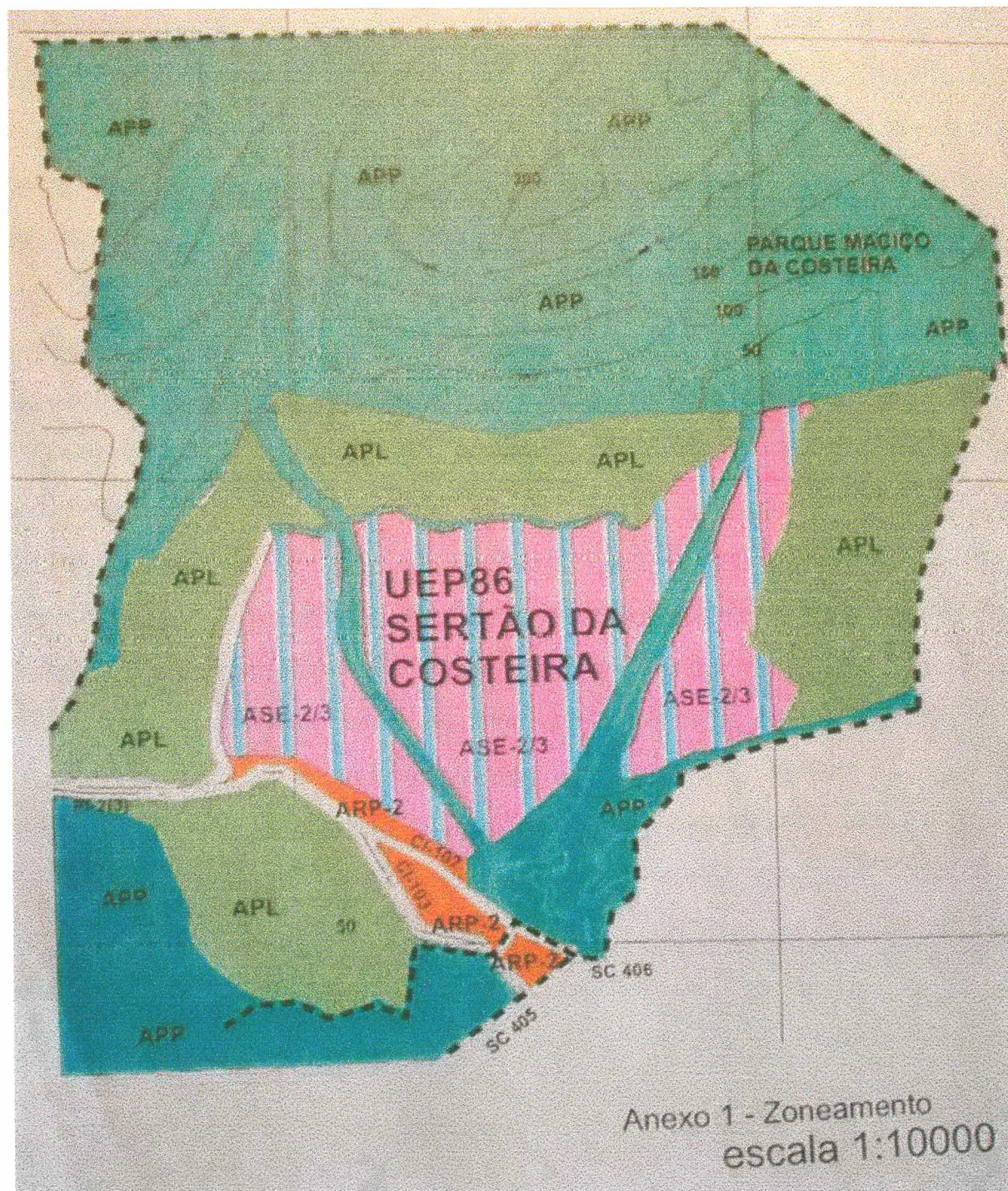
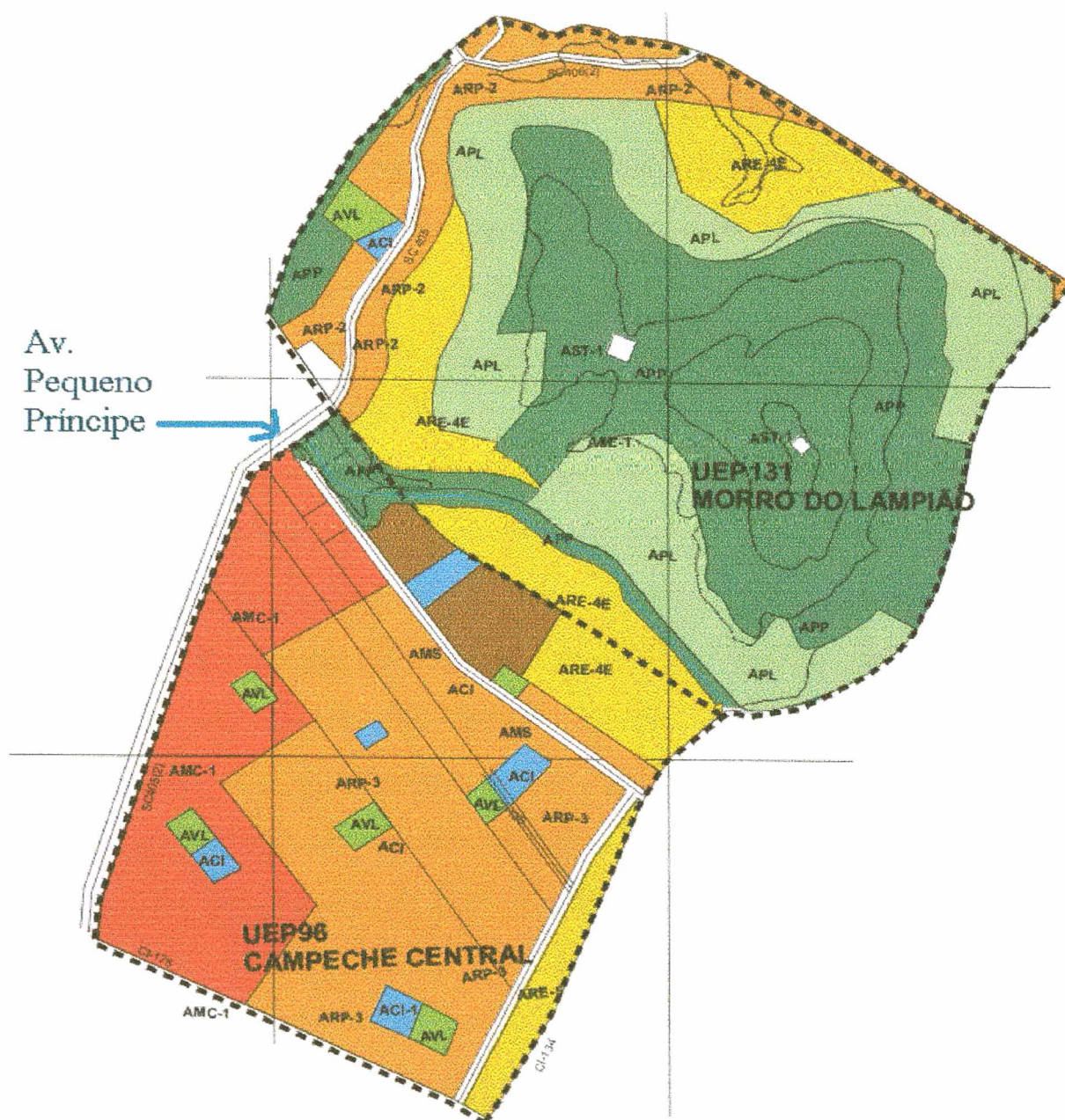


FIGURA 7

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 120/99 - área do entorno do Morro do Lampião, onde a comunidade reivindica a sua preservação e a eliminação das vias propostas pela PMF/IPUF.



Anexo 1: Zoneamento
escala 1:10.000

FIGURA 8

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 121/99 - Morrote - entre o sul da pista do Aeroporto e o início do Ribeirão - localize no mapa geral

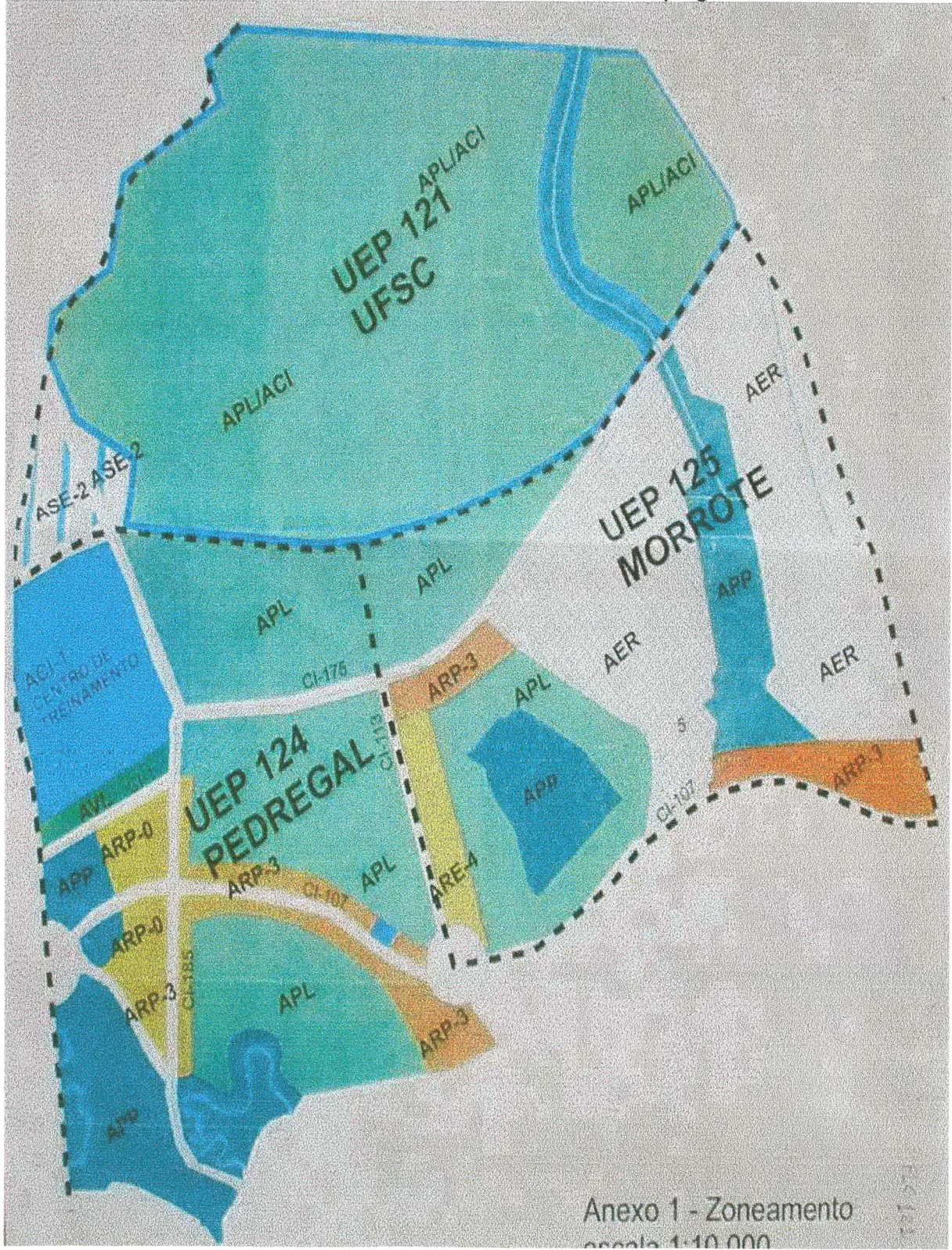
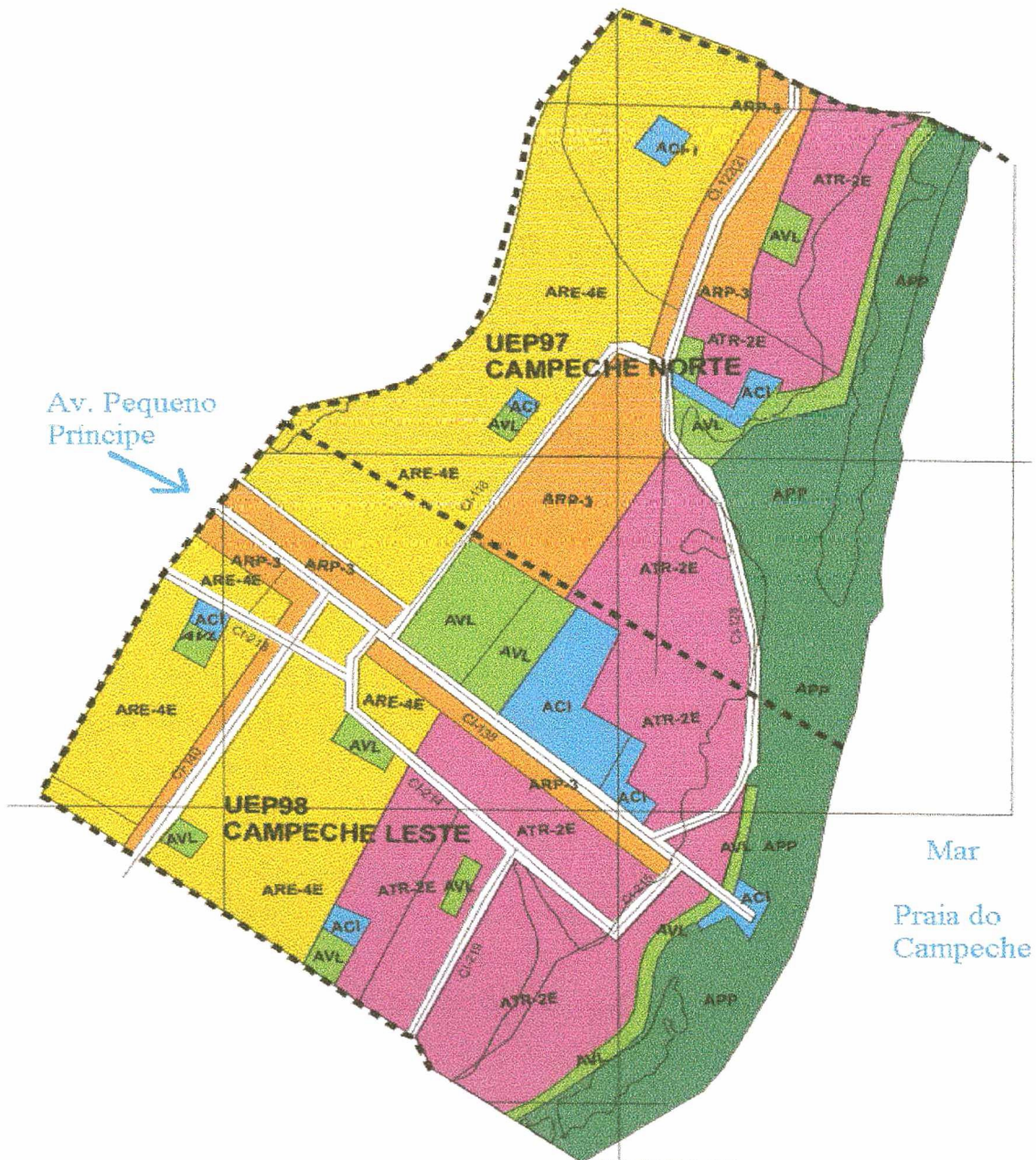


FIGURA 9

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 122/99 - área principal do Campeche, nas proximidades da Avenida Pequeno Príncipe e Avenida Campeche. Veja que a proposta da comunidade elimina a PI-108, que é a Via Parque proposta pela PMF/IPUF, que provocará grande dano ambiental por passar pelas dunas.



Anexo 1 - Zoneamento
escala: 1:10.000

FIGURA 10

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 123/99 - Morro das Pedras

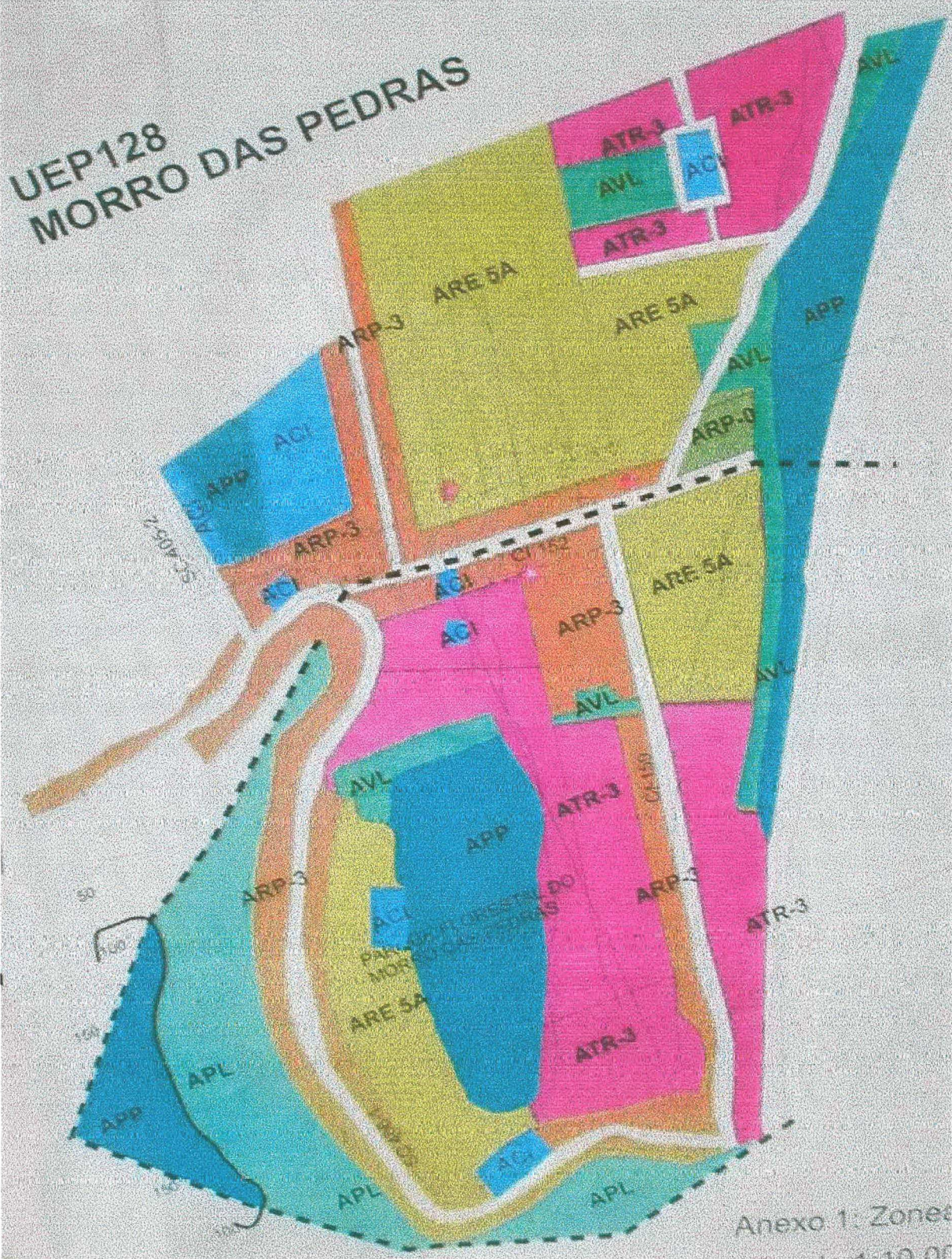


FIGURA 11

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 124/99 - Campeche Norte, proximidades da Lagoa Pequena. Observe que a PI-108, a Via Parque na proposta da PMF/IPUF segue pelas dunas, foi eliminada nesta proposta da comunidade.

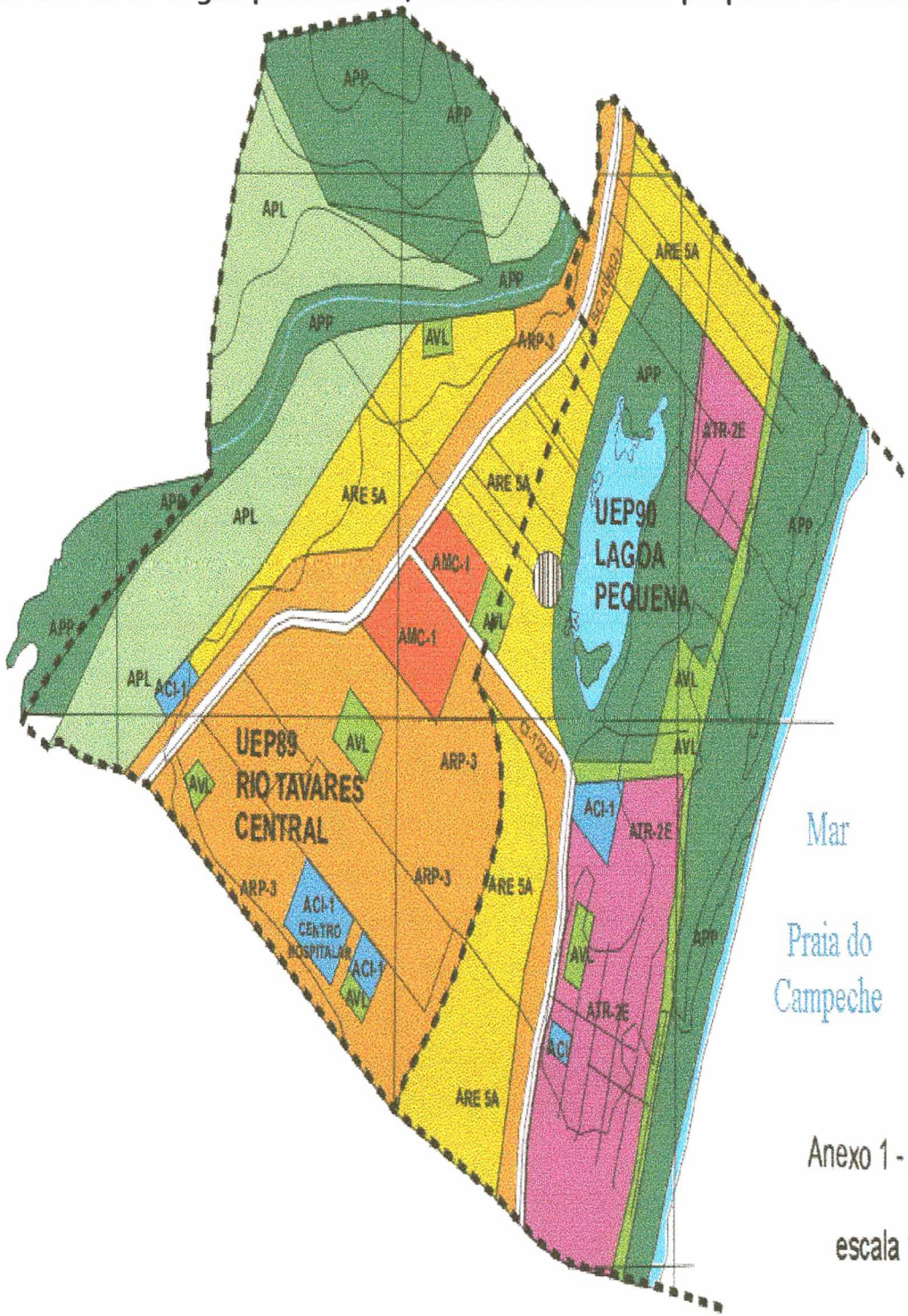
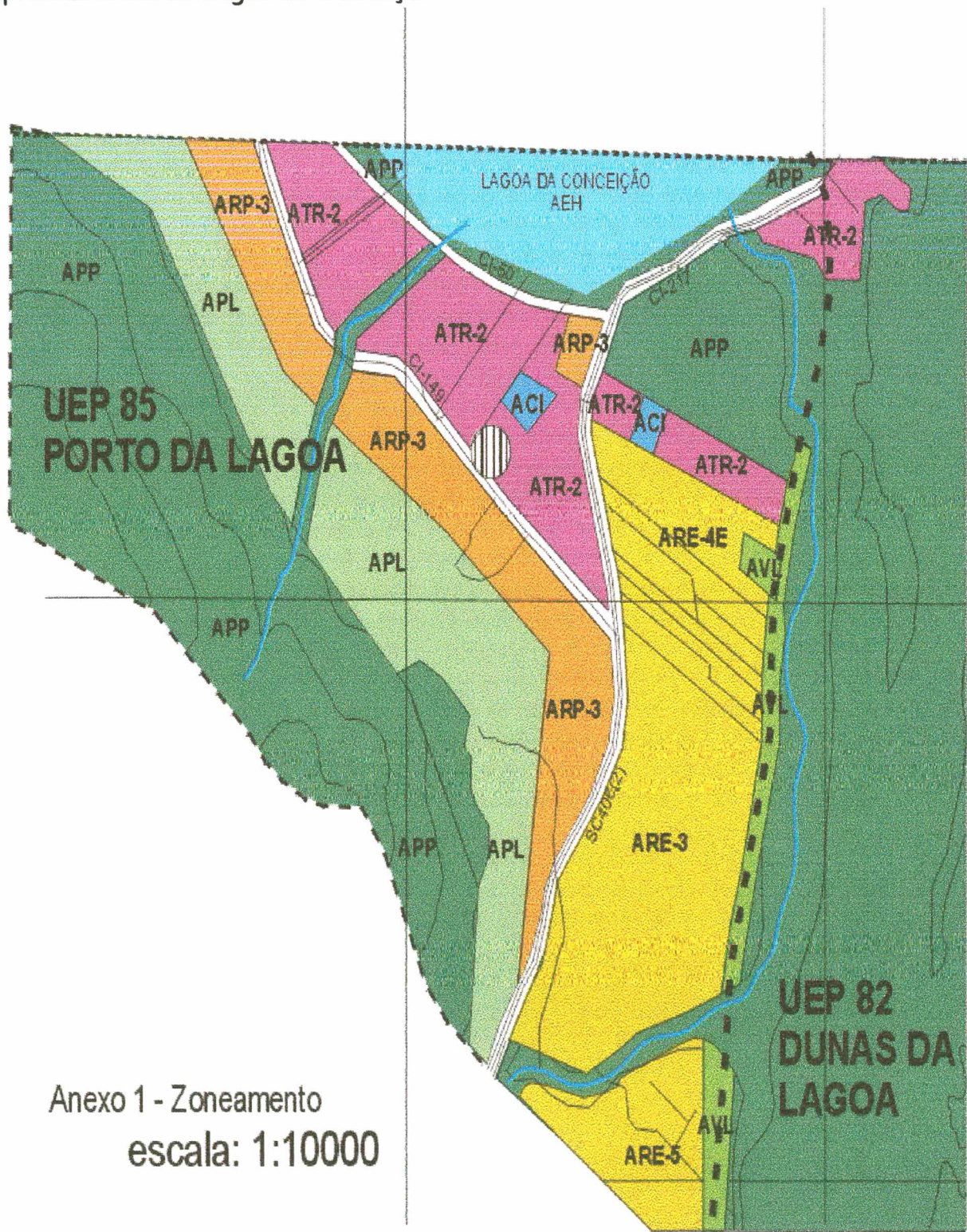


FIGURA 12

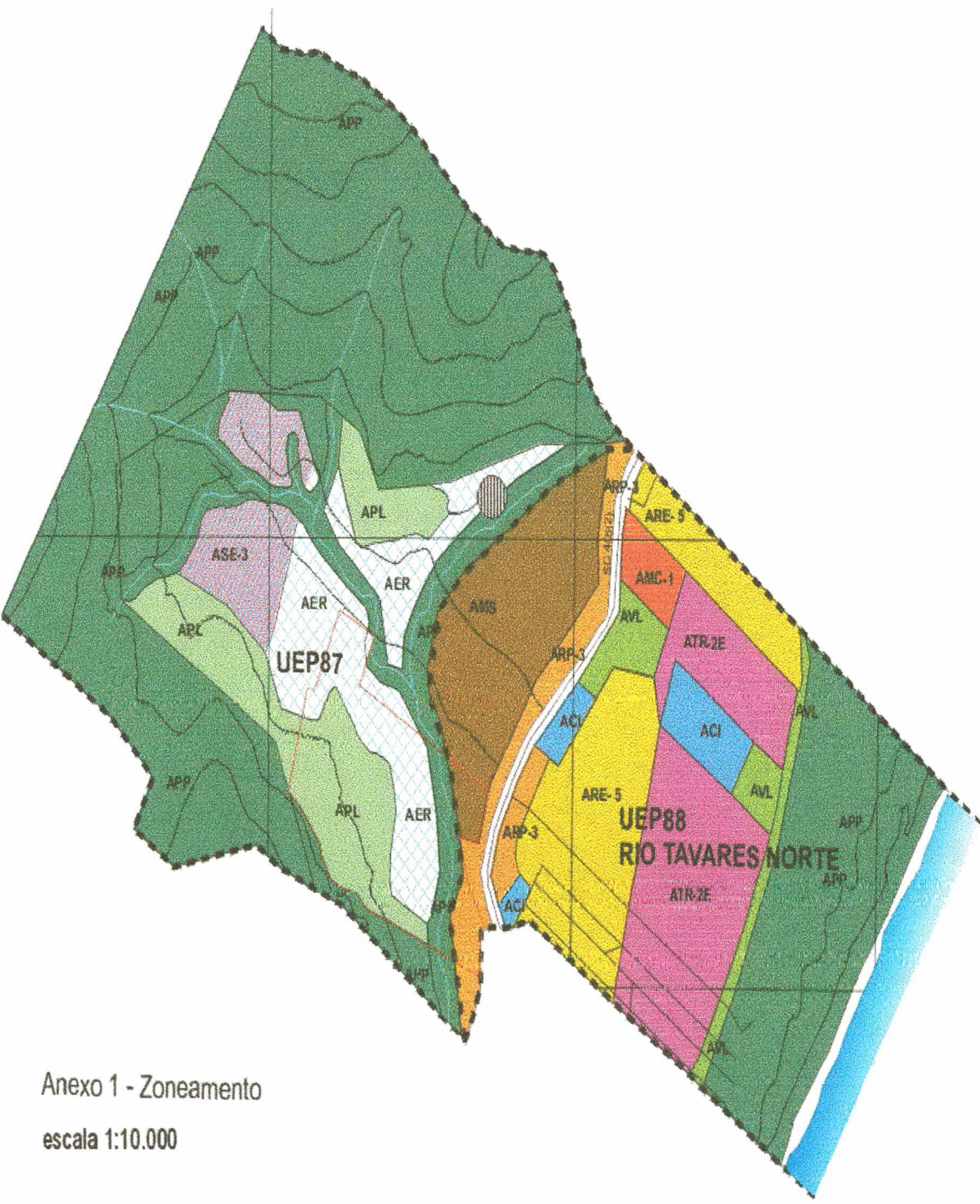
Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 125/99 - Porto da Lagoa, proximidades da Lagoa da Conceição



Anexo 1 - Zoneamento
escala: 1:10000

FIGURA 13

Mapa elaborado pela comunidade para o PLC nº 127/99 - Rio Tavares Norte, proximidades da Pedrita



Anexo 1 - Zoneamento
escala 1:10.000

Segundo o Plano Comunitário da Planície Entremares (1999) e Histórico do Plano Comunitário da Planície Entremares (1997), em análise das condicionantes ambientais para o desenvolvimento da região, a comunidade delineou mapas constando das áreas que são protegidas pela legislação ambiental e quais são as compatíveis ou não, para ocupação humana, como :

1) Complexo Parque da Orla do Campeche - compreende um conjunto de seis parques, localizados em áreas inadequadas para ocupação humana intensa devido a pouca drenagem, à existência de remanescentes de matas nativas e importância cultural. Nesses parques estão previstos zoneamentos de Área de Preservação Permanente / APP, Área de Preservação com Uso Limitado / APL, Área Verde de Lazer / AVL e Área Comunitária Institucional / ACI.

Os parques são os abaixo relacionados:

- ◆ Jardim Botânico: localizado na Moenda e no Jardim das Castanheiras (substitutivos aos PLC nº 117/99 e 118/99, respectivamente), em uma área rica em remanescentes de mata nativa, de difícil drenagem (menos de cinco metros do nível do mar) e inundável pelos cursos d'água lá situados;
- ◆ Parque Florestal da Fazenda do Rio Tavares : localizado na área do mesmo nome (substitutivo ao PLC nº 120/99), contígua ao Manguezal do Rio Tavares, a fim de preservar os remanescentes da mata nativa. É de importância ressaltar que nessa mesma área há previsão da implantação de um parque tecnológico, já aprovado por lei (Lei 3958/92), apesar de riscos de inundação, causada pela baixa altitude e pela proximidade com o manguezal;
- ◆ Parque Orla do Campeche : localizado no Rio Tavares e ao longo da costa da Praia do Campeche e Morro das Pedras (substitutivos aos PLC nºs 124/99, 122/99

e 123/99, respectivamente), foi concebido para proteger as dunas, vegetação de restinga e lagoas, promover adequada drenagem da área e criar áreas verdes de lazer e equipamentos de suporte aos freqüentadores da praia (estacionamentos, quiosques, chuveiros);

- ◆ Centro de Lazer, Entretenimento e Serviços Públicos Saint-Exupéry : localizado no Campeche (substitutivo ao PLC nº 122/99), no antigo campo de aviação francês , visa o uso público da área , que é atualmente utilizada para a prática de futebol e aeromodelismo;
- ◆ Parque Florestal Morro das Pedras : localizado na região do mesmo nome (substitutivo ao PLC nº 123/99), objetiva preservar os remanescentes de Mata Atlântica lá existentes;
- ◆ Centro Científico de Oceanografia e Astronomia : localizado na orla do Rio Tavares Norte (substitutivo ao PLC nº 127/99), que devem contar com a instalação de aquários, observatório, museu, parque com exemplares da Mata Atlântica e restinga, terminal turístico e biblioteca.

2) O Plano Comunitário de Desenvolvimento da Planície Entremares, demarcou outras áreas protegidas pela legislação ambiental brasileira, proibindo seu uso privado, com o intuito de prevenir enchentes e espécies nativas. Estas são Áreas de Preservação Permanente / APP, fora dos limites dos parques:

- ◆ Margens do Rio Tavares e afluentes (substitutivo ao PLC nº 119/99);
- ◆ Áreas de maior declividade do Morro do Lampião, e as margens dos cursos d'água que correm desse Morro para o Manguezal do Rio Tavares (substitutivo ao PLC nº 120/99);
- ◆ Área de cinquenta metros no entorno da Lagoa Pequena , acrescida dos

remanescentes de restinga existentes (substitutivo ao PLC nº 124/99);

- ◆ Área de cinquenta metros em cada margem da Lagoa da Conceição (substitutivo ao PLC nº 125/99);
- ◆ Área de trinta metros em cada margem dos cursos d'água existentes no território do Porto da Lagoa (substitutivo ao PLC nº 125/99)
- ◆ Todo o limite do Parque do Maciço da Costeira (substitutivo ao PLC nº 127/99).

3) O Plano Comunitário de Desenvolvimento da Planície Entremares, delimitou também, as Áreas de Preservação com Uso Limitado / APL, fora dos limites dos parques:

- ◆ Grande parte do território abrangido pelo Sertão da Costeira (substitutivo ao PLC nº 119/99);
- ◆ Áreas abaixo da cota cinco, isto é, a menos de cinco metros do nível do mar, como é o caso da área localizada no Morrote (substitutivo ao PLC nº 121/99);
- ◆ Área paralela à Área de Preservação Permanente / APP, do Rio Tavares (substitutivo ao PLC nº 124/99).

Outras áreas também merecem atenção da comunidade e dos órgãos de planejamento:

- ◆ Entorno da Lagoa da Chica , no Campeche (substitutivo ao PLC nº 119/99), foi zoneado como Área verde de Lazer / AVL;
- ◆ Vasta área no Morrote, pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina, (substitutivo ao PLC nº 121/99), recebeu zoneamento e diversas restrições de uso, uma vez que se localiza em terreno inundável e de difícil drenagem, sob o cone

de ruído do Aeroporto Internacional Hercílio Luz (tornando a área imprópria para o uso universitário). A concentração deve ser estimulada na porção sul do terreno, com proteção acústica para redução do nível de ruído no interior das edificações.

Os Projetos de Lei Complementar - PLC, encontram-se em tramitação para votação na Câmara dos Vereadores de Florianópolis; enquanto isso, as comunidades locais envolvidas esperam o processo decisório, para a urbanização que cada área da Planície Entremares receberá do órgão planejador do município, se acatar-se-á o Plano Diretor elaborado pelo IPUF ou o Plano Comunitário elaborado pelas comunidades.

3.3.4 Críticas das comunidades envolvidas, ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares elaborado pelo IPUF

Como já foi afirmado acima anteriormente, a partir de 1989, a Coordenadoria de Planejamento do IPUF, recebeu a incumbência de elaborar um Plano Diretor para a Planície Entremares. Após ter elaborado, segundo o seu entendimento as diretrizes básicas do Plano, enviou somente um esboço deste, para as comunidades dessa região - sem que houvesse participação popular na discussão do referido Plano – ocasionando então o início de um confronto entre o IPUF e as comunidades da área, que perdura até os dias atuais.

O confronto tem como uma das causas, as diferentes maneiras de pensar sobre o assunto em pauta, pelas partes envolvidas - principalmente sobre o uso do solo; também no entendimento sobre itens constantes no Plano Diretor elaborado pelo IPUF, tanto que as comunidades elaboraram um Plano Comunitário para a Região Entremares, como já foi constatado anteriormente.

A primeira manifestação formal, contra o Plano Diretor do IPUF, pelas comunidades, deu-se através de uma carta, na qual a Associação dos Moradores do Campeche / AMOCAM, rejeitou o Plano Diretor apresentado.

A comunidade da região, numa Edição Especial do Jornal Fala Campeche, de Setembro / 2001, elaborou um levantamento á respeito da Legislação em todas as esferas, que o IPUF estaria desrespeitando, com a implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares. Conjuntamente também coletou dados sobre as alegações de defesa do órgão planejador, assim como exibiu questionamentos da comunidade com relação aos itens apresentados (conforme Anexo 8).

Em agosto de 2001, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores do Município de Florianópolis, Vereador Jaime Tonello, através do Ofício 1659/01, envia ao Diretor Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / IPUF, Sr, Carlos Alberto Riederer, questionamentos que dizem respeito à itens da votação do Projetos de Leis Complementares, sobre o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

Os questionamentos foram respondidos pelo IPUF através do Parecer Técnico 1157/2001, de 23 de Agosto de 2001:

“1) A qualidade de vida urbana é formada por um conjunto de diversos fatores, sendo uma simplificação inadequada determiná-la apenas pela ausência de aglomeração ou baixas densidades populacionais. Reconhecido esse erro de avaliação, pode-se definir uma densidade adequada à qualidade de vida utilizando o indicador da OMS de doze metros quadrados de área verde por habitante, incluídas as Áreas de Preservação permanente / APPs. No caso da Planície Entremares, isso daria uma capacidade de quatrocentos e dezesseis mil pessoas , sem computar as APPs, o que demonstra que os Planos poderão garantir a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

2) O limite viário máximo está vinculado ao conforto e segurança do tráfego, não sendo recomendável exceder a três faixas por pista nas vias principais. Esse parâmetro, é compatível com as faixas de domínio das vias principais dos Planos da Planície Entremares, as quais incluem duas faixas por pistas, além de áreas verdes, passeio e ciclovias, assegurando

acessibilidade, conforto e deslocamento eficiente, dentro de uma malha viária hierarquizada e de uma ocupação racional da região.

3) O fato da taxa de crescimento do Município fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE, ter sido menor do que a taxa da Planície Entremares calculada a partir dos dados das Centrais Elétricas de Santa Catarina / CELESC, significa apenas que essa região cresce a taxas maiores do que a média do Município, sem que isso implique em redução da capacidade populacional do modelo, que é função do zoneamento. O que as taxas indicam é apenas a velocidade do crescimento, não sua dimensão.

4) Não há necessidade de elaboração do EIA- RIMA do Plano da Planície Entremares, uma vez que a Resolução do CONAMA 001/86, o exige apenas para projetos urbanísticos com mais de cem hectares, os quais só passarão a existir após a aprovação e aplicação dos Planos.

5) Embora já exista levantamento aerofotogramétrico em escala 1:2000, restituído a partir do voo de Dezembro/97 em escala 1:8000, para o trecho entre o mar e a SC-405, está em andamento outro voo e restituição na mesma escala para a totalidade da região, devendo estar concluído ao final do corrente ano. Os mapas do anexo I foram ampliados para a escala 1:2000 no trecho onde já existe levantamento, porém o Plano de Trabalho do IPUF prevê para 2002 a ampliação e ajuste dos mapas de toda a região, após a aprovação da versão final dos Projetos de Lei pela Câmara.

6) Consideramos os gabaritos adotados nos Planos da Planície Entremares, tecnicamente corretos e necessários para garantir as densidades e o desenho urbano adequados aos três centros de bairro, onde excedem a quatro pavimentos . Todavia, a Câmara de Vereadores possui autonomia para rever estes gabaritos, ou vincular o que exceder a dois pavimentos à transferência de índice, caso julgue conveniente.

7) O Estatuto da Cidade não requer grandes alterações dos Planos, uma vez que esta Lei é auto-aplicável.

Após o recebimento dessas respostas enviadas pelo IPUF, novamente houve manifestação do Presidente da Comissão de meio Ambiente da Câmara de Vereadores, através de novos questionamentos à respeito do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares. Foi enviado o Ofício nº 2062/01, de 04 de Setembro de 2001, ao Sr. Carlos Alberto Riederer, Diretor Presidente do IPUF, o qual permanece sem respostas até a presente data.

Apesar do exposto acima, as comunidades locais manifestaram ainda sua preocupação com a votação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, propondo que para a sua aprovação na Câmara dos Vereadores de Florianópolis, sejam respeitadas as exigências previstas para a votação do Plano Diretor do Distrito Sede, em seu art. 239, da Lei Complementar 001/97, que exige: Estudo de Impacto Ambiental -EIA, parecer do IPUF, publicação na imprensa local, duas votações com prazo de trinta dias entre elas, além de que se tente modificar a votação por maioria simples para dois terços.

3.4 RESPOSTA DO IPUF SOBRE AS CRÍTICAS AO SEU PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES, MANIFESTADAS PELAS COMUNIDADES DA REGIÃO ENTREMARES

Em Novembro / 97, como parte de um processo de discussões que já dura em torno de dez anos, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / IPUF, recebeu um documento denominado “ *Dossiê Campeche* “, resultante de um Seminário ocorrido de 23 a 25 de Outubro de 1997, idealizado pela Movimento Campeche Qualidade de Vida – MCQV, onde houve a participação de aproximadamente duzentos e cinquenta pessoas, representantes das comunidades envolvidas.

O Relatório apresenta críticas e sugestões, ao Plano elaborado pelo IPUF, com o

intuito de prestar informações que subsidiem as ações dos órgãos públicos.

Em vista da grande quantidade de alegações inadequadas - muitas que denigrem a atuação deste órgão municipal de planejamento - o documento foi submetido à análise da equipe técnica do IPUF, especialmente com vistas à possíveis alterações do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

O IPUF em seu parecer afirma que:

- ◆ as sugestões consubstanciadas no *Dossiê* são extemporâneas, uma vez que este foi entregue fora do prazo vigente ;
- ◆ atribui falta de parcialidade a alguns autores dos pareceres incluídos no *Dossiê*, por serem moradores da Região, o que é objeto de análise;
- ◆ sobre a estrutura do Relatório, afirmam que o mesmo é extenso, composto de duzentos e vinte e oito páginas, assim distribuídas : seis páginas de introdução e índice, quarenta e seis páginas de descrição, análise e crítica ao Plano, dez páginas de sugestões ao Plano, quinze páginas de desenhos e redações infantis e cento e cinquenta páginas de anexos contendo pareceres e cópias de documentos;
- ◆ em análise estatística afirma que, das cinquenta e três sugestões apresentadas, nove são de críticas ou erros de avaliação, vinte e seis já estavam incluídas no Plano ou na Legislação vigente e onze estão fora da alçada de uma Lei de Zoneamento. Como resultado conseguiu apresentar apenas sete propostas reais ao Plano, das quais cinco serão incorporadas;
- ◆ a concentração do Seminário em análises teóricas e diretrizes para a região, ao invés de propostas práticas para a melhoria das localidades específicas às associações , também foi extemporânea, uma vez que insiste numa discussão sem resultados que vem ocorrendo desde 1992;

- ♦ as Comissões estruturadas pelo Seminário, que elaboraram propostas se ativeram a questões gerais e foram incapazes de se concentrar no território das associações que subscrevem o documento (...);
- ♦ não há diferença no tratamento dos agentes (comunitários e empresariais) mas da forma como estes abordam o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis : o empresário procura o IPUF para discutir a doação de áreas públicas e implantação de infra - estrutura; já a comunidade, para discutir o que o poder público lhe dará, qual recurso ganhará. As relações tornam-se administrativa e clientelista, respectivamente, segundo o IPUF.
- ♦ o argumento desses ambientalista primários é o da sustentabilidade da Ilha, em defesa do qual se utilizam todas as armas, inclusive a Agenda 21 e a Lei de Recursos Hídricos;
- ♦ repetem com 30 anos de atraso as teses do Clube de Roma, tentam definir limites ao crescimento da Ilha (...). Se a ocupação da Ilha fosse limitada por seus recursos naturais, poderia suportar no máximo aproximadamente cento e vinte mil habitantes

Através das informações mencionados anteriormente, constatamos que a incompatibilidade dos discursos - tanto comunitário, como institucional - dificultam a chegada a um consenso entre as partes; uma vez que, as lideranças representativas das comunidades não aceitam o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, elaborado pelo IPUF, assim como o IPUF não aceita quaisquer modificações ao Plano, propostas pelas comunidades da região. Esta postura das partes denota a existência de um impasse, que certamente incorrerá em mais tempo para que se chegue a uma solução.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, elaboraremos a análise dos dados coletados e tabulados, através de questionários, sendo que, anteriormente enviaremos uma correspondência através da Internet (conforme Anexo 9) , para as partes envolvidas na problemática da implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

A correspondência citada e o questionário enviado, em torno de cinquenta questionários, (conforme Anexo 10), encontram-se presentes na Internet, no site <http://www.eps.ufsc.br/~jace> - e então, já na análise dos resultados obteve-se o retorno de uma amostragem, em torno de vinte e cinco entrevistas. O que podemos inferir sobre o percentual de retorno das entrevistas, é de que alguns dos responsáveis por determinadas entidades, - sejam elas públicas, privadas ou pertencentes ao terceiro setor - não querem ou não podem responder em nome da instituição que representam e preferem responder como pessoas físicas. Estas entrevistas, foram enviadas para instituições públicas, como: CASAN, CONDEMA, DER, FATMA, FLORAM, IBAMA, IPUF, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, SDM, SPU, UDESC, UFSC, entre outras, ou privadas, comunidades locais (representadas através de associações de bairros, entidades comunitárias, movimentos sociais, centro de estudos, fundações e projetos comunitários), além de organizações não – governamentais, como, por exemplo : AMOCAM, AMPOLA, AMOREIAS, Associação de Moradores do Rio Tavares, Associação de Surf do Campeche, CAL – Movimento Campeche a Limpo, CECCA – Centro de Estudos da Cidadania, FAVI – Fundação Água Viva, Fundação Lagoa, KLIMATAR – Centro de Estudos Ambientais, Movimento Cidadania pelas Águas – Projeto LARUS, Viveiro Pau Brasil, entre outras.

A escolha dos órgãos selecionados para a entrevista, contou com critérios como : envolvimento do mesmo com o assunto em tela – o nível qualitativo de envolvimento dos setores com a implantação de um Plano Diretor para a Planície Entremares - um maior número de vezes de citação nos documentos pesquisados, ou mesmo a responsabilidade de suas atividades junto ao Plano, entre outros menos relevantes.

Buscamos ainda, com essa análise, verificar se as partes entre si – IPUF e Comunidades Locais - identificam os *Níveis de Atratividade* das variáveis constituintes dos conflitos referentes ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares e, se este não reconhecimento, implica na dificuldade de resolução das controvérsias.

Como objetivo principal da pesquisa, verificamos se o reconhecimento das variáveis constituintes dos conflitos ambientais, pelas partes entre si, dificulta a sua resolução.

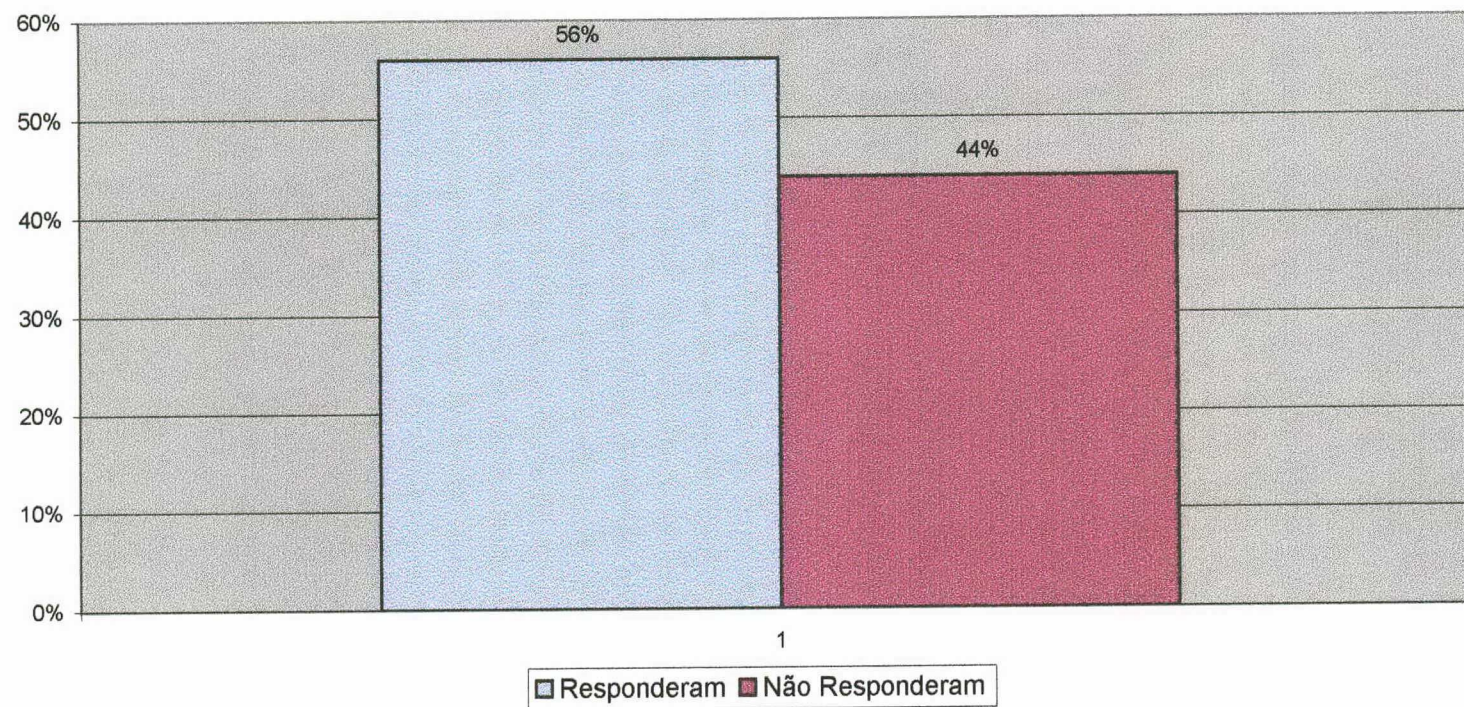
1 – Análise do Gráfico I - Universo Amostral da Pesquisa.

Através da fundamentação conceitual nessa pesquisa, que apresenta a análise de questões relativas aos modelos de análise, mapeamento, implementação, teoria e prática da gestão de conflitos ambientais, no Gráfico I podemos comprovar que, o conflito apresenta-se reativo para as partes interessadas. A afirmação advém, em função de que as partes consideram o conflito como complexo, pois ainda existem dificuldades para abertura de negociação, em face de que no universo amostral 56% dos entrevistados responderam espontaneamente as perguntas realizadas, sendo que 44% dos mesmos negaram-se a responder o mesmo questionário. Com este comportamento podemos correlacionar com a fundamentação teórica que nas questões de caráter operacional, não há concordância por parte da instituição citada em aparecer na pesquisa, por isso, consideramos recusados, os que não responderam as questões.

Um fato relevante, que ocorre na análise dos gráficos, de uma maneira geral, é de que os mesmos tem contradições – em alguns dos grupos das respostas obtidas, quando enquadrados nos objetivos da pesquisa, ou seja, junto a análise dos outros gráficos. Podemos inferir então, que houve um entendimento diferenciado, pelas entidades respondentes, para tais perguntas.

Para a postura verificada no Gráfico I, o encaminhamento que parece ser evidenciado, é o da Arbitragem. Pois, o que é demonstrado no Gráfico I, é que as partes se mantêm irredutíveis em relação aos seus objetivos finais, criando a necessidade da figura de um árbitro para conduzir essas negociações, e se possível, chegar a formação de um consenso entre as partes. Pois, até o presente momento as negociações realizadas numa perspectiva de mediação, não surtiram efeitos desejáveis.

GRÁFICO I
Porcentagem de respostas obtidas



4.2 – Análise dos Gráficos II

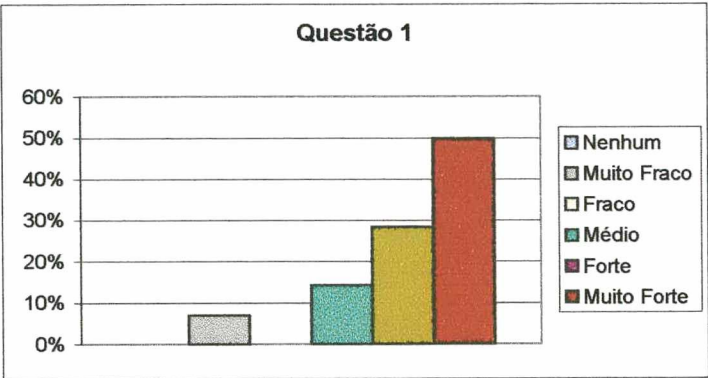
Na análise dos gráficos a seguir, podemos inferir que há diversas Tipologias de Conflitos e que, cada uma dessas classificações se orientam por critérios específicos, como: listas de problemas que os fundamentam ou através de tipos de disputas e posições dos mesmos.

Observamos que as questões citadas, em cada tipologia, correspondem as questões referidas no questionário, que embasa a pesquisa.

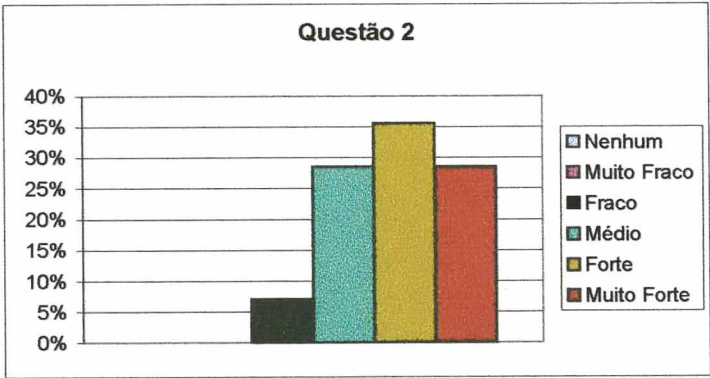
4.2.1 - Conflitos Estruturais – Questões 1 a 3

Pelo comportamento dos respondentes, conforme Gráficos I, II e III, poderemos verificar que, as partes tem claro, que os seus objetivos estão envolvidos em equívocos e interesses materiais, pessoais e de grupos. Como consequência desse resultado, apesar das partes envolvidas estarem mapeadas, não se tem visibilidade dos objetivos reais que fundamentam os conflitos dos quais fazem parte. E, se nem os objetivos das partes entre si, tem clareza para elas, dificilmente será possível encaminhá - las para qualquer possibilidade de diálogo; essa postura torna difícil, que o estabelecimento de um protocolo de intenções seja viabilizado; institucionalmente para que o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, tenha viabilidade social, ambiental, política e econômica.

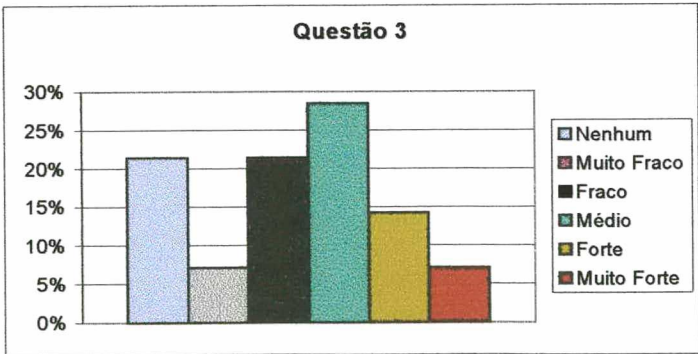
GRÁFICO II – Que trata da Tipologia dos Conflitos, verificando as questões e inserindo-as em um Módulo Específico de Conflito, com sua respectiva análise.



Questão 1 – Existem equívocos entre interesses materiais?



Questão 2 – Existem equívocos entre as posições pessoais ou de grupos?

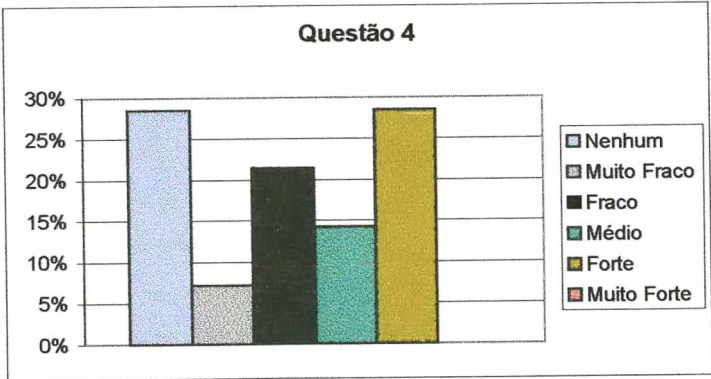


Questão 3 – Têm-se mapeado completamente todas as partes envolvidas no conflito?

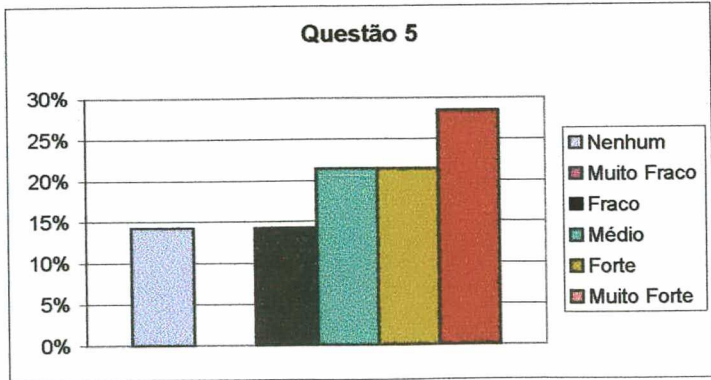
4.2.2 – Conflitos Objetivos - Questões 4 e 5

Nas questões 4 e 5, conforme Anexo 9 e Gráfico II, buscaremos identificar a definição e os papéis inerentes dos atores envolvidos, além de pontuar o desconhecimento das comunidades locais sobre a existência dos conflitos ambientais na região.

Isso tem o significado de que, para os atores principais, sejam eles, institucionais, particulares ou das comunidades da região, os objetivos dos conflitos não têm clareza suficiente em várias instâncias : inicialmente na identificação pontual dos envolvidos nos conflitos e no papel que cada um deles deve desempenhar; ou o que realmente querem ou pensam que querem, com relação à implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, assim como, não há conhecimento suficiente por grande parte das comunidades locais, sobre os conflitos existentes e sua localização, o que ocorre na maioria das vezes, por falta de um mapeamento adequado dos conflitos.



Questão 4 – Foi identificado e definido o que pensa cada parte?

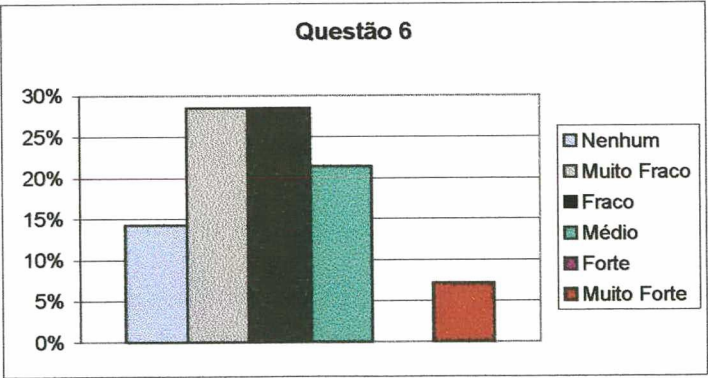


Questão 5 – Existe clareza sobre onde (local) ocorre o conflito?

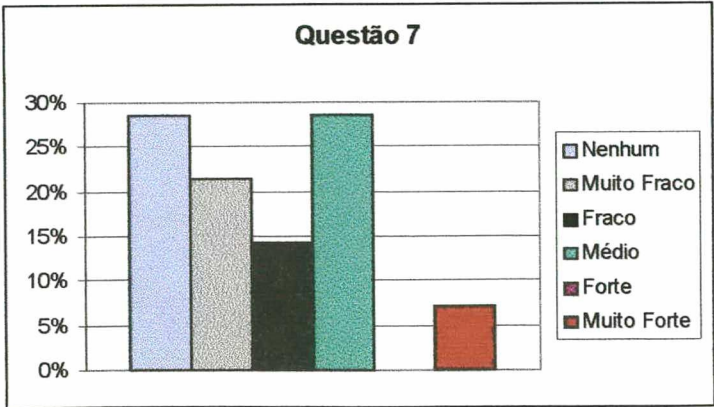
4 2 3 – Conflitos de Comunicação – Questões 6 a 9

As questões acima, conforme Anexo 9 e Gráfico II , pertencem a Tipologia de Conflitos de Comunicação, que tem a relevância de que o seu embasamento encontra-se abalado, por falta de diálogo entre as partes envolvidas; assim, torna-se imprescindível a tentativa de conversação entre essas partes, para que possa haver um entendimento mais profundo da situação conflituosa. A partir dessa tomada de postura, facilita-se a quebra de diversas falhas e diferenças na comunicação entre os envolvidos.

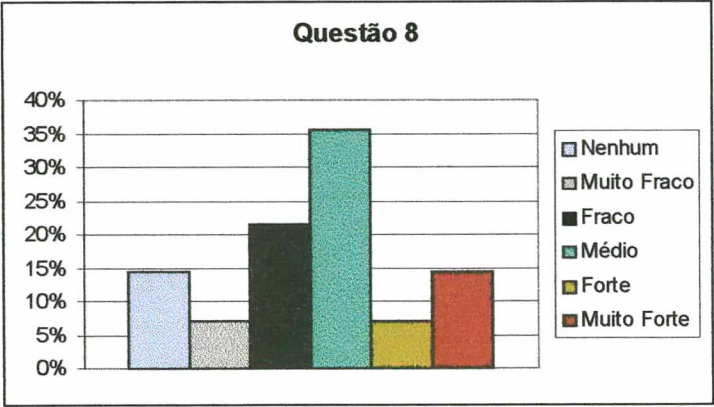
No caso da implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, as partes envolvidas, apesar das tentativas de entendimento, utilizando métodos como: reuniões, correspondências, solicitações de mediação através da Câmara dos Vereadores de Florianópolis, até o presente momento, não conseguiram dialogar a ponto de chegarem a um acordo sobre as questões discutidas.



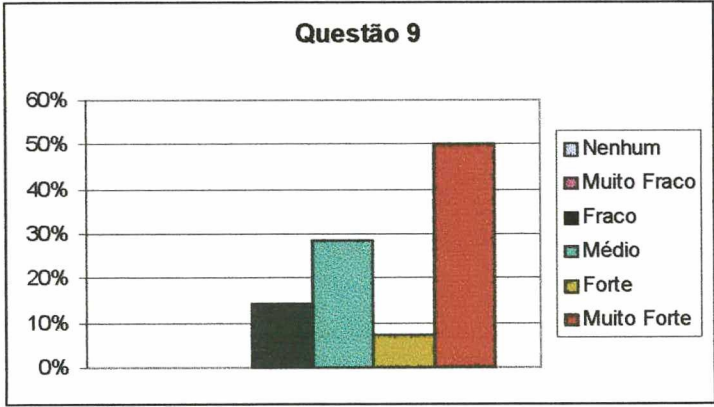
Questão 6 – Há diálogo e respectivo entendimento pelas partes envolvidas no conflito?



Questão 7 – Existe clareza relacionada aos protocolos, encaminhamentos, barreiras culturais, diferenças lingüísticas ou esteriótipos pelas oponentes?



Questão 8 - A informação existente sobre a problemática é suficiente e objetiva?

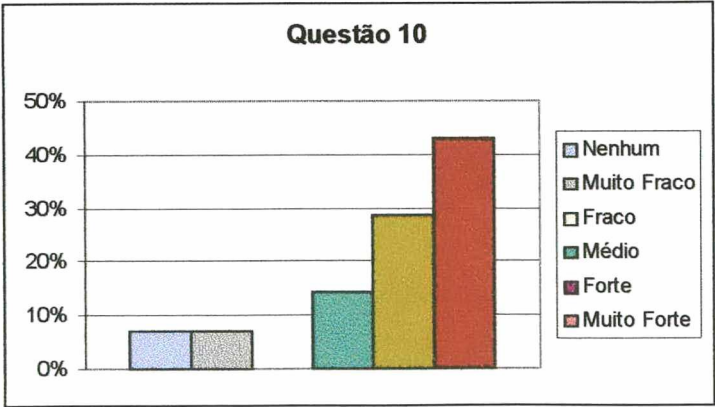


Questão 9 – Existe perda de credibilidade de ambas as partes, IPUF e comunidades locais?

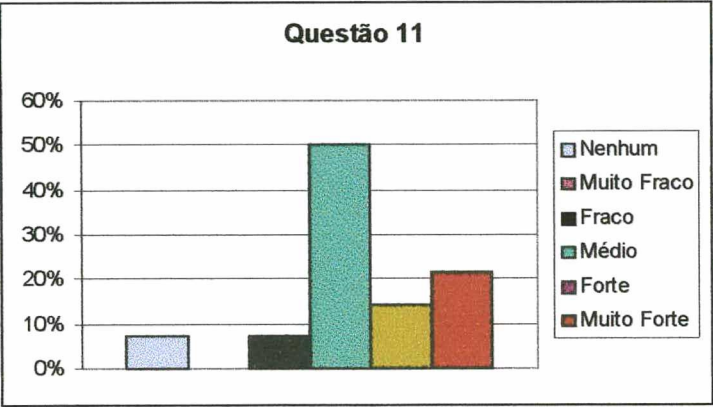
4.2.4 Constatação dos Fatos – Questões 10 e 11

As questões 10 e 11, conforme Anexo 9 e Gráfico II, estão inseridas na Tipologia de Conflitos, de Constatação dos Fatos, contando com a relevância de que este fenômeno somente ocorre, quando há a existência da falta de objetividade nas informações sobre a realidade dos fatos que motivaram os conflitos entre as partes. Essa situação provoca insegurança em ambas as partes, pois não há indícios de como será a próxima ação de uma ou de outra parte.

Para a Planície Entremares, a situação apresentada nesse item é de extrema importância, pois é notória a falta de informações objetivas sobre os conflitos ambientais que ocorrem na região, principalmente por uma grande maioria da população. Muitos habitantes são conhecedores de vários problemas que enfrentam, causados pela ocupação urbana desordenada e pela falta de um Plano Diretor para a região; no entanto, desconhecem que o local onde residem, está há aproximadamente dez anos, com sérios problemas de conflitos ambientais e nem têm noção dos motivos que despertaram essa situação, fazendo com que a falta de credibilidade nos órgãos institucionais para resolução das suas dificuldades, aumente a sua insegurança e incerteza quanto ao futuro da região.



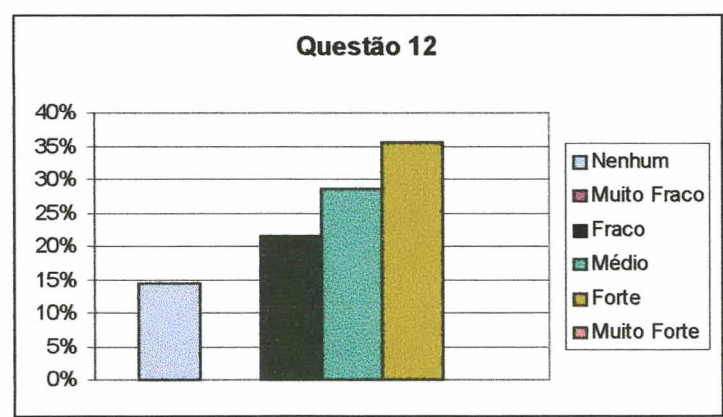
Questão 10 – A falta de entendimento dos fatos, faz com que esse item seja considerado uma dificuldade para a resolução dos conflitos?

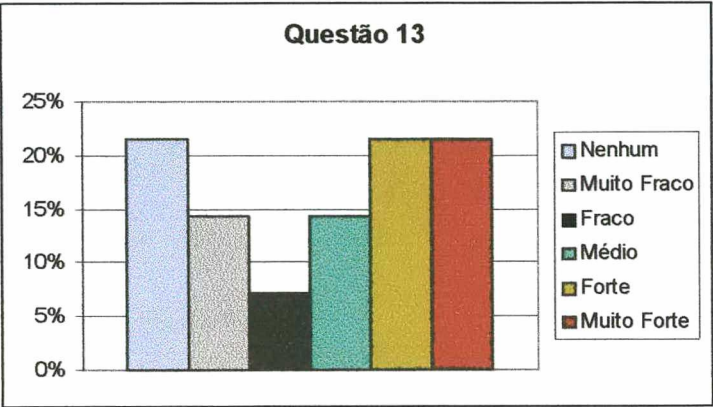


Questão 11 – As partes, estão capacitadas para tratar das incertezas provocadas pelos fatos que envolvam o conflito?

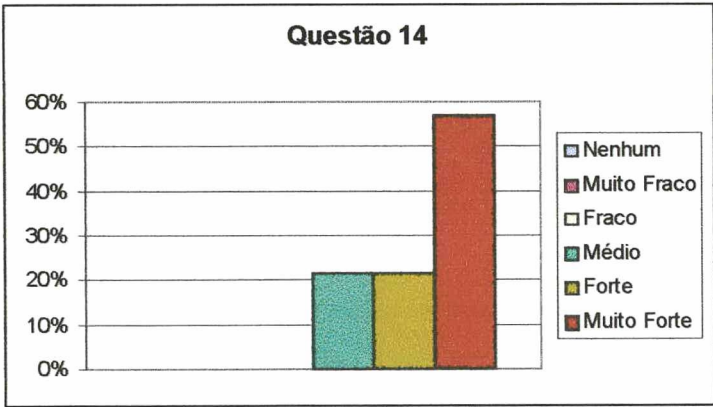
4.2.5 Encaminhamento de Procedimentos – Questões 12 a 15

Tipologia de Conflitos, dentre os quais, temos o Encaminhamento de Procedimentos, onde há como fator importante desse fenômeno, a falta de esclarecimento dos papéis a serem desempenhados, pelas partes, durante o decorrer dos conflitos. Tanto para o IPUF, como para as comunidades locais – no caso da Planície Entremares - seus papéis na busca de entendimento, são advindos de incertezas, principalmente no que diz respeito a tomada de decisões, sobre quem tem legitimidade ou não, em seus argumentos, já que não há um envolvimento efetivo do Poder Público, que pode desempenhar o papel de mediador em algumas questões. Ocorre ainda a exclusão (mesmo que algumas vezes, não provocada intencionalmente), de envolvidos, o que acarreta insatisfação e que faz com que qualquer decisão tomada, seja envolvida em turbulência.

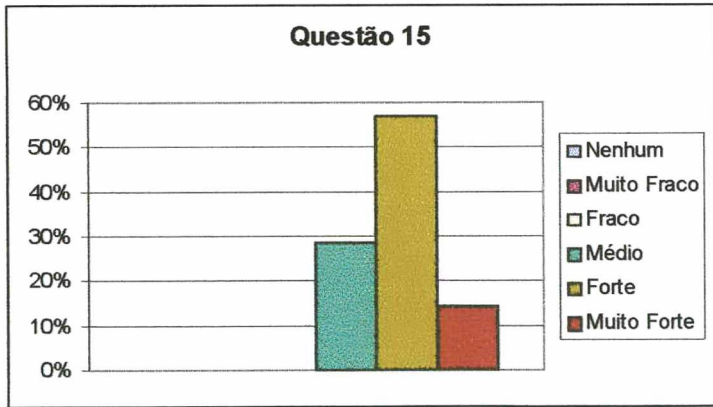




Questão 13 – Existe a exclusão de algumas das partes envolvidas?



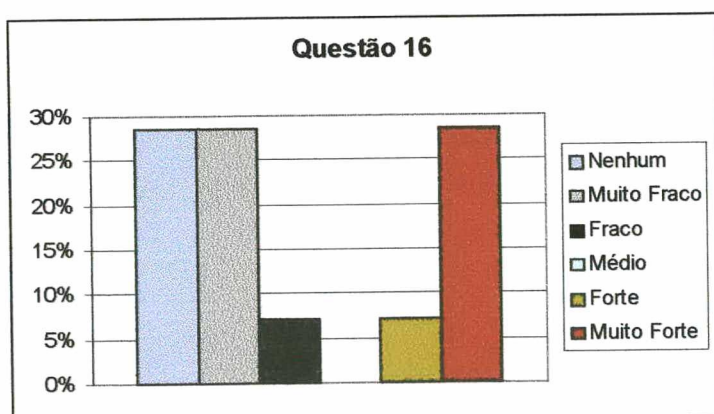
Questão 14 – As tomadas de decisões são turbulentas?



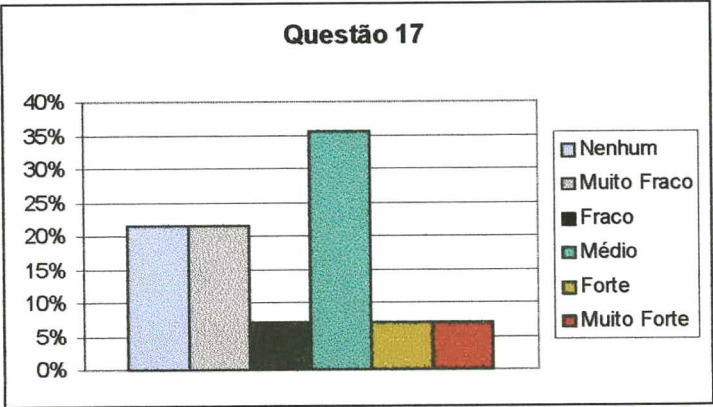
Questão 15 – Existe perda de credibilidade na aceitação dos objetivos?

4.2.6 Força – Questões 16 a 21

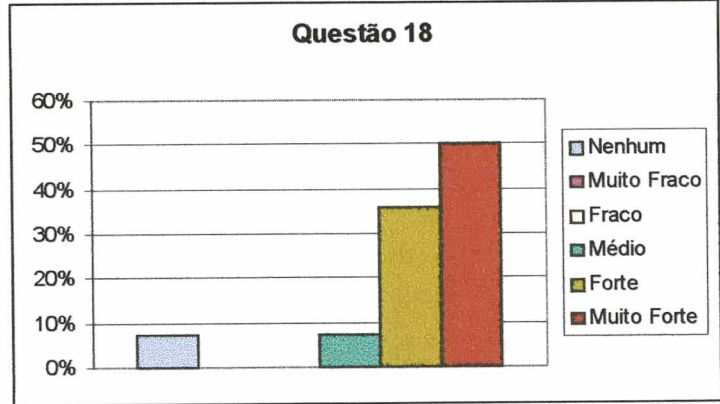
As questões 16 a 21, conforme Anexo 9 e Gráfico II, estão embasadas na Tipologia de Conflitos, dentre os quais permeiam os Conflitos de Força, que englobam abordagens diferenciadas, ou seja, que beneficiam uma das partes, em detrimento da outra. Na ótica dos conflitos ambientais, para a Planície Entremares, onde encontram-se antagonicamente presentes o IPUF e as comunidades locais, pode-se inferir que o uso da força pode vir a causar os mais variados problemas. Isso ocorre a partir do momento, em que o órgão municipal “detém” maior legitimidade, já que está inserido no Poder Público, ou seja, é pertencente a Prefeitura Municipal de Florianópolis, que tem um poder de decisão bem mais explícito. Como consequência o IPUF, pode ser mais beneficiado, em algumas decisões, com respeito à implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, do que as comunidades locais, fazendo com que essa atitude leve a uma “relação de força” entre ambos. Entre outros problemas que podem vir a ser causados, estão: o desconhecimento das reações de ambas as partes, falhas na identificação das opções entre essas mesmas partes ou mesmo deduzir que os conflitos podem somente ser resolvidos à força.



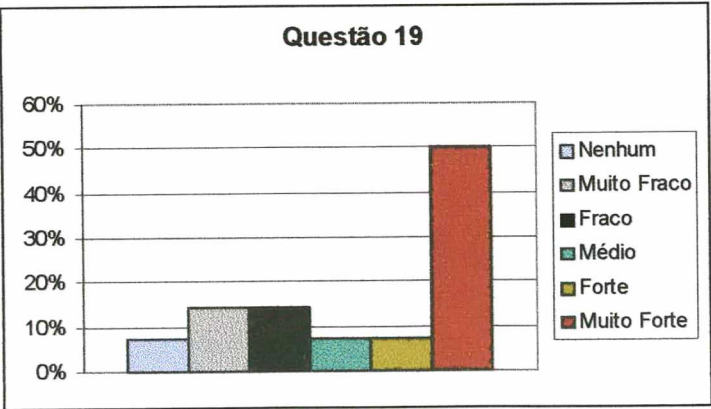
Questão 16 – Não há envolvimento do Poder Público, através de políticas públicas próprias para as questões discutidas?



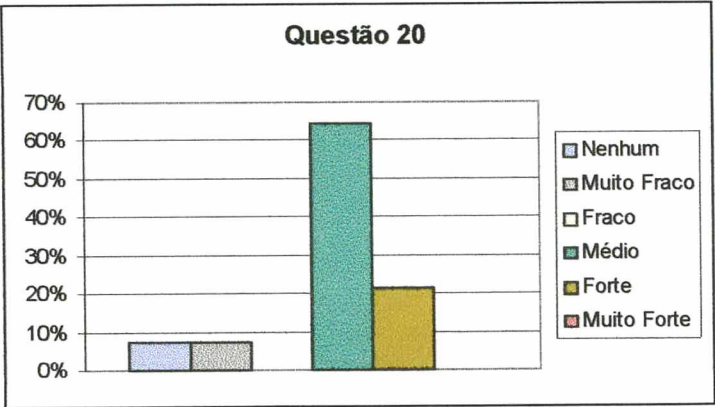
Questão 17 - A questão do tempo para a resolução dos conflitos, é levada em conta pelas partes ?



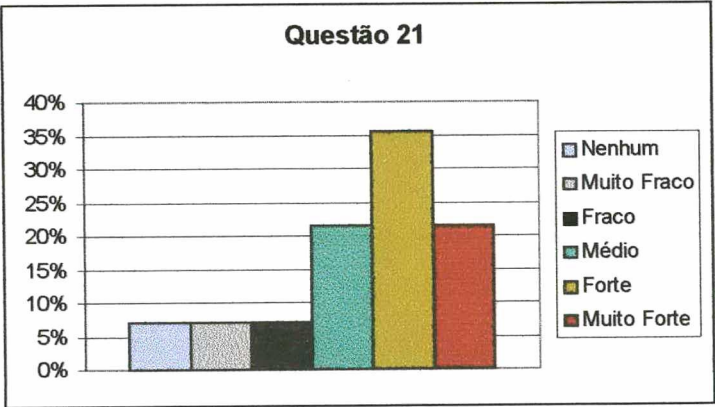
Questão 18 - Existe uma “relação de força” entre o IPUF e comunidades locais ?



Questão 19 - As abordagens inerentes ao conflito são diferenciadas, com vantagens para um dos lados ?



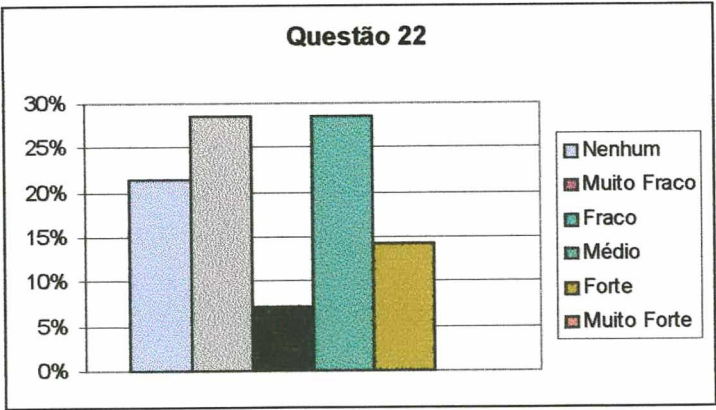
Questão 20 – Existe falha em identificar as opções e reações da outra parte, respectivamente ?



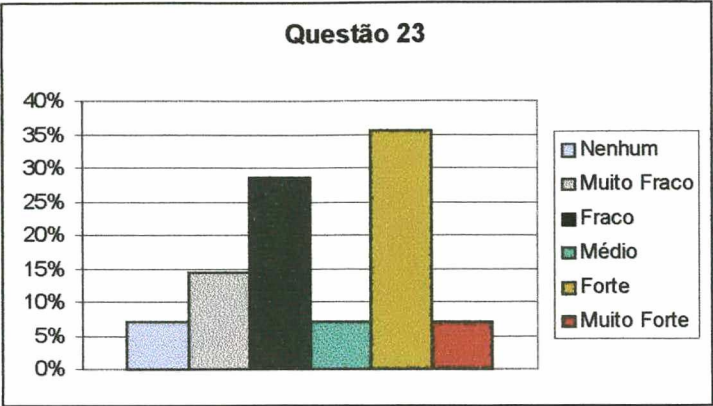
Questão 21 - Há percepção da utilização de força, como única forma de resolução do conflito ?

4.2.7 Sistemas Integrativos – Questões 22 a 25

As questões 22 a 25, conforme Anexo 9 e Gráfico II, fazem parte da Tipologia de Conflitos de Sistemas Integrativos, que é onde as partes e seus integrantes, devem elaborar metodologias e estratégias para trabalharem seus argumentos, para o convencimento e persuasão do seu oponente. É o tipo de conflito, onde o maior peso encontra-se nos relacionamentos que daí derivam. Esses relacionamentos ocorrem entre indivíduos ou mesmo grupos de interesse, que é o caso do conflito na Planície Entremares, onde há grande diversidade de envolvidos na situação, fazendo com que as parcerias sejam fracas e que perdure o isolamento entre os grupos. A negligência, traz como consequência a perda de oportunidades para ambas as partes, que poderiam usar de métodos baseados na persuasão de seus objetivos, para que se encontre soluções adequadas o mais rapidamente possível.

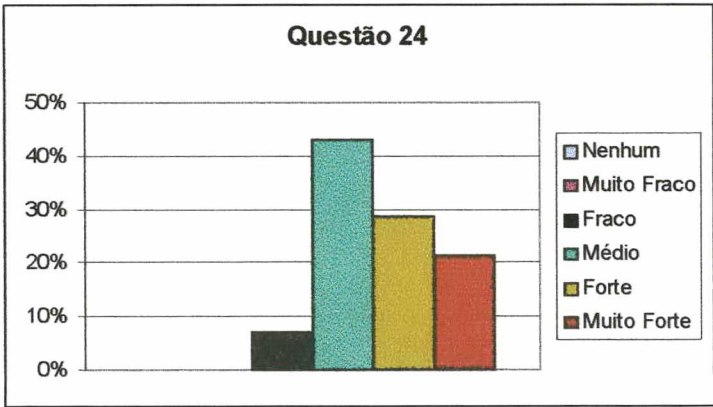


Questão 22 - O relacionamentos entre as pessoas ou grupos são de parceria ?



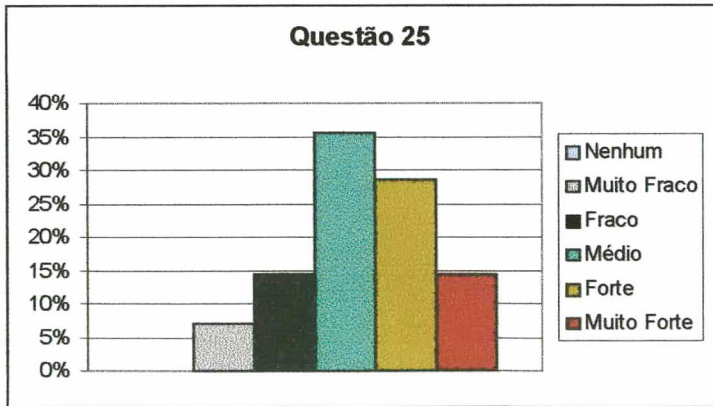
Questão 23 - O

relacionamento entre as pessoas ou grupos são de isolamento ?



Questão 24 - Estes

relacionamentos são resultantes do tipo de oportunidades que têm as partes ?

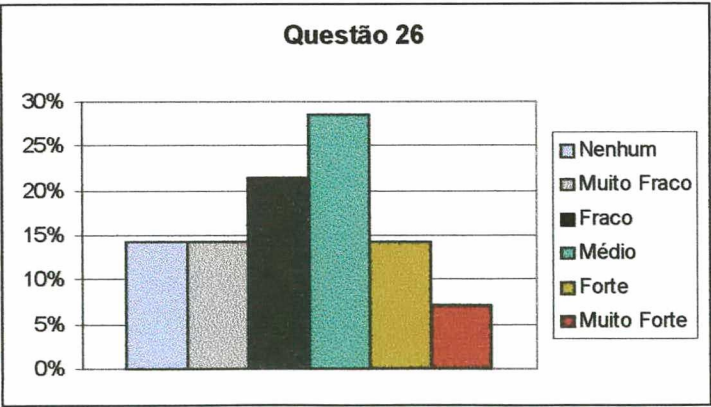


Questão 25 - Há

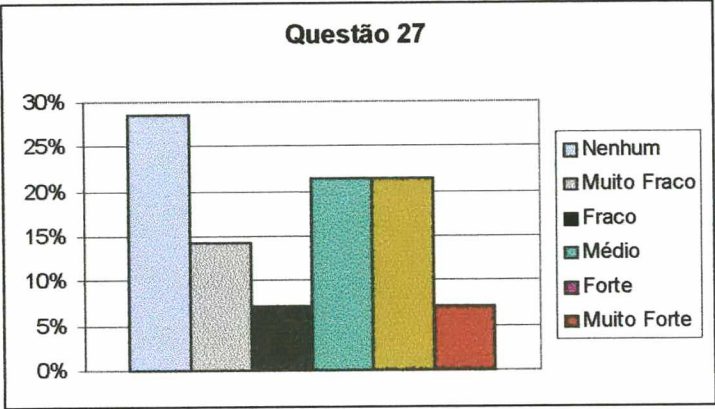
negligência das partes, perdendo oportunidades de trabalhar no convencimento de suas verdades, umas para com as outras ?

4.2.8 Intercâmbio- Questões 26 a 29

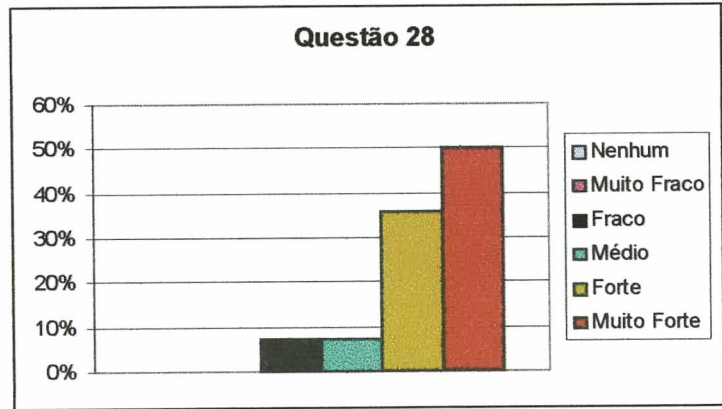
As questões acima, conforme Anexo 9 e Gráfico II, fazem parte da Tipologia de Conflitos de Intercâmbio, onde as trocas devem se fazer presentes e onde haja ganho para ambas as partes, ocorrendo com essa postura, desde a limitação dos acordos até a não legitimação de propostas já anteriormente aceitas. No caso da implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, as questões que compõem esta tipologia, nos revelam que, segundo análise gráfica dos questionários, se alguma das partes cederem a alguns dos seus objetivos, existe possibilidade de que haja ganho para ambas as partes. Já para que ocorra algum tipo de acordo definitivo, este, não poderá vir com certeza, de situações que já foram consideradas inegociáveis, pois a contundência na recusa das negociações propostas tanto pelo IPUF, como pelas comunidades locais é inegável. A consequência dessa postura é de que, até qualquer acordo que venha a existir entre as partes envolvidas, IPUF e comunidades locais, não se torne legitimada por recuo de uma ou de ambas as partes.



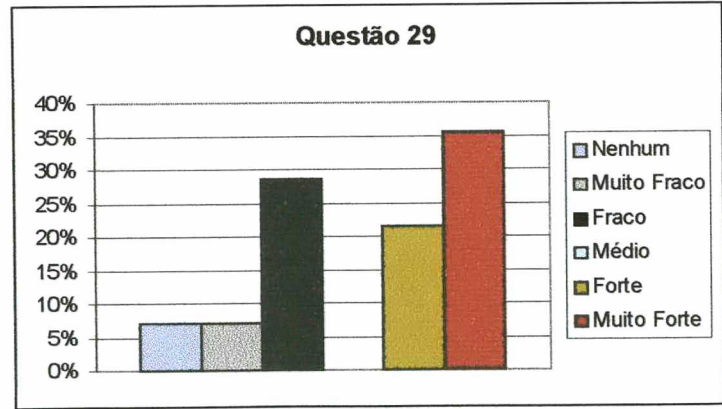
Questão 26 - Existe possibilidade de ganhos para ambas as partes ?



Questão 27 - Os acordos podem vir da tentativa de negociações de situações consideradas inegociáveis ?



Questão 28 - Existe recusa contundente às negociações propostas, seja pelo IPUF ou pelas comunidades locais ?



Questão 29 - Há a possibilidade de não serem legitimadas as propostas acordadas entre as partes?

4. 3 – Análise do Gráfico III, que trata do tempo para resolução dos conflitos

Para os respondentes da pesquisa elaborada, os conflitos ambientais que se desenrolam para a implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, serão de longa duração, com um percentual de 79% de votantes.

Isso se deve ao fato, de que, a existência de objetivos tão diversificados, para ambos os lados – IPUF e comunidades locais – torna a situação complicada. O envolvimento de atores diferenciados, como : instituições públicas (em vários âmbitos), instituições privadas , empresas, comunidades locais, organizações não-governamentais, interesses pessoais, interesses difusos, entre outros, faz com que a tomada de decisões sobre o assunto seja extremamente dificultoso na sua resolução e para ambas as partes, sendo que, o ganho é o objetivo principal.

Gráfico III

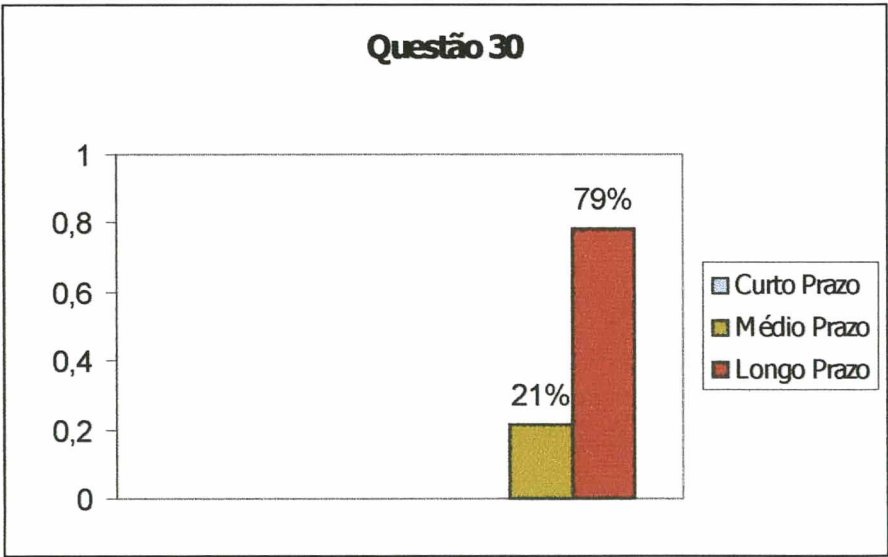
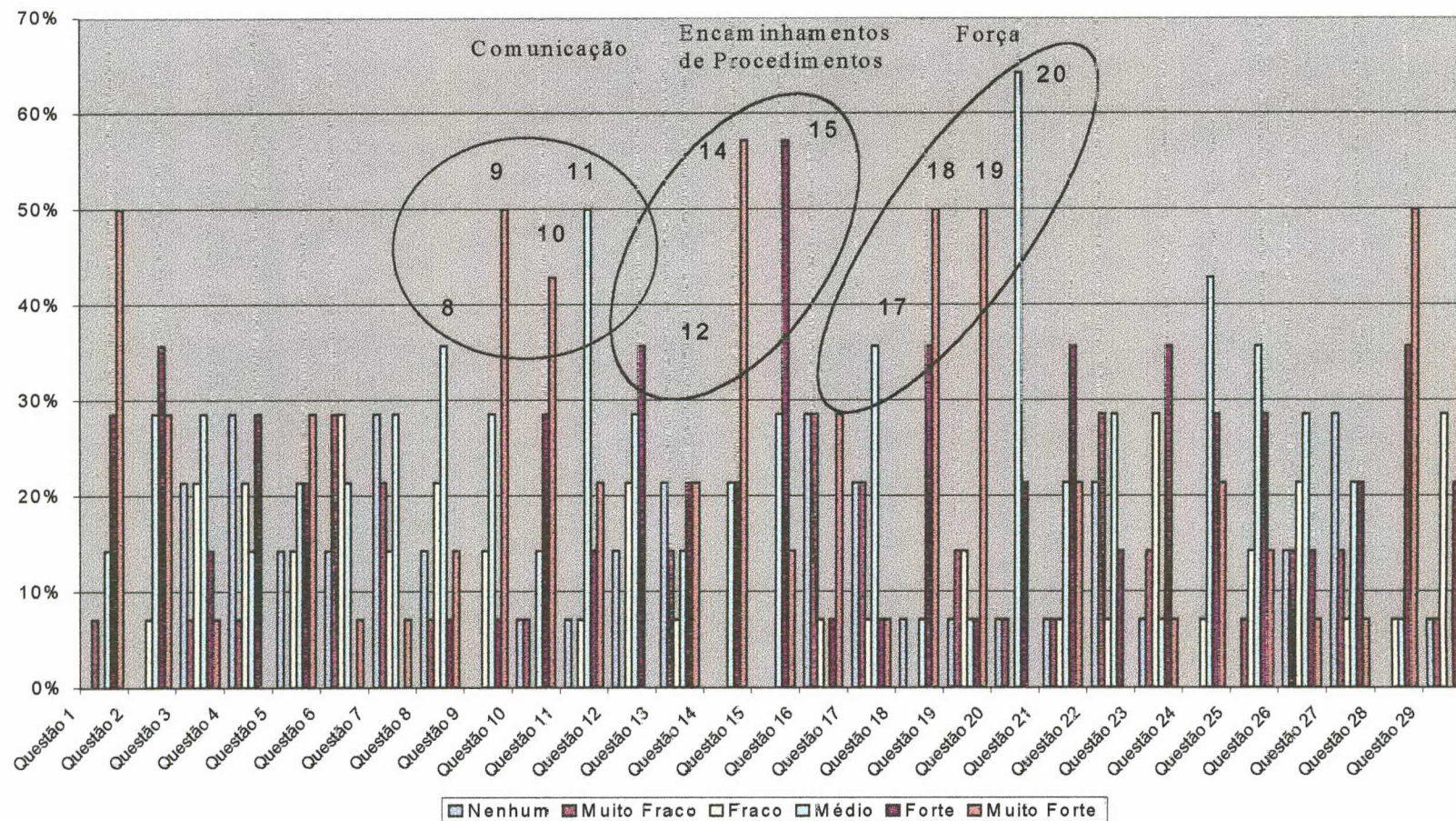


Gráfico IV

Síntese do comportamento para implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares



4.4 – Análise do Gráfico IV, que é o Gráfico Síntese do Comportamento do Conflito Ambiental para a Implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

Com relação ao Gráfico IV, que sumariza a amostragem do comportamento dos respondentes frente ao questionário, podemos inferir que: em linhas gerais existe uma regularidade de ocorrências entre a Tipologia dos Conflitos: Comunicação, Encaminhamento de Procedimentos e Força.

Quanto a Tipologia dos Conflitos, que envolvem “relações de força” - que é o conflito mapeado com maior relevância, na presente pesquisa - podemos reforçar nossa fundamentação conceitual ou seja, que o estado da arte sobre os conflitos ambientais podem ser inferidos e desenvolver-se através de abordagens sobre conflitos como:

BATNA (Best Alternative to Negotiation Agreement) – Melhor Alternativa para Resolução de Conflito. Para utilização desta abordagem, verifica-se :

as soluções propostas pelas partes; sendo que, entre estas soluções há uma pré-seleção, no sentido de possibilidades de exeqüibilidade pelas partes e, que então podem levar a formação do consenso. A pré – seleção torna-se necessária, a partir do momento que é verificada a existência de desníveis tecnológicos entre as partes. Após estes trâmites, desenvolve-se o plano de ação, que culminará com a implementação, posterior monitoramento e avaliação dos progressos da solução selecionada. A abordagem - BATNA - tem diferencial dos modelos tradicionais de abordagens, pois nela implementa-se a melhor solução apresentada.

ATNA (Any Alternative to a Negotiation Agreement) – que tem seu significado como Resolução de Conflito com Qualquer Acordo, sendo que, seus pressupostos são determinantes em estratégias específicas de atuação.

Para utilização deste tipo de abordagem, deve-se pressupor resoluções rápidas para

os conflitos, sem preocupar-se com desenvolvimento de planos de ação. Não há busca de soluções ótimas, mas uma solução qualquer que desarme as partes envolvidas, restabelecendo assim, um novo ponto de partida para as negociações. Aqui, a formação do consenso se dá em relação das soluções apresentadas, sem discussão sobre planejamento, o controle e monitoramento das ações se dá por mecanismos de auto – gestão e normalmente as soluções apresentadas possuem desníveis tecnológicos, semânticos e econômicos. Neste caso necessita-se implantar um modelo de planejamento, para resolução dos acordos, pois sem esta tomada de decisão fica comprometido a projeção dos futuros níveis de desempenho; a comunicação acordada torna-se mais difícil; inexiste a orientação para prazos, custos, responsabilidades, monitoramento e nem os progressos podem ser avaliados. Nesta abordagem, não se pode medir se a solução aplicada atingiu ou não, as metas propostas ou ainda, se as mesmas podem vir a ser aplicadas; pois as suas práticas não se incorporam no processo de negociação. Esta desestruturação impede que processos bem sucedidos sejam utilizados como apoio às decisões em negociações formais de conflitos sobre questões ambientais;

Observamos que, em um segundo nível, aparecem em menor relação, Conflitos Estruturais, Sistemas Integrativos e Intercâmbio;

Considerando que os conflitos mais relevantes, em termos percentuais, foram os de Comunicação, Encaminhamento de Procedimentos e Força, reforça-se os nossos objetivos de pesquisa e o problema da mesma. Isso se deve ao fato de tentarem vislumbrar que os *Níveis de Atratividade* do Conflito, se circunscrevem no campo da indeterminação e, que questões básicas de comunicação, procedimentos e de mecanismos de força, terão que ser resolvidos, antes que se chegue a um consenso para o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, mesmo à despeito das Unidades Espaciais de Planejamento – UEP's, já aprovadas.

CONCLUSÕES

A partir dos resultados dessa pesquisa, podemos concluir que :

Os conflitos ambientais relativos ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, encontra-se ainda não objetivado pelas partes envolvidas. Isso se reflete nos resultados das variáveis constituintes dos mesmos, como : Comunicação, Encaminhamento de Procedimentos e Força;

O Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, proposto pelo IPUF está fundamentado logicamente em modelos de desenvolvimentos incompatíveis, em comunidades tradicionais, daí resultam os diversos conflitos, dentre eles, os ambientais;

Tanto o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares do IPUF, quanto o Plano Comunitário, possuem inconsistências técnicas reveladas pelas partes entre si, que de sobremaneira se sustentam na autoridade moral e política de seus representantes, caracterizando o conflito de longo prazo;

A fundamentação teórica utilizada, do Centro de Pesquisas sobre Conflitos da Universidade do Colorado / EUA - que tem como foco principal os conflitos ambientais e as questões relativas aos modelos de análise, mapeamento, implementação, teoria e praticada da gestão dos conflitos ambientais - comprovou analiticamente através dos resultados da pesquisa, a identificação das variáveis que foram objeto de investigação, assim como ,os objetivos inseridos na pesquisa;

A metodologia adotada, ou seja, a pesquisa feita através de questionários para uma clientela selecionada, conseguiu traçar o delineamento da Tipologia dos Conflitos, comprovando através de análise e mapeamento elaborada dos itens investigativos, o perfil

correspondente aos tipos relevantes de conflitos existentes na região;

Os objetivos e o problema levantados pela pesquisa foram alcançados, tendo como resultado, itens pertencentes a fundamentação teórica como : *Comunicação, Encaminhamento de Procedimentos e mecanismos de Força*, como os principais agentes do processo dos conflitos existente entre as partes na Planície Entremares. Isso trás como consequência, que essas mesmas partes devem levar ainda, um tempo considerável para chegar a uma resultante final e objetiva sobre o conflito ambiental para a implantação de um Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares.

RECOMENDAÇÕES

Como recomendações finais para a presente pesquisa, se a mesma tivesse que ser iniciada novamente, consideráramos a relevância que :

Torna-se imprescindível sensibilizar as partes envolvidas que, os conflitos ambientais são decorrentes, antes de mais nada, de conflitos sociais já existentes; e que os seus desdobramentos são dependentes das atitudes, posturas e decisões tomadas por todos os envolvidos;

As partes envolvidas encontram-se dispersas (mesmo entre os que estão do mesmo lado) e cada uma delas somente consegue visualizar o que pode ganhar, sem levar em conta, que se deve analisar em que itens pode ceder, para que se consiga chegar a uma pré-negociação;

Observamos que, a questão cronológica do conflito, torna-o mais desgastante, para as partes envolvidas, fazendo com que haja o aparecimento de novas variáveis, que o tornarão cada vez mais complexo;

E finalmente, sugerimos que é importante, um trabalho com seriedade na área de educação ambiental, para instrumentalizar o cidadão do seu poder de intervenção nos ambientes em que habita; e que se deve integralizar a implementação de variáveis, como o desenvolvimento sustentável para a região, para que se consiga trazer soluções em prazo mais curto para a Região Entremares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALINSKY, Saul. Rules for Radicals: A Practical Primer for Realistic Radicals. New York: Random House, 1971.

ALINSKY, Saul. Reveille for Radicals. New York: Vintage Books, 1969.

AMORA, Ana Albano. O Lugar do Público no Campeche. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ARAGON, José Octavio de Azevedo. O conflito do Plano de Desenvolvimento da Região Entremares Município de Florianópolis – Estado de Santa Catarina - Brasil. 1999. 10 p. Estudo de Caso. Trabalho apresentado a disciplina de Mediação e Arbitragem em Meio Ambiente do Curso de Pós Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAMPECHE – AMOCAM. Plano Comunitário para a Planície do Campeche. 1999, 40p.

BARBOSA, Tereza Cristina Pereira. Uma questão de responsabilidade. [S.L. : s.n.], [ca. 2000].

BOLETIM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Uma publicação do Centro de Estudos Cultura e Cidadania, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente. n.2, jul., 1999.

BORGES, Sérgio F. - Características Hiodroquímicas do Aquífero Freático do Balneário Campeche, Ilha de Santa Catarina – SC. 1996. Dissertação (Mestrado...), Universidade Federal de Santa , Florianópolis..

BOULDING, Kenneth. Three Faces of Power. Newbury Park: Publications, 1989.

BOUTROS-GHALI, Boutros. An Agenda for Peace. New York. United Nations, 1992.

_____. An Agenda for Development. New York: United Nations, 1995.

_____. An Agenda for Peace. New York. United Nations, 1995.

BRADSHAW, William. Mediation and Terapy. In: Mediating Interpersonal Conflits: A Pathway to Peace. Mark Umbreit. West Concord. MN: CPI Publishing 1995. p. 237-50.

BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi. Constructive Confrontation: a transformative approach to intractable conflicts. Working paper n. 96-2. Conflict Research

Consortium. 1996. Forthcoming in Meddiation Quarterly.

_____. Confronting Intractable Conflicts in Construtictive Ways. Conflict Research Consortium. 1993.

BURGUESS, Heidi. Encyclopedia of Conflit Resolution. ABC-CLIO. Denver, Colorado, 1997. p33-34.

BURTON, John; **DUKES**, Frank. Conflict: Practices in Management, Settlement and Resolution. In: Community Mediation. New York: St. Martin's Press, 1990a.

----- . Conflict: Reading in Management and Resolution. New York: St. Martin's Press, 1990b.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida : uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1998.

CARPENTER, Susan L., **KENNEDY**, W.J.D. Managing Public Disputes. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

CARSON, Clayborne. The Eyes on the Prize: civil rights reader - Documents Speeches and Firsthand Accounts from the Black Fredom Struggle 1954-1990. New York: Viking 1991.

CARUSO, Mariléia M.L. O Desmatamento na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis : UFSC, 1983.

CECCA / FNMA. Uma cidade numa Ilha. Relatório sobre os problemas sócio-ambientais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis : Insular, 1996.

DAUER, Edward A. Manual of Dispute Resolution. Colorado Springs: Shepards's McGraw-Hill, 1994.

DEUTSCH, Morton. The Resolution of Conflict: constructive and destructive processes. New Haven, CT : Yale University Press, 1973.

DIAMOND, Louise. On Developing a Commun Vocabulary. In: Peace Building, v.1, n.4, p. 3-11, 1994.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 21 jun.1999. p. 31-34.

_____. Florianópolis, 21 nov.1999.p.33

DITTMER, John; **WRIGTH**, George C.; **DULANEY**, W. Marvin. Essays on the American Civil Rights Movement. Arlington: Texas A & M University Press, 1993.

DONNELLY, Jack. Universal Human Rights in Theory and Practice. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989.

DOWNIE, Bryan M. When Negotiations Fail : causes of breakdown and tactics for breaking the stalemate. Negotiation Journal, v. 7, n. 2, p. 175-186, 1991.

“DOSSIÊ CAMPECHE”. Documento retirado da realização do I Seminário de

Planejamento do Campeche. 1997, 56p.

DUGAN, Marie A. Intervener Roles and Conflict Pathologies. In: Conflict Management and Problem Solving : interpersonal to international applications. New York:New York University Press, 1987.

ENSSLIM, Sandra Rolim. A Estruturação do Processo Decisório de Problemas Multicritérios Complexos. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1995, 146p.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, v.1, n.4, nov./dez.,1997. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, v.2, n.5, mar.,1998. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, v.2, n.6, maio,1998. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, v.2, n.7, jul./ago.1998. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, v.2, n.9, abr./maio 1999. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, jun.1999. Edição Especial. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, v.2, n.4, ago.1999. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Florianópolis, v.2, n.8, dez/jan.1999. Publicação dos moradores do bairro.

FALA CAMPECHE. Campeche quer aprovação do Plano Diretor Comunitário, Ano 5, Edição Especial. Setembro 2001, 4p.

FISCHHOFF, Baruch; **LICTENSTEIN**, Sarah; **SLOVIC**,Paul; **DERBY**, Stephen L.; **KEENEY**, Ralph L. Acceptable Risk. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FISHER, Robert. Let the People Decide: neighborhood organizing in America. New York: Twayne Publishers, 1984.

FISHER, Roger. In: Theory Deter, Compel, or Negotiate? Negotiation Journal, n.10, p. 17-32. 1994

GESTÃO AMBIENTAL: ecodesign a prevenção de conflitos. Diário Catarinense, Florianópolis, 02 ago. 2000. 1. cad. 15 p.

GESTÃO AMBIENTAL: mapeamento de conflitos. Diário Catarinense,

Florianópolis, 09 ago. 2000. 2. cad. 15 p.

GESTÃO AMBIENTAL: fatores de conflito. Diário Catarinense, Florianópolis, 16 ago. 2000. 3. cad. 15 p.

GESTÃO AMBIENTAL: analisando o problema. Diário Catarinense, Florianópolis, 23 ago. 2000. 4. cad. 15 p.

GESTÃO AMBIENTAL: conflitos no tempo e no espaço. Diário Catarinense, Florianópolis, 30 ago. 2000. 5. cad. 15 p.

GESTÃO AMBIENTAL: detectando problemas. Diário Catarinense, Florianópolis, 06 set. 2000. 6. cad. 15 p.

GESTÃO AMBIENTAL: encaminhando soluções. Diário Catarinense, Florianópolis, 13 set. 2000. 7. cad. 15 p.

GESTÃO AMBIENTAL: implementando soluções. Diário Catarinense, Florianópolis, 20 set. 2000. 8. cad. 15 p.

GIBSON, Kevin. Confidentiality in Mediation: a moral reassessment. *Journal of Dispute Resolution*, p.25-66. 1992.

GIBSON, Kevin. Shortcomings of Neutrality in Mediation: solutions based on rationality. *Negotiation Journal*, n.12, p.69-80. 1996.

GLENDON, Mary Ann. Rights Talk: the impoverishment of political discourse. New York: Free Press, 1991.

GOLDBERG, Stephen B.; SANDER, Frank E. A.; ROGERS, Nancy H. Dispute Resolution: negotiation, mediation, and other processes. Boston: Little, 1992.

GRAY, Barbara. Collaborating: finding common ground for multiparty problems. San Francisco: Jossey-Bass, 1989.

GURR, Ted R. Why Men Rebel. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1970.

GURR, Ted Robert; HARFF, Barbara. Ethnic Conflict in World Politics. Boulder : Westview Press, 1994.

HINDLE, Tim. Como conduzir negociações. São Paulo : Publifolha, 1999. (Série sucesso profissional: seu guia de estratégia pessoal).

HISTÓRICO DO PLANO COMUNITÁRIO DA PLANÍCIE DO CAMPECHE. Proposta para um Desenvolvimento Sustentável. 1997, 2p.

HOCKER, Joyce L.; WILMONT, William W. Interpersonal Conflict. Dubuque, IA: William C. Brown, 1985.

<http://www.campeche@egroups.com>

<http://www.campeche.org.br/botoes.htm>

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – IPUF. Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Entremares.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano de Desenvolvimento da Região Entremares. Florianópolis, 1997.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano de Desenvolvimento da Região Entremares : 1ª Rezoneamento. Florianópolis, 1997. Projeto Lei.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano de Desenvolvimento da Região Entremares. Florianópolis, 1997.

KLEIN, Lawrence R.; **LO,** Fu-chen; **MCKIBBIN,** Warwick J. Arms Reduction: economic implications in the Post-Cold War Era. New York: United Nations University Press, 1995.

KRIESBERG, Louis. Strategies of negotiating agreements: Arab-Israeli and American-Soviet Cases. *Negotiation Journal*, v. 4, n.1, p. 19-29. 1988.

_____. The U.S.-USSR and Middle East Cases. In: *International Conflict Resolution: The U. S.-USSR and Middle East Cases*. New Haven : Yale University Press. 1992.

_____. Preventive conflict resolution of inter-communal conflicts. Program on the analysis and resolution of conflict (PARC), Syracuse University, Syracuse, NY. 1993.

KRIESBERG, Louis; **NORTHRUP,** Terrel A.; **THORSON,** Stuart J. Intractable conflicts and their transformation. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1989.

O ESTADO. Florianópolis, 26 out. 1999. p. 9.

LARSON, Carl E.; **CHRISLIP,** David D. Collaborative leadership. San Francisco: Jossey-Bass. 1994.

LEAP, Terry L. Collective Bargaining and labor relations. 2. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. 1990.

LEDERACH, John Paul. Training on culture: four approaches. *Conciliation quarterly*. v.9, n.1, p. 11-13, 1990.

MACHADO, Márcia. A grande estratégia. . 1999, 4p. Estudo de Caso. Trabalho apresentado na Disciplina de Mediação e Arbitragem em Meio Ambiente do Curso de Pós Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.

MASLOW, Abraham. A theory of human motivation. *Psychological Review*. v.50, p.370-96, 1943.

MATOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina : nova dimensão. Florianópolis : UFSC, 1973.

MAZZER, Alexandre M. et al. Conflito gerado pelo Plano de Desenvolvimento da Região Entremares situada na região do Campeche Município de Florianópolis. 1999, 14 p. Estudo de Caso. Trabalho apresentado a Disciplina de Mediação e Arbitragem em Meio Ambiente do Curso de Pós Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.

MCDONALD, John W. Guidelines for track two diplomats. *Peace in action*. v. 4, p11. 1988.

_____. Why ethnic conflicts? *Peace Builder*, v. 3, n. 1, p.2, 1995.

MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA. Diretrizes e propostas para um planejamento da Planície do Campeche : Dossiê elaborado pelos moradores. Florianópolis, 1997. Xerografado.

MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA. Documento à Comissão de Planejamento do Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF. Florianópolis, 27 jul. 1999.

NORTHRUP, Terrel A. Dynamic of identity. In: *Intractable conflicts and their transformation*. Syracuse, NY: Syracuse University Press. 1989.

O ESTADO. Florianópolis, 26 out. 1999. p. 9.

PRUITT, Dean G. Strategic choice in negotiation. In: *Negotiation theory and practice*. Cambridge, MA: Program on negotiation at Harvard Law school. 1991.

QUEIRÓZ, Erica Bezerra. O Plano de Desenvolvimento do Campeche – Aspectos Jurídico – Populares. 1999. Monografia (Especialização em Direito Público) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

REYNAUD, Jaceny Maria. O Papel da Mídia na Implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares. 1999, 6p. Estudo de Caso. Trabalho apresentado a Disciplina de Mediação e Arbitragem em Meio Ambiente do Curso de Pós Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.

RIZZO, Paulo M. B. Do urbanismo ao planejamento urbano. Utopia e Ideologia – Caso de Florianópolis, 1950 a 1990. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis.

ROSS, Marc Howard. Ethnic conflict and dispute management: addressing interests and identities, getting to na accord. *Studies in Law politics and society*, v. 12, p. 107-46, 1992.

ROTHMAN, Jay. Confrontation to cooperation: resolving ethnic and regional conflict. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1992.

SANTIAGO, Antoninha. Uma fundação para o Complexo Parque Orla do Campeche. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 30 set., 1999, p. SC4.

SICCAMA, Jan G. Conflict prevention and early warning in the political practice of

international organizations. Netherlands Institute of International Relations. 1996.

SILVA, Harrysson Luiz da. Mapeamento dos Conflitos. Working Paper 1-2. Florianópolis, 2000.

_____. Mediação e arbitragem em meio ambiente. Florianópolis : UFSC, 1999. Notas de aula.

TEIXEIRA, José Paulo; **SILVA**, Jorge E. O futuro da cidade. Discussão Pública do Plano Diretor. Florianópolis : CECCA/Instituto Cidade Futura, 1999.

TILLET, Gregory. Resolving conflict: a practical approach. Sydney : Sydney University Press, 1991.

URY, William L.; **BRETT**, Jeanne M.; **GOLDBERG**, Stephen B. Getting disputes resolved: designing systems to cut the costs of conflict. San Francisco: Jossey-Bass, 1988a.

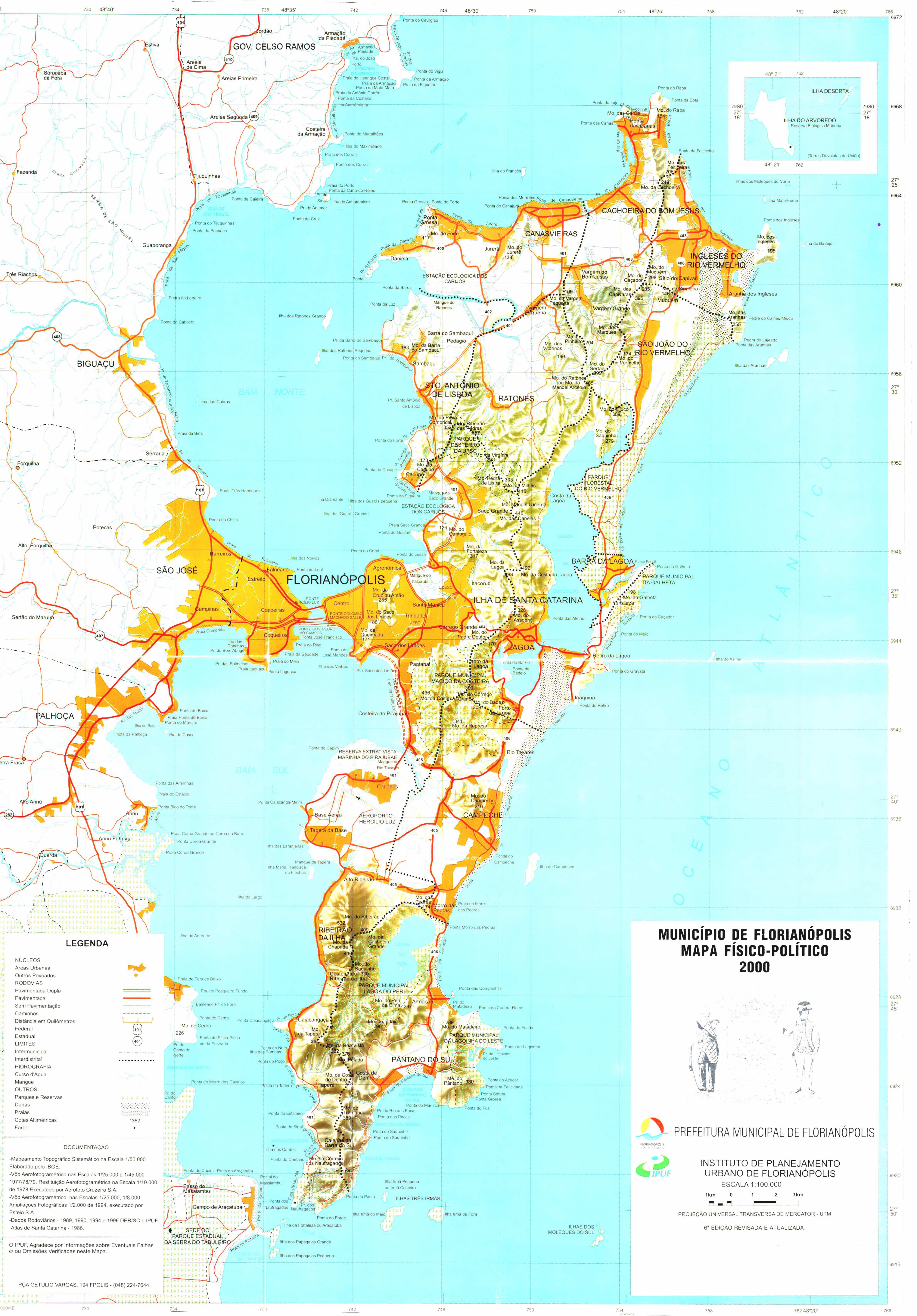
URY, William L.; **BRETT**, Jeanne M.; **GOLDBERG**, Stephen B. Interests rights and power: designing dispute resolutions systems. Evanston IL: Dispute Resolution Research Center, 1988b.

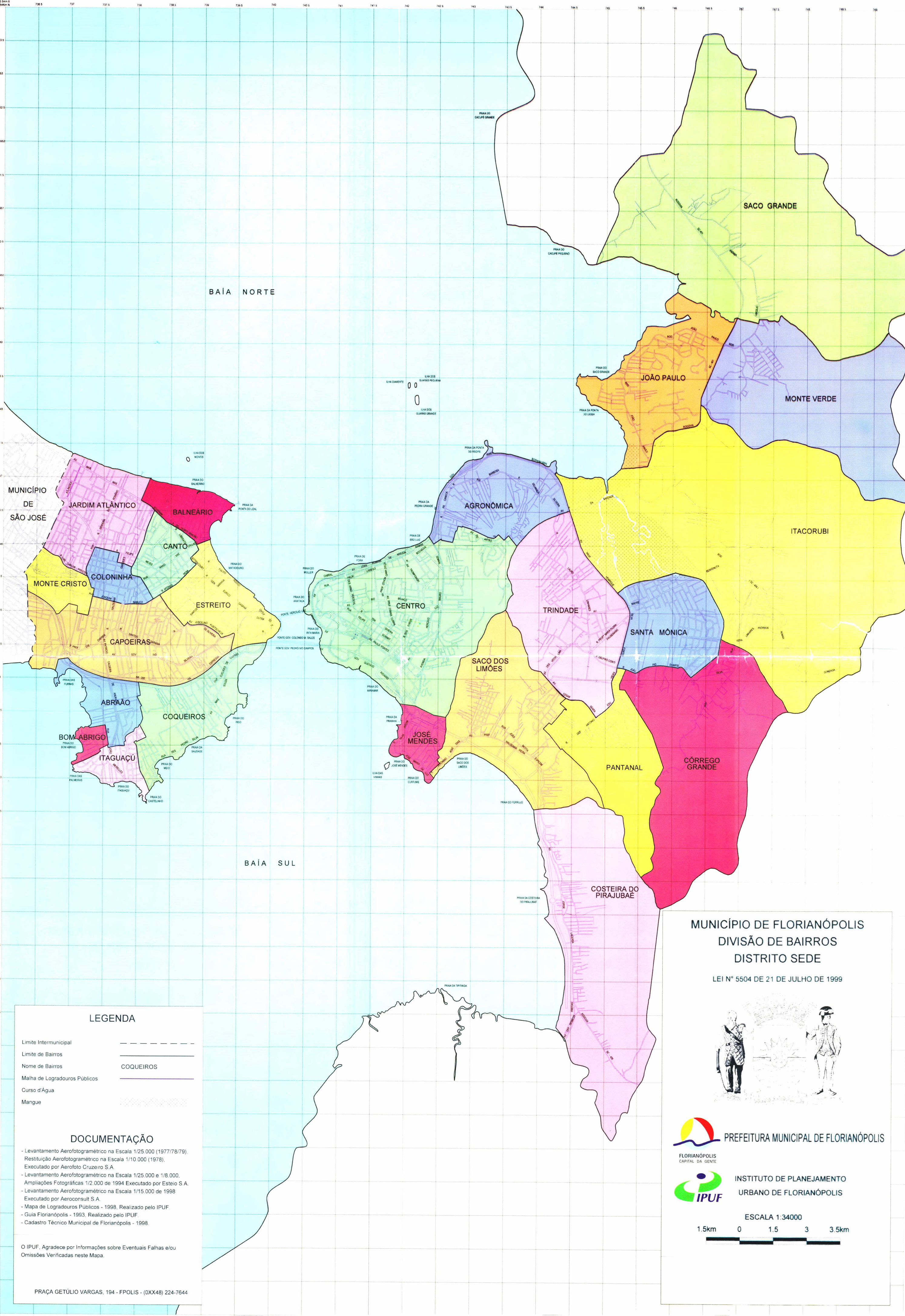
URY, William L.; **BRETT**, Jeanne M.; **GOLDBERG**, Stephen B. Designing na effective dispute resolution system. In: Negotiation theory and pratice. Cambridge: Program on Negotiation at Harvard Law School, 1991.

WEISS, Thomas G. Collective security in a changing world peace foundation. Boulder: Lyne Rienner Publishers, 1993.

ANEXOS

ANEXO I





LEGENDA

- Limite Intermunicipal
- Limite de Bairros
- Nome de Bairros
- Malha de Logradouros Públicos
- Curso d'Água
- Mangue

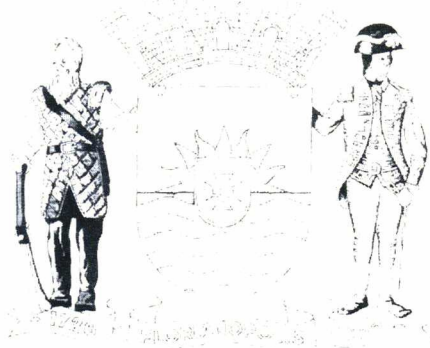
DOCUMENTAÇÃO

- Levantamento Aerofotogramétrico na Escala 1/25 000 (1977/78/79), Restituição Aerofotogramétrica na Escala 1/10 000 (1978), Executado por Aerofoto Cruzeiro S.A.
- Levantamento Aerofotogramétrico na Escala 1/25 000 e 1/8 000, Ampliações Fotográficas 1/2 000 de 1994 Executado por Esteio S.A.
- Levantamento Aerofotogramétrico na Escala 1/15 000 de 1998 Executado por Aeroconsult S.A.
- Mapa de Logradouros Públicos - 1998, Realizado pelo IPUF.
- Guia Florianópolis - 1993, Realizado pelo IPUF.
- Cadastro Técnico Municipal de Florianópolis - 1998.

O IPUF, Agradece por Informações sobre Eventuais Falhas e/ou Omissões Verificadas neste Mapa.

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
DIVISÃO DE BAIRROS
DISTRITO SEDE

LEI Nº 5504 DE 21 DE JULHO DE 1999



FLORIANÓPOLIS
CAPITAL DA GENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

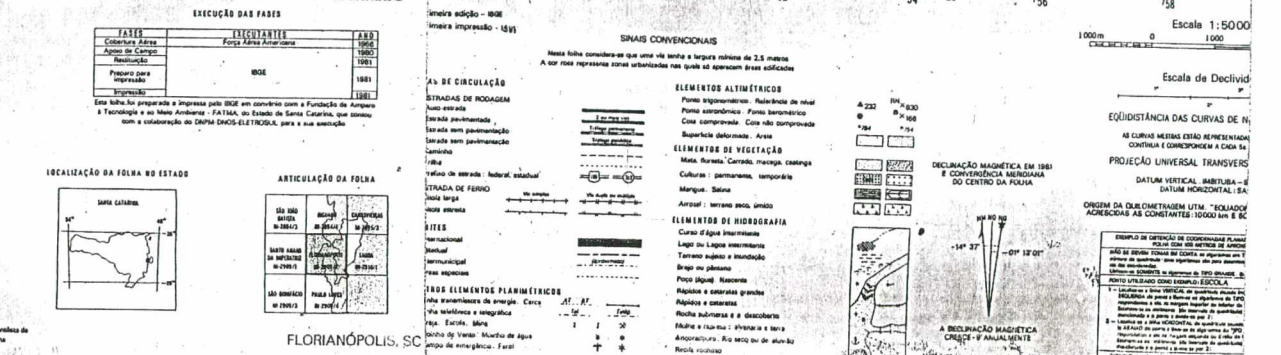


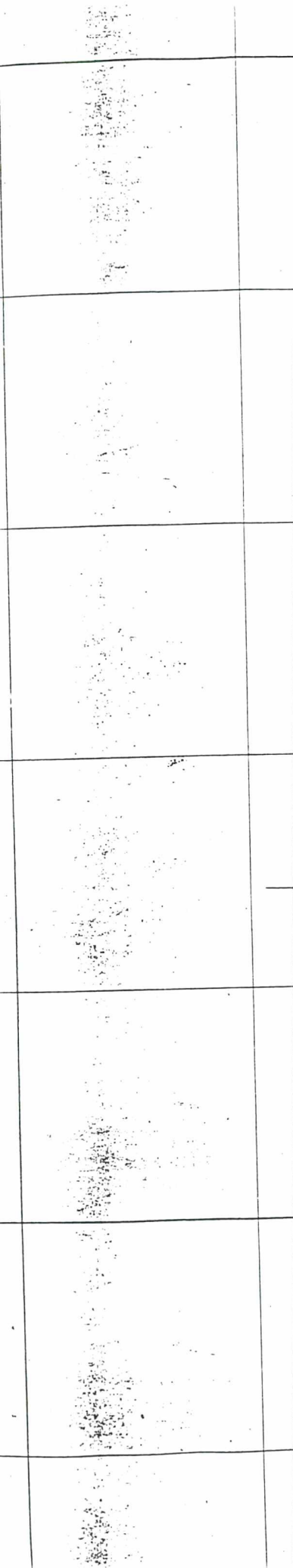
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
URBANO DE FLORIANÓPOLIS

ESCALA 1:34000

1.5km 0 1.5 3 3.5km

ANEXOS II



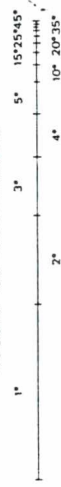


758 760 762 764 766 768 770

Escala 1:50000



Escala de Declividade



EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS DE NIVEL : 20 METROS

AS CURVAS MESTRAS ESTÃO REPRESENTADAS EM LINHA GROSSA CONTINUA E CORRESPONDEM A CADA 5a CURVA DE NIVEL

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DATUM VERTICAL : IMBITUBA – S. CATARINA
DATUM HORIZONTAL : SAD 69

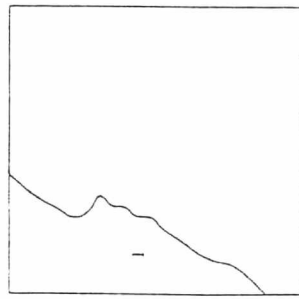
SEM DA QUILOMETRAGEM UTM. EQUADOR E MERIDIANO 51° W GR. RESCIDAS AS CONSTANTES: 10000 km E 500 km, RESPECTIVAMENTE

EXECUÇÃO DAS FASES

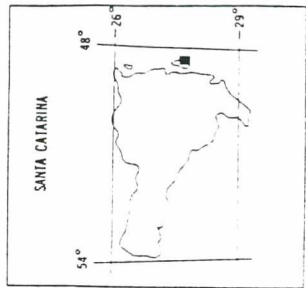
FASES	EXECUTANTES	AF
Cobertura Aérea	Força Aérea Americana	19
Apoio de Campo		19
Restituição		19
Preparo para impressão	IBGE	19
Impressão		19

Esta folha foi preparada e impressa pelo IBGE em convênio com a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, do Estado de Santa Catarina, que conta com a colaboração do DNPM - DNOS - ELETROSUL para a sua execução

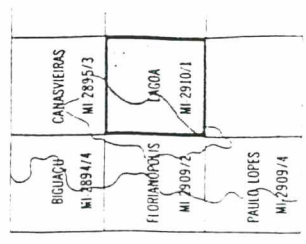
DIVISÃO ADMINISTRATIVA



LOCALIZAÇÃO DA FOLHA NO ESTADO



ARTICULAÇÃO DA FOLHA



DIREITOS DE REPRODUÇÃO RESERVADOS

A DIRETORIA DE GEODÉSIA E CARTOGRAFIA agradece a gentileza da comunicação de falhas ou omissões verificadas nesta Folha

LAGO

EXEMPLO DE OBTENÇÃO DE COORDENADAS PLANAS DE UM PONTO DESTA FOLHA COM 100 METROS DE APROXIMAÇÃO

NÃO SE DEVEM TOMAR EM CONTA os algarismos em TIPO PEQUENO de qualquer número da quadricula - estes algarismos são para determinar os valores complementares das coordenadas -

Utilizam-se SOMENTE os algarismos de TIPO GRANDE Exemplo: 66 54 000

PONTO UTILIZADO COMO EXEMPLO ESCOLA

1 - Localiza-se a linha VERTICAL da quadricula situada imediatamente à ESQUERDA do ponto e lêem-se os algarismos de TIPO GRANDE correspondentes a ela na margem superior ou inferior da folha. Estimam-se os milímetros (do intervalo da quadricula) entre a linha mencionada e o ponto e divide-se por 2.

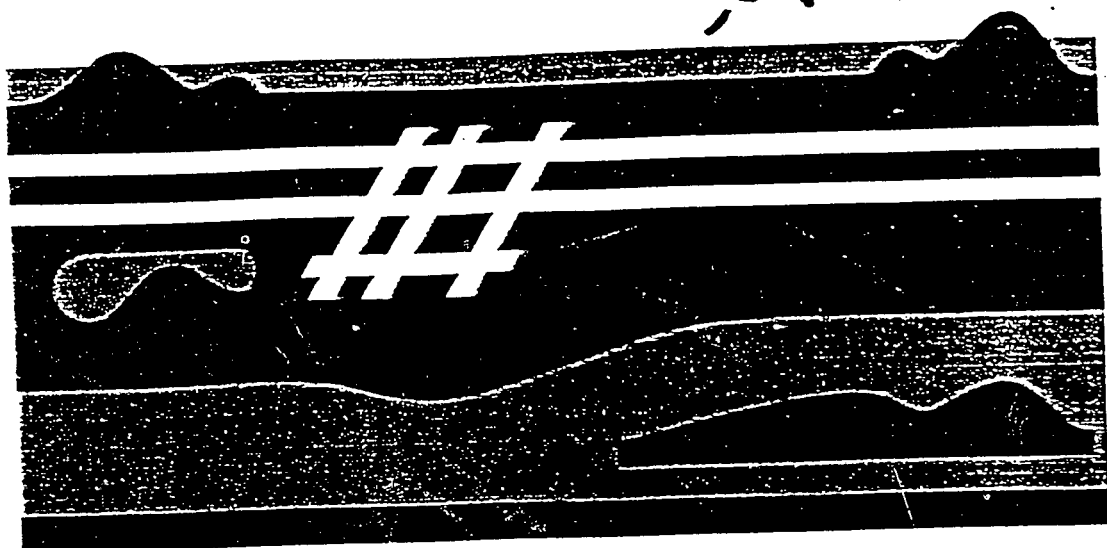
2 - Localiza-se a linha HORIZONTAL da quadricula situada imediatamente ABAIXO do ponto e lêem-se os algarismos do TIPO GRANDE correspondentes a ela na margem esquerda ou direita da folha. Estimam-se os milímetros (do intervalo da quadricula) entre a linha mencionada e o ponto e divide-se por 2.

EXEMPLO de referência

52	18	46	11
538	471		

ANEXOS III

2000



PLANO DE DESENVOLVIMENTO ENTREMARES

500.000 500.000

1.A REZONEAMENTO



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

1 9 9 7

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE ENTREMARES

1.A Rezoneamento

Apresentação

O presente Projeto de Lei é uma reedição do relatório original elaborado pelo IPUF em 1992, mas que estava a merecer a atualização dos mapas e algumas complementações dos elementos técnicos e legais, oriundos das discussões públicas com as comunidades da região.

O presente Projeto de Lei está sendo enviado à Câmara de Vereadores, onde ficará à disposição da comunidade para uma discussão ampliada antes de sua aprovação final.

ELABORAÇÃO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS - IPUF

FICHA TÉCNICA

Diretor Presidente: Engº. CARLOS ALBERTO RIEDERER
Diretor de Planejamento: Arqº. JOSÉ RODRIGUES DA ROCHA
Diretor de Operações: Engº. ACÁCIO SANTIAGO GARIBALDI

Gerência de Planejamento: Arqº. ENIO GERMANO MARTINS
Coordenação Geral: Arqº. AMILTON VERGARA DE SOUZA X

Equipe Técnica

Arquitetos

AMILTON VERGARA DE SOUZA

REJANE GONÇALVES LOBATO

VERA LÚCIA GONÇALVES DA SILVA

Economista

CELZINA MARIA PEREIRA

Assistente Social

DOROTHEA HAGEMANN

Equipe Consultiva

Engenheiro

PETER JOHN JAUZENS

Arqueólogo

ROSSANO LOPES BASTOS



Do Gabinete do Prefeito do Município de Florianópolis

Equipe de Colaboradores

Arquitetos

BETINA MARIA ADAMS
ELIANE VEIGA PACHECO
MARCO ANTÔNIO DE ÁVILA RAMOS
SILVIA RIBEIRO LENZI

Advogado

JOSÉ EDUARDO DE CARVALHO

Assistente Social

LÚCIA MARIA PEREIRA

Engenheiro

CARLOS EDUARDO MEDEIROS
LIRIO JOSÉ LEGNANI

Geógrafo

OTACÍLIO DA ROSA FILHO

Geólogo

CANDIDO BORDEAUX REGO NETO

Equipe de Apoio:

CÉSAR AUGUSTO ALTHOFF

DEJAIR LIMA

EDSON MARIANO DA SILVA

EVERALDO VALENGA ALVES

GILBERTO PESSOA COSTA

ISAURO SILVA

LARISSA DIEGOLI

MARIA DAS DORES A. BASTOS

MAURI VARGAS CANDEMIL

SIMONE BALDISSARELLI

VALTAIR HERCÍLIO DA SILVA

Produção Gráfica

Estagiários

LUCIANA MARIA DOS SANTOS
GLAUCO MACHADO CARGNIN

Capa

Arquiteto

JOEL PACHECO

Digitalização

ENGEVIX



INDICE

1 - Mensagem à Câmara.....	VI
2 - Projeto de Lei	01
3 - Anexos	10
4 - Anexo IV	11
5 - Anexo VI	13
6 - Anexo VII	24
7 - Anexo XI	34
8 - Anexo I	36



Do Gabinete do Prefeito do Município de Florianópolis

MENSAGEM À CÂMARA



Do Gabinete do Prefeito do Município de Florianópolis

A região é cortada por uma rede vias-parque e um anel expresso ligado à Via-Expressa sul, conformando bairros autônomos e humanizados. Superpõe-se a esta rede viária uma rede de transportes de massa e uma rede de vias de pedestres/ciclovias, interligando áreas verdes e outros pontos de interesse.

Cada bairro possui todo o equipamento urbano necessário, incluindo centros comerciais, parques e escolas. Apenas 3 bairros possuem densidades elevadas, com prédios de 4 a 6 pavimentos, para atender a demanda por apartamentos de classe média. Os centros comerciais desses bairros permitem prédios com maior altura, funcionando como marcos visuais na extensa região plana do sul da Ilha.

As zonas residenciais foram previstas na exata proporção dos empregos que virão a ser gerados na região, tornando qualquer alteração de zoneamento, um fator de desequilíbrio social e urbanístico. Em decorrência dessa política, existem áreas residenciais para todas as classes de renda, englobando desde loteamentos turísticos de luxo até os núcleos de baixa renda. As comunidades tradicionais do Alto Ribeirão, Freguesia do Campeche e Rio Tavares foram preservadas da ocupação excessiva, permitindo a expansão da população nativa e a manutenção das tradições locais.

Equipamentos urbanos de grande porte, tal como áreas para serviços pesados, centros culturais, centros hospitalares, cemitérios, estações de tratamento de esgotos, reservatórios d'água e subestação de energia elétrica, foram também previstos no projeto.

O Projeto de Lei, porém, não se esgota no mero rezoneamento. Cada bairro foi objeto de um pré-plano de ocupação, definindo as vias locais, as áreas verdes e as escolas, os quais funcionam como ordenação preliminar aos proprietários e empresários. Na verdade, o Projeto de Lei é flexível, permitindo a alteração do zoneamento e desses pré-planos, através do mecanismo dos Planos Específicos. Dessa forma, a atualização e aprimoramento de soluções urbanísticas permanecem em aberto, em busca dos melhores interesses da comunidade. Alguns bairros já aparecem com indicação imediata de Planos Específicos, com vistas a resguardar áreas de interesse cultural, urbanizar núcleos de sub-habitação ou ordenar zonas de loteamentos clandestinos.

Como fator importante na consecução deste Plano, aparece a proteção das áreas não urbanizáveis previstas na Legislação maior e na própria Lei 2193/85. As áreas de preservação permanente (dunas, mangues, encostas de alta declividade e faixas sanitárias) e as áreas de proteção do Aeroporto (curvas de ruído, aproximação de voo e aparelhos de navegação). A própria localização do Autódromo sob a zona de ruído visa dar à futura cidade um parque urbano e um equipamento turístico fundamental, ao mesmo tempo em que assegura a contínua operação do único aeroporto internacional do Estado.

Duas ferramentas se destacam para transformar o Projeto em realidade. Primeiro, a criação de zonas de urbanização preferencial ao longo do sistema viário básico, induzindo a implantação imediata da estrutura espacial proposta. Segundo, a criação de uma empresa



Do Gabinete do Prefeito do Município de Florianópolis

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI No./97

ALTERA ZONEAMENTO E SISTEMA VIÁRIO APROVADOS PELA LEI 2193/85 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O povo de Florianópolis por seus representantes
aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. - Esta Lei aplica-se à área delimitada no mapa 1 do anexo I, em escala 1:10.000, situada nas localidades de Campeche, Rio Tavares, Carianos, Aeroporto, Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa, Morro das Pedras, Alto Ribeirão e Tapera, as quais passam a ser consideradas Áreas de Expansão Urbana.

Art. 2º. - O zoneamento e o sistema viário definidos para área objeto desta Lei passam a ser aqueles constantes do mapa 1 do anexo I, parte integrante desta Lei.

Parág. 1º. - Os limites de ocupação das zonas existentes nesta Lei passam a ser aqueles constantes do anexo IV desta Lei.

Parág. 2º. - Aplicam-se na área a que se refere esta Lei, no que couber, as normas das Leis 3211/89, 3338/89, 3616/91, 3654/91 e 3958/92.

Parág. 3º. - As características das vias identificadas no mapa 1 do anexo I obedecerão as dimensões contidas na tabela do sistema viário, constantes do anexo VI, e nas seções transversais constantes do anexo VII desta Lei.

Parág. 4º. - A adequação dos usos à área AIE passa a ser aquela constante do anexo II desta Lei, o qual se acresce ao anexo correspondente da Lei 2193/85.

Art. 3º. - As Unidades Espaciais de Planejamento (UEPs) abrangidas por esta Lei passam a ser individualmente consideradas Áreas de Urbanização específica nos termos da Lei 2193/85 e da Lei 5055/97.

Parág. Único - Enquanto não forem elaborados Planos de Urbanização Específica para as UEPs objeto desta Lei, nos parcelamentos do solo, o sistema de circulação de pedestres, o traçado de vias locais, e a localização de equipamentos urbanos e comunitários seguirão as diretrizes do mapa 2 do anexo I desta Lei.

Art. 4º. - Aplica-se ao território objeto dessa Lei, as normas da Lei 5055/97, no que se

Parág. 1º - Do total de áreas públicas devidas ao Município nos processos de parcelamento do solo, 5% (cinco por cento) serão entregues em forma de lotes dominiais, a serem utilizados como reserva para implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

Parág. 2º - Nas UEPs objeto desta Lei, será admitida a urbanização progressiva nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º - Excetua-se do disposto no parágrafo 2º. desta Lei uma faixa com 85,00 (oitenta e cinco) metros de largura situada em ambos os lados das vias arteriais e principais, constantes do mapa 1 do anexo I, a qual é considerada área de urbanização preferencial (AUP).

Parág. 1º - Áreas de Urbanização Preferencial são aquelas que se destinam à ordenação e dimensionamento da urbanização, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, à indução da ocupação de terrenos ou ao adensamento de áreas edificadas.

Parág. 2º - Os imóveis situados nas AUP deverão ser parcelados no prazo máximo de dois anos a contar da data de publicação desta Lei, sob pena de desapropriação e urbanização compulsória pelo Município, o qual poderá ser ressarcido em valores monetários ou com parte do imóvel.

Art. 6º - As ocupações existentes em áreas de dunas e mangues ou em áreas de proteção de aeródromos, terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adaptar-se à legislação específica, respeitado em qualquer caso o zoneamento previsto nesta Lei.

Art. 7º - As áreas designadas como ACI-7, AST-5 e AMC-sh são destinadas, respectivamente, a Mercado Público, Terminais de Transporte de Massa e Shopping Center.

Parág. Único - As áreas zoneadas como AST-5 deverão possuir área mínima de 6.000,00m² (seis mil metros quadrados).

Art. 8º - Nas zonas destinadas a ASE, AVL, ACI, ARP-0, AST ou AMC-sh são proibidos os parcelamentos do solo inclusive sob a forma condominial, sendo admitidos, porém, usos rurais, hortos, floriculturas, quadras esportivas, estacionamentos, garagens e depósitos em geral, cessando esta utilização quando a área for desapropriada ou destinada ao uso previsto.

Art. 9º. - As áreas zoneadas como ACI na Lei 2193/85, passam a incluir:

- VII- Áreas de atividades informais
- VIII - Áreas de equipamentos turísticos

Parág. Único - As áreas de atividades informais, destinam-se à feira livre, camelódromo ou mercado público, enquanto as áreas de equipamentos turísticos destinam-se à terminais turísticos ou centros de convenções.

Art. 10 - As vias designadas como RI no mapa 1 do anexo 1 destinam-se exclusivamente à ramais de transporte de massa, possuindo faixa de domínio de 15,00 (quinze) metros de largura.

Parág. 1º. - É permitida a implantação de ciclovias na lateral interna dos RI.

Parág. 2º. - É proibido o acesso aos lotes através dos RI.

Art. 11 - As áreas fechadas sob áticos e pilotis deverão ser centralizadas em relação a projeção da edificação, afastando-se no mínimo 2,00 (dois) metros de cada extremidade da projeção, exceto nos casos de embasamento e coroamento de circulações verticais.

Parág. Único - Não será admitida a utilização de áticos e pilotis em zonas ARE, ARP-0, AMS, APT, AIE, APL e AER.

Art. 12 - Nas zonas destinadas a AMC será obrigatório a utilização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos imóveis para uso comercial e de serviços.

Parág. Único - Em todos os prédios das AMC será obrigatório geminar os dois primeiros pavimentos e executar galeria ou balanço do segundo pavimento sobre o afastamento frontal com 4,00m (quatro) metros de profundidade e altura de 4,20m (quatro metros e vinte centímetros).

Art. 13 - Não será permitida a construção de edificação com mais de dois pavimentos com acesso por via de caixa inferior à 16,00m(dezesseis) metros.

Art. 14 - Com vistas a garantir a continuidade e implementação do presente Plano, fica o Executivo Municipal autorizado a criar a Companhia de Desenvolvimento do Campeche (CODECAM), empresa pública de capital aberto, com ação associada ao Órgão Municipal de Planejamento.

Parág. 1º. - No processo de implantação do presente Plano, as atribuições do Órgão Municipal de Planejamento serão:

- I - Planejamento e coordenação;
- II - Orientação e aprovação de planos, programas e projetos de grande porte;
- III - Monitoração dos agentes executores;
- IV - Atualização cartográfica e cadastral.

Parág. 2º. - As atribuições da Companhia de Desenvolvimento serão:

- I - Captação e gerenciamento de recursos financeiros;
- II - Construção e manutenção da infra-estrutura urbana e comunitária;
- III - Implantação de parques tecnológicos;
- IV - Construção de equipamentos de grande porte;
- V - Regularização e comercialização de terrenos;
- VI - Informação sobre uso e ocupação do solo;
- VII - Aprovação de projetos e licenciamento de obras;
- VIII - Fiscalização e controle do uso do solo;
- IX - Implantação de programas habitacionais;
- X - Divulgação e marketing do Plano.

Art. 15 - Os programas de ação decorrentes deste Plano, passam a ser parte obrigatória do cronograma de trabalhos da Companhia de Desenvolvimento e do plano plurianual de investimentos do Município.

Art. 16 - Enquanto não for criada a Companhia de Desenvolvimento da região objeto desta Lei, as atividades previstas para a mesma ficarão à cargo do Órgão Municipal de Planejamento, mediante prestação de serviços.

Art. 17 - Os recursos arrecadados no território objeto desta Lei, e destinados ao fundo de obras urbanas previsto na Lei 3338/89 serão investidos em obras e programas decorrentes do presente Plano.

Art. 18 - A classificação dos imóveis das APC-1 poderá ser estendida as demais zonas deste plano.

Parág. Único - Os imóveis classificados na forma deste artigo encontram-se listados no anexo XI desta Lei.

Art. 19. - As APC-1 e APC-2 serão objeto de plano de massa no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de aprovação desta Lei.

Art. 20 - A delimitação exata das APC-3 ficará à cargo do órgão federal competente, dependendo de anuência prévia do mesmo a aprovação de projetos e o licenciamento de obras ou escavações no local.

Parág. Único - O sistema viário terá seu traçado compatibilizado com a conservação das APC-3, conforme orientação do órgão federal competente.

Art. 21. - O uso e a ocupação do solo no território objeto desta Lei estão sujeitos ainda as normas do Ministério da Aeronáutica para a proteção do aeroporto Hercílio Luz e suas instalações, considerando-se nula qualquer licença ou autorização em desacordo com as mesmas.

Art. 22 - Os projetos licenciados e em tramitação sob regime da legislação anterior perderão sua validade se não forem iniciados até 180 (cento e oitenta) dias após a entrada em vigor desta Lei

Parág. 1º. - Considera-se obra iniciada aquela cujas fundações estejam concluídas até o nível da viga de baldrame.

Parág. 2º. - O início da construção para o efeito de validade dos projetos de conjunto de edificações num mesmo terreno, será considerado separadamente para cada edificação.

Parág. 3º. - Nos parcelamentos do solo considerar-se-á a obra iniciada quando estiverem concluídas a terraplanagem básica das vias e a drenagem pluvial.

Art. 23 - Esta Lei sómente poderá ser alterada por iniciativa de um terço dos membros do Poder Legislativo ou mediante proposta do Chefe do Poder Executivo.

Parág. 1º. - Durante a tramitação do projeto de alteração desta Lei, o Executivo poderá suspender a aplicação da legislação em vigor na UEP correspondente pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, caso o licenciamento de usos e edificações possa comprometer ou tornar mais onerosa a execução futura do plano com a modificação proposta.

Parág. 2º. - Os pedidos de alteração desta Lei poderão ser também encaminhados por iniciativa popular, através de manifestação de pelo menos 5 % (cinco por cento) dos eleitores do Município.

Parág. 3º. - As revisões ou alterações desta Lei serão votadas em dois turnos, com interstício mínimo de um mês, e aprovadas por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Parág. 4º. - As revisões ou alterações desta Lei só serão votadas após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação na imprensa local.

Parág. 5º. Qualquer revisão ou alteração desta Lei deverá envolver estudo global da respectiva UEP e ser acompanhada de análise de seu impacto na infra-estrutura urbana e comunitária.

Parág. 6º. - Qualquer revisão ou alteração desta Lei deverá ser instruída com parecer técnico do Órgão Municipal de Planejamento.

Art. 24 - São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos, os quais complementam os anexos correspondentes da Lei 2193/85:

I - Mapa 1 - Zoneamento e Sistema Viário Básico, escala 1:10.000;
Mapa 2 - Vias Locais e Equipamentos Urbanos, escala 1:10.000;

II - Adequação dos Usos à Zona AIE;

IV - Tabela dos Limites de Ocupação;

VI - Tabela do Sistema Viário;

VII - Perfis Transversais de Vias;

XI - Edificações em Categorias de Preservação.

Art. 25 - Sempre que os elementos gráficos constantes desta Lei existirem em meio eletrônico digital ou em projeto final de engenharia, suas formas e dimensões terão precedência sobre aquelas apresentadas nesta Lei.

Parág. Único - Existindo gravação dos originais em CD-ROM, o Órgão Municipal de Planejamento poderá fornecer cópias em qualquer escala, rubricadas pelo responsável do setor competente.

Art. 26 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Florianópolis, aos de Julho de 1997.

PREFEITO MUNICIPAL

O plano de Desenvolvimento da planície Entremares tem um horizonte de longo prazo, e o entendimento de suas metas, a divulgação de nossa visão de seu futuro para daqui a 20 anos é o objetivo principal deste audiovisual.

A região de Entremares é uma planície quaternária limitada a leste e oeste pelo mar, e por morros cobertos por remanescentes de mata atlântica ao sul e ao norte. Em seu interior existem apenas as elevações do Morrote e do Morro do Lampião, além do cordão de dunas litorâneas e dos mangues do Rio Tavares e da Tapera. Em 20 anos essas áreas continuarão tão preservadas como hoje. Emoldurando a vida diária dos habitantes do local, graças a estrita observância da legislação ambiental prevista pelo plano.

A infra-estrutura de saneamento básico ajudará na preservação ambiental, comportando extensa rede de drenagem, 3 estações de tratamento de esgotos, 2 reservatórios de água, 1 usina de tratamento de lixo e 1 subestação de energia elétrica.

Os 48 Km² de áreas urbanizáveis da região de Entremares serão destinados à expansão da cidade e divididos em 24 bairros autônomos e humanizados, os quais serão contornados por um sistema viário formado por um anel expresso e um conjunto de vias-parque, evitando o tráfego de passagem através das zonas residenciais.

A população poderá deslocar-se também através de sistemas de transporte de massa (ônibus, bonde ou aeromóvel), que atravessará os bairros e terá estações em todos os pontos de interesse coletivo como centros comerciais, hospitais e fontes de emprego, além disso, um sistema de ciclovias e vias de pedestres interligará estes pontos com todas as escolas, áreas verdes e a praia, facilitando a vida de todos os cidadãos.

Essa rede tripla de transportes será conectada com o aeroporto internacional Hercílio Luz e a via Expressa Sul, oferecendo a população e a comunidade empresarial grande acessibilidade a todo o MERCOSUL. O aeroporto e suas áreas de entorno serão protegidos através da escrita observância da legislação do Ministério da Aeronáutica.

A região de Entremares contará com as fontes de emprego em quantidade e qualidade compatíveis com a mão de obra de Florianópolis, evitando especialmente a monocultura do turismo. O setor secundário será promovido através de indústrias não poluentes de base tecnológica incluindo empresas nacionais e estrangeiras.

Para acompanhar o rápido avanço tecnológico nesse campo, será promovida a instalação de 2 Parques Tecnológicos (Fazenda do Rio Tavares e Alto Ribeirão), os quais contarão com facilidades para indústrias, pesquisa e desenvolvimento além de setores residenciais vinculados, e serão implantados na base de cooperação acadêmica, industrial e administrativa. Estima-se que os Parques Tecnológicos poderão gerar até 47.000 empregos.

O Parque Tecnológico da Fazenda do Rio Tavares, próximo ao aeroporto Internacional Hercílio Luz, foi aprovado em lei em 1992, e está em processo de desapropriação e fornecerá um excelente ambiente natural, com incubadoras tecnológicas, escolas técnicas, centros de serviços e lotes industriais a preços razoáveis, já tendo atraído interesse de diversas indústrias de ponta.

A atividade turística na região de Entremares será incrementada através de ações conjuntas do setor público e do setor privado, concentrando-se na criação de três setores hoteleiros, estrategicamente situados junto ao Morro das Pedras, Freguesia do Campeche e Porto da Lagoa. Além disso, 5 terminais turísticos ao longo das dunas litorâneas proporcionarão facilidades de acesso, serviços e estacionamento aos usuários da praia. Todas as zonas próximas ao mar serão zonas turísticas-residenciais, facilitando a instalação

de serviços de atendimento ao turismo, como restaurante, pousada, etc.

A sazonalidade do turismo será vencida através do turismo ecológico nas dunas, mangues e mata atlântica e, principalmente, através de um grande centro de convenções no Pontal, o qual poderá destacar-se no turismo de negócios e congressos vinculado as empresas de alta tecnologia.

Para completar a atratividade turística, a área situada sob as zonas de proteção do aeroporto, será destinada a zona industrial e parque urbano, prevendo-se um sistema viário interno que poderá funcionar como um autódromo internacional, com pista de mais de 5.000m e capacidade para corridas de Formula 1. Estima-se que o setor turístico como um todo possa gerar pelo menos 28.000 empregos.

As indústrias de base tecnológica são sempre complementadas por atividades de pesquisa acadêmica, razão pela qual é prevista a ampliação da propriedade da universidade federal junto ao Centro de Treinamento da CELESC (CEFA) para cerca de 250 há, gerando assim um novo campus universitário com capacidade de produzir 30.000 empregos.

Finalmente, pela primeira vez um Plano prevê fontes de emprego para as camadas de menor poder aquisitivo, criando mercados públicos e espaço para vendedores de rua junto as estações de transporte de massa. Estima-se que essa atividades gerarão 500 empregos no setor informal da economia. Além disso, o volume de construção civil gerado nessa região poderá empregar um número expressivo de pessoa/ano.

Os trabalhadores da região de Entremares não precisarão residir longe dos seus empregos. Uma grande variedade de áreas residenciais atenderá a todas as classes de renda, desde lotes mais valorizados junto ao mar até lotes populares nas localidades da Tapera e Alto Ribeirão. A classe média de Florianópolis não precisará mais deslocar-se para o continente, pois três bairros centrais de média densidade (Moenda, Campeche Central e Rio

Tavares Central), serão destinados a prédios de apartamentos com 2 pavimentos.

Os bairros residenciais, projetados na mesma proporção dos empregos gerados, terão vida própria contando com todos os equipamentos urbanos e comunitários às suas populações, tais como escolas, praças, postos de saúde e comércio local. As zonas comerciais ficarão nos centros dos bairros, acessíveis através de vias coletoras com uso também comercial. O comércio de grande porte ficará dividido em quatro áreas, de forma a agilizar o atendimento aos moradores.

A infra-estrutura comunitária será complementada por unidades do corpo de bombeiro, setores hospitalares, cemitérios e escolas de segundo grau, além de shopping centers e um centro administrativo.

No setor cultural está prevista a preservação dos engenhos e caminhos antigos, e dos espaços tradicionais locais. Além disso, existe a possibilidade de instalação de teatros, cinemas, bibliotecas e museus em todos os centros de bairros e de um centro cultural junto a orla.

O Plano de Desenvolvimento de Entremares foi concebido de modo a criar um local harmonioso para a vida de seus cidadãos, uma cidade nova onde os espaços naturais e construídos irão conviver em harmonia. Aliando-se as extensas áreas naturais preservadas e a abundância de áreas verdes de lazer, a própria paisagem construída foi planejada para criar imagens de modernidade e vigor, onde os 4 principais centros de bairros de destacarão com prédios mais elevados que as edificações residenciais de seu entorno, atingindo 4 a 6 pavimentos em alguns quarteirões.

Este plano ambicioso é também cheio de flexibilidade. Não há intenção de engessar o futuro nem prever todas as soluções, de modo que cada bairro poderá ter seu planejamento alterado através de plano específicos desde que sejam mantidas as populações

previstas. O próprio estudo de vias locais e áreas públicas é entendido apenas como orientação aos empreendedores, sendo válido só até a elaboração de Planos Específicos. A densidade global é baixa da ordem de 75 hab/há, fazendo com que a região tenha capacidade para comportar 390.000 pessoas entre moradores permanentes e flutuantes.

Por incluir uma área com extensão de 65 km² e com características físicas, sociais e econômicas variadas, o Plano de ocupação do solo foi discutido com as diversas comunidades da região, tendo os 14 projetos de lei decorrentes sido enviado para aprovação na Câmara de Vereadores no início de 1999.

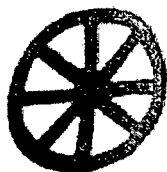
O compromisso com o futuro da região não se esgota com o seu Plano de Ocupação do solo. Uma série de obras e programas decorrentes em todos os setores (físicos, sociais, econômicos, legais e administrativos) serão implantados por uma companhia urbanizada criada especialmente para tal fim . Essa Companhia de desenvolvimento (CODECAM), será um companhia de economia mista, criada com a participação conjunta do setor público, as empresas privadas e as entidades comunitárias. Durante os próximos 20 anos a CODECAM implantará o Plano financiada com execução de obras urbanas, loteamentos e serviços públicos.

Qual a sua impressão do futuro da região de Entremares

Abençoada com rico ambiente natural preservado, o futuro dessa região combinará a vitalidade do povo de Florianópolis com turismo, a educação e a alta tecnologia, e sem dúvida a tornará um centro marcante na cultura do Mercosul.

Florianópolis está olhando para o futuro, esperando lhe dar as boas vindas como participante deste projeto.

ANEXOS IV



QUEM SOMOS

FALA CAMPECHE

**O PROJETO
DA COMUNIDADE**

SERVIÇOS

GRUPO DE DISCUSSÃO

NOTÍCIAS

LINKS

CONTATOS

Plano Comunitário para a Planície do Campeche

Histórico do Plano Comunitário da Planície do Campeche

O Plano Comunitário da Planície do Campeche, elaborado pela comunidade, foi entregue à Câmara Municipal em 21 de março de 2000. Como projeto de lei substitutivo ao do IPUF, o projeto abrange as regiões do Campeche, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Jardim Castanheiras, Morro das Pedras, Moenda, Sertão da Costeira, Morrentes e Porto da Lagoa.

Introdução ao Plano Diretor Elaborado pela Comunidade

Texto enviado à Câmara de Vereadores junto com os Projetos de Lei Complementar 117 e 127

Características Gerais do Plano

Metodologia de Planejamento

Análise Populacional da Planície Entremares

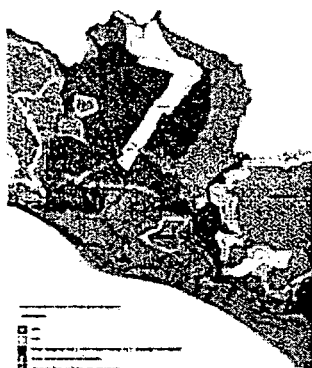
Fundamentação Jurídica

Localização e Características da Região

Aspectos e Características que Precisam ser Preservados

Equipamentos urbanos previsto pelo Plano Diretor da Comunidade

MAPAS



Mapa da **Planície do Campeche** consultado para a realização do Plano Diretor da comunidade. Nele podem ser vistas as áreas que podem ser urbanizadas (acima da cota de 5 metros), as zonas inundáveis (áreas que inundam quando chove por ficarem a menos de 5 metros de altitude, e que por isso não podem receber construções ou obras)

Toda a Área abrangida pelo Plano Comunitário

Rio Tavares

Moenda

Campeche Sul

Porto da Lagoa

Lagoinha Pequena

Parque Florestal

Morro do Lampião

Campeche Norte

Andamento dos Projetos de Lei Complementar sobre a Planície do Campeche na Câmara Municipal de Florianópolis

Foto de Satélite da Ilha



HISTÓRICO DO PLANO COMUNITÁRIO DA PLANÍCIE DO CAMPECHE PROPOSTA PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde 1989 a população vem contribuindo para fazer do Plano de Desenvolvimento do Campeche uma garantia de qualidade de vida. O primeiro documento elaborado por surfistas do Campeche, conhecido como a "Carta do Campeche", já reivindicava o cumprimento da legislação ambiental (preservação das dunas, restingas, lagoas e Morro do Lampião), a reabertura dos caminhos históricos, a preservação dos engenhos e do campo de aviação, a melhoria do transporte coletivo e dos serviços de saúde, a ampliação das escolas incluindo pré-escolar e 2. grau, a ampliação da rede telefônica, uma agência dos correios e a instalação de redes de água e esgoto.

O plano urbanístico para o Campeche, segundo os moradores, deveria considerar a qualidade da vida dos residentes, integrando-a à cultura e história do lugar ao invés de planejar super-estradas e querer trazer para os 55 quilômetros quadrados da planície do Campeche duas vezes mais habitantes do que contava o Município na época.

Em 1992 o Plano Diretor elaborado pelo IPUF foi enviado à Câmara. Por pressão da comunidade ficou adiado seu debate em plenário para possibilitar uma avaliação pelos próprios moradores. No ano seguinte o IPUF convidou professores da UFSC para apresentar e discutir o Plano. Nessas reuniões os professores questionaram o projeto e sugeriram sua reavaliação. Em 1994 o IPUF reapresentou o Plano Diretor às comunidades afetadas. As críticas centraram-se novamente contra o sistema viário grandioso, os prédios altos e as consequências ambientais e sociais desastrosas para o Sul da Ilha. Mas as idéias norteadoras dos técnicos do IPUF não foram alteradas.

No primeiro semestre de 96, através de um abaixo assinado, a comunidade solicitou

ao prefeito Sérgio Grando a suspensão da tramitação do projeto na Câmara e a discussão com a população. Após seminário conjunto, reabriram-se os debates nas associações do sul da Ilha nos quais foi denunciado o agravamento da ocupação desordenada e as alterações ilegais dos zoneamentos. O seminário reafirmou a necessidade da participação comunitária na definição das políticas de urbanização.

Em março de 1997, já na gestão Angela Amim, as entidades comunitárias e os movimentos do sul da Ilha, através de outro abaixo-assinado, conseguiram a retomada das discussões do Plano com o órgão de planejamento municipal, o Ipuf. O projeto foi reapresentado à algumas comunidades, agora dividido em 14 UEPs (Unidades Espaciais de Planejamento) o que impedia contemplar o projeto globalmente. O IPUF estabeleceu um prazo aproximado de um mês para cada comunidade pronunciar-se, mas somente a respeito da sua UEP. As comunidades do Morro das Pedras e Jardim Castanheiras enviaram seus comentários ao Ipuf. Campeche, Areias do Campeche, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa decidiram não enviar sugestões isoladas visto que questionavam o recorte parcelado do plano, o que impedia que o mesmo fosse analisado globalmente. Os desenhos apresentados naquela ocasião eram praticamente iguais aos apresentados em 1992, sem alterações nos pontos mais contestáveis: estímulo de uma densidade populacional incompatível com os recursos da região (450.000 habitantes na Planície onde a Casan afirma poder fornecer água apenas para 140.000 pessoas), sem sistema de saneamento básico imediato e com um sistema viário hiperdimensionado e segregador.

A comunidade rejeitou o plano do IPUF, mas, mesmo assim, decidiu analisá-lo parcial e globalmente, posicionando-se com vistas à elaboração de propostas e diretrizes próprias. Iniciou-se assim um processo contínuo de mobilização comunitária com a organização do "I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche" realizado de 23 a 25 de outubro de 1997. Nestes 3 dias a comunidade analisou e diagnosticou a situação da

planície e o PLANO juntamente com técnicos de diversos órgãos públicos (CASAN, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, FATMA, UFSC, CONDEMA), Câmara de Vereadores, ONGs ambientalistas e outras associações da planície. O Plano do IPUF foi categoricamente rejeitado pela população que propôs diretrizes para o planejamento da região, oficialmente registradas no relatório final do evento conhecido como "Dossiê Campeche". O "Dossiê" foi entregue a todos os órgãos municipais, estaduais e federais competentes.

A resposta veio 8 meses depois colocando em dúvida a competência da comunidade, assim traduzindo a indisposição das autoridades municipais com planejamento urbano participativo. Ao contrário de desmotivar os moradores, isso serviu de incentivo para iniciativas autônomas da população para proteger a qualidade da vida da localidade. Foi nessa época que nasceu o Movimento Campeche Qualidade de Vida.

A situação atual

Em março de 1999 o Plano do IPUF foi encaminhado a Câmara de Vereadores subdividido em 14 projetos de Lei. Imediatamente os moradores se mobilizaram e iniciaram reuniões semanais, todos os sábados às 16:30 horas na Escola Brigadeiro Eduardo Gomes. Estas reuniões continuam acontecendo hoje. Solicitou-se aos Vereadores sobrestamento (parar a tramitação) dos projetos de Lei e a reabertura de diálogo com o órgão de planejamento intermediada pela Câmara, na tentativa de chegar a um consenso sobre as discordâncias já explicitadas nos anos anteriores. Mandadas pelo Presidente da Comissão de Justiça da Câmara, iniciam-se reuniões entre os técnicos do IpuF e os representantes das comunidades da planície organizadas em torno do Movimento Campeche Qualidade de Vida. Os negociadores das comunidades apresentaram um documento sobre as múltiplas violações da legislação ambiental pelo Plano e posicionamentos específicos sobre cada tema em discussão. Assinam o documento as comunidades presentes: Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa, Campeche, Morro das Pedras, Areias do Campeche. A discordância sobre a questão legal definiu o tom

de dificuldade que assumiriam as demais reuniões nas quais o representante do Ipuf nunca aceitou qualquer mudança de fundo apresentada pelas comunidades. Após três meses de encontros quinzenais, de 14 de julho/99 a 23 de setembro/99, não chegou-se ao consenso.

Diante do impasse que se configurou os moradores realizaram uma assembléia comunitária no Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares. Avaliando os resultados das reuniões com o Ipuf decidiu-se elaborar, com o apoio técnico necessário, um Plano Alternativo da Comunidade a partir das diretrizes já aprovadas no "Dossiê Campeche" e através das oficinas semanais de planejamento com a população todo sábado.

Entre 9 de outubro e 27 de novembro de 1999 foram realizadas Oficinas Comunitárias de Planejamento de forma itinerante, cada semana em um lugar público da Planície (Igrejainha, Apam, Escola Eduardo Gomes, Conselho Comunitário Fazenda do Rio Tavares). A cada reunião a comunidade discutia e tomava decisões sobre os mais diversos assuntos que envolviam a definição do plano: definição de áreas urbanizáveis e áreas a serem preservadas, definição de fluxos e centralidades de convívio, zoneamento, espaços públicos. Tudo isto respeitando as características dos ecossistemas locais e visando uma densidade populacional razoável.

Em 27 de Novembro de 1999, uma nova assembléia comunitária aprovou o Plano Alternativo da Comunidade juntamente com os necessários Projetos de Lei Substitutivos para aprovação da Câmara de Vereadores e autorizou o seu detalhamento .

O Plano da Comunidade foi entregue para apreciação na Câmara dos Vereadores em Março de 2000.

Em 2000, ano eleitoral, o projeto não andou muito. Mas alguns contatos entre comunidade e vereadores ocorreram. Os movimentos comunitários preocupados com a aprovação a toque de caixa de Planos Diretores (principalmente na Planície do Campeche e no Norte da Ilha) usaram a Tribuna Livre da Câmara de Vereadores para levar suas

preocupações e idéias ao legisladores municipais.

Neste início de 2001, com algumas alterações na composição da Câmara de Vereadores, a análise dos projetos voltou a ocorrer. Ao que tudo indica, o Plano Diretor para a Planície do Campeche será votado em breve. A comunidade precisa levar aos Vereadores suas idéias para que eles aprovem leis que respeitem as necessidades e anseios de quem já mora no local.

PLANO COMUNITÁRIO DA PLANÍCIE DO CAMPECHE

PROPOSTA PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Introdução

O plano comunitário para a Planície do Campeche foi elaborado por moradores e é específico para aquela região. Nele, foram considerados os anseios, as preocupações e os conhecimentos técnicos e locais dos moradores. Considerou-se como base de planejamento os problemas, as necessidades, as vocações, os costumes (hábitos, lazer e cultura), os custos sociais, ambientais e econômicos, a história e a pré-história do lugar, na tentativa de propor um desenvolvimento sócio-econômico sustentável em qualidade e quantidade no decorrer dos próximos anos.

As diretrizes obtidas no Seminário Comunitário do Campeche¹ nortearam o planejamento deste trabalho de cidadãos.

A construção deste plano contou com inúmeras reuniões (todos os sábados desde março de 1999) e dela participaram efetivamente um grande número de moradores², muito superior inclusive ao número consultado pela prefeitura e IPUF sobre o seu plano. O histórico desta participação está descrito no Anexo 1 deste diagnóstico.

Alertamos sobre a urgente necessidade de um plano diretor para a Planície do Campeche, uma vez que os desmatamentos, o parcelamento do solo e a acelerada ocupação poderão, em breve, destruir todos os recursos disponíveis e inviabilizar o planejamento da área. Partilhamos nossas preocupações com esta egrégia Câmara legislativa porque sabemos que as vossas deliberações legais serão decisivas em nossas vidas. Não nos sentimos culpados pela ocupação desordenada da planície e, como esta Câmara, que em numerosas ocasiões manifestou a necessidade de um plano para a área, tudo temos feito com intenção de realmente demonstrar nossa inquietação com esta situação. A preocupação com o futuro de

nossa região nos levou, em 1997, a apresentar uma medida cautelar contra a Prefeitura de Florianópolis e seu órgão de planejamento, o IPUF (Anexo 2). Em outras ocasiões denunciávamos à Promotoria do Estado de Santa Catarina, à FLORAM3, à FATMA, ao IPUF, à Prefeitura bem como a esta Câmara, os flagrantes desrespeitos às legislações ambientais, urbanísticas e à Constituição Federal. Vale lembrar que alertamos, inclusive, sobre as ilegalidades do plano de desenvolvimento do IPUF, confirmadas pelo próprio advogado daquele órgão (Anexo 3), pela Floram (Anexo 4) e pelos pronunciamentos da FATMA, IBAMA e SDM na Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores em 29/11/99 e 06/12/99.

Em vista da dificuldade em planejar uma área em constante mudança, manifestamos ao IPUF a nossa preocupação com a falta de fiscalização na localidade (Anexo 5), citando a necessidade de 2 fiscais junto à intendência do Campeche, conforme ATA de negociação com o IPUF e denúncias sobre a ocupação irregular da área durante o processo de negociações intermediado pela Comissão de Justiça desta Câmara. Lamentavelmente, modificações consensuais nas negociações não puderam ser concretizadas face à persistência de ilegalidades, desconhecimento da planície pelos técnicos e interesses e visões opostos.

Buscamos em nosso plano priorizar o atendimento às legislações Federal, Estadual e Municipal vigentes e elencamos as leis e artigos constitucionais necessários ao embasamento, tomando como base nossas denúncias enviadas ao IPUF, à Câmara e à FATMA acima mencionadas (Anexo 6).

O nosso planejamento tomou como base as condições específicas da planície: fisiográficas, históricas, culturais, vocacionais e sócio-econômicas, considerando que o desconhecimento é um fator gerador de problemas, e ignorância sobre as características locais incorrerão no agravamento de problemas crônicos tanto físicos tais como alagamentos, inundações, refluxos de fossas, entupimento de drenos, desgaste de estradas, como sociais

resultando no agravamento das desigualdades econômicas.

Embora este plano comunitário tenha sido concebido considerando-se toda área da planície (55 km²), desde o Porto da Lagoa ao Morro das Pedras, e do Câmpeche à Tapera, somente foram feitos substitutivos aos projetos das regiões que contaram com a participação popular neste planejamento. Assim, no planejamento global da planície, os bairros da Tapera e do Carianos estão contemplados conservando-se as características do plano do IPUF.

O mapa global da planície (Anexo 7) foi dividido de maneira idêntica ao do IPUF, afim de que os substitutivos correspondessem exatamente aos projetos de lei daquele órgão. Estes substitutivos embasados no presente diagnóstico (Projetos de Lei Complementar 079, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125 e 127) compõem o Anexo 8. Encontra-se ainda em fase de conclusão substitutivo ao PLC 080, referente à área do Alto do Ribeirão onde está previsto parque tecnológico, cemitério, centro hospitalar e outras funções, o qual será entregue em breve.

Impossibilitados de executar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), conforme exigências das leis 7661/88 e Resolução 001/85 - CONAMA, em função do pouco tempo disponível e por questões financeiras, utilizamos para a fundamentação necessária o Estudo de Impacto Ambiental realizado em 1995 pela empresa MPB Saneamento Ltda. à pedido do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) de SC e referido aos impactos ambientais, sociais, culturais e aos custos gerados pela alocação de sete alternativas da via Parque entre o Porto da Lagoa e o Morro das Pedras. Outros documentos públicos, científicos e estudos sobre a área, efetuados pela UFSC e pela comunidade, também serviram de base para esta fundamentação (Consultar Anexo 9).

Um dos aspectos do plano proposto pelo IPUF mais criticado pela comunidade é o sistema viário, considerado agressivo contra o meio ambiente e social, superdimensionado e caro⁴. Contrariamente, achamos por bem utilizar no nosso plano comunitário o sistema viário

existente e suas modificações já aprovadas em Lei, com destaque às vias SC405 e SC406. Consideramos ainda que o planejamento específico do sistema viário secundário deverá ser definido numa segunda etapa pelo órgão de planejamento, em nova fase de consulta à comunidade em busca do consenso.

As características físicas, ambientais, históricas e culturais que fundamentaram o nosso plano estão resumidamente descritas no Anexo 10 deste diagnóstico .

Consideramos no nosso plano a fragilidade do solo e dos ecossistemas da planície do Campeche com base nas informações científicas existentes (Anexo 9), fotos aéreas e visitas a campo. De formação recente (6.000 a 8.000 anos atrás) o solo da planície é arenoso, inconsolidado e resistente às forças erosivas dos ventos e marinhas graças às matas de restinga. Grande parte da planície é inundável (charcos, pântanos, lagoas e manguezais) e está a baixas altitudes, potencializando a saturação do lençol freático e os alagamentos generalizados após freqüentes chuvas, que cronicamente impõem o refluxo das fossas domésticas em muitas residências da região (mapa das áreas inundáveis - anexo 11).

O escoamento das águas das chuvas para o mar é lento e possibilita uma boa retenção de água doce filtrada sob o solo arenoso da planície. Essa água retida sob o solo abastece 40.000 habitantes da costa leste e sul da Ilha de SC5. Considerando que a capacidade de fornecimento de água para o sul da Ilha está limitado, segundo parecer da CASAN, a 147.000 habitantes⁶ utilizando-se o lençol freático e a Lagoa do Peri, o nosso plano foi elaborado prevendo uma ocupação limitada a estes recursos disponíveis, ou seja uma população máxima de 100.000 habitantes na planície.

Este limite populacional proposto pelo plano comunitário, foi estimado levando-se em conta também os índices de crescimento populacional da Ilha e da grande Florianópolis. A análise dos censos existentes (Anexo 12 - densidade populacional) demonstram que as propostas do IPUF de 390.000 habitantes na Planície não se encontram embasadas num

estudo sério da pressão populacional, mas em cálculos definidos pelas dimensões arbitrárias do plano proposto.

Consideramos também no nosso planejamento que muitas fossas poderiam contaminar rápida e facilmente este rico e contínuo recurso de abastecimento potável do sul da Ilha. A necessidade de manter o aquífero intacto fundamenta-se no fato de que as águas de subsolo são as melhores e mais baratas do planeta! Estas águas não precisam de estações de tratamento, filtros ou bacias de decantação, não produzem lodo e não precisam de grandes tratamentos químicos, pois já vêm filtradas e a sua manutenção economizaria aproximadamente 10 milhões de reais (custo da Estação de tratamento de água da Lagoa do Peri em 1997)⁷.

Para preservar a qualidade desta água, é prioritária uma estação de esgotos com tratamento completo incluindo a etapa terciária considerando, em todos os casos, a alta permeabilidade do solo, a altura do lençol freático e o menor custo. Por isto a nossa proposta chama a atenção para a prioridade da implantação de estações de tratamento de água e esgoto⁸ antes de qualquer iniciativa de execução do plano. Neste objetivo, deve ser destinada integralmente a área pública já pertencente à CASAN para este fim.

Consideramos no nosso planejamento que os charcos e pântanos da planície, além de serem importantes pontos de recarga do lençol freático, atuam como estopas absorvendo as inundações, além de serem áreas de reprodução de numerosas aves locais e migratórias, de grande interesse ecoturístico.

Consideramos em consequência disto, a necessidade de contemplar como prioridade a macro drenagem da planície como fator norteador das intervenções urbanas de grande porte, construções de estradas, avenidas, delimitação de áreas urbanizáveis e equipamentos públicos.

O Plano Comunitário foi elaborado considerando também que as restingas seguram os sedimentos da abrasão marinha e eólica e facilitam a infiltração e recarga do aquífero.

Nesta questão evitamos propor grandes vias asfálticas a fim de reduzir a impermeabilização do solo e o bloqueio ao curso natural das águas, que são responsáveis por frequentes inundações (como as recentes de 02 de fevereiro de 2000 no Itacorubi e na planície); evitamos os desmatamentos de matas remanescentes (como o previsto pelo IPUF na área pantanosa que precede o manguezal na Fazenda do Rio Tavares ao propor o Parque Tecnológico ali) atendendo aos dispositivos legais; evitamos o parcelamento exagerado do solo, controlando assim a densidade populacional e facilitando a infiltração das águas no subsolo e evitando inundações .

Consideramos no nosso plano o desenvolvimento sócio-econômico da região centrado no mar e na natureza: na pesca, no ecoturismo, no paisagismo, jardinagem, e nas atividades de conservação e de tecnologia avançada incluindo reciclagem de resíduos sólidos e atividades ligadas à educação informal e informática. Além de um Jardim Botânico com espécies nativas e exóticas, prevemos a criação de uma Escola Técnica Profissionalizante de 2º Grau, de uma Escola de Pesca e Navegação e de um Parque Tecnológico para solucionar problemas como o dos resíduos sólidos, da reciclagem, do resgate e preservação da formação pesqueira tradicional na região, e para o cultivo e produção de plantas ornamentais e nativas, qualificando a mão de obra local numa perspectiva educativa e de geração de empregos duradouros.

O plano comunitário foi especialmente atento às reivindicações e anseios dos moradores e ao EIA/RIMA/DER, para a preservação do patrimônio histórico, cultural, cênico e valorização das vocações da região (artes plásticas, artesanato, pesca, hortifruticultura, etc). Em vista disso, levantamos junto ao IPHAN (e registramos em nossos mapas) os sítios arqueológicos conhecidos (sambaquis, sítios rasos - oficinas líticas e inscrições rupestres) e buscamos soluções para a criação de espaços de "memória viva" (museus, casas de cultura, rua das artes para a comercialização das obras artísticas, etc) que possibilitem a convivência

da população através das atividades típicas como a pesca, festividades, folclore e outros. Ao mesmo tempo propomos a criação do Centro de Lazer e Entretenimento Saint-Exupéry no velho Campo de Aviação, espaço de lazer tradicional do bairro do Campeche, a preservação cultural e ambiental do Morro do Lampião, vinculado culturalmente à história da aviação e portador, segundo alguns pesquisadores, de referências arqueológicas ainda por serem estudadas adequadamente. Um exemplo na tentativa de fundir cultura e natureza encontra-se na proposta de criação do Centro Cultural no Jardim Botânico (Anexo 13 - equipamentos urbanos).

Alertamos esta Câmara que consideramos no nosso plano a Planície do Campeche como um grande recurso natural e turístico. E se recurso é tudo o que pode ser usado em benefício de uma causa, então buscamos identificar estes recursos para usá-los racionalmente, atendendo às necessidades vitais das populações sem prejudicar o conforto da vida atual e futura. Em outras palavras, informamos o saldo da poupança natural, como garantir os rendimentos a longo prazo e quanto poderemos gastar sem ter que pedir emprestado. As dívidas nos envergonham e nos comprometem até as próximas gerações.

O "Plano Comunitário da Planície do Campeche" busca representar os anseios de grande parte dos moradores da Planície dentro de suas possibilidades objetivas e da realidade do bairro. Temos a convicção de que estamos contribuindo assim para uma vida mais sadia e mais estruturada para evitar calamidades e altos custos sociais de recuperação. Usamos as leis e a natureza do lugar como trunfos para a valorização da área.

Certos de que cumprimos com o cívico dever de participar do processo decisório sobre o futuro da área, esperamos de Vossas Senhorias a apreciação e aperfeiçoamento dos Substitutivos encaminhados, a fim de obter sua aprovação e conversão em lei. Certamente estaremos, juntos, construindo um novo paradigma de trabalho democrático e em parceria, rumo ao desenvolvimento sustentável de Florianópolis.

1 Dossiê Campeche/outubro/97 - Movimento Campeche Qualidade de Vida.

2 Documento da Prefeita Angela Amin ao Fórum da Agenda 21 (OFDD nº 6370/99) em resposta ao pedido de sobrestamento dos Projetos de Leis Complementares do Campeche, Santinho e Ingleses, na contramão da Agenda 21. O documento diz que os PLs não serão sobrestados porque tiveram ampla participação popular e para tanto anexa listas de presença de reuniões que houveram na planície. Importante ressaltar que as 200 assinaturas do Campeche, são nossas sim, mas na ocasião unanimemente rejeitamos o plano do IPUF.

3 Processos Lagoinha Pequena Nº 96.004215-6; desmatamentos, exploração de areia, aterramentos de charcos e loteamentos pela Pedrita na região do Campeche; reunião projeto MMA/SRH/UFSC/Comunidade na Promotoria do Estado junto à Floram e IPUF (Brasil Pinto, Marcelo Dantas, Odair Gercino da Silva, Otacílio, Tereza Barbosa, Janice Tirelli) agosto/98. Reunião entre a Floram, comunidade, IPUF para definir delimitação do Parque da Lagoinha Pequena em setembro/98; Documento do Seminário da Agenda 21 - região 4 - entregue ao funcionário da Floram e coordenador da Agenda 21 Giovani Amboni, em 09/12/99.

4 O EIA/RIMA do DER/95 cita que a via alternativa de menor custo em desapropriações custaria R\$ 12,3 milhões causando altos danos ambientais enquanto a alternativa de menor impacto ambiental e mais recomendada pelo documento, teria o maior custo em desapropriações: R\$ 27,5 milhões (valores da época da avaliação).

5 Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Campeche, Rio Tavares, Tapera, Morro das Pedras e Fazenda do Rio Tavares

6 Fontes: CASAN /Seminário de planejamento do Campeche, dossiê Campeche out/97; CASAN of. nº CT/D-1050/ 97, parecer técnico Depto. Eng. Sanitária UFSC set/97, Comunicação verbal Eng. Pole na comissão de Meio Ambiente na Câmara de Vereadores (29.11.99 e 06.12.99).; Dissertação de mestrado de Sérgio Borges na UFSC; Relatório Lagoinha Pequena - MMA - SRH - UFSC; entre outros documentos citados em anexo.

7 Parecer técnico UFSC - Barbosa, T.C. et al. A Exploração das águas da Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri (ilha de Santa Catarina) e o Sistema de Abastecimento Costa Leste/Sul da Casan/1998. A Pedido do Projeto Larus e Asmope (Ass. Moradores da Lagoa do Peri) e CASAN. Valores de 1998.

8 O que não é prioritário para o IPUF. Segundo jornal "O Estado" de 08/06/99 pág. 6: "conforme o diretor presidente do IPUF, o saneamento fica para uma segunda etapa quando o plano diretor estiver implantado".

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PLANO COMUNITÁRIO

Educativo: previne e estimula a zelar os recursos naturais, culturais e históricos;

Preservacionista (preserva a orla marinha, flora e fauna, dunas e zonas de recarga das águas subterrâneas de abastecimento);

Preserva as características culturais e históricas locais;

Prioriza e valoriza os espaços públicos;

Valoriza e estimula as vocações locais;

Favorece o desenvolvimento sócio-econômico sustentável;

Respeita a legislação ambiental, turística e a Constituição Federal;

Estimula e legitima a participação popular no melhoramento da qualidade ambiental;

Saudável, prioriza o pedestre, o ciclista, o transporte coletivo sem portanto esquecer o automóvel;

Atrai um turismo anual, independente do clima local.

METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO

I - Processo de elaboração

Realização do plano da comunidade foi elaborado em 07 oficinas comunitárias itinerantes no bairro, abordando o seguintes assuntos:

áreas urbanizáveis, não urbanizáveis e de preservação permanente,

fluxos e centralidades

características dos ecossistemas, solo, áreas inundáveis, etc,

zoneamento,

densidade populacional,

espaços públicos, áreas de lazer e entretenimento, vocações regionais

equipamentos urbanos necessários às atividades turístico-econômicas

sistema viário

II - Fundamentação

a) Bibliografia utilizada

AMORA, Ana Albano O Lugar do Público no Campeche. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, GEO-UFSC, 1996.

BORGES, Sérgio F. - Características Hidroquímicas do Aquífero Freático do Balneário Campeche, Ilha de Santa Catarina - SC. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis, 1996, inédito.

CARUSO, Mariléa M.L. - O desmatamento da Ilha de Santa Catarina - Florianópolis, Ed. da UFSC, 1983.

EIA/Rima Rodovia SC 406 – DER/SC – Via Parque trecho Lagoa da Conceição-Morro das Pedras - da MPB Saneamento Ltda. – dez/95;

Diagnóstico Plano de Desenvolvimento Entremares do Instituto de Planejamento de Florianópolis – IPUF;

Atas do IPUF sobre as reuniões do processo de negociação entre o IPUF e as Comunidades da Planície do Campeche. Julho-setembro/99.

Documento Resposta (OFDD nº 6370 de 16.08.99) da Prefeita Angela Amin ao Forum da Agenda 21 sobre o pedido da comunidade para retirar os PLs dos planos do IPUF da Câmara.

Fotos aéreas (12/06/98), mapas 1998 e relatório de estudos da vegetação, do solo e da ocupação "Projeto Adote a Lagoinha Pequena" SRH/MMA/UFSC.

Diagnóstico para o Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (IBGE - SC, 1997).

Parecer sobre o relatório do Seminário da "AMOCAM" do IPUF. Proc. 177/97-1. Parecer técnico 214/98 de 19.02.98.

Documentos da CASAN sobre o abastecimento e saneamento da região, etc.

Resoluções CONAMA

Estudo Preliminar de um Ecossistema lacustre: Lagoa Pequena, Florianópolis, SC. Trabalho de conclusão de curso em Biologia – UFSC. 1999.

Souza, A.P. et al. Turismo de massa e Meio ambiente em Florianópolis – SC. Aspectos negativos. Monografia de final de curso. Academia de Comércio de Santa Catarina. Escola Técnica de Comércio de Santa Catarina. 1999.

QUEIROZ BEZERRA, Erica. Monografia "O Plano De Desenvolvimento Do Campeche - Aspectos Jurídico - Populares". Departamento De Direito Público. Ufsc. Março De 1999.

CECCA/FNMA. Uma cidade numa Ilha. Relatório Sobre os Problemas Sócio-ambientais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Editora Insular, 1996.

GEORGEOLLOU -LAXALDE, Úrsula. Estudo e Relatório da Vegetação ao Leste da Lagoinha Pequena – Campeche. Projeto "Adote a Lagoinha". Programa Adote uma Bacia SRH/ MMA/UFSC. Agosto 1998.

HERRMANN, Maria Lúcia; ROSA FILHO, Otacilio; REGO NETO, Cândido Bordeaux; MENDONÇA, Magali; NEVES DA SILVA, José Tavares; DUTRA SILVA, Albertina; VEADO, Ricardo Wagner. Aspectos ambientais dos entornos da porção sul da Lagoa da Conceição. Rev. Geosul. nº 4. 1987.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares. Florianópolis, fotocopiado, 1996.

LUIZ, Edna lindaura e SILVA, Joseli Maria. Apropriação de áreas de preservação permanente pelo Capital imobiliário: o caso da Lagoinha Pequena . Florianópolis – SC. Rev. Geosull v.11, nº 21-22, p.114-126. 1996.

MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA. Dossiê Campeche. Florianópolis, fotocopiado, 1997.

MPB Saneamento LTDA. Estudo de impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da rodovia SC 406 (Via Parque). Dezembro 1995.

RIZZO, Paulo M. B. Do Urbanismo ao Planejamento Urbano. Utopia e Ideologia. Caso de Florianópolis, 1950 a 1990. Florianópolis, Dissertação de Mestrado GEO-UFSC, 1993.

SILVA SANTOS, Fernando da. Estudo Preliminar de um ecossistema lacustre: Lagoa Pequena, Campeche. Florianópolis, SC. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Biológicas. UFSC. 1999.

TEIXEIRA, José Paulo e SILVA, Jorge E. O futuro da Cidade. A Discussão Pública do Plano Diretor. Florianópolis. CECCA/Instituto Cidade Futura, 1999.

VIEIRA, Sheila. A Indústria de Alta Tecnologia em Florianópolis. Florianópolis. Dissertação de Mestrado GEO-UFSC, 1995.

b) Visitas a Campo:

Pequenos grupos de voluntários da comunidade efetuaram diversas saídas de campo

(sábados pela manhã) munidas de mapas (escala: 1:2000 – IPUF) das regiões do Rio Tavares, Campeche, Morro das Pedras, Fazenda do Rio Tavares, Morrote, Tapera -UFSC afim de fazer o reconhecimento da área (inundáveis, preservação permanente, possibilidade de ocupação do solo, ocupação etc). para coletar subsídios para a elaboração do tracejamento do plano da comunidade.

c) Reuniões e debates comunitários: Só no ano de 1999 ocorreram 50 reuniões comunitárias, desde a entrega dos PLs referentes ao Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares proposto pela Prefeitura de Florianópolis para aprovação da Câmara Municipal.

d) Consultas sistemáticas ao Relatório final do "I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche - outubro/97" que estabelece os princípios e diretrizes básicas propostos pela comunidade para o planejamento da planície.

ANÁLISE POPULACIONAL DA PLANÍCIE ENTREMARES

A proposta de plano diretor para a chamada Planície Entremares feita pelo IPUF que previa, inicialmente, 450.000 habitantes e, posteriormente, 390.000, causou espanto entre os moradores . Esta previsão representa a perspectiva de uma urbanização massiva no Campeche e demais áreas da planície. O município de Florianópolis todo, de acordo com o censo do IBGE de 1996, tem 271.281 habitantes, e a previsão apenas para a planície de uma população bem maior que a de toda Florianópolis hoje leva a duvidar das suas premissas.

Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, compõem uma vasta região urbanizada. A região cresce como um todo, mas diferenciadamente em cada município e em cada área de cada cidade. Os crescimentos são diferenciados, determinados pelo mercado imobiliário. Com exceção de poucas famílias abastadas, a maioria dos habitantes urbanos tem poucas oportunidades de escolha de locais para morar e habitam onde seus recursos lhes possibilitam. Não basta o planejamento urbano desejar que esta ou aquela área adense-se mais que as outras, é preciso que haja demanda efetiva para os imóveis além de ter recursos disponíveis para as estruturas básicas.

O Campeche e demais áreas da planície apresentam altas taxas de urbanização devido ao preço relativamente baixo do solo. Os valores do solo dependem da acessibilidade, legalidade, infra-estrutura, amenidades, transporte, facilidades de comércio e serviços, etc. Um plano diretor é, além de um organizador do espaço urbano, um regulador do mercado imobiliário. Imagina-se que a construção da Via Expressa Sul, a aprovação do plano diretor da Planície Entremares e o futuro investimento em obras públicas na planície induzirão um crescimento mais intenso na área. Isto não ocorrerá necessariamente. A única coisa que se pode prever com certeza é que os valores do solo aumentarão. Isto ocorrendo, a tendência será um ritmo de crescimento menos intenso que o verificado nos últimos anos. Isto é o que nos mostra a história da dinâmica demográfica no aglomerado urbano de Florianópolis.

Olhando os censos de 1949, 1959, 1970, 1980, 1991 e 1996 podemos ver as direções que tomou o crescimento urbano na região. De 1949 a 1996 a população total do aglomerado urbano passou de 106.000 habitantes para 540.000. Em 1949, dois terços dos habitantes moravam em Florianópolis e um terço nos outros três municípios. Esta relação foi se modificando ao longo dos anos e, em 1996, metade vive em Florianópolis e metade nos outros três municípios. A tabela abaixo mostra o crescimento diferenciado no aglomerado urbano em número de novos habitantes nos períodos entre cada censo.

Incremento Populacional no Aglomerado Urbano de Florianópolis de 1949 a 1996
(fonte: IBGE)

	1949-1959	1959-1970	1970-1980	1980-1991	1991-1996
1. Florianópolis	30.890	39.817	49.534	67.070	16.340
2. São José	6.975	20.998	45.282	51.501	11.706
3. Biguaçu	1.486	1.586	6.097	12.593	6.020
4. Palhoça	2,549	6,386	17,379	30,267	12.874
2+3+4	11.011	28.970	68.758	94.361	30.604
Total	41.901	68.787	118.292	161.431	

A participação relativa de Florianópolis no crescimento populacional do aglomerado veio reduzindo-se a cada década: 74% na primeira década, 58% na segunda, 42% na terceira, 41% na quarta e 35% nos anos 90. Este crescimento foi sempre polarizado pelo centro de Florianópolis e a expansão deu-se no continente em direção aos demais municípios. São José, o único que faz divisa com Florianópolis, foi o que apresentou maior crescimento até 1991. Depois disso, Palhoça o ultrapassou em números absolutos de novos residentes.

Se Florianópolis cresce atualmente menos que os municípios vizinhos, a Ilha de Santa Catarina cresce menos ainda. Do incremento de 16.000 habitantes entre 1991 e 1996, 7.500 foram na Ilha e 8.500 na parte continental de Florianópolis. O município, até o censo de 1996, tinha dez distritos (recentemente foi criado mais um, o do Campeche). O distrito sede,

que compreende toda a parte continental de Florianópolis e uma área na Ilha que vai do Saco Grande ao norte à Costeira ao sul, limitando-se à leste com o distrito da Lagoa da Conceição, apresentou resultados curiosos. Enquanto a parte continental cresceu 8.500 habitantes de 1991 a 1996, a parte do distrito sede na ilha perdeu 11.000 habitantes. O despovoamento do centro da Ilha foi compensado pelo crescimento dos outros nove distritos, resultando no incremento total na Ilha de 8.000. A tabela a seguir agrupa a população continental do aglomerado urbano e a compara com a da Ilha nos últimos dois censos.

Crescimento Populacional no Aglomerado Urbano de Florianópolis de 1991 a 1996, no continente e na ilha (Fonte: IBGE)

	1991	1996	Crescimento (arredondado)	Participação relativa (%)	Taxa anual de crescimento (%)
Continente	323.401	362.621	39.000	84	2,3
Ilha	173.183	180.907	8.000	16	0,9
Total	496.584	543.528	47.000	100	1,8

A tabela é clara. O crescimento populacional na Ilha é relativamente pequeno, com uma taxa anual bem inferior à do total. A tendência geral do crescimento populacional é continuar reduzindo. Esta é uma tendência nacional. Mas, supondo-se que Florianópolis mantenha a taxa anual de crescimento de 1,25%, o município terá 450.000 habitantes no ano de 2046. Onde vai se arrumar gente para povoar toda a Planície Entremares como pretende o PDC elaborado pelo poder municipal?

A previsão de bom senso para a região recusa a proposta de uma infra-estrutura super-dimensionada além de muito cara, principalmente a viária, que se tornará mais cara ainda uma vez que não existirá a população imaginada para pagar os custos da urbanização. Um plano que pretende a urbanização de toda a planície sem reconhecimento das suas limitações naturais torna-se, assim, inviável. As grandes vias, o sistema de transporte de massa, as estações de tratamento de esgoto para 450.000 pessoas, jamais serão realizados. De

plano de ordenamento da expansão urbana, o plano diretor se transformará em desorganizador por ter sido dimensionado em excesso. Precisamos de coisas mais modestas e compatíveis com o crescimento urbano real e com as ricas condições físicas e paisagísticas da área.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO PLANO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA PLANÍCIE DO CAMPECHE

A estrita observância da legislação brasileira relacionada ao zoneamento urbano, meio ambiente e patrimônio cultural norteou o planejamento comunitário para o desenvolvimento sustentável da Planície do Campeche.

Ao analisar as condicionantes ambientais e culturais para o desenvolvimento da região, a comunidade delineou em mapas as áreas protegidas pela legislação ambiental e cultural brasileira, as quais foram destinadas para ocupação humana compatível com sua fragilidade, quando possível. Sendo assim, o Plano Comunitário de Desenvolvimento da Planície do Campeche prevê:

Complexo Parque Orla do Campeche, compreendendo um conjunto de seis parques, localizados em áreas inadequadas para a ocupação humana intensa devido à pouca drenagem, à existência de remanescentes de matas nativas e à sua importância cultural. Nesses parques, são previstos zoneamentos APP (Área de Preservação Permanente), APL (Área de Preservação com Uso Limitado), AVL (Área Verde de Lazer) e ACI (Área Comunitária Institucional). São eles:

Jardim Botânico: localizado na Moenda e no Jardim das Castanheiras (Substitutivos aos Projetos de Lei no. 117/99 e 118/99, respectivamente), em uma área rica em remanescentes de mata nativa, de difícil drenagem (menos de 5 metros do nível do mar) e inundável pelos cursos d'água lá situados;

Parque Florestal da Fazenda do Rio Tavares: localizado na área de mesmo nome (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 120/99), contígua ao Manguezal do Rio Tavares, a fim de preservar os remanescentes de mata nativa. Importante ressaltar que na mesma área foi prevista a implantação de um Parque Tecnológico, já aprovada por lei (Lei 3.958/92), apesar

dos sérios riscos de inundação a que a área é sujeita, pela baixa altitude e pela proximidade ao Manguetal;

Parque Orla do Campeche: localizado no Rio Tavares e ao longo da costa da Praia do Campeche e Morro das Pedras (Substitutivos aos Projetos de Lei no. 124/99, 122/99 e 123/99, respectivamente), foi concebido para proteger as dunas, vegetação de restinga e lagoas, promover adequada drenagem da área e criar áreas verdes de lazer e equipamentos de suporte aos frequentadores da praia (estacionamento, quiosques, chuveiros, etc.);

Centro de Lazer, Entretenimento e Serviços Públicos Saint-Exupéry: localizado também no Distrito do Campeche (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 122/99), no antigo campo de aviação francês, visa garantir à comunidade o uso público de área atualmente utilizada para a prática de futebol e aeromodelismo, de importância histórica para o Município de Florianópolis;

Parque Florestal do Morro das Pedras: localizado na região de mesmo nome (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 123/99), objetiva preservar os remanescentes de Mata Atlântica lá existentes;

Centro Científico de Oceanografia e Astronomia: localizado na orla do Rio Tavares Norte (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 127/99), no qual deverão ser instalados aquários com espécies locais e exóticas, observatório, "Museu da Terra", parque com exemplares da Mata Atlântica e restinga, terminal turístico e "biblioteca dos oceanos". A idéia é oferecer aos moradores e turistas mais uma opção de lazer em contato com a natureza, aproveitando a riqueza da vegetação e da vida marinha do litoral sul da Ilha de Santa Catarina.

Além do Complexo Parque Orla do Campeche, o Plano Comunitário de Desenvolvimento da Planície do Campeche demarca outras áreas protegidas pela legislação ambiental brasileira, proibindo seu uso privado a fim de garantir segurança aos moradores vizinhos, prevenir enchentes e preservar espécies nativas. São Áreas de Preservação

Permanente (APP), fora dos limites dos Parques:

Margens do Rio Tavares e afluentes (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 119/99);

Áreas de maior declividade do Morro do Lampião, e às margens dos cursos d'água que correm deste morro para o Manguezal do Rio Tavares (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 120/99);

Área de 50 (cinquenta) metros no entorno da Lagoa Pequena, acrescida dos remanescentes de restinga existentes (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 124/99);

Área de 50 (cinquenta) metros em cada margem da Lagoa da Conceição (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 125/99);

Área de 30 (trinta) metros em cada margem dos cursos d'água existentes no território do Porto da Lagoa (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 125/99);

Todo o limite do Parque do Maciço da Costeira (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 127/99).

Complementando o Complexo Parque Orla do Campeche e as Áreas de Preservação Permanente acima elencadas, o Plano Comunitário de Desenvolvimento da Planície do Campeche delimita Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) fora dos limites dos Parques, quais sejam:

Maior parte do território abrangido pelo Sertão da Costeira (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 119/99);

Áreas abaixo da cota 5, isto é, a menos de 5 metros do nível do mar, no Morrote (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 121/99);

Área paralela à APP (Área de Preservação Permanente) do Rio Tavares (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 124/99).

Outras áreas também mereceram especial atenção da comunidade. O entorno da Lagoa da Chica, no Distrito do Campeche (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 119/99), foi

zoneado como Área Verde de Lazer (AVL). Uma vasta área no Morrote, pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina (Substitutivo ao Projeto de Lei no. 121/99), recebeu zoneamento e diversas restrições para uso, uma vez que se localiza em terreno inundável e de difícil drenagem, sob o cone de ruído do Aeroporto Hercílio Luz, tornando a área imprópria para o uso universitário intenso. A ocupação deverá ser concentrada na porção sul do terreno, com proteção acústica para redução do nível de ruído no interior das edificações.

Como afirmado anteriormente, tais zoneamentos estão em estrita consonância com a legislação ambiental e cultural brasileira. A seguir, trechos de algumas leis ambientais e culturais.

Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado

Art. 225, Constituição Federal de 1988 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º - A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e a sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Política Nacional de Meio Ambiente

Art. 2º, Lei 6.938/81- A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 5o, Lei 6.938/81 - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios que se relacionam com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no artigo 2o. desta Lei.

Parágrafo único - As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

Art. 2o, Lei 7.661/88 - Subordinando-se aos princípios e tendo em vista os objetivos genéricos da PNMA, fixados respectivamente nos artigos 2o. e 4o. da 6.938/81, o PNGC visará especificamente orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas no Plano.

Art. 10, Lei 7.66/88 - As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da Segurança Nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1o. - Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo.

§ 2o. - A regulamentação desta Lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar.

§ 3o. - Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e Constituição de Santa Catarina

Art. 25, Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina - Até a promulgação da Lei que instituir o plano estadual de gerenciamento costeiro, não poderão ser expedidas pelos municípios localizados na orla marítima normas e diretrizes menos restritivas que as existentes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como sobre a utilização de imóveis no âmbito de seu território.

Manguezais e Restingas

Resolução 004/85 CONAMA,

Resolução 011/87 CONAMA,

Resolução 002/88 CONAMA,

Resolução 012/89 CONAMA,

Resolução 261/99 CONAMA.

Lei Municipal 2.193/85 – Plano Diretor dos Balneários

Art. 2o, Lei Federal 4.771/65 - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso de água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos de água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos de água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 100 (cem) metros para os cursos de água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos de água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos de água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitudes superiores a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Parágrafo único - No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

Art. 3o, Lei. 4.771/65 - Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

§ 1o. - A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de UTILIDADE PÚBLICA ou INTERESSE SOCIAL.

§ 2o. - As florestas que integram o Patrimônio indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra "g") pelo só efeito desta lei.

Política Nacional de Recursos Hídricos

Art. 1o, Lei. 9.433/97 - A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I - a água é um bem de domínio publico;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Art. 2º, Lei. 9.433/97 - São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Art. 3º, Lei. 9.433/97 - Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;

II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;

III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e

com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Art. 4o, Lei. 9.433/97 - A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

Art. 5o, Lei. 9.433/97 - São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

I - os Planos de Recursos Hídricos;

II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;

III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;

IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

V - a compensação a municípios;

VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Patrimônio Turístico

Art. 216, Constituição Federal de 1988 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão

II - os modos de criar, fazer e viver

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Localização

A planície do Campeche, ao sul da Ilha de Santa Catarina tem uma área aproximada de 55 km² e abrange as localidades do Aeroporto, Base Aérea, Tapera, Ribeirão da Ilha, Carianos, Porto da Lagoa, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Sertão da Costeira, Campeche e Morro das Pedras (acrescentar Mapa da Ilha Fala Campeche). Posicionada entre os paralelos 27°35'48" a 27°43'42" e os meridianos 48°24'36" a 48°30'42", a planície dista aproximadamente 20 km do centro de Florianópolis. Limita-se ao norte e nordeste com a Lagoa da Conceição e praia da Joaquina, respectivamente e a noroeste com o Morro da Costeira do Pirajubaé (onde ocorre a exploração de uma jazida mineral pela Pedrita S. A. Construtora). Ao sul limita-se com o Morro das Pedras (Parque da Lagoa do Peri), a sudoeste e oeste com a região do Alto Ribeirão, Carianos e Manguezal do Rio Tavares e a leste com o Oceano Atlântico. Esta área de 55 km² constitui a maior área plana ou planície sedimentar da Ilha de Santa Catarina, sendo também a maior área inundável da ilha, rica em ecossistemas inundáveis. Nas direções N-S da planície ocorrem lagoas, charcos, pântanos e córregos. Na direção oeste ocorrem os manguezais (Tapera e do Rio Tavares). Em posições quase centrais, porém distantes na planície, ocorrem dois pequenos maciços: o Morro do Lampião próximo à praia do Campeche e o Morrote, próximo à Tapera.

Características Fisiográficas

Geologia

Duas formações geológicas bem distintas constituem a geologia da região:

A1) A formação de maior destaque é representada pelo "embasamento cristalino", constituído de rochas plutônicas, pertencentes à Suite Intrusiva Pedras Grandes, definida por ZANINI (1991) como Granito Ilha.

A2) A formação geológica representada por "sedimentos do Quaternário" com

configurações distintas, conforme HERMANN et al. (1987): material arenoso (Pleistoceno) de origem eólica; material areno-argiloso dos sopés dos morros cristalinos; dunas fossilizadas, fixadas pela vegetação formando cordões dunares com orientação aproximada SO-NE; dunas fixas mais recentes (Pleistoceno Superior) próximas ao mar e sem formas bem definidas; depósitos arenosos de origem fluvial ao longo das margens do Rio Tavares, no sopé das encostas cristalinas e depósitos lagunares (Lagoinha Pequena e lagoinha da Chica); dunas móveis e semi-móveis.

Geomorfologia

As feições geomorfológicas da área são bastante distintas e compreendem o Embasamento Cristalino e a Planície Costeira. A feição geomorfológica de maior destaque compreende aos domínios morfoestruturais do Embasamento Cristalino, que corresponde a unidade geomorfológica denominada "serras litorâneas". Os setores do Embasamento Cristalino servem de suporte às áreas sedimentares da Planície Costeira. A Planície Costeira está representada pelos depósitos sedimentares de origem marinha e lagunar, recobertos por depósitos eólicos que formam os campos de dunas ativas e estabilizadas, bem como por depósitos coluvionares antigos que se estendem das encostas dos morros até as proximidades dos campos de dunas.

A unidade geomorfológica denominada Planície Costeira apresenta uma morfologia característica da atuação dos processos erosivos deposicionais onde predomina uma morfologia resultante da atuação dos processos eólicos, representados pelos campos de dunas móveis, semi-fixas e fixas.

As áreas de restinga, que ocupam grande parte da planície costeira, correspondem aos cordões arenosos, estreitos e alongados, com feições côncavas e cristas de formação eólica; as áreas côncavas apresentam características de terrenos brejosos.

Outros aspectos peculiares da Planície Costeira são os "terraços" de construção

marinha e o processo de "colmatação", de antigas lagunas, por sedimentos areno-argilosos e aluviões que as transformam, numa primeira etapa, em pântanos e, posteriormente, em planícies lacustres.

Solo e água

O solo da planície é recente de idade quaternária e predominantemente arenoso, de origem marinha, fluvial, lagunar, eólica ou das combinações destas. Nos 55 km² de superfície da planície ocorrem diversos ecossistemas terrestres instáveis como as dunas móveis, dunas estabilizadas pela vegetação, praias frontais sujeitas à erosão eólica e marinha, terraços lagunares, várzeas, lagoas (Chica e Pequena), pântanos e manguezais.

O solo arenoso da região atua como esponja acumulando águas das chuvas e recarregando o lençol subterrâneo que abastece 40.000 habitantes (Sistema Integrado de Poços Costa leste/sul – Companhia Catarinense de Abastecimento de água e Saneamento - CASAN). Como uma grande bacia cheia de sedimentos e água, esta planície ou Bacia Hidrogeológica do Campeche é alimentada, também, por uma rede de ribeirões, riachos e rios cujas nascentes, perenes ou sazonais, originam-se nos morros adjacentes, percolam em calhas ou leitos e desembocam na planície, mesclando-se aos afloramentos do lençol freático e seguindo para o mar à leste ou à oeste da planície. Quando saturada de água pelo excesso de chuvas e deságüe dos rios, esta bacia fica inundada e transborda natural e lentamente por calhas, leitos ou sangradouros naturais entre as dunas, lagoas e manguezais em direção ao mar. A oeste da planície, onde o relevo é muito baixo e os níveis de altitude (1-2 metros) não oferecem resistência aos avanços das marés, desembocam crônica e regularmente as águas subterrâneas e superficiais, conformando os manguezais do Rio Tavares e da Tapera. Estas áreas têm efeito estopa e permanecem inundadas durante o ano inteiro, seja pelo escoamento superficial ou subterrâneo das águas da planície ou pelo avanço das marés. Estes manguezais, como todos, são ecossistemas de transição e interação entre a terra e o oceano e abrigam e

alimentam uma grande diversidade de animais (peixes, crustáceos, aves, répteis, etc.).

Características Climáticas

As características climáticas da Ilha de Santa Catarina são inerentes ao litoral Sul do Brasil, com estações do ano bem definidas, verões quentes e invernos amenos.

O clima da Ilha de Santa Catarina é classificado por NIMER (1977) como sendo do tipo "subquente", ou seja, todos os meses apresentam temperatura média mensal superior a 15° C. Segundo FREISLEBEM (1979), o clima da Ilha de Santa Catarina é do tipo "mesotérmico brando", com médias mais baixas oscilando entre 13° C e 15° C. HERMANN et al. (1987) afirmam que a variação da temperatura em Florianópolis está na dependência da maritimidade, fator que desempenha um papel regulador, diminuindo contrastes térmicos. A média anual da temperatura em Florianópolis, no período de 1923 a 1984, foi de 20,4° C, sendo o mês de fevereiro o mais quente, com média mensal de 24,5° C e julho o mês mais frio, com média mensal de 16,4° C.

PORTO FILHO (1993) alega que não existe estação seca ou chuvosa na Ilha de Santa Catarina e que as precipitações pluviais apresentam-se bem distribuídas ao longo do ano. Os maiores índices pluviométricos ocorrem nos meses de verão, com média de 170,45mm, e os menores ocorrem nos meses de inverno, com média de 89,64mm. Nos meses de primavera e outono, as médias pluviométricas são de 131,12mm e 118,86mm, respectivamente. A média anual registrada foi de 1527mm.

No que concerne à "circulação aérea", os estudos de FREISLEBEM (1979), de HERMANN et al. (1987) e de PORTO FILHO (1993) afirmam que os ventos predominantes na região da Ilha de Santa Catarina são os do quadrante Norte, seguidos pelos de Sudeste, Sul, Nordeste, Noroeste e Sudoeste. Em escalas anual e sazonal, predominam na região de estudo os ventos de N-NE, seguidos de S-SE. Os ventos de maior intensidade ocorrem nos meses de primavera e nos de verão, enquanto que os de menor intensidade são registrados no inverno,

com valores entre 0,70m/s e 6,50m/s (PORTO FILHO - 1993).

Características Florísticas

Segundo Klein (1980) in EIA/RIMA da MPB (1995) a cobertura vegetal das planícies litorâneas compõe-se de um imenso mosaico de comunidades florísticas, estruturalmente diferenciadas e estreitamente relacionadas à morfologia do solo. Nas planícies costeiras como a do Campeche esta vegetação costeira ou Atlântica de solos predominantemente arenosos de origens marinha, fluvial, lagunar (ou eólica de idade quaternária) constituem um conjunto de ecossistemas denominados restingas, que se estendem por toda faixa litorânea, sendo interrompidas apenas pelas vegetações de manguezais (Rio Tavares e Tapera), florestas ombrófilas densas nos maciços litorâneos adjacentes (Morro do Lampião, Morro da Costeira, Morro do Ribeirão, Morrote) e costões. A Resolução 261/99 descreve estes ecossistemas como muito frágeis, mas que exercem papel fundamental na estabilização dos sedimentos e manutenção da drenagem natural, bem como na preservação da fauna residente e migratória associada que encontra neste ambiente disponibilidade de alimentos e locais seguros para reproduzir-se e proteger-se dos predadores.

O relatório do programa "Adote uma bacia" da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente em convênio com a UFSC (ADOTE A LAGOINHA) analisou a cobertura vegetal da área, considerando as bibliografias existentes, trabalho de campo, laboratório (coleta, observação e identificação de vegetais - Depto. de Botânica-UFSC), aerofotos de 1979, 1994 e 1998. A situação da cobertura vegetal atual da área considerou no estudo a situação original e a atual. A Vegetação Original, segundo KLEIN (1979) apresenta as seguintes formações:

Vegetação Litorânea - Predominantemente herbácea e arbustiva. Sofre influência marítima direta ou indiretamente e conseqüentes condições edáficas. Amostras desta formação foram coletadas e estudadas pela equipe, em campo, a partir da linha de maré mais

alta em duas oportunidades (09/06/98 e 13/06/98). Ocupando quase toda a extensão da área de estudo, a vegetação litorânea é representada por diversas sub-formações ou sub-grupos, entre os quais:

Vegetação de Praia e dunas frontais - também denominada de "vegetação de ante-duna", ocupa a faixa logo após a área de domínio das marés e é constituída por "elementos pioneiros"(plantas psamófitas-halófitas). Como espécies características, predominam: a salsa-da-praia ou batateira-da-praia (*Ipomoea pes-caprae* ssp. *brasiliensis*), petúnia da praia (*Petúnia litoralis*) a grama-da-praia (*Paspalum*) e o capotiraguá (*Phyloxerus portucaloides*), sendo esta ultima a espécie dominante da vegetação herbácea e pioneira das praias da Ilha de Santa Catarina.

Vegetação de dunas internas e planícies - afastando-se da faixa da praia em direção ao interior da área de estudo, apresentam-se as dunas móveis, as semi-fixas e as fixas, formando cordões dunares paralelos à praia, com altitudes que variam entre 5 e 25 metros. Nas dunas móveis e semi-fixas, ocorrem plantas "psamófitas-heliófitas" (vegetação característica de solo arenoso com intensa insolação), com raízes profundas devido à escassez de água no solo, forte insolação, ventos freqüentes e solos pobres em nutrientes orgânicos (HERMANN et al. 1987). Entre as espécies predominantes nesses ambientes, destaca-se a "Spartina Ciliata"- espécie de grama que forma densos tufos. Outra espécie própria desse habitat é a gramínea "Panicum Rocemosum".

Vegetação de Restinga - Prosseguindo-se mais para o interior da área, após as dunas semi-fixas, ocorre, paralelamente a estas, outro alinhamento de dunas mais antigas e completamente recobertas por vegetação arbustiva. Outras formas de dunas ainda mais antigas se estendem entre esse cordão de dunas fixas e os sopés dos morros cristalinos, situados na parte Oeste da área da Lagoinha Pequena, também recobertas por uma vegetação onde predominam espécies arbustivas. Trata-se da "vegetação de restinga", conhecida

também pelo termo "JUNDU", também constituída por espécies comuns das dunas móveis e semi-fixas. Predominam as espécies arbustivas, como: aroeira-vermelha (*Schinus therebenthifolius*), maria-mole (*Guapira opposita*), tajuva (*Chlorophora tinctoria*), urumbeva (*Opuntia vulgaris*), entre outras. A atual classificação disposta pela Res. 261/99 considera toda as fitofisionomias acima como restinga.

Floresta Pluvial da Encosta Atlântica ou Floresta Ombrófila Densa - Esta formação vegetal é encontrada nos maciços cristalinos e em determinadas áreas da Planície Costeira, em contato com a vegetação de restinga. Trata-se de uma floresta "latifoliada ombrófila" e se caracteriza, segundo KLEIN (1978), pela alta densidade, heterogeneidade e grande pujança. Dentre as espécies predominantes, destacam-se as fanerófitas, as lianas e as epífitas. A floresta pluvial atlântica apresenta três estratos, com alturas médias de 3,9 e 30 metros, cujas espécies mais comuns são: a canela-preta (*Ocotea Catharinensis*), a peroba (*Aspidosperma pyricollum*), o garapuvu (*Schizolobium parahybum*), guaraparim (*Vantanae compacta*), palmitreiro (*Euterpe edulis*), bacopari (*Reedia guardneriona*) e outras. O estrato herbáceo, formando a cobertura vegetal pouco densa, é constituído por espécies predominantes como as pteridófitas, as marantáceas e as gramíneas.

Com base nos recobrimentos aerofotogramétricos já mencionados, apresenta os seguintes resultados:

Em 1956 a formação arbórea da região Leste da planície apresentava sinais de desmatamento, em períodos anteriores, apenas nas encostas mais suaves;

As aerofotos de 1979 revelam sinais de degradação acentuada nas vertentes voltadas para a SC-406 (Leste), na localidade de Rio Tavares, resultante da exploração de rochas graníticas pela Empresa PEDRITA - Planejamento e Construção Ltda. Comparando-se as aerofotos de 1979 com as de 1994 (ver Fig. nº 4), constata-se grande aumento da área degradada e explorações mais recentes em diversos pontos da encosta, nas proximidades das

altas nascentes do Rio Tavares;

As aerofotos de 1994 e 1998 mostram que, com exceção das áreas de exploração de granitos, grande parte das áreas que sofreram desmatamento no período em que a atividade agrícola encontrava-se em pleno desenvolvimento, encontra-se ocupada por mata secundária nos últimos estágios de regeneração, denominados de capoeira e capoeirão.

Quanto à Vegetação Litorânea, o estudo evolutivo com base nas aerofotos nos permite constatar que:

a vegetação de "restinga", dos depósitos arenosos mais antigos (exceto nas dunas fixas e semi-fixas), foi completamente devastada para ceder espaço à prática agrícola que teve início na metade do século XVIII, com a colonização açoriana; o abandono da agricultura, a partir do final da década de 40, permitiu a recomposição parcial dessa formação vegetal que hoje se encontra, em determinados trechos da área, nos últimos estágios de desenvolvimento; e embora as propriedades edafológicas da área e o esgotamento do solo pela prática agrícola constituam fatores desfavoráveis ao desenvolvimento de formações vegetais, observa-se que o processo de regeneração das restingas foi relativamente rápido. As aerofotos de 1998 mostram em toda a planície a ocorrência de mosaicos de restinga remanescente (áreas alagáveis que precedem os manguezais do Rio Tavares e Tapera, dunas fixas que antecedem a praia da Joaquina e Campeche), áreas em estágio de regeneração avançada. Todas foram mapeadas como de preservação permanente (APP) e áreas de Preservação com uso Limitado (APL) no Plano Comunitário atendendo a Resolução 261/99 CONAMA, e Leis do Código Florestal (Lei 4.771/65, 6.938/81 e 7.803/89) preservando com isto as áreas de recarga do aquífero, corredores faunísticos, e mata Atlântica remanescente.

Características Faunísticas

Segundo o EIA/RIMA da MPB (1995) a grande biodiversidade da Ilha já era citada por antigos navegadores. Dentre os animais que aqui viviam cita-se a onça pintada (*Panthera*

onça), o puma leão (*Puma concolor*), o bugio (*Alouatta fusca clamitans*), o guará (*Eudocimer ruber*), a anta (*Tapirus terrestris*), o jacaré do papo-amarelo (*Caiman latirostris*). "A presença destas espécies demonstra ter existido um ambiente luxuriante, capaz de suportar tais nichos" diz aquele documento. O quadro de hoje suscita cuidados e cautela uma vez que são poucos os ambientes remanescentes que refugiam e permitem a sobrevivência da fauna. Restam poucos refúgios e a fauna é constantemente ameaçada.

A fauna remanescente da planície do Campeche foi estudada por ocasião do EIA/RIMA (op cit.) da Via Parque (SC- 406). Os animais de restinga dependem do ambiente natural, dos frutos e da vegetação. Em vista das grandes alterações para uso agrícola e posteriormente para uso imobiliário, grande parte desta fauna está desaparecendo, comprometendo o equilíbrio do Ecossistema. Ainda segundo este estudo (EIA/RIMA) ocorre a presença de gambás, tamanduás-mirim, graxaim, lontra, tatu bola, rato do campo, corujas buraqueira, biguás, atobás, garça branca grande, garça malhada grande, garça vaqueira, maria faceira, gavião tesoura, gavião carijó, gavião carrapateiro, quero-quero, saracura do mato, batuira de coleira, jaçanã, gaivotão, trinta-réis, gralha azul, anu preto, anú branco, beija flores de várias espécies, sabiá-laranjeira, Juruviara, sanhaçu-cinzento, saíra viúva, bico de lacre, lagartos, etc. Os moradores confirmam a presença destas espécies na planície.

ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS QUE PRECISAM SER PRESERVADOS

Segundo o Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche, devem ser preservados:

Campo de Pouso da Companhia Postal Francesa

Antigo Hangar (Centro Comunitário/Casarão)

Trilhas naturais para os morros e praias

Ilha do Campeche (Inscrições rupestres)

Sítios Arqueológicos (Lagoa Pequena, Joaquina e Rio Tavares).

Igreja de São Sebastião do Campeche - séc. XIX (D.M. 125/88) ou Capela do Campeche

Morro do Lampião

Rios do Noca, Rafael, Rio Tavares e outros

Lagoas Pequena e da Chica

Estimular as vocações locais como artes, artesanato, horticultura, aquicultura, etc.

Em consulta ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional), em 25 de janeiro de 2000, o Movimento Campeche Qualidade de Vida considerou a existência de 11 Sítios Arqueológicos (sambaquis e oficinas líticas), conforme doc. anexo, na área em questão que deverão ser preservados pela força da lei (Lagoa Pequena, Joaquina e Rio Tavares).

Segundo o EIA/RIMA do DER o plano da região deve valorizar as peculiaridades culturais e históricas do local, entre elas:

o artesanato, facilitar e viabilizar a comercialização

Campo de aviação para atividades culturais e de lazer da comunidade

criação de espaços de "memória viva" ou pequenos museus

atividades típicas, festividades, folclore e outros

Quanto ao aspecto cênico o EIA/RIMA do DER à pág. 74, cita: "Ao longo de nossa história algumas leis e convenções foram assinadas em defesa do patrimônio natural. Na Constituição Federal de 1934 – compete à União e aos Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico. A Constituição Federal de 1937 – Em seu art.134 : Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da nação, dos Estados e Municípios. Os atentados contra ele cometidos são equiparados aos cometidos contra o patrimônio da União. A Carta Magna de 1946 art. 175: As obras, monumentos, e documentos de valor histórico, artístico, monumentos naturais, paisagens, e os locais dotados de especial beleza ficam sob a proteção do poder público.... A área de influência direta ao empreendimento (via parque) apresenta diversas formações vegetais e geomorfológicas que podem ser consideradas como beleza cênica: Mata do Areal; Morro de Dentro- Lampião; Lagoa da Chica; Lagoa Pequena; lagoa da Conceição, dunas da Joaquina e Dunas do Campeche."

ANEXO V

Apoiam o dossiê:

AMOCAM- Associação dos Moradores do Campeche

AMPOLA- Associação de Moradores do Porto da Lagoa

AMOREIAS - Associação de Moradores das Areias do Campeche

Associação de Moradores do Rio Tavares

Associação de Surf do Campeche

CAL - Movimento Campeche a Limpo

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania

FAVI - Fundação Água Viva

Fundação Lagoa

Klimatar - Centro de Estudos Ambientais

Movimento Cidadania pelas Águas - Projeto LARUS

Viveiro Pau Campeche

Iniciativa: Movimento Campeche Qualidade de Vida

Capa e arte: Renato Rizzaro, Raul Burgos.

Elaboração do texto final: Fernando Ponte de Sousa, Jar'ce Tirelli, Jurandir Camargo.

Lilian Maria Pagliuca, Tereza Cristina Pereira Barbosa, Vera Bazzo.

Campeche, Florianópolis, novembro de 1997.

AGRADECIMENTOS

Aos artistas e às crianças das Escolas Januária Teixeira da Rocha, Eduardo Gomes, Engenho e Escola da Fazenda que expuseram sua criatividade no I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche

Aos profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina que emitiram pareceres solicitados: professores Msc. Airton Portilho Bueno, Msc. Almir Francisco Reis, Msc. Ana Albano Amora, Dr. Christian Guy Caubert, Dr. Danilo Wilhelm Filho, Msc. Aimê Raquel Magalhães, Dr. Fernando Sant'Anna, Jairo Ambrosini, Dr. Rogério Portanova, e a estudante Érica B. Queiróz

Aos pareceristas do COMDEMA.

A todos os participantes do I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche

A todos os integrantes do Movimento Campeche Qualidade de Vida pela dedicação e companheirismo

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
APRESENTAÇÃO	5
I.- A ANÁLISE DO PLANO	7
II.- O LUGAR	13
1. Localização	13
2. A realidade urbano-rural da Planície do Campeche	14
III.- A CRÍTICA	17
1. A crítica geral	17
2. Detalhando a crítica	18
2.1. Porque questionamos a projeção de 450 mil habitantes	18
2.2. Porque não queremos o sistema viário proposto	21
2.3. O questionamento da distribuição do Espaço Público	23
2.3.1. Segregação	23
2.3.2. Cidade Nova	24
2.3.3. Verticalização	25
2.3.4. Investimentos	25
2.3.5. A falácia da participação popular no PDC	26
3. A imprevisão de saneamento básico no PDC	27
3.1. O Uso dos recursos naturais da Planície do Campeche	28
IV.- AS DIRETRIZES E PROPOSTAS ALTERNATIVAS	32
1. Comissão de recursos naturais e zoneamento urbano	33
2. Comissão de sistema viário	37
3. Comissão de saneamento básico	40
4. Comissão de espaço público	42
PROPOSTAS ADICIONAIS	43
Termos de Referência para o Plano Diretor do Campeche	
- uma abordagem na linha do desenvolvimento sustentável -	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
• <i>O Campeche dos meus sonhos</i> - a presença das crianças no bairro	(paginação própria)
• FIGURAS de 1 a 5	(paginação própria)
• ANEXOS 1 a 19	(paginação própria)

As gerações futuras têm o direito a uma terra sem contaminação e sem destruição, para que possam desfrutá-la como cenário da História da Humanidade, da sua cultura e dos laços sociais.

Cada geração tem a responsabilidade de manter uma vigilância constante e uma avaliação prudente dos distúrbios tecnológicos e das modificações que podem afetar a vida na Terra, o equilíbrio da natureza e a evolução da Humanidade.

Governos, organizações não governamentais e indivíduos deverão utilizar todos os seus recursos e imaginação para implementar e perpetuar estes princípios como se estivessem na presença das gerações futuras.

(Artigos propostos por Jacques Costeau à declaração dos direitos do homem na ONU)

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê trata de duas questões importantes. Em primeiro lugar, apresenta o Plano de Desenvolvimento do Campeche - PDC proposto pelo IPUF para a Planície do Campeche e o modo como vem sendo encaminhado o planejamento urbano junto às comunidades da área. Em segundo, mostra a possibilidade de soluções viáveis e sustentáveis para a reorganização e ocupação da planície, em co-responsabilidade com a comunidade e em obediência às leis vigentes abordando questões de forma técnica e interdisciplinar.

A intenção é esclarecer todas as pessoas que, direta ou indiretamente, possam intervir ou decidir sobre a concretização do planejamento da região (IPUF, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Florianópolis, CASAN, FLORAM, FATMA, COMCAP, IBAMA, MMA, SUSP, DER, SDM, Colegiado de Gerenciamento Costeiro de SC, moradores da região, etc).

Através dos pareceres da UFSC, documentos técnicos e das discussões do I Seminário de Planejamento do Campeche, elaborou-se diretrizes para um plano que assumira o compromisso da Agenda 21 Local, promovendo o desenvolvimento econômico, a equidade social e a conservação de bens culturais e naturais dentro de um mesmo processo. Este plano deve partir do princípio de que a participação popular no planejamento legitimará a sua co-responsabilidade na gestão e organização do espaço.

Assim, neste dossiê serão descritas todas as informações necessárias sobre as questões legais, ambientais, sociais, infra-estruturais, etc. Apresentamos, após a descrição do PDC proposto pelo IPUF, a região ou o lugar com suas informações geográficas, recursos naturais, culturais e históricos e a realidade urbano rural de ocupação.

Segue-se uma crítica interdisciplinar (geral e específica) à concepção do PDC proposto pelo IPUF, com base nos pareceres técnicos dos profissionais da

Universidade Federal de Santa Catarina e nas discussões ocorridas nos últimos meses no Movimento Campeche Qualidade de Vida , organizado no bairro do Campeche.

Finalmente, apresentamos diretrizes e propostas para um planejamento da Planície do Campeche resultantes das discussões realizadas no I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche realizado nos dias 23, 24 e 25 de outubro último e aqui apresentadas sob a forma de relatório. É importante citar que este seminário contou com a presença permanente de aproximadamente 250 moradores e técnicos das áreas de geografia, biologia, ecologia, engenharias sanitária, civil, sociólogos, arquitetos, juristas, educadores, jornalistas, etc, representantes da comunidade em geral (nativos e “estrangeiros”). Portanto este documento representa as preocupações e os anseios da população do Campeche com relação ao Desenvolvimento da região

I.- A ANÁLISE DO PLANO

É importante considerar que o PDC (anexo 1 e figura 1) descrito sucintamente abaixo, foi concebido em 1989, finalizado em 92 e apresentado à Câmara Municipal de Florianópolis em 95, sendo retirado do Legislativo Municipal por pressão popular. Reapresentado em 97 para as comunidades, ainda é considerado polêmico.

Denominado “Plano de Desenvolvimento do Campeche” porque abrange toda a planície quaternária do Campeche (figura 2), ou seja, uma área aproximada de 50 km², envolve as comunidades da Tapera, Alto Ribeirão, Aeroporto, Carianos, Ressacada, Porto da Lagoa, Fazenda do Rio Tavares, Rio Tavares, Campeche e Morro das Pedras. Todo este território foi subdividido em 36 unidades espaciais de planejamento (UEPs).

Nesta planície quaternária, constituída de areias (figura 3), dunas e manguezais o IPUF propõe a instalação dos seguintes equipamentos urbanos (figura 1) :

- A leste, nordeste e sudeste, sobre os cordões de restinga, desde o Porto da Lagoa até o Morro das Pedras: uma área turístico residencial (ATE) de condomínios de alto padrão e uma área turística exclusiva com hotéis (ATR), pequenas áreas comerciais com prédios de gabarito próximo a 6 pavimentos (pouco clara a descrição do IPUF), recortadas por um sistema de vias rápidas (vias parque) interligado à futura SC 406 (proposta pelo DER).
- Mais a oeste, sobre as areias do Rio Tavares, Campeche, Castanheiras e Morro da Pedras em direção aos morro da costeira (Pedrita), Fazenda e manguezal do Rio Tavares, Morro do Lampião, Tapera e Alto Ribeirão são propostos: inúmeras áreas residenciais de classe média com prédios de gabarito de 6 andares, um autódromo internacional, 3 grandes centros comerciais com prédios de gabaritos superiores a 6 andares (8 ou 12, pouco claro na descrição do IPUF), 4 pólos tecnológicos, um

campus universitário (sob o cone de ruídos do aeroporto). Tudo entrecortado por segmentos de vias rápidas desenhados em sistema de grades (figura 1).

- Adensamento total previsto para área: 450.000 habitantes.

Esta concepção de vida futura na região foi rejeitada por pressão popular em 1995. Naquele momento, o mais lógico teria sido o órgão proponente consultar a população que o rejeitava, a fim de conhecer os desagrados, as possíveis falhas e viabilizar um plano legítimo e exequível em co-responsabilidade com a comunidade residente na região¹. Porém isto não ocorreu! Contrariamente, o PDC, que havia sido rejeitado como um todo em 1995, sofreu imperceptíveis modificações e em 1997, sem nenhum estudo das possibilidades ou limitações locais, desconsiderando inclusive o diagnóstico do plano diretor dos Balneários aprovado em 1985 (solo frágil, inconsolidado, não urbanizável), foi dividido em sub-regiões ou localidades a serem atingidas: Carianos, Aeroporto, Areias do Campeche, Campeche, Castanheiras, Tapera, Morro da Pedras, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Porto da Lagoa e Alto Ribeirão.

Cada uma destas localidades, através de suas representações comunitárias, foi convocada à conhecer sua área dentro do PDC, cabendo aos cidadãos presentes, a possibilidade de **sugerir alterações** ao plano já traçado. É importante citar que as apresentações do plano nem sempre ocorreram nas datas previamente marcadas pelo IPUF. Algumas foram transferidas na última hora, causando um certo constrangimento às associações que haviam convocado a população, além de desmotivar o comparecimento para outras reuniões.

À reunião da sub-região do Campeche (praia do Campeche) que ocorreu na data estabelecida (18-08-97) compareceram aproximadamente 200 moradores, dentre os

quais técnicos das mais diversas áreas profissionais ¹. Nesta reunião, que durou cerca de 4 horas, ficou claro que a população desejava **participar da concepção** de um novo plano, em acordo com as leis de planejamento urbano², Agenda 21 Local (Anexo 2) e o compromisso da atual administradora da cidade (Anexo 3).

Entretanto, ficou claro, também, que se tratava do mesmo plano concebido em 89, finalizado em 92, rejeitado em 95 e dividido em 97, e que a intenção do IPUF era apenas homologá-lo, desta vez por partes, aceitando pequenas sugestões no traçado já elaborado. Atitude vantajosa para o órgão planejador que, além de agir “democraticamente”, procurando a comunidade, aprovaria por partes um plano que enfrentava dificuldades em se aprovar como um todo. Desvantagem para a população, que deveria, no prazo de 30 dias, concordar com pequenas alterações no PDC (que levou oito anos para ser elaborado) ou aceitá-lo como estava.

Deram retorno ao IPUF as comunidades do Morro das Pedras, Tapera e Jardim Castanheiras. Várias associações não apresentaram retorno ao IPUF por não concordarem em apresentar sugestões em algo que não querem: Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Areias do Campeche, Campeche, Porto da Lagoa. A Comunidade do Campeche, organizada em torno da Associação dos Moradores num Movimento pela Qualidade de Vida do Campeche questionou o recorte parcializado do Plano que impedia pensar-se o projeto globalmente (figura 4), mas mesmo assim, decidiu pela análise do plano e pelo posicionamento com diretrizes e propostas. Foram solicitados pareceres técnicos de algumas áreas da Universidade, ao mesmo tempo solicitando prazo para o IPUF, além dos 30 dias para retorno. A esse respeito o IPUF, em

¹ Engenheiros sanitaristas, arquitetos urbanistas, engenheiros civis, biólogos, geógrafos, oceanógrafos, advogados, médicos e enfermeiros, jornalistas, sociólogos e professores, entre outros.

² “... antes de uma imposição constitucional, os planos diretores são instrumentos de planejamento e, como tal, devem ser elaborados a partir da decisão política de planejar o desenvolvimento urbano e municipal pressupondo a corresponsabilidade consciente da comunidade e o perfeito domínio do seu conteúdo, suas possibilidades e limitações”. (Art. 182 da Ordem Econômica da Constituição Federal). Também, o EIA/RIMA é um instrumento obrigatório previsto nas Resoluções Federais (001/86 CONAMA) e que resguarda o direito à cidadania e qualidade de vida, previsto nos artigos 5º e artigo 225º da Constituição Federal.

correspondência (Anexo 4) vinculou a não entrega do material do bairro à concordância com o Plano em questão.

Diante dessa situação, a comunidade mobilizada continua o trabalho de análise com vistas ao delineamento de um plano diretor que representasse a opinião da população local e protocola ofício com exposição de motivos no dia marcado para entrega de proposta solicitando mais prazo (Anexo 4). Diante do silêncio do IPUF e sentindo-se prejudicada, a comunidade decide encaminhar notificação judicial (Anexo 5) contra a prefeitura e o IPUF alertando para a necessidade de se prever os riscos ambientais no plano proposto que estimula uma alta densidade populacional, um sistema viário segregador da localidade e, entre outras coisas, o risco do uso indiscriminado dos recursos naturais do solo da região. Decide também, organizar o Seminário Comunitário já programado com o objetivo de discutir a questão do Planejamento local em parceria com os órgãos públicos, especialistas, pareceristas e moradores em geral da planície do Campeche. Alegando constrangimento devido a ação judicial, os órgãos públicos convidados estiveram ausentes (Anexo 6) .

A atitude viciosa de imposição de planos de cima para baixo é bem antiga e desconsidera inúmeras leis atuais, desperdiça dinheiro público, degrada recursos naturais e econômicos e não conta com a participação e responsabilidade da população. A primeira das leis desconsideradas pelo PDC é aquela que permitiria aos planejadores o conhecimento da área, suas disponibilidades, suas possibilidades e suas limitações para a execução de um plano. Esta lei, sob a forma de uma Resolução (001/86 CONAMA) estabelece em seu art. 2º, inciso XV que projetos urbanísticos acima de 100 ha necessitam de um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Na realidade o EIA-RIMA fornece um diagnóstico do solo, da água, dos recursos naturais utilizáveis (de uso limitado ou preserváveis) na área a ser urbanizada,

em obediência às legislações Federais e Estaduais vigentes. Ora, o Plano Diretor, uma vez aprovado pela Câmara Municipal, não passa para a fase de projeto, transforma-se imediatamente, no instrumento diretor do ordenamento espacial. Ademais, é sabido que a simples possibilidade de aprovação do PDC, já viabilizou aterramentos de áreas de restingas, loteamentos e implantação de condomínios irregulares, sem tratamento de esgotos em áreas impróprias e ilegais, com a conivência da Câmara Municipal de Florianópolis.

É possível planejar sobre uma área tão abrangente, diversificada e frágil como é descrita a planície do Campeche, sem saber suas dificuldades, os custos e as disponibilidades para implantar equipamentos urbanos caros como o são as vias parques? Quantos sabem que a água de beber de 40.000 moradores da Costa Leste Sul (Campeche, Lagoa da Conceição, Tapera, Morro das Pedras, rio Tavares, Carianos, Aeroporto e outras localidades) vêm do subsolo da planície? Quantos sabem que a contaminação do lençol freático inviabilizará o abastecimento destas localidades? A quantidade e qualidade da água disponível não seria uma limitação para dispor uma população? Como saber isto sem estudos ambientais?

Na ilha de Santa Catarina existem inúmeros exemplos de falta crônica de água (Sambaqui, Canasvieiras, Santo Antônio, etc.) e problemas de águas contaminadas (Armação) com vírus e bactérias de origem fecal, implicando em imensos gastos públicos. Em 1996, o Brasil gastou 78 milhões de reais em internações geradas por doenças que poderiam ser evitadas com um sistema básico de saneamento. Ainda em 1996, o Brasil gastou milhões de reais na recuperação de estradas e praias erodidas pela ação do mar ! Será que um EIA-RIMA não teria evitado isto? O solo é a base de todo o plano, a água o recurso vital, as praias, as dunas, as lagunas e os manguezais, são recursos hídricos, turísticos, econômicos e gastronômicos (Anexo 10) e uma vez destruídos levam todos a falência e a pobreza! A falta de conhecimento dos recursos e do plano pelos planejadores e planejados, gerará desperdícios materiais elevados para

todas as partes. Para os governos, maiores gastos, pois a co-responsabilidade da população para legitimação do plano, prevista na Agenda 21; Artigo 182¹, foi ignorada.

A falta de estudos sobre o local, impactos sociais, ambientais, culturais no planejamento do IPUF, levou a AMOCAM a solicitar à CASAN (Anexo 7), ao COMDEMA (Anexo 8) e a diversos especialistas da UFSC, mestres e doutores nas áreas de planejamento urbano, poluição, recursos hídricos e legislação pública (Departamentos de Engenharia Sanitária, Ecologia e Zoologia, Botânica e Biologia, Direito Público, Arquitetura e Urbanismo) pareceres técnicos e informações sobre o PDC do IPUF. O resultado destes estudos está contido neste dossiê.

II.- O LUGAR

1.- Localização

A planície do Campeche, onde o IPUF pretende implantar o PDC e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) parte da SC-406, conta com uma área aproximada de 50 km² e envolve as seguintes comunidades do sul da ilha de Santa Catarina: Tapera, Ribeirão da Ilha, Aeroporto, Carianos, Ressacada, Porto da Lagoa, Rio Tavares, Campeche e Morro das Pedras.

Esta área localiza-se na região litorânea sul do Brasil, porção sul da ilha de Santa Catarina, sub região do litoral de Florianópolis, zona de Florianópolis (Anexo 5). Posicionada entre os paralelos 27°35'48" a 27°43'42" e os meridianos 48°24'36" a 48°30'42", dista aproximadamente 20 km do centro de Florianópolis. Limita-se ao norte e nordeste com a Lagoa da Conceição e praia da Joaquina (Porto da Lagoa), respectivamente. Ao sul com o Morro das Pedras (Parque do Peri - Lagoa do Peri), a sudoeste e oeste com a região do Alto Ribeirão, Carianos, Ressacada e manguezal do Rio Tavares, e a leste com o Oceano Atlântico. Esta área constitui um vale plano ou planície sedimentar, que apresenta no trecho N-S, entre o Porto da Lagoa da Conceição e Morro das Pedras, praias arenosas com dunas móveis e fixas, vegetação de restingas e formações lacustres (Lagoa Pequena e Lagoa da Chica). Limitam este vale, três formações montanhosas. A noroeste, o Morro da Costeira do Pirajubaé (Pedrita), a sudoeste o Morro do Lampião e ao sul o Morro das Pedras. No sentido L-O ocorre um vale arenoso, cujos limites é o manguezal da Tapera e do Rio Tavares. Ocorrem nestas áreas, os seguintes recursos:

•Recursos naturais hídricos:

- a) Lagoas Pequena, Chica, Peri e Lagoa da Conceição.
- b) Nascentes e rios: Tavares, Noca, Rafael e pequenos ribeirões que afloram na Mata Atlântica do Maciço da Costeira do Pirajubaé (APP) e

desembocam próximos a área de exploração de pedras (Pedrita) na planície do Campeche.

c) Lençóis subterrâneos da planície, onde 10 postos interligados em anel abastecem 40.000 pessoas, ou seja, toda a região Costa leste e sul da ilha (exceção da Armação e Pântano do Sul).

d) Manguezal da Tapera e do Rio Tavares

e) Praias da Joaquina, Campeche e Morro das pedras.

•Solo:

f) solo arenoso frágil, inconsolidado e acumulador de água.

g) dunas com restingas e áreas alagadas (lagoa Pequena e da Chica).

h) Morros do Lampião, Costeira (Pedrita), das Pedras e Morro da Tapera.

•Vegetais:

i) Manguezal do rio Tavares

j) Restingas e vegetação de planície

k) Mata Atlântica.

•Culturais, históricos e arqueológicos:

l) Campo de pouso da Companhia Postal Francesa

m) Antigo Hangar (Centro Comunitário/Casarão)

n) Trilhas naturais

o) Ilha do Campeche (Inscrições ruprestres)

p) Sítios Arqueológicos (Lagoa Pequena, Joaquina e Rio Tavares).

q) Igreja de São Sebastião do Campeche - séc. XIX (D.M. 125/88) ou Capela do Campeche

2.- A realidade urbano-rural da planície do campeche

A Planície do Campeche é pouco turística e mais residencial; nela predominam residências de famílias de baixa e média renda(EIA/RIMA -DER/95).

A nordeste e a leste sobre as dunas, em áreas não edificantes (Lei Municipal 2139/85, Art. 93/ Anexo 11) , próximo a Lagoa Pequena (D.M. 135/88), quase sobre o poço de captação de água da CASAN, no Rio Tavares, ocorrem 2 loteamentos³ e 4 sedes campestres. Parte destas dunas (60%) permanecem desocupadas do uso humano e apresentam vegetação de restinga que atenuam e evitam a erosão marinha e facilitam a recarga dos lençóis freáticos de abastecimento público.

Mais ao sul, sobre as dunas, a ocupação desordenada é maior, desde a estrada principal do Campeche (Av. Pequeno Príncipe) até o Morro da Pedras. O crescimento desorganizado contorna a Lagoa da Chica e em alguns pontos atinge a orla marítima. Nesta região também ocorrem condomínios autorizados pela Câmara Municipal (Lei 3.870/92), condomínios ilegais, hotéis, uma desapropriação autorizada pela prefeitura municipal e onde foram assentadas 83 famílias, bares precários e algumas áreas ainda não ocupadas.

A noroeste, sobre o manguezal e margens do Rio Tavares, ocorrem inúmeros aterramentos e ocupações das áreas alagadiças e os morros sofreram ações humanas. Permanece parte da vegetação de Mata Atlântica primária e de transição e regeneração, com mata secundária. A leste do sopé do morro da Costeira, exatamente sob a mata Atlântica primária, ocorre altíssima exploração de Pedras (Pedrita) com autorização da prefeitura (D.M. 704/94).

A Planície considerada área de expansão rural viu, ao longo dos anos, as suas terras transformadas em terrenos e loteamentos. Passou por uma adaptação de uma estrutura fundiária agrária a ocupações urbanas por conta da expansão e crescimento demográfico da Ilha. É, ainda, uma das últimas áreas planas próxima ao centro da cidade disponíveis para a fixação de residência.

O estabelecimento da população na região ocorreu e ocorre, ainda, de modo desordenado, com a conivência dos órgãos públicos de fiscalização de obras e meio ambiente, que pouco ou nada atuam para impedir a ocupação de áreas de preservação

³ Um ilegal atrás da Lagoinha Pequena e outro autorizado pela Câmara Municipal (Condomínio Novo

permanente com obras e construções clandestinas ou irregulares, controle e regularização do IPTU da maioria das moradias. A consequência tem sido desastrosa: faltam acessos à praia, as servidões são abertas sem critério, passagens estreitas são aterradas para o tráfego de carros obstruindo a drenagem das águas das chuvas, esgotos são lançados a céu aberto, etc. Ruas que servem ao fluxo maior de veículos que se locomovem de um extremo ao outro da planície (Morro das Pedras/ Rio Tavares) sofrem o mesmo imprevisto e desacerto em termos de planejamento. Alega-se que não há pavimentação ora por falta de verba, ora por conta da implantação de um futuro plano diretor, que segundo alguns resolveria todos os problemas atuais.

Ainda não existem na planície empreendimentos de grande porte. A maior parte dos problemas é resultado das condições a que se submetem pequenos proprietários, na intenção de obter lucros com suas terras. (Anexo 13, p. 17).

Há uma grande carência de espaços públicos para lazer, esporte, circulação de pedestres, ciclistas e veículos. Com exceção de espaços privados de organizações comunitárias e entidades filantrópicas, não existem áreas para atividades culturais e encontros da comunidade. Falta infra-estrutura de saneamento básico para os moradores e para a recepção do turismo local.

O quadro de abandono infra-estrutural que vive a região sul da ilha não é mais dramático pela existência de uma nítida cultura local e entrosamento de vizinhança, que se sobrepõe num movimento criativo de apropriação do espaço urbano/rural.

Assim, o que na sua aparência é completamente desordenado tem também a sua ordem. É no resgate dos detalhes da apropriação espacial pela população que pode ser observada a organização histórica do bairro, reflexo da cultura local e que deve ser considerada no planejamento. Ignorá-la seria como eliminar as pessoas e suas criações. A sua continuidade é um valor para a vida coletiva e deve ser assegurada no plano diretor.

III.- A CRÍTICA

1.- A crítica geral

No sentido mais abrangente a ocupação proposta pelo órgão de planejamento é incompatível com as características naturais da região, por que é deslocada do contexto geográfico e humano quando planeja a Planície do Campeche isolada do resto do município: *“é atomizado, localista e a reboque de interesses imobiliários”* (Anexo 13, p. 4). Neste sentido, é coerente com a própria lógica do planejamento da cidade de Florianópolis, que não pensa o desenvolvimento do município como um todo e o papel que cada localidade poderá vir a desempenhar no futuro.

O modelo escolhido é questionado pelos pareceristas, pois **propõe o isolamento da vida da população em unidades espaciais autônomas (UEPS)**, além de separar os grupos sociais, criando condições de segregação. Por exemplo: na apropriação do espaço público (Anexo 13, p. 22) observa-se o **privilegiamento de áreas e locais de atrativo paisagístico para o segmento social economicamente mais alto.**

O plano proposto alterará a silhueta da Planície, transformando a horizontalidade atual -que contrasta com a harmonia de morros da região- em uma verticalização incômoda e desnecessária, principalmente em certos pontos da planície (desfigurando a sua estética natural e que é o seu grande atrativo). Segundo os pesquisadores ecólogos, essa mudança é problemática pois permitirá o assentamento das quase $\frac{1}{2}$ milhão de pessoas na localidade.

O estímulo à ocupação por 450 mil habitantes é outro grande problema, pois só é coerente com a idéia de uma **cidade-dormitório.**

Todos os pareceres (Anexos 8 a 15) chamam a atenção para o **uso e limites dos recursos naturais da Planície.** Questiona-se a vocação do local. Certas regiões da Planície, como já apontado no diagnóstico que subsidiou o Plano Diretor dos Balneários (1985), são áreas de proteção de vôo (com respaldo de decreto federal), apropriadas para implantar uma cidade hortigranjeira, para dispor as lagoas de

estabilização de tratamento de esgotos indicando, portanto, de “cuidados especiais” no caso de ocupação (Anexo 12, p. 4).

A disposição urbana do plano do IPUF ignora, também, a complexidade dos ecossistemas existentes na Planície do Campeche: “... *uma região litorânea baixa, arenosa, de origem marinha*” que permite a presença de uma fauna e flora que são a referência de manutenção do próprio ecossistema, o que coloca-a numa condição de vulnerabilidade a perturbações causadas pelo homem. (Anexo 10, p. 2) Dunas, restingas, manguezais são riquezas que devem ser resguardadas porque têm funções vitais para sobrevivência do homem, sendo inclusive protegidos pela Lei de Gerenciamento Costeiro 7661/88 e Lei 9433/97 do Gerenciamento dos recursos Hídricos (Anexo 11, p. 5), mas que serão afetadas no plano do IPUF.

Uma “cidade nova”, com 450 mil habitantes, dentro da cidade . Poucas áreas verdes para lazer público e tantas obras como: pólos tecnológicos, setores hoteleiros, grandes e largas auto-pistas asfaltadas (para garantir a segurança de veículos) em toda a planície, concentrações populacionais com gabaritos elevados, autódromo internacional etc, certamente contribuirão para impermeabilizar o solo e limitar mais ainda os nossos recursos hídricos, apropriando-se antecipadamente de reservas futuras como o Parque da Lagoa do Peri.

A água é vida e sem ela nada sobrevive. O uso dos recursos naturais previsto pelo planejamento público é desmensurado, ultradimensionado e causará problemas de abastecimento no futuro, segundo os pareceres dos ecólogos, engenheiros sanitaristas, juristas e do COMDEMA. As gerações futuras não nos perdoarão se deixarmos isso acontecer, porque eles serão os maiores prejudicados.

2.- Detalhando a crítica

2.1. *Porque questionamos a projeção de 450 mil habitantes na Planície:*

O ponto de partida para o planejamento que queremos e precisamos é o de que **é evitável o crescimento da densidade populacional na região**

A pergunta que fazemos: é possível um outro plano ou é inevitável que seja esse mesmo que a gente não goste?

A tese de Sérgio Borges (Mestrado em Geografia - UFSC) sobre o lençol freático que abastece a região, demonstra como boa parte da água já se encontra contaminada, porque não há tratamento de esgoto. Quer dizer, a água potável existente hoje já não dá conta de abastecer a região.

Outras pesquisas como de Maria José Pompilho (Geociências) sobre o fluxo de transporte entre o centro de Florianópolis, o interior da Ilha e o Continente, demonstrou (no final da década de 70) que o crescimento e adensamento maior se dava para o Continente e não para o interior da Ilha.

Com base nesta pista e no Censo Estatístico do IBGE/96 específico para Sta. Catarina, contata-se que as informações do IPUF em dispor na Planície do Campeche 450 mil habitantes organizadamente, para evitar a instalação de uma densidade maior (475 mil segundo a Folha da Lagoa de junho/97, p.7), não se confirmam.

O mesmo ocorre com os dados informados no Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico e Econômico feito pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, com a participação do IPUF e do Estado de Santa Catarina. O material elaborado apresenta uma série de alternativas de desenvolvimento auto-sustentável, inclusive apresentando um levantamento geográfico, econômico, social, de saúde e educacional de toda a região que compõe a Grande Florianópolis.

Essas informações indicam que há um crescimento com grande densidade populacional não exatamente para a Ilha, de uma forma comparativa. Para se ter uma idéia, a cidade que mais cresce em Santa Catarina - se pegarmos os dados de 1980 a 1991 - é Sombrio, que em 10 anos cresceu 6,08%, seguindo-se Itapema com 5,74% e Camboriú com 5,72%. Chegando mais próximo da Ilha: Palhoça com 5,49%, Biguaçu com 4,29%, São José com 4,28%. O crescimento de Florianópolis nesse mesmo período é de 2,81%.

Portanto, o que se observa é que há uma tendência confirmada pelo Censo apresentado, de que no Brasil inteiro há um grande crescimento da densidade

populacional na chamada faixa litorânea. A Br. 101 funcionou como um indutor de crescimento. Segundo estes diagnósticos, o crescimento não foi acompanhado na Ilha pelos seus limites físicos, pela lei urbana que já impõe limites a essa densidade e pelo preço dos imóveis. A facilidade criada com a proximidade das cidades da Grande Florianópolis, confirma o dado da professora citada de que o fluxo de transporte já se localiza lá, ou seja, do centro de Florianópolis para S. José, Palhoça, etc. e não para a Ilha, ou melhor, o sul da Ilha.

Assim, conclui-se que não existe possibilidade de em 20 anos, a uma taxa de 2,6% (em 10 anos) chegarmos a 450 mil habitantes. O crescimento vegetativo no Brasil, considerando-se a taxa de fecundidade, caiu, como o Censo demonstra. A natalidade também caiu. Portanto, não há possibilidade de a Ilha ou a Grande Florianópolis promoverem um grande crescimento que nos surpreenda.

Segundo o IBGE, a tendência nacional (e mais no sul do que nas outras regiões) é de declínio. Porém, é possível que através de indutores essa população seja motivada a vir para cá. Um exemplo é a indução que já vem ocorrendo com a Via Expressa Sul, mas que segundo os dados da INFRAERO vem muito mais servir a necessidade de trânsito do Aeroporto com suas áreas de risco, problemas com o estádio etc, do que às necessidades da população do sul da Ilha como um todo.

A grande questão que se coloca é a necessidade de se pensar um plano para a Planície do Campeche, mas indagando se não é possível considerar essa realidade da Grande Florianópolis como área metropolitana, a exemplo das cidades médias e das grandes densidades urbanas que optaram pela metropolização como a melhor solução urbanística e ambiental. Ou seja, **pensarmos em termos de uma região metropolitana e não eleger o Sul da Ilha como aquela região que vai resolver todo o problema de densidade populacional do centro da Ilha e da Grande Florianópolis.**

É um equívoco muito grande transferir para cá o crescimento. Entendemos que o Plano de Desenvolvimento que está proposto não visa ordenar o crescimento, mas **promover, induzir a um crescimento que nem a grande Florianópolis está tendo.**

Porque não partirmos de um plano que tenha como referência as necessidades reais e concretas da população, auto-sustentável em termos de atividades na área de cultivo e produção local, e que seja ao mesmo tempo área turística sem degradação do meio ambiente? Será que é inevitável esse grande plano? Os dados não apontam como inevitável este crescimento, muito pelo contrário, para termos 450 mil habitantes o crescimento necessariamente teria que ser induzido. **O próprio plano se encarrega de ser um indutor.**

Resta ainda um ponto. Supondo que fosse considerado um fato incontornável ter-se 450 mil habitantes na Planície, devido a um crescimento incontestável, é possível em termos geo-físicos esta densidade ser suportada? Também não. Tanto o parecer do Departamento de Ecologia e Engenharia Sanitária da Universidade Federal de Santa Catarina e o COMDEMA são contundentes em alertar para os problemas sócio-ambientais em decorrência deste estímulo.

2.2. Porque não queremos o sistema viário proposto:

Tomando como medida uma projeção inevitável de crescimento, o projeto do IPUF caminha sobre as consequências desse equívoco e acaba projetando equipamentos urbanos que estimulam a existência de uma alta densidade populacional.

O sistema viário proposto a partir da concepção de vias parques é um modelo que tende a gerar centros funcionais afastados fisicamente uns dos outros, introvertidamente, e sem aproveitar os potenciais fluxos de passagem gerados. De possíveis avenidas integradoras do todo, transformam-se tão somente em vias de trânsito rápido, que cortam porções urbanas e colocam barreiras imensas ao relacionamento cotidiano entre os moradores das distintas partes (Anexo 14, pp. 3 e 4). Grandes autopistas fragmentarão o tecido urbano, além de cometer-se a ilegalidade de ocupar áreas de preservação como as de dunas e restingas com a proposta de via parque próxima à orla marítima. Aqui entende-se que o argumento de contrariar a

ocupação clandestina destas áreas (o que deve ser apoiado) não justifica resolver o problema com a ocupação viária do local.

A proposta de “Nova Cidade” visará resolver a questão dos assentamentos que vêm se configurando na região, mas levará a uma série de problemas durante o processo de consolidação urbana. Criará um ambiente urbano artificial e caro pois, a proposta menos onerosa de implantação de uma das vias parques custará aos cofres públicos, só em desapropriações, cerca de 12 milhões de reais.

Nas análises, conclui-se que os canais urbanos propostos desintegrarão o convívio consolidado na região e desarticularão a condição urbano-rural de uso do solo. As vias expressas vão modificar substancialmente a vida da região, desunindo-a, fragmentando-a, recriando-a de modo impessoal e sem identidade com as relações de vizinhança já existentes.

É preciso considerar que as auto-pistas previstas no PDC, quando “enxertadas” numa área residencial (EIA/RIMA - MPB/95) já instalada, são indutoras de altos índices de violência no trânsito. A consequência direta da implantação desse sistema será necessariamente a criação de outros equipamentos como passarelas, elevados, lombadas, que comprometerão a estética desejada da localidade, sem contar com outros transtornos. É reivindicação antiga da comunidade a pavimentação de ruas, a existência de ciclovias, calçadas, mas a segurança é um item indispensável para garantir esse conforto.

Com o argumento de organizar o espaço, o IPUF pretende reordenar a circulação das pessoas, ditando-lhe novas normas de convivência que servirão num outro contexto que não este. Aqui a praia é o “mote” da vida das pessoas e o seu maior espaço público a ser preservado, junto com suas lagoas e reservas verdes ainda existentes. Certamente o desenho que está proposto trará soluções que conseguirão unir ruas a ruas para maior conforto de carros, mas não conseguirá unir e nem reunir pessoas nas ruas para encontros e relacionamentos, que ainda são necessidades da humanidade.

2.3. O questionamento da distribuição do Espaço Público no Plano do IPUF

2.3.1- Segregação

O plano proposto recorta o espaço da planície criando-lhe unidades de convívio que isolam o relacionamento das pessoas com as características naturais da região. O modelo proposto tende a gerar centros funcionais afastados fisicamente uns dos outros, introvertidamente, e sem aproveitar os potenciais fluxos de passagem existentes. Há uma falta de previsão de espaços públicos, inclusive apropria-se de espaços históricos como do antigo campo de pouso da viação francesa, já incorporado ao lazer da população local. Reflete uma desconsideração ao papel representado pelos espaços de uso coletivo e pelos recursos culturais (Anexo 14, p. 1).

O exemplo de Jurerê Internacional (Habitassul) onde os recuos e afastamentos, entre outras exigências urbanísticas, são a garantia de um padrão de qualidade que poucos têm condições de alcançar (Anexo 3, p. 11) pode ser ilustrativo. Na realidade, os impactos ambientais e sociais não são considerados quando da invasão de mangues e derrubada de Mata Atlântica para a instalação desses empreendimentos.

Além disto, o plano propõe a segregação dos moradores conforme sua condição social quando reserva áreas privilegiadas e de atrativo paisagístico a um segmento de maior poder aquisitivo. Nesta segregação *“os habitantes da região serão classificados em função da idade e do local de implantação das construções, e do tipo de urbanização, em dois tipos de cidadania ? ”*. Como admitia a prefeitura da época em mensagem à Câmara Municipal:

• *“... existem áreas residenciais para todas as classes de renda, englobando desde loteamentos turísticos de luxo até núcleos de baixa renda . As comunidades tradicionais do Alto Ribeirão, Freguesia do Campeche e Rio Tavares também foram preservadas da ocupação excessiva, permitindo a expansão da população nativa e a manutenção das tradições locais”*. (Anexo 1, p. 2)

Os mais atentos podem observar que a “expansão” reservada aos nativos e à presença da “baixa renda” está “cercada” por um modelo de urbanização especulativo e discriminatório, tendendo a envolver os grupos minoritários numa forma de vida oposta às suas tradições e costumes. O que se antevê do futuro é que a eliminação do primeiro grupo é questão de tempo, e a do segundo, é a exclusão social, a exemplo da realidade do resto do Brasil, pela falta de acesso aos bens materiais e culturais que poderão ser oferecidos.

O PDC é um plano segregacionista, também, porque visivelmente atenderá a interesses de novos e grandes empreendimentos (Anexo 13, p. 10 e 22). Vem em detrimento da vida econômica preexistente, ligada ao capital familiar, e da necessidade da busca de soluções de problemas como a falta de serviços urbanos emergenciais na localidade.

Este modelo de planejamento privilegia

“investimento de ação única, com projetos urbanos completos e às vezes mais exigentes que a própria legislação pública, geralmente associado ao grande capital imobiliário, que se ajusta de modo exemplar aos padrões do modernismo; que privilegia a ação localizada perdendo a noção (consciente ou inconscientemente) do resultado global que alcançará a justaposição de tão desencontradas propostas”. (Anexo 13, p.11)

2.3.2. Cidade Nova

Apesar do Campeche ainda contar com grande áreas isoladas e pouco ocupadas na concepção de “cidade-nova” do IPUF, alguns aspectos devem ser considerados. Não se pode esquecer o fato de a nossa localidade não estar imune ao planejamento da cidade como um todo, desde as condições de sustentabilidade do ambiente físico à incorporação de uma dinâmica de ocupação já estabelecida. É necessário contar-se com uma justa distribuição tanto dos custos quanto dos benefícios sociais que advêm da implantação de um plano diretor desse porte, inclusive para as próximas gerações (Anexo 13, p. 21).

2.3.3. Verticalização

A verticalização que é permitida no PDC em algumas áreas, de modo concentrado, é outra questão problemática: vem em prejuízo da silhueta da planície e do predomínio da horizontalidade das construções atuais. Ignora que a Planície do Campeche tem características marcadas pela sua natureza rural e próxima do mar, perdendo *“a oportunidade de incorporar os padrões urbanos mais característicos da Ilha”* (Anexo 13, pp. 19-20). Não se considerou a concentração demográfica (já analisada) e a sustentabilidade do solo na sua fragilidade, na análise da conveniência do assentamento verticalizado. Pelo contrário, a referência foi o *“crescimento inevitável da região”*.

2.3.4- Investimentos

As experiências têm demonstrado que os grandes investimentos não significam a garantia em termos do retorno social e sustentabilidade econômica da região (*“indústria limpa tecnológica”*), incluindo, também, o entendimento de que a sazonalidade da atividade turística nos leva a pensar se a atração do grande capital seria a melhor alternativa em termos de investimento, pois *“sobre este aspecto, há ainda quem considere o turismo doméstico como pequenas pousadas e hospedagens o mais indicado para a região, justamente por investir numa mão de obra familiar e de fácil readaptação às variações de ocupação”* (Anexo 13, p.12).

A lógica que orienta o PDC é a do mercado que envolve o planejamento da cidade no sentido da sua eterna busca da lucratividade. Um plano com esta referência de participação de seus agentes não tem garantia de governabilidade e inclusive de implantação, na medida em que, extremamente oneroso para os cofres públicos, corre o risco de não ser implantado integralmente mas apenas legitimar decisões que já no presente estão sendo tomadas e aprovadas (via Câmara Municipal de Florianópolis) para a legalização de loteamentos, atendendo a interesses particulares e especulativos.

2.3.5 A falácia da participação popular no PDC

Há um **descompasso entre os agentes da produção do espaço e as comunidades** insulares na busca de participação nas decisões de planejamento junto ao IPUF.

O relacionamento é descontínuo e impreciso embora as atuais discussões do Plano de Desenvolvimento do Campeche entre moradores do sul da Ilha e o IPUF devam ser vistas positivamente. Pronto desde 92, o Plano centraliza a resistência dos moradores. A proposta que não foi aceita como um todo na época, dada a sua concepção geral, volta para ser discutida, agora dividida em várias partes como se cada uma delas fosse independente e com recursos próprios disponíveis.

As comunidades mais mobilizadas não se limitaram a analisar os ininteligíveis mapas do IPUF, como foi proposto. Recusam-se a aceitar a repartição do plano e buscam apreciar o conjunto, de forma mais aprofundada e tecnicamente, para opinarem a respeito. A discussão deste plano tem, na verdade, uma história que ainda promete desdobramentos.

As reuniões semanais do Movimento Campeche Qualidade de Vida, que se organizou na região e que **coincide com os pressupostos da Agenda 21 local**, têm demonstrado para os moradores do Campeche a necessidade de um Plano Diretor que ordene a ocupação da área, mas que a urgência da resolução tem que ser contrabalançada com a elaboração de uma proposta via consulta popular, sem atropelos. O processo não é simples. Pelo contrário, é penoso porque implica o acerto de “canais” entre pessoas que atuam com o peso da máquina pública e outras que querem exercer o gesto moderno de serem cidadãos, o que no Brasil de hoje já não pode mais ser adiado. A população sabe que o Plano de Desenvolvimento do Campeche é polêmico, principalmente porque **envolve interesses contraditórios cujo pêndulo oscila de interesses do poder econômico e imobiliário aos de manutenção de um equilíbrio sadio do meio ambiente.**

Acordar para o problema apostando na **participação democrática é a melhor opção para quem tem a intenção de ver seu trabalho reconhecido.** O risco é bem

menor, porque a população participa. Um projeto discutido com seus legítimos representantes encerra contradições, mas com certeza haverá mais garantia de equidade no seu conteúdo e legitimidade no encaminhamento de suas demandas.

É conveniente lembrar que a **autonomia entre movimento popular e os governos** estabelecidos garante a integridade do processo. Do ponto de vista do Estado as decisões de gabinete são um risco que põem a perder a credibilidade de governos que se propõem como democráticos. A organização comunitária é um canal necessário de acesso democrático à opinião da população, assim como a competência deve estar presente em ambos os lados. Outra coisa: chega de se falar em participação sem deixar claro onde isso vai chegar. Ou então, que não se tome esse caminho.

Que se convençam os governantes e planejadores: **participar não é legitimar decisões prontas mas informar, debater, propor e decidir junto.**

3.- A imprevisão de saneamento básico no PDC

O parecer do COMDEMA- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - considera que *“esta região faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, seriamente ameaçada de destruição, possuidora de notável potencial hídrico que inclui a Lagoinha Pequena, a Lagoa da Chica, Lagoa do Peri, Lagoinha do Leste, bem como o manancial subterrâneo das dunas”*. (Anexo 8, p. 1)

No mesmo parecer identifica-se como problema desse plano o fato de se **projetar um futuro para a região sem se considerar a infra-estrutura de saneamento básico, drenagem e manejo de resíduos sólidos.**

Soma-se a estes problemas questões como a **desarticulação** observada entre os órgãos responsáveis pelo gerenciamento da região, particularmente entre IPUF e CASAN, a **insuficiência e ineficácia da fiscalização pública** no controle da ocupação do espaço e a necessidade urgente e condicionante de um **estudo da suportabilidade dos solos** e sua geo-morfologia, com vistas a um planejamento demográfico para a região.

Segundo o parecer de engenheiros sanitaristas (Anexo 9, p. 2) uma ocupação populacional como a prevista pelo PDC incluiria contar com uma vazão de 1.000 lts. por segundo de esgotos domésticos, o que leva a imaginarmos a complexidade de soluções para esse montante de resíduos. Com certeza seria astronomicamente oneroso um sistema de saneamento que comportasse toda essa demanda, resultando inclusive num comprometimento da balneabilidade das praias do sul da Ilha.

Concluindo, o parecer do COMDEMA recomenda que *“se considere a inexistência de um projeto de esgoto sanitário para a região e observe que a proposta de abastecimento de água potável elaborada pela CASAN (sistema de abastecimento Costa Leste / Sul), prevê um limite de até 150.000 habitantes, e que se contrapõe radicalmente à pretensão do IPUF de planejar uma ocupação de 450 mil habitantes.....”* (Anexo 8, p. 4) para a Planície do Campeche.

Florianópolis, que é um município com uma população em torno de 300.000 habitantes, sofre as consequências da falta de infra-estrutura relacionada ao tratamento de água, esgotos e manejo de detritos sólidos (lixo), problemas que se agravariam enormemente com esse aumento populacional proposto pelo PDC.

3.1. O Uso dos Recursos Naturais da Planície do Campeche

Um plano diretor é um plano de ocupação para o desenvolvimento organizado de atividades individuais e coletivas em um espaço geográfico limitado. Todas as diferentes funções de ocupação (ARE, ATE, AEX, ACI, entre outras discriminadas no PDC) implicam na ocupação do solo e da água.

O solo é a base das construções de casas, prédios, estradas, aterros sanitários, hospitais, fossas, etc. A água, base da vida, é utilizada em todas as atividades domésticas e urbanas. Sem ela, civilizações sucumbiram ! Tanto a água como o solo são recursos básicos de uma cidade. Estes recursos são considerados naturais porque são dotes da natureza local. Numa ilha, a disponibilidade destes recursos (solo e água)

é extremamente limitada em quantidade e qualidade, porque nem toda água serve para beber e nem todo o solo pode ser utilizado para construções, fossas, cemitérios, estradas, etc. Planícies quaternárias como a planície do Campeche foram diagnosticadas pelo IBGE (1997) como os ambientes mais frágeis da região costeira de Santa Catarina. A fragilidade das zonas costeiras foi, inclusive, reconhecida pelo Governo Federal em 1988, quando buscou através da Lei 7.661 (Anexo 11) regulamentar o uso das regiões costeiras, no chamado diploma legal de Gerenciamento Costeiro. Uma observação detalhada da área permite reconhecer diversas áreas cuja função natural é vital para a sobrevivência do homem e das mais diversas atividades sócio-econômicas e, por esta razão, muitas delas estão protegidas por lei, com é o caso das dunas, restingas e manguezais (Resolução 004/85 CONAMA/ Anexo 10). A ocupação destas áreas oferece problemas que refletem na qualidade de vida da população. Casas, prédios ou estradas aí construídos correm riscos de rachaduras, desabamentos e inundações, trazendo prejuízos materiais para todos os segmentos da sociedade.

Além disso, a ocupação dos manguezais incide na redução de produtos pesqueiros, principalmente as tainhas e os camarões, que elegem estas áreas para a reprodução. Sem manguezais e lagunas (Lagoa da Conceição) , desaparecem as tainhas, os camarões, os pescadores, a gastronomia, os restaurantes, o turismo e inúmeras outras atividades econômicas vão à falência. Todos perdem!

É importante citar que sob as dunas, restingas e areias fica armazenada grande quantidade de água (aqüíferos), que serve para o abastecimento urbano, como é o caso de Florianópolis (Ingleses, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Campeche, Lagoa da Conceição, Tapera, Alto ribeirão, Rio Tavares, Morro das Pedras, etc). O aqüífero sob a planície do Campeche abastece 40.000 habitantes na costa Leste/sul da ilha (Lagoa da Conceição, Campeche, Tapera, Alto Ribeirão, Rio Tavares, Morro das Pedras, etc) através do Sistema Integrado COSTA LESTE/SUL (CASAN), formado por uma rede de 10 poços profundos interligados em anel. As águas de subsolo são as águas de melhor qualidade e de mais baixo custo, exceto quando o solo é ácido ou a

cobertura vegetal produz substâncias ácidas! Filtradas naturalmente pelas areias e dunas, não apresentam partículas ou sujeiras, não exigem tratamentos caros como floculação, filtração, lagoas para secagem de lodos, cloração, mão de obra, etc. Raramente secam ou evaporam e são, naturalmente, recarregadas pelas chuvas, exceto se o solo for impermeabilizado! Tê-la é um presente da natureza, um reservatório natural de água tratada! Não se pode desperdiçar este recurso. Não preservá-lo demonstra desconhecimento e subdesenvolvimento! Não se pode esquecer que muitos bairros da capital têm problemas crônicos de falta água (Canasvieiras, Sambaqui, Tapera, Cacupé, etc.). Ademais, segundo o diagnóstico das bacias hidrográficas de Santa Catarina (SDM, 1997) o problema tenderá a se agravar no futuro, pois grande parte dos mananciais de abastecimento do continente têm vazão reduzida ou já estão comprometidos com os mais diversos tipos de poluição (agrotóxicos, doméstica, por combustíveis, etc.).

Não se pode ignorar os efeitos da impermeabilização e contaminação que serão gerados pelo plano do IPUF! A ocupação prevista pelo PDC envolve aterramentos, concretagem, asfaltamentos, autopistas e construções que formarão uma camada espessa e impermeável sobre o solo, impedindo a infiltração natural das águas das chuvas que recarregam os lençóis freáticos. A escassez de água e as doenças de veiculação hídrica são riscos potenciais para a planície do Campeche.

Hoje, somos felizes porque temos água de boa qualidade, o recurso mais importante da vida ! E também uma Lei Federal (9.433/97) que institui a política Nacional dos Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Anexo 11), estabelecendo que a água é um bem público e que são ações do poder público (Federal , Estadual e Municipal), em conjunto com o Comitê de Bacia Hidrográfica (art. 32), associações civis regionais comunitárias e usuários, gerenciar, fiscalizar e promover a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental (art. 29, inciso IV).

O planejamento deve ser compatível com as disponibilidades e sustentabilidade da qualidade de vida dos habitantes, levando em consideração os estudos, pareceres técnicos ambientais e os anseios da população! Todos os pareceres da Universidade Federal de Santa Catarina demonstram que o PDC é agressivo, impactante e desconhece as dimensões dos seus riscos. A aprovação parcializada deste plano impõe riscos⁴ e é passível de crime de responsabilidade. Em vista disso a comunidade, organizada, tem feito um movimento de esclarecimento e de educação ambiental, através de informativos e artigos em jornais (anexos 17, 18 e 19).

⁴ A Lei Federal nº 7.347/85 estabelece a lei de Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

IV.- AS DIRETRIZES E PROPOSTAS ALTERNATIVAS.

Relatório final do I Seminário Comunitário De Planejamento Do Campeche

Introdução

Este trabalho é a síntese das discussões e análises sobre o Plano de Desenvolvimento do Campeche (que engloba os bairros do Rio Tavares, Carianos, Tapera e Campeche) elaborado pelo IPUF.

Promovido democraticamente pela comunidade, o I Seminário Comunitário do Campeche reuniu durante três dias um espectro de moradores representativo da região e teve como resultado o posicionamento contrário ao referido projeto, além da formulação de diretrizes e propostas alternativas feitas a partir do trabalho de quatro comissões temáticas, legitimadas por ampla e efetiva participação:

- Comissão de Recursos Naturais e Zoneamento Urbano;
- Comissão Sistema Viário;
- Comissão Saneamento Básico;
- Comissão Espaço Público.

A base para a formulação das propostas da comunidade foram os estudos da legislação que regulamenta o uso do solo e proteção ambiental, além da análise do potencial dos recursos e atributos naturais e culturais existentes na área de abrangência do PDC.

Buscou-se classificar os recursos de interesse comum, cujas funções são vitais para a população da região, visando estabelecer diretrizes para um zoneamento urbano compatível com a sustentabilidade local e com as áreas de preservação.

1.- Comissão de recursos naturais e zoneamento urbano

A Comissão houve por bem descrever a Planície e os recursos naturais que devem ser preservados, segundo sua análise.

Com área aproximada de 50 Km², a chamada planície arenosa do Campeche envolve as seguintes comunidades do Sul da Ilha de Santa Catarina: Tapera, Ribeirão da Ilha, Aeroporto, Carianos, Ressacada, Sul da Lagoa da Conceição, Rio Tavares, Campeche e Morro das Pedras. Neste domínio, existem diferentes recursos naturais e culturais que é preciso preservar.

Recursos naturais hídricos:

- a) Lagoas Pequena, Chica, Peri e Laguna da Conceição;
- b) Nascentes e rios: Tavares, Noca, Rafael e pequenos ribeirões que afloram na Mata Atlântica do Maciço do Pirajubaé (APP) e desembocam próximos à área de exploração de pedras (Pedrita), na planície litorânea do Campeche;
- c) Lençol subterrâneo da planície litorânea, cujas águas abastecem toda a região da Costa Leste e Sul da ilha (exceção da Armação e Pântano do Sul);
- d) Manguezal do Rio Tavares e da Tapera (limites na baía Sul, entre o rio Tavares, Aeroporto, Norte da Tapera e Ribeirão da Ilha);
- e) Praias da Joaquina, Campeche, Morro das Pedras e Tapera.

Recursos naturais do solo:

- a) Solo arenoso frágil, inconsolidado e acumulador de água;
- b) Dunas com restingas e áreas alagadas (lagoas Pequena e da Chica);
- c) Morros do Lampião, Costeira (Pedrita), das Pedras e da Tapera.

Recursos naturais vegetais:

- a) Manguezal do Rio Tavares e da Tapera;
- b) Restingas e vegetação de planície;
- c) Mata atlântica.

Recursos culturais, históricos e arqueológicos:

- a) Antigo campo de pouso da companhia postal francesa;
- b) Hangar (Centro Comunitário);
- c) Trilhas naturais;
- d) Ilha do Campeche (inscrições rupestres);
- e) Sítios arqueológicos (Lagoa Pequena, Joaquina e Rio Tavares);
- f) Igrejinha.

Além da preservação dos recursos elencados, a Comissão propõe que equipamentos urbanos como ruas, avenidas, servidões, acessos às praias, o Aeroporto Hercílio Luz e as atividades como a maricultura, a pesca, a apicultura, a agricultura e a pequena pecuária, que ocorrem na área do PDC, devem ser considerados no zoneamento urbano. Alguns, por suas características vitais e culturais, devem ser preservados. Outros, como acessos, ruas, servidões devem ser melhorados. Finalmente, as agressões ambientais já praticadas, assim como as em andamento na região, devem ser corrigidas e coibidas.

Considera, ainda, como prioritária a preservação da atual característica de permeabilidade do solo para a manutenção dos lençóis freáticos, que têm funções vitais na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico da região.

Por esse motivo, e em função da fragilidade da estrutura geológica desta planície quaternária, rejeitou-se a construção de super vias expressas, do autódromo e de grandes edificações. Esses megaequipamentos, além da inconveniente contribuição para a impermeabilização do solo (já mencionada), impediria a recarga do aquífero de abastecimento público e provocaria a consequente escassez de água.

Definiu-se, ainda, pela proibição do aterramento de brejos, de dunas e de areias, além da preservação das lagoas, como forma de assegurar reservas de água para um abastecimento de qualidade para os habitantes atuais e futuros.

Estabeleceu-se como prioridade, também, a construção de rede de esgotos e de um sistema para o tratamento da carga de efluentes gerada na planície.

Considerou-se, da mesma forma, como fundamental, a realização de estudos técnicos rigorosos sobre o potencial dos recursos hídricos, seus usos atuais e futuros, principalmente em relação ao manancial da Lagoa do Peri, cujas disponibilidades são objeto de avaliações contraditórias.

Preservação das praias

Neste item, a Comissão sustentou a necessidade da manutenção das praias como áreas de lazer, exigindo-se, para isso, que sejam preservadas as restingas que sustentam o solo arenoso e impedem a erosão marinha, evitando a perda dos cordões de dunas.

Nesse sentido, considera-se inaceitável a contaminação fecal e doméstica das praias pois isso as tornará impróprias ao uso em lazer e turismo, e em atividades de geração de renda como a pesca e a maricultura.

A Comissão exige, ainda, o empenho na fiscalização permanente para impedir as construções sobre dunas e em outras áreas de marinha. A recuperação das áreas agredidas, através de medidas legais, é essencial para a normatização do uso desse solo.

Preservação do Manguezal do rio Tavares e da Tapera

Quanto à recuperação e preservação do Manguezal do Rio Tavares, considera-se que é imprescindível para a manutenção da atividade pesqueira na região (econômica e de sustento), além de fundamental para a manutenção do ciclo de vida nos manguezais, responsáveis, em grande parte, pela perenidade da cadeia biológica marinha na região costeira.

Propõe-se, também, a alocação de estação de tratamento de efluentes na área de domínio do aeroporto, localizada entre o manguezal do Rio Tavares e a atual estrada-geral Campeche-Armação, em ponto próximo à nova via de acesso à Tapera. Sua localização é estratégica, pois tem a vantagem de ficar situada em área ainda desocupada, impedindo a ocupação do manguezal e evitando desapropriações futuras.

Estas medidas são de caráter urgentíssimo, para que se possa evitar o comprometimento dos lençóis freáticos do Campeche por contaminação, ao mesmo tempo em que impedirá a ocupação da área estimulada pelo efeito indutor que exercerá a ligação asfáltica com a Tapera, em fase de conclusão.

Propõe-se, ainda, que a área da cachoeira do Rio Tavares, pertencente à Casan, seja destinada à preservação como área verde de lazer (AVL) ou área pública destinada a atividades comunitárias.

2.- Comissão de sistema viário

Uma cidade deve recusar o pensamento colonizado, dar exemplos na defesa do meio ambiente, provar que nada é tão complicado que não tenha uma solução simples, que os problemas de um país você começa a resolver por um quarteirão.

JAIME LERNER

Após analisar o projeto de plano diretor do Ipuf, especialmente as propostas de sistema viário, a Comissão de Sistema Viário decidiu:

A) Rejeitar integralmente o projeto de plano diretor do Ipuf. O conceito de um megaCampeche, com 450 mil habitantes, é irreal e ao mesmo tempo catastrófico. Entendemos que a proposta do Ipuf é inconstitucional, pois fere as legislações de proteção ambiental e estimula o desequilíbrio cultural e social do bairro, com consequências imprevisíveis na qualidade de vida da comunidade.

B) Rejeitar, particularmente, a proposta de sistema viário, incompatível com o ecossistema e o modelo de vida do bairro.

C) Exigir a elaboração de um novo Plano Diretor, cuja conceituação leve em consideração as decisões do Primeiro Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche.

Propostas da Comissão

A diversidade é uma virtude do sistema viário de um bairro. Ele deve fluir, integrar, manter passagens e ruas históricas, priorizar o transporte coletivo e proteger o pedestre. Essa capilaridade é fundamental porque proporciona a integração e a vivência comunitária. O conceito de vias rápidas, como o nefasto projeto da Via Parque, promovem a destruição ambiental, o isolamento, a insegurança e o estímulo à ocupação da orla marítima. A Comissão propõe:

- Que seja feito o aproveitamento dos traçados viários já existentes, com a adequação dos trechos críticos. É fundamental a elaboração de um estudo técnico detalhado e criterioso sobre a necessidade de alargamento e/ou modificação de ruas, com a perspectiva de ampliação e priorização do serviço de transporte coletivo, mesmo implicando em algumas desapropriações;

- Projetar o sistema viário de forma a priorizar a implantação de terminais de integração para incentivar o transporte coletivo;

- Planejar o sistema viário do Campeche dentro do conceito de vias de integração e não de isolamento;

- Criar mecanismos eficazes para a proteção das áreas de domínio no sistema viário, para direcionar e facilitar o crescimento futuro;

- Avaliar a necessidade de novos traçados viários somente após o estudo da capacidade das vias atuais, depois de melhoradas e adequadas com acostamentos, calçadas e ciclovias;

- Articular todo o planejamento de sistema viário a uma perspectiva populacional que não agrida ou comprometa a qualidade de vida do bairro, rejeitando qualquer vínculo com a projeção de 450 mil habitantes;

- Adotar o cumprimento da legislação ambiental como diretriz para o planejamento do sistema viário. O conceito de Via Parque, além de destruir o meio ambiente e o ecossistema, separa a orla marítima da vida interior do bairro, onde mantém-se preservado um modelo residencial horizontal e de qualidade;

- Definir e consolidar os acessos à orla marítima, garantindo a preservação dos caminhos históricos e projetando os necessários, para facilitar e harmonizar a integração entre a comunidade e o mar;

- Planejar a criação de bolsões de estacionamento que atendam o fluxo de veículos na área balneária, respeitando a legislação ambiental e observando um distanciamento que permita o acesso à praia apenas para pedestres. Os recursos arrecadados com o uso das áreas de estacionamento devem compor um fundo para a preservação ecológica do Campeche;

- Planejar a implantação de uma malha de ciclovias no bairro, de forma que seja permitida, também, uma conexão intra-bairros;

- Estabelecer o sistema de calçamento como critério para a pavimentação de ruas, e não o asfaltamento, evitando a impermeabilização do solo e o comprometimento dos lençóis freáticos da região;

- Estudar a integração do sistema viário com um tratamento paisagístico que leve em consideração propostas já existentes de transformação do Campeche em "Bairro Jardim" (Vide Projetos: Cidade Jardim e Parque Atlântida anexo a este relatório);

- Adequar os equipamentos urbanos do sistema de transporte coletivo (pontos de ônibus), às condições do clima e à paisagem natural do bairro, para que protejam o usuário e sejam harmônicos com a natureza;

- Garantir a proteção dos sítios arqueológicos no planejamento do sistema viário;

- Priorizar a implantação de passeios e calçadas, com tratamento paisagístico adequado, considerando a característica balneária do Campeche e a necessidade de garantir a integração comunitária;

- Implantar melhorias no sistema viário concomitantemente com as estruturas dos serviços de água, saneamento e galerias pluviais, para evitar a necessidade de mutilação do sistema, no futuro;

- Respeitar as decisões da comunidade na elaboração do projeto de sistema viário, adequando-as às formulações técnicas, já que o sistema é fundamental na determinação do modelo de crescimento do bairro.

3.- Comissão de saneamento básico

“Um Planejamento que contemple sistemas alternativos de saneamento, prioritariamente descentralizados.”

O Planejamento do Campeche deve contemplar como pré-requisito as questões referentes à água, esgoto e drenagem. Para ocupação do espaço, deve ser considerada a questão do Ecossistema no que se refere aos lençóis freáticos, mar, córregos e lagoas, conforme os preceitos da Agenda 21, cap.18, sobre Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos.

Propostas:

- Que a CASAN leve em consideração no seu planejamento do sistema de tratamento de esgotos do Sul da ilha as sugestões da comunidade em um trabalho conjunto neste momento inicial do projeto;

- Que o IPUF, a CASAN, a FATMA, a FLORAM e a Vigilância Sanitária Municipal integrem um Comitê formado por representantes da comunidade com o objetivo de procurar soluções compatíveis com as condições naturais da região no que diz respeito às questões hidro-sanitárias;

- Que se busquem parcerias para a implementação de alternativas de tratamento do esgoto doméstico nas áreas mais críticas, - inicialmente lençol freático alto e excesso de construções- dentre as várias possibilidades já existentes , a exemplo dos modelos que foram apresentados durante o Seminário pelo grupo, como o Sistema de Raízes, entre outros;

- Que se avalie a possibilidade do uso da área do cone de aproximação do aeroporto como local para a instalação de um sistema de tratamento de esgotos para a região;

- Que o IpuF apoie a constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica da região, conforme lei federal nº 433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos,

e dele participe com vistas a definir as questões relativas ao tema, em conjunto com os demais participantes, quando da elaboração do Planejamento;

- Que se busque através da Câmara de Vereadores e Executivo Municipal a criação de uma legislação que determine a obrigatoriedade da instalação de sistemas de tratamento de esgotos compatíveis com as condições naturais da região como condicionante para a liberação de loteamentos;

- Que, também através da Câmara e do Executivo, se busque a aprovação de legislação adequada que proíba a execução de qualquer empreendimento que venha a se contrapor ao plano diretor de consenso da comunidade;

- Que se garanta o monitoramento e a fiscalização dos sistemas a serem implantados;

- Que se garanta o respeito à lei 7.661/88, art.10, que assegura o livre e franco acesso das pessoas ao mar;

- Que a densidade populacional projetada obedeça aos limites estabelecidos por estudos técnicos, dentro das possibilidades de sustentação ambiental.

4.- Comissão do espaço público

Considerando que o espaço público não é só a configuração física, mas o acesso da população a determinados espaços e equipamentos, são espaços públicos para estas propostas:

- As áreas de preservação ambiental;
- Os espaços constituídos historicamente pelo uso da população;
- O acesso a equipamentos de uso coletivo de saúde, educação, transporte, lazer e cultura.

Assim, propõem-se:

- A preservação de toda a extensão da orla marítima, que se compõe de dunas e restingas, como forma de garantir o livre acesso da comunidade a esses ecossistemas;
- A preservação das áreas que compõem a Lagoa da Chica, em forma de parques que permitam à comunidade espaço de lazer e de manifestações culturais;
- A transformação da região do Morro do Lampião em um parque com trilhas ecológicas, para garantir a sua preservação, regulamentando a sua utilização no sentido de evitar depredação e desmatamento;
- A preservação da área do antigo campo de aviação pelo seu valor histórico e cultural, como área de lazer público, sem cortes pelo sistema viário;
- A criação de um espaço cultural no antigo hangar da Air France que, junto com a escola e o campo, constituirá um amplo espaço destinado ao lazer, à cultura e ao esporte, podendo abrigar, ainda, uma biblioteca, um museu da aviação, da história do Campeche, entre outros equipamentos públicos;
- O incentivo a atividades de ecoturismo para as áreas de parque, integrando a Ilha do Campeche, hoje ameaçada de privatização;
- A definição e exigência do cumprimento da legislação pelos loteadores, para que equipem as áreas loteadas com espaços para uso público.

Na figura 5 é apresentado um mapa que indica a utilização dos espaços públicos, conforme as sugestões da comissão, de modo que se possa visualizá-los.

Propostas adicionais

Finalmente, entre as propostas surgidas no Seminário figuram, ainda, algumas de ordem mais geral e que serão a seguir relacionadas, posto que, como as demais, foram também aprovadas pelo conjunto dos presentes:

- Que sejam retomadas as áreas de preservação atualmente ocupadas, pensando em como melhor resolver o problema das pessoas que nelas habitam;
- Propor ao Ipuf que se aproxime da comunidade e mande técnicos para trabalhar em conjunto com os moradores as questões relativas ao Plano em discussão;
- Solicitar a imediata regulamentação do uso de Jet-skis nas praias;
- Envolver as demais comunidades do Sul da ilha nas discussões sobre o Plano, para que as soluções sejam pensadas coletivamente e respeitem as necessidades ambientais da região como um todo que é.

Os presentes manifestaram ainda sua preocupação com a votação do Plano Diretor do Campeche e propuseram que para a sua aprovação na Câmara Municipal sejam respeitadas as exigências previstas para a votação do Plano Diretor do Distrito Sede, em seu art. 239/ Lei Complementar 001/97 que exige:

1. Estudo de impacto ambiental;
2. Parecer do Ipuf;
3. Publicação na Imprensa local;
4. Duas votações com prazo de 30 dias entre elas.

* Além disso, foi proposto que se tente modificar a votação por maioria simples para a de dois terços.

O Relatório Final consolidado neste documento foi aprovado em reunião marcada para este fim, no dia 31 de outubro de 1997, às 20:00h, nas dependências da Escola Básica Brigadeiro Eduardo Gomes, no Campeche.

Campeche, 31 de outubro de 1997.

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O PLANO DIRETOR DO CAMPECHE

Uma abordagem na linha do desenvolvimento sustentável - Agenda 21

**I seminário comunitário de
planejamento do Campeche**

**Campeche, Florianópolis
Outubro 1997**

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar alguns termos de referência como contribuição à elaboração do Plano Diretor do Campeche. Para que sirva como instrumento de discussão pelos participantes do movimento Campeche Vivo e população, além de representantes de instituições públicas e privadas.

São idéias gerais e viáveis desenvolvidas a partir de estudos universitários e de relatórios, como o Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico - econômico, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Associação dos Municípios da Região da grande Florianópolis, e o relatório da Primeira Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis, promovido pelo IPUF/PMF e departamento de arquitetura da UFSC.

Pensar Florianópolis, seus lugares e sua gente não é um exercício meramente técnico, exige uma abordagem conceitual, política, de viabilidade prática, de gestão, enfim, de cidadania, onde o desenho urbano e a ecologia social não se estranhem - sem compromisso social, qualquer plano diretor municipal é tecnicamente incompetente, porque de fraca credibilidade.

Processos de modernização autoritária impostos de cima para baixo têm sido destrutivos pelos desequilíbrios sócioambientais que causam.

A experiência tem indicado que merece apoio planos e sistemas de gestão que respeitem a legislação ambiental e sejam baseados na comunidade, inclusive para não estarem sujeitos aos questionamentos jurídicos e às mudanças político eleitorais.

Posto assim, o que se segue é um elenco de sugestões observadas sob dois planos indissociáveis : o conceitual e o prático.

I. FUNDAMENTAÇÃO

A) Elementos conceituais gerais

1). Tomando como suposto que em tese, os planos diretores municipais são propostos como concepções e orientações do desenvolvimento urbano, o que se observa na prática é que tem ocorrido o contrário.

O estudo da realidade e da literatura pertinente mostra como muitos dos planos diretores não têm conseguido controlar o crescimento urbano e menos ainda habilitam-se como ferramentas diretoras de crescimento com melhoria da qualidade de vida das cidades.

Entre outras, três evidências demonstram tal enunciado:

1 - Em muitas capitais, inclusive em Florianópolis, o percentual de solo urbano "clandestino" e/ou de ocupação irregular, não enquadrado nas regulações urbanísticas, é de enorme proporções, na maioria dos casos chega à metade (Turkienicz, Benamy, 1ª Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis).

2 - A estruturação da cidade não sendo definida por prioridades amplas e discutidas democraticamente, faz de sua estratégia não confessada, normalmente a especulativa, a mais presente e, contraditoriamente, autorizada pelos poderes públicos.

3 - O elemento gestão e aplicação do plano aparece falho como se fosse apenas uma questão de fiscalização ou de polícia, escondendo os reais e originários problemas do plano diretor.

2) - Diante desse fato, é fundamental fortalecer a tão desgastada credibilidade do planejamento urbano, aprendendo com a experiência de especialistas a diferença entre Plano e Projeto. O primeiro deve contemplar uma discussão sobre a concepção de cidade e suas prioridades urbanísticas, ecológicas e sociais, tais como programação, previsão e regulação do uso do espaço municipal, incluindo sistemas de atividades e salvaguardas ambientais. O segundo, como consequência do primeiro, contendo os aspectos estruturantes do espaço público, não vulneráveis a posteriores intervenções mutiladoras e/ou deformadoras do todo.

3) - Nessa ótica, permanecem elementos não detalhados, como reservas, possibilitando a intervenção comunitária ao curso de gerações, interrelacionando propostas em tempos diferentes, mas não contraditórias, porque articuladas pela orientação diretora.

4) - Evidente que com os conceitos acima, a concepção técnica propriamente dita é, apenas um momento estruturante do plano, subordinado à definição das prioridades. A intervenção técnica é fundamental, mas como elemento de apoio nos diferentes saberes (arquitetônico, biológico, sócio-econômico, cultural, sanitário, ambiental, jurídico, etc.).

Este elemento de apoio serve ao aspecto principal, ao mesmo tempo que é seu resultado: a **negociação** com as entidades e comunidades comprometidas com a cidade e seus lugares. É a forma mais conseqüente de evoluir do idealizado (muitas vezes irrealizável) com o possível, que é a síntese dos compromissos assumidos e que dará credibilidade à gestão de levar o plano do possível à prática. Um pacto da administração com os cidadãos é um pacto de respeito à cidadania para que o plano - na concepção e na gestão - seja respeitado.

5) - A compreensão do espaço coletivo como um todo é muito importante. No desenho e na negociação cidadã a compartimentação é uma forma de mutilação que compromete a qualidade do todo. Ou seja, a forma urbana não é simplesmente a soma de soluções arquitetônicas localizadas, ou de decisões lote a lote.

A estrutura de continuidade é imprescindível para requalificação dos espaços públicos - uma cidade não deve ser apenas uma caótica religação de pedaços. A escolha, que implica em decisão negociada dos espaços coletivos é vital, tanto na abordagem do todo da cidade como na abordagem dos seus diferentes bairros e no âmbito de cada um destes. Logo, o espaço coletivo mais contínuo, para ser válido como suporte, não deve se originar de segregações de espaços e pessoas.

B) Elementos conceituais específicos do Campeche

1- Não se trata de "cercar" o Campeche com uma regulamentação impraticável para evitar o seu crescimento. Um plano diretor deve orientar e planificar o crescimento e desenvolvimento do bairro, dando prioridade à qualidade de vida e melhorando as condições de infra-estrutura, preservando o ambiente: o homem e a natureza. O projeto deve resultar desta prioridade básica.

2- Para isso é necessário refutar a idéia de um radicalismo destrutivo, de que o crescimento como poluída e violenta megalópole é inevitável. Esse modelo tem apresentado, no mundo inteiro tantos impactos ambientais

negativos, que já o torna inviável para a humanidade, conforme a constatação e reflexão dos mais respeitados pesquisadores.

O plano diretor municipal para o Campeche, combinado com o Plano Diretor para toda a cidade, deve levar em conta a região metropolitana e basear-se em outro modelo.

3- Um modelo alternativo para orientar o plano e o projeto para o Campeche é possível. Mais ainda, considerando sua atual densidade habitacional e o que ainda pode ser preservado, esta é uma oportunidade histórica para apresentação de um outro paradigma, fundado nas condições ambientais sociais e culturais já existentes. Deve partir de uma **idéia chave**, que criteriosamente defina e fertilize uma ou algumas vocações da região, articuladas e integradas suas possibilidades, contando com a legitimidade e apoio da comunidade atual e futura - garantindo a sua continuidade.

4- Por último, ainda como elemento conceitual importante, é preciso evitar a burocratização das decisões. Ou seja, o Plano diretor não pode ser transformado ou reduzido em projetos que, sob o jargão da feição "técnica" impede tanto os técnicos como os moradores de **pensarem criticamente**, submetidos a apenas dizerem sim ou não - ao invés da reflexão e viabilização do projeto da comunidade.

II. CAMPECHE CIDADE JARDIM

A proposta básica é fazer do Campeche uma CIDADE JARDIM. Beneficiar-se dos recursos natural e cultural existentes, como a beleza do sítio, as propriedades ambientais das elevações e matas, praias, lagoas, manguezais e dunas. Além, evidentemente, das áreas consideradas como de zoneamento rural.

As atividades de agricultura e de extrativismo não são necessariamente excludentes ao processo de urbanização, se o paradigma orientador for o da configuração rural-urbano, contemplando assim meios de vida em base sustentável, compatível, ambiental e culturalmente com o potencial paisagístico.

Sendo assim, áreas em tamanhos adequados devem ser preservadas para tais atividades meios/fins- compreendendo tanto iniciativas privadas (familiares

e cooperadas) em horticulturas, floriculturas, viveiros e minhocários, como públicas para hortos e parques.

O Sistema de Preservação Cultural, com tombamento do patrimônio histórico e arqueológico, será fortalecido com o Sistema de Preservação Natural, com a implantação de parques ecológicos, hortos e viveiros para a produção de mudas de espécies arbóreas e arbustivas de mata atlântica e paisagismo, além da ampliação da diversificação da fauna e da flora.

Áreas como trilhas, sítios arqueológicos e parques ecológicos devem ser preservados para pesquisa e lazer educativo e para o turismo ecológico. As áreas definidas como zona rural utilizadas em atividades como meios de vida em base sustentável: horticultura, floricultura e fruticultura.

Sob a rota dos aviões e em terrenos considerados não edificantes, dada a periculosidade e ruídos, em lugar de autódromo e shopping center como na proposta do PDC, propõe-se a criação de hortos, parques e um jardim botânico; um centro de pesquisa sob a responsabilidade das universidades, que paralelamente deverá subsidiar os cursos técnicos profissionalizantes, a nível de segundo grau (definidos anteriormente nesta proposta), voltados às profissões ambientais.

Parque de Exposição para vendas dos produtos locais poderá em pelo menos duas grandes festas anuais promover exposições: uma de mudas e peixes, outra de flores e crustáceos/frutos do mar.

Associada a estas atividades meios, a definição de área comercial adequada para a instalação de ateliers, oficinas artesanais, fazendo das atividades artísticas e artesanais uma segunda vocação orientada e estimulada, com feira permanente nos fins de semana e temporadas no Parque de Exposições, funcionando também como um centro cultural.

Posto assim, o zoneamento e o sistema viário, englobando também o sistema de transporte coletivo, o sistema de serviços e o plano de ocupação urbana, deverão considerar esse outro paradigma e, como consequência, ampliar os espaços coletivos contínuos e de preservação rural-urbano, reorientação do plano de ocupação econômica e diminuição significativa da densidade populacional proposta, incluindo a rigorosa proibição de verticalização. Ainda como orientação do Plano, deve fazer parte do projeto o distanciamento das edificações residenciais e comerciais, preservando o valor paisagístico e ambiental das dunas e praias.

É possível também, em parceria pública e comunitária criar motivações que fortaleçam a cultura preservacionista e estética, como por exemplo um

concurso anual do mais belo jardim, além da campanha de seleção do lixo e seu recolhimento, como parte da comunidade já realiza.

As ruas e avenidas traçadas a partir da realidade existente no bairro, com correções e alguns alargamentos necessários para facilitar o fluxo do trânsito em algumas localidades. A arborização e ajardinamento das vias deve obedecer um programa da prefeitura com apoio das universidades e da escola técnica de segundo grau. pode perfeitamente viabilizar tal projeto.

Priorizar residências unifamiliares e diminuição da taxa de ocupação dos lotes; limites para preservar as linhas de montanha, dunas e lagoas.

Um ambiente preservado, praias e jardins, com um turismo orientado à preservação, ao encanto paisagístico e ao consumo não poluído e não poluidor, certamente será atrativo e criará condições para o bairro tornar-se também uma região gastronômica como um dos serviços, nos limites de uma vocação de qualidade de vida assim definida.

Por último, é vital a atenção à definição de uma POLÍTICA PÚBLICA como estratégia para estímulo e gestão do Plano e implantação dos seus projetos.

É preciso portanto, na fase de definição do Plano Diretor, estimular a parceria dos órgãos públicos, organizações não governamentais e as associações dos moradores .

D) Vantagens

O Plano CAMPECHE CIDADE JARDIM, desdobrado em projeto que englobe os diferentes sistemas de garantia de qualidade de vida, pode apresentar algumas vantagens significativas:

- O turismo praiano continuará, mas inibido no seu caráter predatório e destrutivo, mudando de qualidade ao valorizar seu aspecto preservacionista e de usar e cuidar do belo.

- Aproveitamento dos laços culturais locais para pesca, jardinamento, artes e culinária.

- Garantia de realimentação do lençol freático, pois não haverá a excessiva impermeabilização do solo com a ocupação, além de que vastas áreas estarão sendo usadas com atividades não poluentes que absorvem a água, sem promover o esgotamento das reservas naturais.

- Gera ocupações e rendas em educação, arte, preservação e conservação de jardins, floricultura e horticultura , turismo ecológico e demais serviços.

- Turismo não somente sazonal, o que é de interesse do comércio equilibrado e sustentável.

- Auto-financeável em parte, além de apropriado para apoios de organismos brasileiros e internacionais.

- É também mais barato.

III.COMPLEXO CULTURAL PARQUE ATLÂNTIDA

- Parque Atlântida, poderá ser implantado em grandes áreas, cujos proprietários estejam interessados em equipamento turístico educacional para todos os públicos. Poderá ser assessorado por técnicos das Universidades e do Curso técnico de 2º Grau.
- O projeto no estilo açoriano, deverá ser concebido sobre palafitas, visando a preservação do lençol, será composto de 3 grandes complexos: Científico, Cultural e de Lazer além de um sistema hoteleiro.

1.- COMPLEXO CIENTÍFICO

(Área de 8.000 m² com 2 andares).

Na mais alta tecnologia e classe, dispõe de:

- Um hall de entrada com duas cabines, em vidro, para venda de ingressos e no centro serão expostas maquetes da ilha de SC, em 1900, com sistema eletrônico de orientação.
- Após a entrada, no térreo, atinge-se uma galeria sonorizada simulando o ambiente submarino, com aquários contendo espécies da fauna e flora local e exótica, seguidos de salas de vídeo com informações sobre estas espécies, migração, reprodução, crescimento, interesse econômico e outras peculiaridades.
- Piso 1 - Galeria destinada ao planeta terra. Através de figuração computadorizada e vídeos será visualizada a terra vista da lua, suas camadas atmosféricas, o movimento da crosta terrestre, deriva continental, movimento das dunas, águas, etc.

- Piso 2 - Galeria destinada à Astronomia: Um observatório planetário enfatiza o universo e o sistema solar: as constelações, as estrelas, as galáxias, etc.
- Hall de saída com maquetes da ilha de Santa Catarina no ano 2000. E boutiques para venda de souvenirs e lembranças deste complexo.
- Salas equipadas com biblioteca, videoteca e auditório para conferências específicas do complexo

2.- COMPLEXO CULTURAL

(Área de 8.000 m² com 2 andares)

Este complexo destina-se ao homem e a sua história (civilizações, religiões, misticismos, crenças, festas tradicionais, etc) desde as cavernas até a era espacial.

- Hall de entrada: Grande relógio químico com horas, minutos e segundos fornecidos pelas cores dos líquidos.
- Piso térreo : museu de antropologia ilustrando a história e a cultura do Brasil, Santa Catarina e Ilha de Santa Catarina.
- Piso 1: Museu da ciência do homem - ilustrará a estrutura física do homem, sua anatomia, funcionamento, doenças e medicinas.
- Piso 2: Galeria com maquetes das engenharias e maravilhas criadas pelo homem e as tecnologias de pesquisa e produção. Haverá também neste piso auditórios e salas equipadas para encontros científicos, exposições provisórias, artísticas.

3.- COMPLEXO DE LAZER E ENTRETENIMENTO

(Área de 8.000 m² com 2 andares).

Destinado a:

- Recreação, alimentação e comércio em geral.
- Hall de entrada, praça de alimentação típica da região (de qualidade) e exóticas, cinemas, lojas, centros de convenções, cinemateca, videoteca, atraindo público científico, técnico, produtivo e comercial.
- Este será o único complexo que terá vida noturna (optativo para 24 horas de funcionamento, ao estilo da rua 24 horas de Curitiba).

4.- HOTEL

- Com capacidade para aproximadamente 300 aptos ou 800 pessoas: palestrantes, visitantes do parque ou turistas atraídos pela beleza do local e conhecimento oferecido pelos complexos.

5.- ÁREA VERDE E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS:

- A arborização do entorno buscará atrair espécies faunísticas locais (pássaros, borboletas) utilizando as mudas e flores da cidade jardim.
- Visitas e observação ecológicas, trilhas entre sítios arqueológicos. Através de caminhos entre areias, pedriscos e lagoas, o visitante terá acesso aos sítios arqueológicos, que informarão a idade e a significação local.
- Guias especializados auxiliarão, orientarão e fiscalizarão a ordem e preservação (disposição de resíduos) do parque.

6. DISPOSIÇÃO FINAL DOS EFLUENTES DOMÉSTICOS:

Tratamento dos esgotos (para aproximadamente 7000 pessoas/dia - um cálculo de 2300 pes/dia utilizando sanitários e restaurantes dos 3 centros). Tratamento primário com gradeamento e malha para retenção de sólidos com tamanho superior a 2 cm, seguido de 2 valos de oxidação com solos impermeáveis. Na sequência 2 filtros biológicos (diferentes granulações), além de uma esterelização final em ultra violeta. Este sistema será construído no próprio local e servirá como modelo para escolas e universidades. Estas medidas visam garantir a impermeabilização do solo "in loco" e a contaminação do lençol freático (utilizado para abastecimento das comunidades e arredores). Um biodigestor será utilizado para disposição final do excesso de lodo ativado e resíduos da retrolavagem dos filtros. A vantagem será a produção de biogás, que gerará parte da energia utilizada nos sistemas de manutenção dos aquários. O lodo tratado ou adubo orgânico será utilizado nos jardins e parques locais e poderá manter a cidade jardim, após dessecação e esterelização.

7. LUCROS E BENEFÍCIOS GERADOS PELO PARQUE:

- 400 empregos (guias turísticos e científicos, cientistas, médicos, restauradores, artesãos, bilheteiros, faxineiros, jardineiros, técnicos de

manutenção de aquários, barmans, lojistas, garçonetes, administradores, historiadores, arqueólogos, arquitetos, pescadores, jornalistas, autônomos prod. Videos e filmes, etc.).

- Turismo anual, independente do clima.
- lucros ao empreendedor (aproximadamente 500.000 visitantes por ano) ao custo de n reais/dia (ex. ingressos: R\$ 7 X 500 visitantes/dia = 2500,00) (Fundamentados no centro de visitação -Oceanópolis - Brest e La Villete - Paris - França).
- Lucros ambientais: educação da população para preservar (conhecer para amar e amar para preservar), recuperação e preservação da Lagoa da Conceição, lençol freático do Campeche, praias e a melhoria da qualidade de vida para toda a comunidade local e visitante.
- Menor área de ocupação e alternativa de desenvolvimento para a região.

IV. PROJETO RECICLAGEM E UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LODOS.

a) Planta para tratamento de efluentes domésticos do Campeche

A planta para tratamento dos efluentes domésticos, totalmente impermeável, deverá ser implantada na área da rota dos aviões, entre o manguezal do rio Tavares e a atual estrada geral do Campeche-Armação, próxima a nova via de acesso para a Tapera. Esta localização evitará a fixação de populações em áreas de maguezais, sob rota aérea não edificantes, preservando os manguezais e confundindo os odores que porventura possam ser exalados. As medidas para este tratamentos devem ser urgentes, antes da instalação de habitações no local, evitando desapropriações e elevações de custos para o projeto e antes da perda do lençol freático por contaminação.

A afinidade ideológica com a Agenda 21 permite pensar em financiamentos nacionais e internacionais para projetos preservacionistas das comunidades.

Os lodos ativados serão tratados em biodigestor a exemplo do sistema de tratamento do Parque Atlantida.

b) Planta de produção de adubo orgânico.

O adubo gerado será utilizado Fundamento nas áreas de produção Flori-horticultura servindo como fonte de emprego e desenvolvimento para a região.

O projeto pode ser concebido em forma de cooperativa, deverá respeitar e aproveitar a experiência local dos produtores de adubo orgânico existentes.

c) Planta de triagem de lixo reciclável.

Continuando a experiência do Campeche a limpo, numa escala, mais abrangente, nos propomos a educar a população a reciclar e reutilizar. O composto orgânico será utilizado em minhocários e produção de humus para autosubsistência de produção vegetal da cidade jardim. Necessidade de uma estação de triagem.

Cooperativa em conjunto com a Escola técnica de 2º Grau envolveria as fases de coleta, triagem e produção de materiais de produtos reciclados (alumínio, papel, etc.) venda dos produtos resultantes, com retorno a melhoramentos da vida da comunidade, áreas públicas melhoradas. Neste projeto a comunidade fica com o controle e responsabilidade da coleta e a frequência necessária. A responsabilidade e o retorno sob forma de melhoria de qualidade de vida facilitará a incorporação da população ao projeto de reciclagem. Gerará emprego para a população local servindo como fator de desenvolvimento da área e reduzirá os gastos da prefeitura com transportes e aterros sanitários.

d) Lucros municipais: maior arrecadação e maiores recursos, menores custos com o destino final dos resíduos sólidos (menor número de caminhões e áreas de aterro sanitário).

V. ESTACIONAMENTOS

Todas as áreas turísticas e de visitação, incluindo as praias, disporão de estacionamento com um mínimo de 30 vagas para automóveis e 10 vagas para coletivos. A base de solo deverá ser em areia e pedriscos, separadas por arbustos ou árvores que permitirão o ensombramento do local e a infiltração das águas das chuvas que reabastecerão o lençol. Áreas de estacionamento público, em terrenos de marinha ou da união, terão estacionamentos regulamentados com retorno e manutenção assegurada pelas escolas da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve um tempo em que os planejadores tinham a ilusão de que planejar a vida das pessoas era algo puramente técnico e parcializado, sem considerar as diversas áreas do saber.

A interdisciplinaridade é hoje um pressuposto básico para a prática do planejamento. Ela muitas vezes age, também, como instrumento de transgressão ao pensamento único e abre uma porta para o entendimento de que não há um conhecimento absoluto.

Planejar a saúde de uma população, por exemplo, significa pensar não só no tamanho do hospital que vai ser construído, mas principalmente em que água vai se beber, em que lugares as crianças vão andar de bicicleta, em que tipo de ruas as pessoas vão circular, quais alternativas de lazer e convivência os jovens terão, que facilidades vai se oferecer às pessoas da terceira idade para se movimentarem pelo seu bairro ou cidade.

As crianças das escolas do Campeche dão uma lição de cidadania quando, no I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche, falam do “Campeche de seus sonhos”, com praças, praias limpas e seus esgotos, calçamento das ruas, lixo reciclável, um campinho melhor, um parque para brincar e que não tenha prédios, casas em mangues e morros, mares aterrados, poluição, ruas esburacadas. Na sua simplicidade, expressam as expectativas mais autênticas da comunidade.

O que se espera, é que a leitura desse dossiê seja esclarecedora e fundamente nossas preocupações e anseios com relação à Planície do Campeche.

A elaboração do material vem comprovar a nossa disposição para uma atuação conjunta e co-responsável para a organização do espaço em que vivemos e todos usufruem.

DESENHANDO O ESPAÇO PÚBLICO: PREPARANDO O FUTURO - O CAMPECHE

Este trabalho, apresentado no I Seminário de Planejamento do Campeche, é uma síntese de nosso projeto de graduação em arquitetura junto a Universidade Federal de Santa Catarina, o qual procura descrever uma possibilidade alternativa de projeto urbano frente a proposta do IPUF colocada para esta região. O exposto a seguir trata-se, conforme já colocado, de um resumo, estando disponível o trabalho completo na Biblioteca Setorial do Depto de Arquitetura da UFSC.

Autor:

Michel de Andrado Mittmann

Orientador:

Almir Francisco Reis

INTRODUÇÃO

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui cerca de 250.000 habitantes. Em conjunto com os municípios continentais de Biguaçu, Palhoça e São José conformam a área conurbada da Grande Florianópolis elevando a população para cerca de 400.000 habitantes.

Caracterizada pela prestação de serviços terciários (comércio, administração pública, educação, etc) e pelo turismo que atrai um grande número de pessoas de outros estados e países vizinhos.

A consolidação como sítio turístico levou a transformações sócio-econômica-espaciais de muitos impactos, que refletem-se em praticamente todo o território, a partir da transformação do ambiente outrora natural e rural (núcleos pré-existentes transformam-se, adensam-se, expandem-se antigos núcleos pesqueiros viram balneários; novos assentamentos são criados).

O sítio físico peculiar da ilha (recortada por áreas de preservação: mangues, dunas, lagoas, morros, baías que compõem 42% do território) tem gerado uma estrutura de núcleos dispersa, articulada por rodovias.

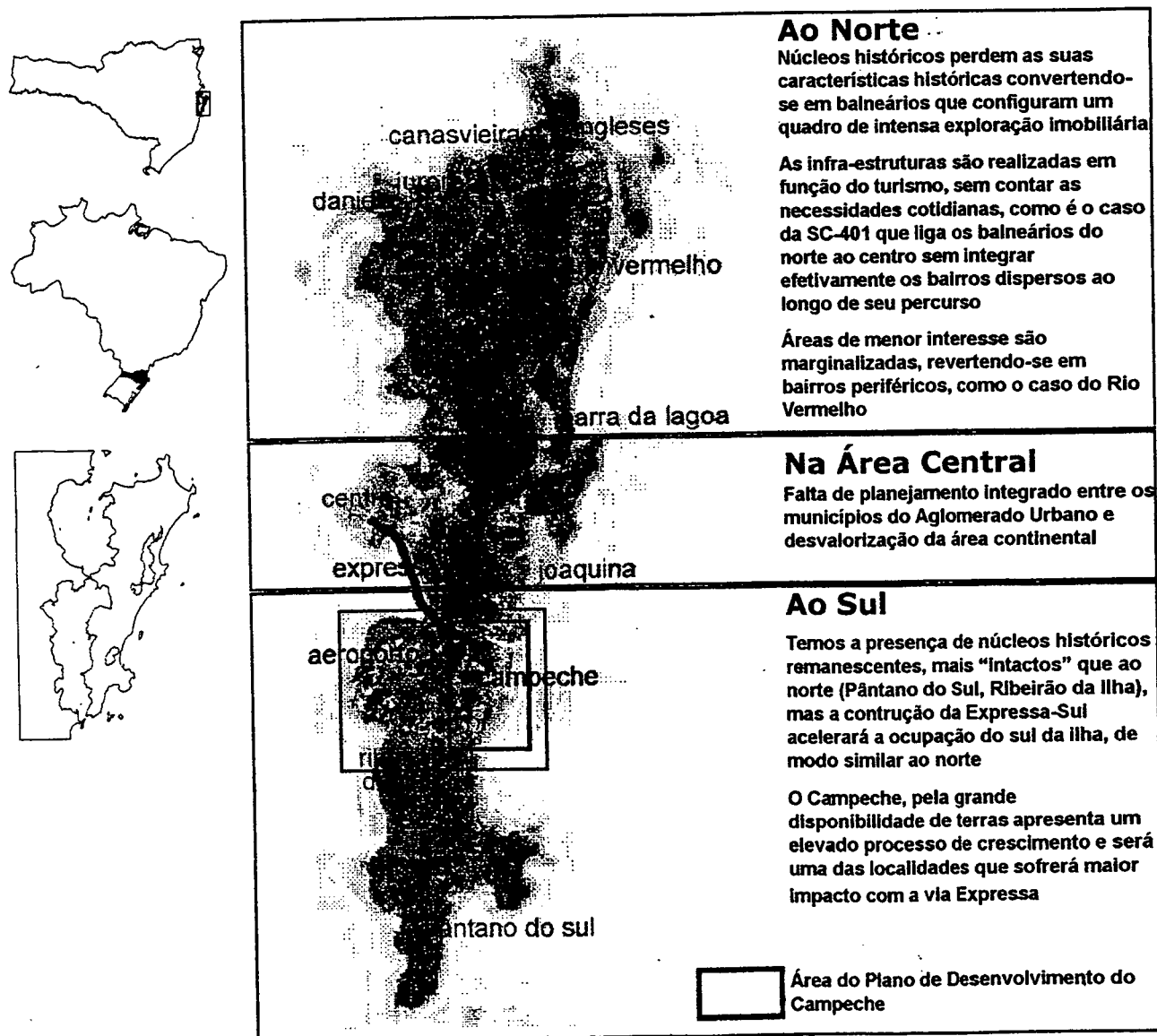


Figura 1 - Um breve panorama do crescimento da Ilha.

O Campeche a leste da Ilha de Santa Catarina e distante 15km do centro de Florianópolis destaca-se por ser uma estrutura espacial formada por um conjunto de comunidades dispersas na maior planície adensável da ilha que assistem a um rápido crescimento impelido pela grande disponibilidade de terras e a proximidade com as áreas centrais (já amplamente ocupadas e onde o custo da terra é alto). A área certamente sentirá em breve os reflexos da construção (em andamento) da via Expressa-Sul que provocará aumento da ocupação.

De uma comunidade agrícola e pesqueira, o Campeche transforma-se a partir da década de 70 em um espaço urbano que agrega atualmente um período transitório entre o sazonal, típico das regiões turísticas, e o permanente, característico dos assentamentos fixos.

A transformação do "campo" em "cidade" ocorreu concomitantemente a instalação de um duplo-quadro: De um lado, os planejadores que tem não atuaram em tempo na ordenação da área e que hoje apresentam uma proposta para a criação de uma nova cidade na região. De outro, a localidade com sua dinâmica própria e natural, que cresceu através a margem do Estado.

As ocupações e loteamentos irregulares são acompanhadas de problemas sócio-espaciais onde a criação de espaços públicos reduz-se simplesmente a abertura de canais de circulação (ruelas e servidões) que seguem a lógica do parcelamento das propriedades. Soma-se a isto, a ausência de infra-estruturas (equipamentos, transporte qualificado, etc), a ocupação indevida de áreas públicas e de preservação entre outros. Ocorre assim um quadro de desqualificação que não dá suporte a efetiva cidadania.

A análise do Plano de Desenvolvimento, proposto pelo IPUF, que faremos a seguir mostrará que não é possível trabalhar a área simplesmente como uma "nova cidade" através de um projeto de expansão. A luz das críticas abre-se uma lacuna que justifica a relevância de um estudo, um "modelo alternativo" que considere as preexistências, tratando a área com um projeto de reestruturação urbana que dê suporte a um projeto de renovação e/ou expansão urbana posterior.

ANÁLISE DO PLANO PROPOSTO PELO IPUF

O PLANO SEGUNDO O IPUF

O Plano de Desenvolvimento do Campeche abrange uma área de 50 Km², ligando a costa oeste, entre o mangue do Rio Tavares, e a Tapera a leste, entre o Rio Tavares e o Morro das Pedras.

Trata-se de "(...) uma concepção urbana integrada, de um projeto de uma cidade-nova, com capacidade para cerca de 450.000 pessoas(...), tendo como base econômica as indústrias limpas do próximo século, unindo o conceito de Tecnópolis (alta tecnologia, educação e residência) com as características paisagísticas e culturais da Ilha (turismo)."¹ Estão previstos 4 Parques Tecnológicos, 1 campus Universitário, 1 Autódromo Internacional, 1 Centro de Convenções e Promoções, alguns Shopping Centers e 3 Setores Hoteleiros.

A região será "(...) cortada por uma rede de vias-parque e um anel expresso

ligado à Via-Expressa Sul, conformando bairros autônomos e humanizados. Cada bairro possui todo o equipamento urbano necessário, incluindo centros comerciais, parques e escolas.”¹

“As zonas residenciais foram previstas na exata proporção dos empregos que virão a ser gerados na região, tornando qualquer alteração de zoneamento, um fator de desequilíbrio social e urbanístico.” Existindo desta forma áreas residenciais “(...) para todas as classes de renda, englobando desde loteamentos turísticos de luxo até os núcleos de baixa renda. As comunidades tradicionais do Alto Ribeirão, Freguesia do Campeche e Rio Tavares foram preservadas da ocupação excessiva, permitindo a expansão da população nativa e a manutenção das tradições locais.”¹ O Plano apresenta “(...) a proteção das áreas não-urbanizáveis previstas na Legislação maior e na própria Lei 2193/85. As áreas de preservação permanente e as áreas de proteção do Aeroporto (curvas de ruído, aproximação de vôo e aparelhos de navegação).”¹

Foram pensadas duas ferramentas para viabilização: “Primeiro a criação de zonas de urbanização preferencial ao longo do sistema viário básico, induzindo a implantação imediata da estrutura espacial proposta. Segundo a criação de uma empresa pública para administrar localmente Projeto de tamanha envergadura, garantindo uma implantação eficiente que deverá se estender por mais de uma década.”

UMA CRÍCA AO PLANO

Iniciadas em 1947, as New Towns inglesas, modelos “culturalistas”, atingiram seu ápice nos anos 60, sendo amplamente adotadas para criar pólos catalizadores de desenvolvimento e aumentar a oferta de emprego em áreas de declínio. Das 38 New Towns a maior delas, Milton Keynes, apresenta cerca de 250.000 habitantes e é cortada por uma supergrelha de autopistas que dividem a cidade em células autônomas que traduzem a idéia de “Unidades de Vizinhança”.

Qualquer semelhança entre a cidade proposta pelo IPUF e Milton Keynes não é mera coincidência, os próprios planejadores do IPUF admitem isto. Semelhanças não somente pela idéia da conformação de uma nova fronteira econômica, mas também em questões de organização espacial urbana entre outras.

Em ambas as cidades, a conformação de Unidades de Vizinhança cria porções de cidades, internalizando a vida urbana e impondo um tratamento territorialista. Turkienicz² aponta que “(...) o crescimento a partir do modo territorialista impõe um rígido controle sobre a configuração resultante, onde o todo pouco se altera com a agregação das partes, e partes, por sua vez, não sofrem as repercussões do crescimento.” Um tecido urbano não contínuo nega o processo lógico e inequívoco de funções, que estão associadas a um papel fundamental exercido pela forma urbana, forçando a introverção de usos, negando a integração que as supergrelhas potencializam.

No Campeche, os “bairros autônomos”, são recurso para separação de classes sociais, assimilando assim “heterotopias”, confinamentos, onde a estrutura urbana inibe a negociação cotidiana das diferenças que se dá através

de uma criativa assimilação e confrontação no espaço público.

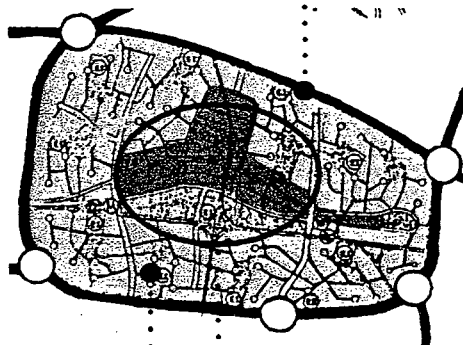
De forma comparativa, ainda é possível observar, que as New Towns inglesas fizeram-se em áreas desprovidas de apropriação prévia significativa, enquanto que no Campeche a existência de uma estrutura urbana em consolidação inviabiliza economicamente o projeto.

Finalmente, a proposta do IPUF, embora diz considerar as áreas de preservação, ocupa e sobrepõe algumas áreas de preservação com sistema viário pesado. Além disto cabe salientar que a proposta é fruto de um trabalho sem discussão com a cidade e com a localidade, que demonstra uma forma arbitrária de planejamento.



Figura 2 - A supergrelha do Campeche e Mylton Keynes(acima). Abaixo uma visão geral do Plano. (obs: Quando do desenvolvimento deste trabalho ainda não havia sido apresentada a nova versão do Plano, por isto algumas alterações foram realizadas, mas o seu esquema geral e seus impactos não se modificaram)

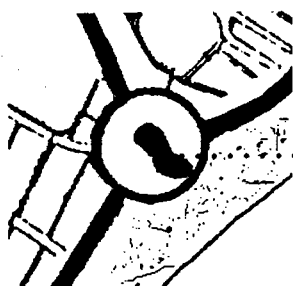
Sistema de Auto-pistas (Vias Parque)



Os usos se distribuem de forma "introvertida", "contra" a lógica natural dos tecidos urbanos, negando a sua posição lógica que seria junto aos eixos mais integrados (rede de Vias Parque).

Periferias Residenciais

Setor Comercial



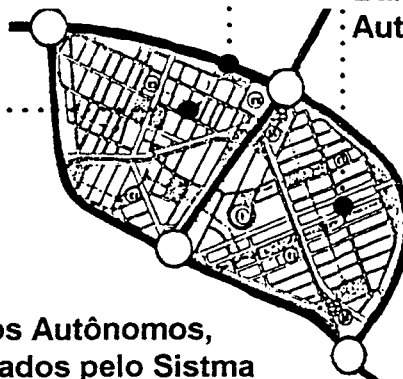
Lagoa da Chica

O Plano despreza a Lagoa da Chica, propondo sobre esta importante área de preservação municipal uma "Rótula" do sistema viário proposto

Auto-pistas

Bairro Autônomo

Bairro Autônomo



Bairros Autônomos, separados pelo Sistema de Auto-Pistas (Vias Parque), assimilam HETEROTOPIAS. A segregação espacial e a confinação das diferenças



Lagoa Pequena

Praia

O trecho entre a Lagoa Pequena e as Dunas é ocupado, rompendo uma ligação natural do sistema Lagoa - áreas alagáveis - dunas. Essa ocupação implicará num provável desaparecimento da lagoa

Figura 3 - Algumas peculiaridades do Plano de Desenvolvimento do Campeche

COMO PROPOR?

BUSCANDO NOVOS CONCEITOS

Definitivamente os mega-projetos urbanos não conseguem mais ser assimilados. As grandes composições do movimento moderno e outros modelos de grandes proporções não podem e não devem ser mais aplicados.

As cidades, não suportam mais modelos completos, receitas de cidade, mas sim esperam por soluções que contemplem a sua dinâmica sócio-econômica-cultural. Esta dinâmica faz perceber que "(...) como se à extrema mobilidade das atividades e das pessoas a cidade constituída opusesse um marco estável e confiável que permite às modificações se efetuarem tomando como ponto de apoio alguns pontos fixos e imutáveis. Entre os quais, em primeiro plano, aparece o espaço público como estrutura fundamental sobre a qual se apóia a grande duração que assegura a permanência da cidade."(Panerai)³

Este trabalho apóia-se sobre a tese que o espaço público é a essência da cidade, a base fundamental do projeto urbano, e como tal é eleito como diretriz da etapa propositiva deste trabalho. "(...) pois não se trata mais de pensar a cidade ou o bairro em termos de quantidade de edifícios a construir (mesmo que, um dia ou outro, eles tenham que ser edificadas), mas como um sistema de espaços públicos formando a base estável do projeto a partir da qual investidores e construtores se determinam."(Panerai)³

Assim, trabalhar a forma das cidades a partir do espaço público é consolidar um elemento de cidadania, pois eticamente este trabalho opta por constituir lugares onde a estrutura urbana potencialize a reunião de diferenças sociais, onde o confronto seja estopim da constatação e da negociação, possibilitando o seu crescimento mútuo. Destaca-se desta forma, a importância e a necessidade de estudos que trabalhem espaços e sociedade como uma questão inseparável.

"Adota-se aqui uma postura nova diante do papel ético desempenhado pela organização do espaço, que supera tanto as interpretações tradicionais do "determinismo arquitetônico", quanto as interpretações pelas quais a organização do espaço é indiferente à construção da cidadania, que hipoteticamente seria construída por meio de práticas mais especificamente políticas. Propõe-se assim, que a reprodução de modelos éticos é intrínseca à prática da arquitetura."

(Holanda)⁴

Da análise do Plano de Desenvolvimento do Campeche, podemos perceber um sistema extremamente hierarquizado, ou seja um modelo "segregado"(FIGURA 4). O oposto deste modelo é a cidade extremamente "integrada" (FIGURA 5), onde a acessibilidade às partes é muito alta, não distinguindo claramente o global e o local.

Da análise destes dois modelos estabelece-se um referencial para situar um modelo ético alternativo para a proposta (FIGURA 6). A proposta desta forma irá perseguir a construção de um sistema de espaços públicos intermediário entre os dois extremos apresentados, com integração do todo,

mas que aceite as peculiaridades e a diversidade das partes.

Desta forma este trabalho, ao invés de aplicar um Mega-projeto de Expansão Urbana como o proposto pelo IPUF, irá estabelecer um processo de etapas de “qualificação urbana gradativa” baseada na rede de espaços públicos.

Para tanto, foram levantados uma série de elementos de análise que foram possíveis de direcionar um caminho seguro dentro dos objetivos propostos. (A análise encontra-se na versão completa deste trabalho).

Figura 4 - O esquema conceitual do Campeche

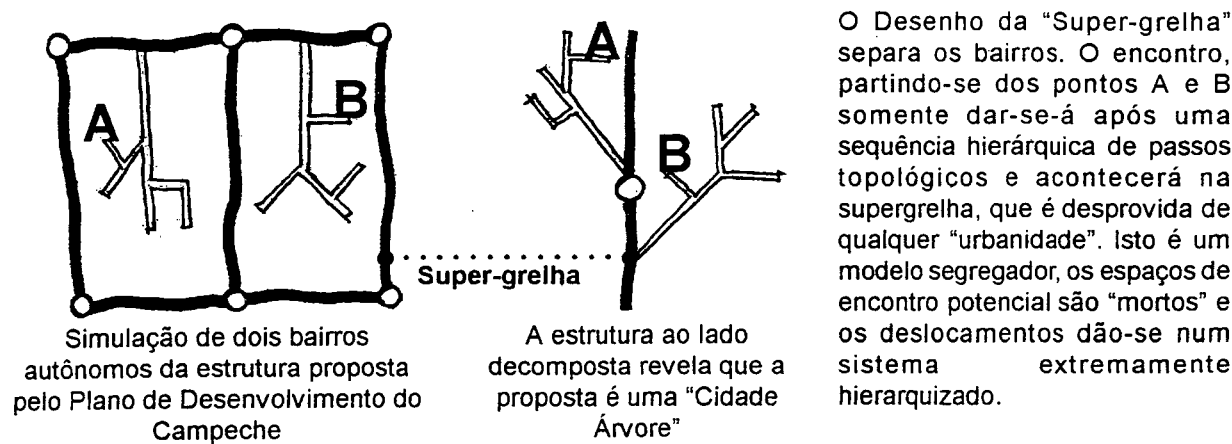


Figura 5 - O esquema conceitual de Cidades excessivamente Integradas

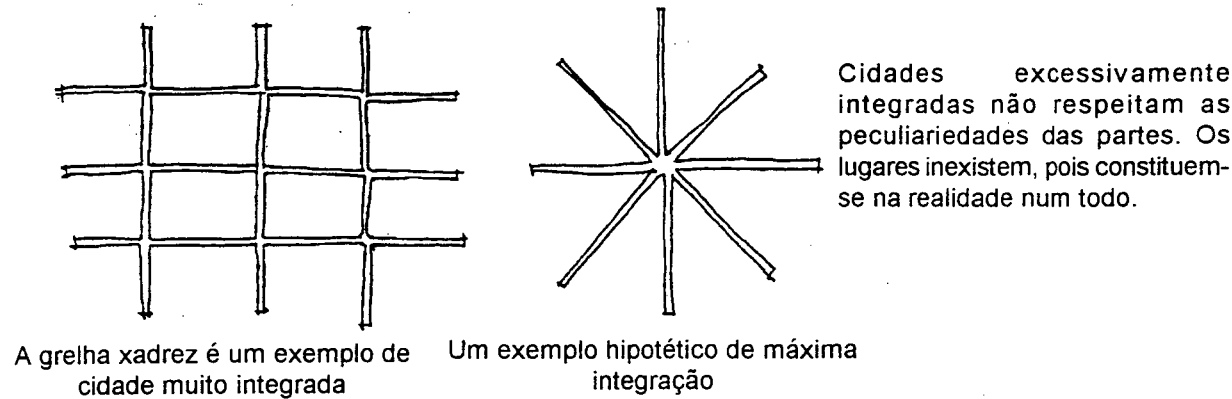
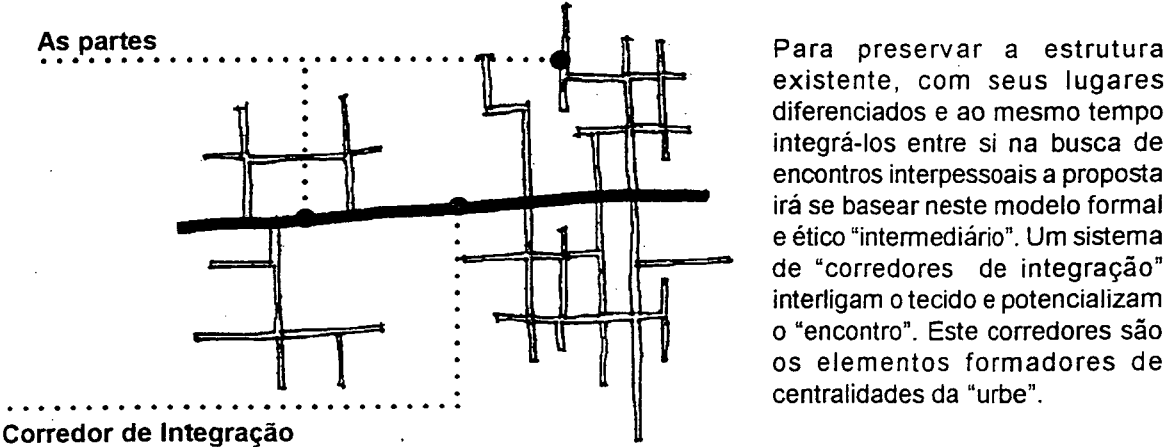


Figura 4 - O esquema conceitual que adotaremos nesta proposta

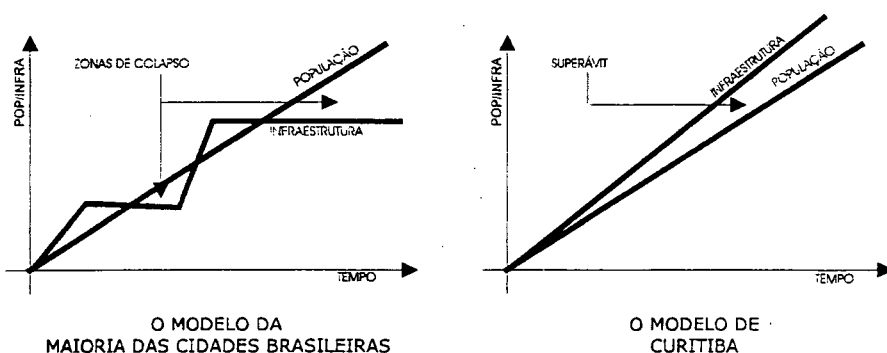


A PROPOSTA

Necessidade de Propor a Cidade

Para propor para o localidade Campeche o modelo formal e ético apresentado é necessário anteriormente desvendar o papel da área para a cidade e de que maneira pode se estabelecer este processo.

Turkienicz⁷ aponta que uma das coisas que se observa nas cidades é um crescimento linear da população e que a falta de investimento contínuo em infra-estruturas pode causar colapsos.



A proposta do Plano de Desenvolvimento do Campeche se situa num modelo de ocupação imediata e efetiva da área num grau elevado de investimentos, o que neste caso representa uma alternativa equivocada de planejamento.

As alternativas passam então por investimentos menores, diluídos ao longo do tempo e dentro de uma linha de planejamento que saiba e discuta o modelo de cidade que queremos. Assim o planejamento não deve ser restrito ao bairro, mas para toda a cidade para depois desvendar o papel de cada bairro dentro da estrutura municipal.

É neste sentido que este trabalho atua: A cidade deve determinar um processo de investimento linear numa opção de desenvolvimento que siga algumas diretrizes como:

- Valorização da área conurbada central, em especial o continente, sendo entendida como mecanismo de controle da expansão imediata sem planejamento para as periferias
- Estabelecer investimentos em Transporte Coletivo em detrimento ao uso de automóveis individuais, por ser uma alternativa mais democrática e mais econômica.
- Iniciar a imediata qualificação dos bairros, com a criação gradativa de um processo de descentralização urbana, identificando o papel futuro de cada bairro ou localidade dentro da estrutura da cidade, e desta forma num processo contínuo prepará-los para tal.

O Campeche, pelos dados explicitados até o momento é uma destas localidades, onde deve ser estabelecido de imediato um projeto de qualificação que garanta a qualidade de vida hoje e estabeleça as bases para uma futura expansão que deve ser desde já discutida.

Assim, de posse do modelo formal e ético já discutido, a seguir será apresentada uma proposta processual para a localidade do Campeche baseada na consolidação de uma forte estrutura pública, coerente com as pré-existências. Concomitantemente, serão explicitados instrumentos e conceitos de viabilização desta proposta.

O Processo de Planejamento da Localidade

Para estabelecer um processo de qualificação urbana do Campeche através da rede de espaços públicos indicamos as seguintes fases que a princípio não sugerem que cada etapa seja dependente de outra:

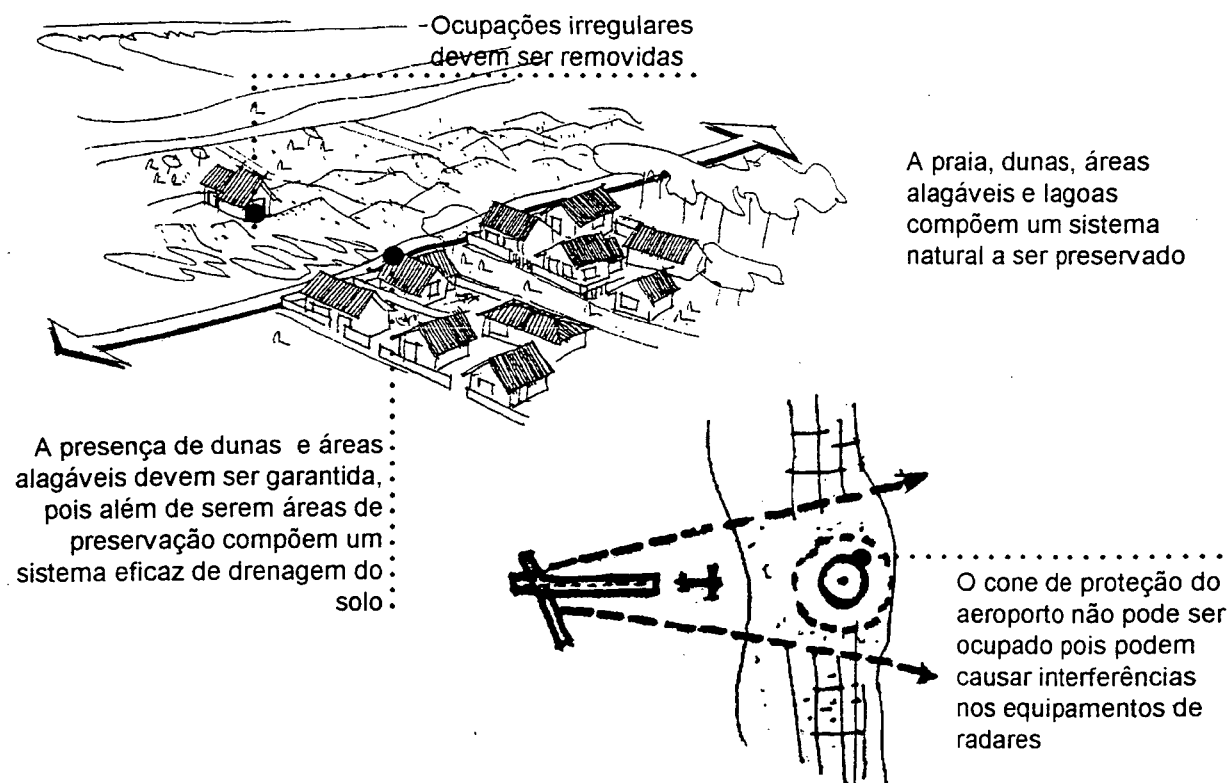
- 1 - DETERMINAR OS LIMITES DE OCUPAÇÃO
- 2 - IMPLANTAR O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO
- 3 - QUALIFICAR O DESENHO DOS LUGARES

1 - Os Limites de Ocupação

A primeira medida de intervenção para a conformação de uma forte estrutura pública é a definição de limites claros de ocupação urbana. Faz-se necessário desvevendar todas áreas de preservação e suas peculiaridades, para assim estabelecer diretrizes para efetivá-las como áreas não urbanizáveis.

Os perímetros destas devem ser trabalhados como áreas de urbanização especial, com propostas específicas de transição em cada caso. Para as áreas de preservação devem ser estudados usos compatíveis com seu grau de influência na estrutura urbana, buscando criar um mecanismo de apropriação.

Exemplos de medidas a serem adotadas:



.....
Os fundos de várzea
devem ser preservados
evitando criação de áreas
de risco devido a
deslizamentos, mas
podem ser aproveitados
como áreas de lazer



.....
Nos morros as áreas de
ocupação devem ser
estabelecidas por um
limite máximo de
inclinação do terreno
devido aos riscos , além
de cotas máximas para
não comprometer a
paisagem

2- O Sistema de Integração

A segunda etapa consiste em definir "Corredores de Integração" que compõem os eixos organizadores da estrutura urbana. Para tanto é necessário identificar as potencialidades que a atual estrutura apresenta: centralidades e corredores de integração latentes, outros que podem ser implantados, áreas que devem ser mais ou menos adensadas.

Corredores de Integração Global: Articulam partes distintas do tecido urbano ou que conectam a orla às SC's. Estes canais criam eixos de centralidade. Visando equilibrar a continuidade do tecido urbano e garantir as distintas partes deve-se incorporar novas áreas verdes.

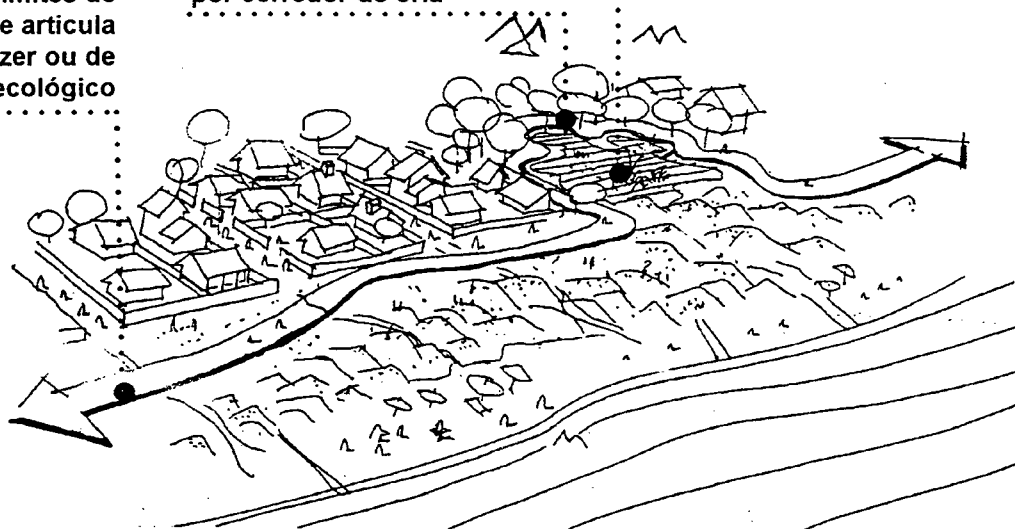
Corredores de Integração Local: Articulam o tecido local das partes integrando periferias do sistema urbano aos corredores de integração global. O cruzamento de corredores de qualquer nível criam os principais pontos de "urbanidade".

Exemplos de como implantar os corredores:

O corredor de integração
da orla (ciclovía/passeio)
impõe os limites de
ocupação e articula
espaços de lazer ou de
interesse ecológico
.....

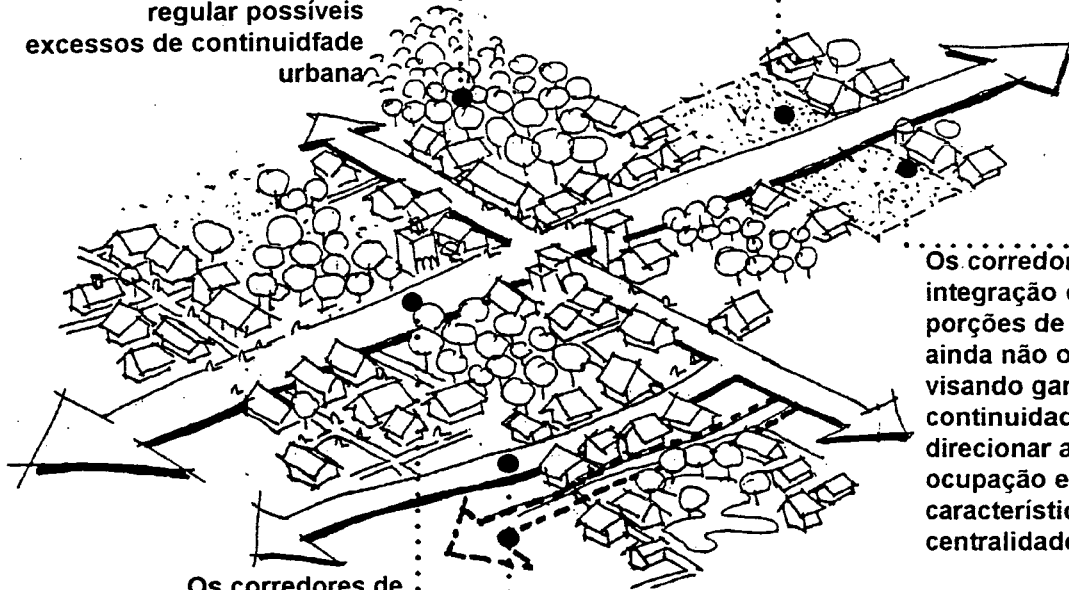
Áreas de interesse
ecológico integrada
por corredor de orla
.....

: A praia, dunas, áreas
: alagáveis e lagoas
: compõem um sistema
: natural a ser
: preservado



Devem ser reservadas áreas verdes que auxiliarão na legibilidade das partes do conjunto pois contribuem para regular possíveis excessos de continuidade urbana

Devem ser criados mecanismos que ordenem novos loteamentos garantindo que os corredores de integração não sejam desvalorizados



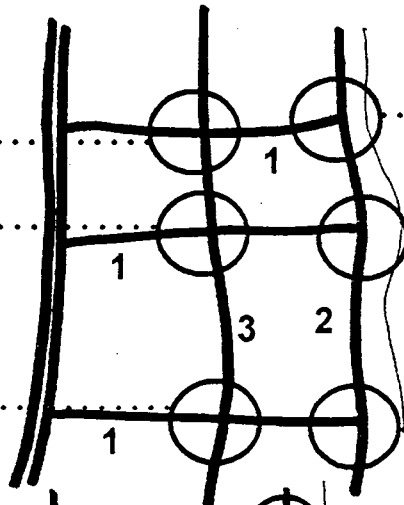
Os corredores de integração devem cortar porções de território ainda não ocupadas visando garantir a continuidade do tecido e direcionar as formas de ocupação e as características de centralidade desejadas

Os corredores de integração global/local podem ser estabelecidos sobre eixos pré-existentes e confirmar centralidades também pré-existentes

Determinados eixos potenciais podem não ser efetivados, mas deslocados, devido a dificuldades ou impedimentos de implantação: Caixa de rua muito pequena, manutenção de características locais (patrimônio histórico ou ambiental)

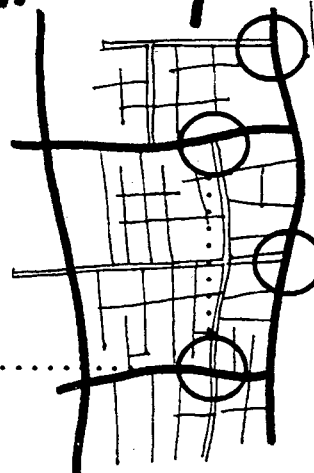
Os cruzamentos dos corredores de integração articulam centralidades

Os corredores de Integração global são basicamente de três tipos: (1) Os que ligam as SC's à orla; (2) o passeio/ciclovía de orla; (3) os paralelos a orla que interligam maiores porções de território, gerando pontos de centralidade

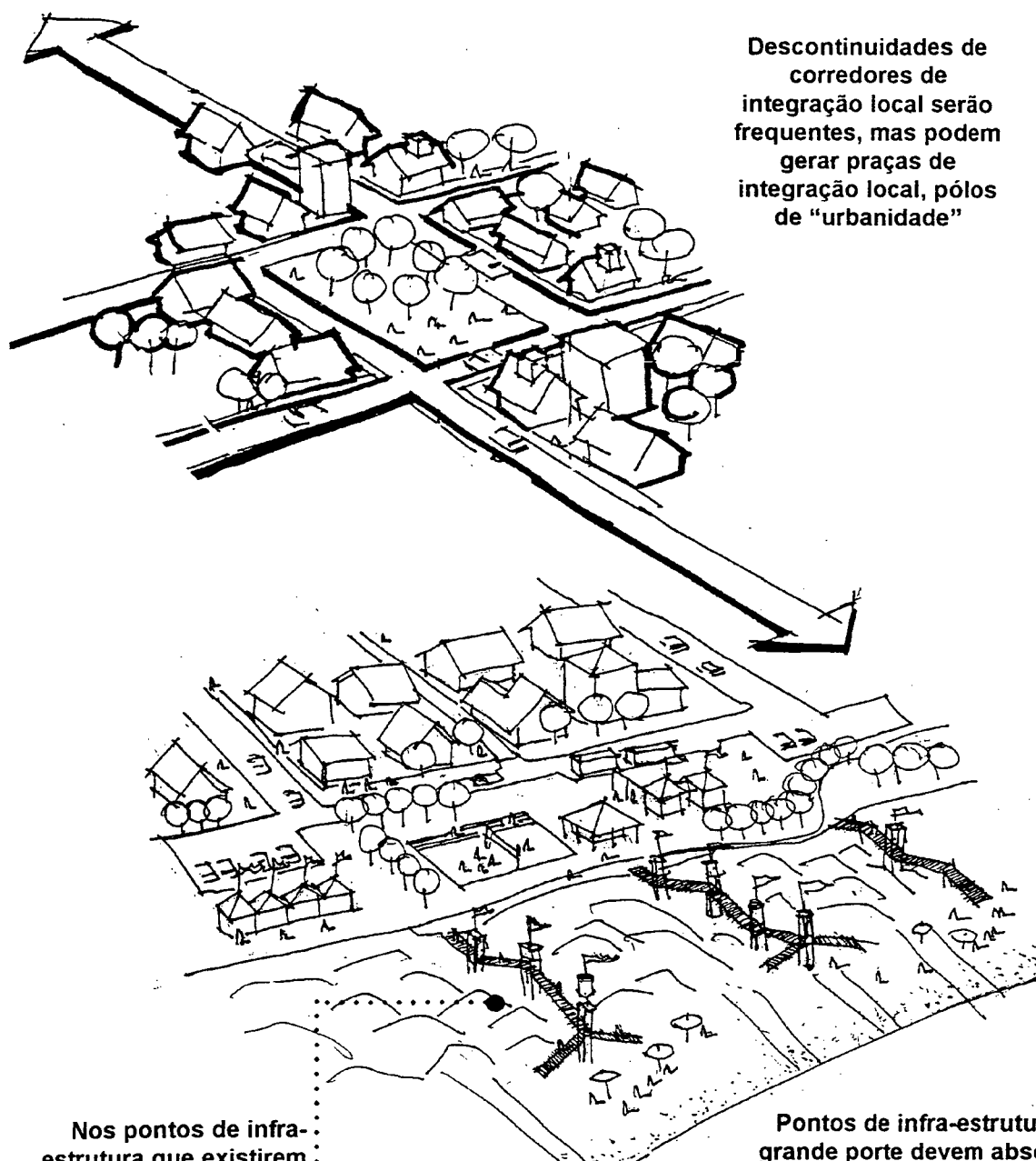


Nos pontos de chegada a orla devem ser articuladas áreas de infra-estrutura de grande porte

O cruzamento de corredores locais com globais geram praças integradoras, pontos de "urbanidade"



A chegada de corredores locais com a orla geram pontos de infraestrutura de praia de abrangência local



Descontinuidades de corredores de integração local serão frequentes, mas podem gerar praças de integração local, pólos de "urbanidade"

Nos pontos de infra-estrutura que existirem: dunas a criação de passagens elevadas possibilitam a sua preservação:

Pontos de infra-estrutura de grande porte devem absorver a demanda de "forasteiros", através da instalação de banheiros públicos, estacionamentos, bares e áreas de lazer

Para uma eficiente implantação dos Corredores de Integração destacamos 3 fases básicas, que procuram o estabelecimento de um processo gradativo de qualificação. Estas fases são:

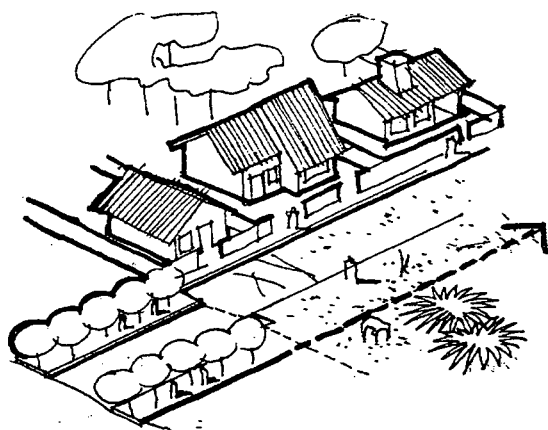
- A) Reserva de Caixa para os Corredores**
- B) Qualificar os Corredores**
- C) Densificação Controlada e Planejada**

A seguir esclareceremos o papel de cada fase.

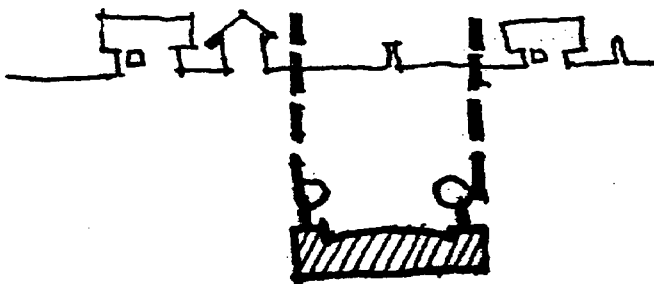
A) Reserva de Caixa para os Corredores

A primeira fase para a implantação dos corredores de integração é garantir a caixa necessária para estes dentro de perspectivas de crescimento pré-definidas. É importante que as áreas reservadas para o crescimento futuro das vias desde já sejam incorporados na rede de espaços públicos, mesmo que não assumam ainda seu desenho definitivo. Esta fase deve ser imediata evitando o crescimento acelerado que a região passa e o excesso de desapropriações.

Exemplos de como reservar caixa para os corredores:



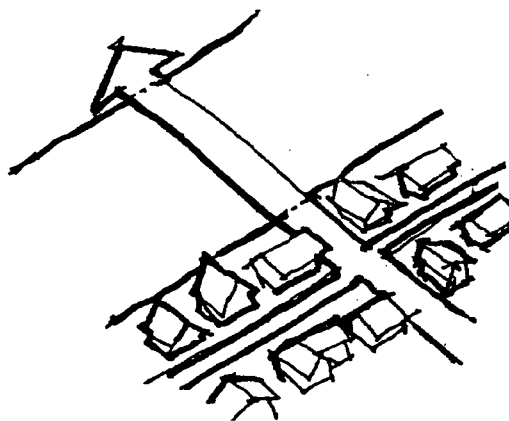
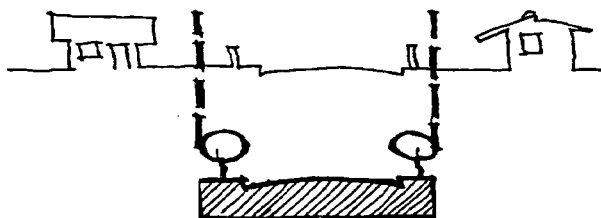
A abertura de corredores de integração deve passar preferencialmente sobre áreas livres e utilizando a caixa da rua existente



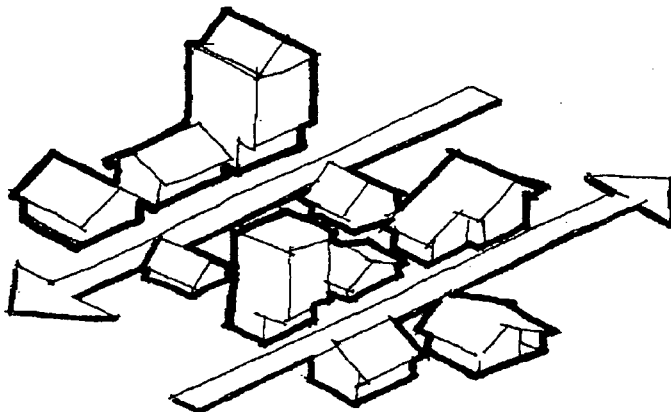
Pode-se, em alguns casos, utilizar fundos de lotes passando uma via sobre a divisa. Isto não necessariamente cria duas frentes para os lotes, pois são muitos os casos onde temos subparcelamentos

Uma solução para muitos casos é a utilização de binários que dividem a caixa do corredor de integração, consequentemente os impactos sobre as pre-existências

Em alguns casos mais simples, se necessário deve avançar sobre recuos



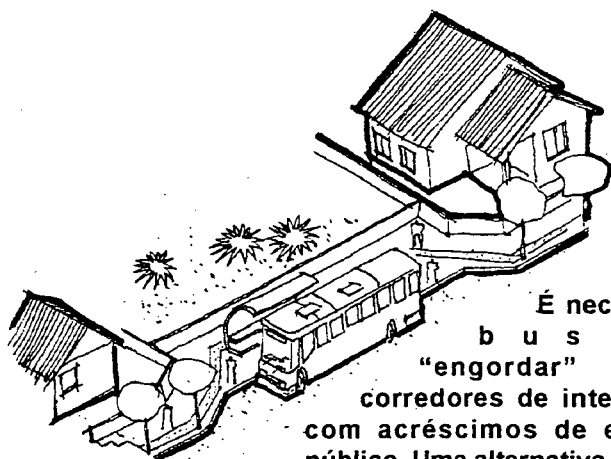
Os corredores de integração em áreas ainda não ocupadas podem ser abertos em "parceria" com proprietários. É importante nestes casos que se estabeleça um conjunto de normas de parcelamento e configuração espacial que não permita que os corredores de integração sejam mal apropriados e consequentemente desvalorizados (Ex: Terrenos introvertidos)



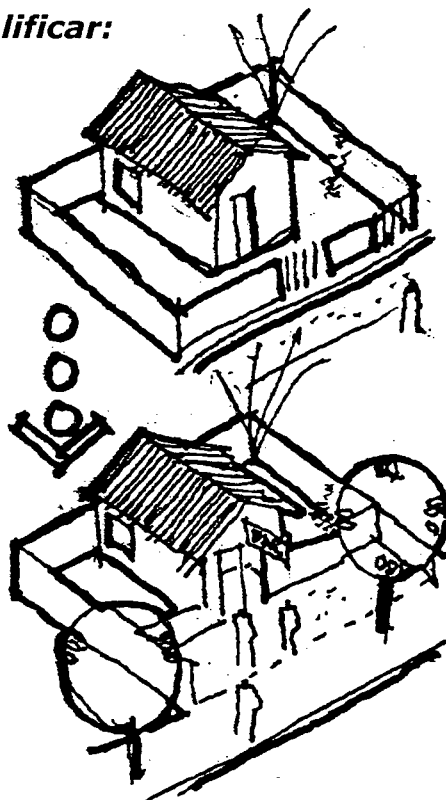
B) Qualificar os Corredores

A segunda fase do processo é implantar gratativamente infra-estruturas. Nesta fase, este eixos potencialmente assumem seu caráter de centralidade devido a sua "integração" no conjunto. É importante que os investimentos sejam constantes e "diluídos" no tempo, onde estejam definidos objetivos claros de desenho urbano.

Exemplos de como qualificar:



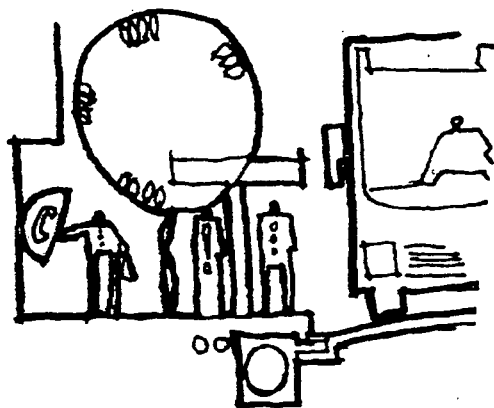
É necessário
b u s c a r
"engordar" os
corredores de integração
com acréscimos de espaço
público. Uma alternativa é situar
infra-estruturas em frente a lotes
vazios, desta forma
possibilitando, se necessário
avanços sobre os mesmos. Um
bom exemplo é o caso dos



Os corredores de integração potencializam o
aparecimento de usos diferenciados. A
instalação destes usos podem ser
acompanhadas de aberturas de espaços
públicos que dão suporte a própria nova
atividade instalada. Ex: Uma residência
transformada em armazém pode liberar de
muros a testada frontal, criando um pequeno
largo de acesso ao negócio instalado.

Junto a orla, casas começaram abrir "portas"
para o passeio/ciclovía (alimentação do espaço
público). Este corredor de integração também
deve ser alvo de uma qualificação gradativa com
a instalação de equipamentos, principalmente
os de apoio ao lazer

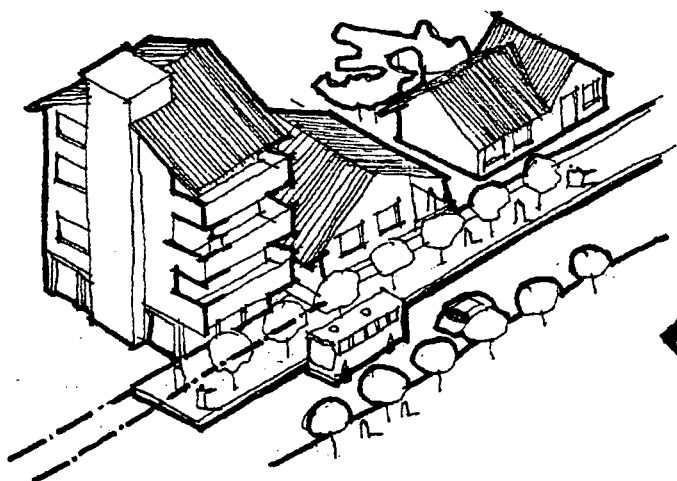
Conjuntamente os corredores de integração deve-se
iniciar um processo de instalação de infra-estruturas.
A primeira é o transporte coletivo (nos casos
pertinentes) pois é um elemento fundamental para a
qualidade de vida e confere animação urbana e
valorização dos corredores de integração



C) Densificação Controlada e Planejada

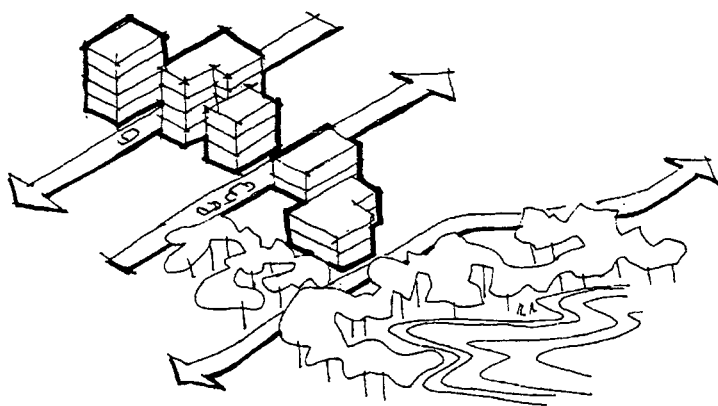
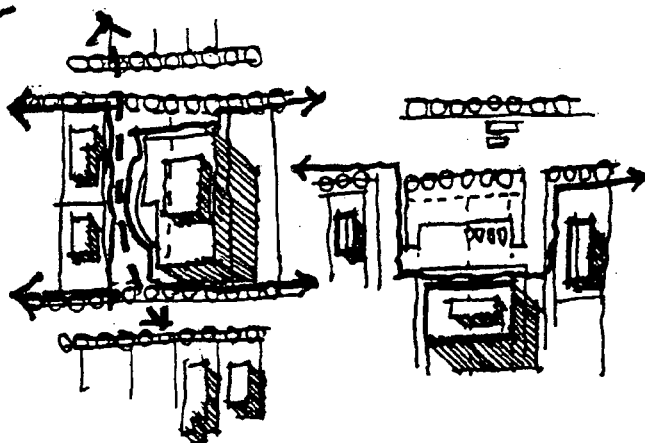
As duas etapas anteriores preparam a estrutura pública para uma densificação futura dentro limites que devem ser discutidos e traçados. A densificação deve ser estudada para cada caso, ou seja, para cada corredor de integração. Mas para todos uma regra é fundamental: A densificação deve ser acompanhada em ganhos obrigatórios de áreas públicas. Além disto, em áreas pré-estabelecidas e "carentes" de espaço público devem ser estudados mecanismos que possibilitem a troca de novas áreas públicas por acréscimos de volume edificado ou outros incentivos.

Exemplos de como processar uma densificação controlada:

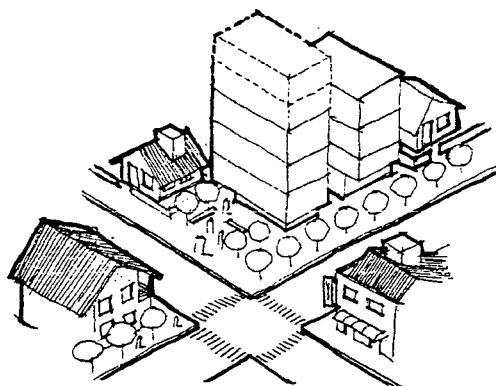


Deve-se criar mecanismos que possibilitem a troca de uma maior verticalização/adensamento por áreas públicas de interesse, como a formação de largos, esquinas, praças, calçadas, etc

Estes acréscimos de áreas públicas junto aos corredores de integração não se limitam a simples recuos. Muitas alternativas de Desenho Urbano podem ser procuradas



É necessário ter claro que mesmo nos corredores de integração pode-se inibir o adensamento nas proximidades de áreas históricas/ecológicas visando manter características da paisagem e/ou não "sufocar" estas áreas.

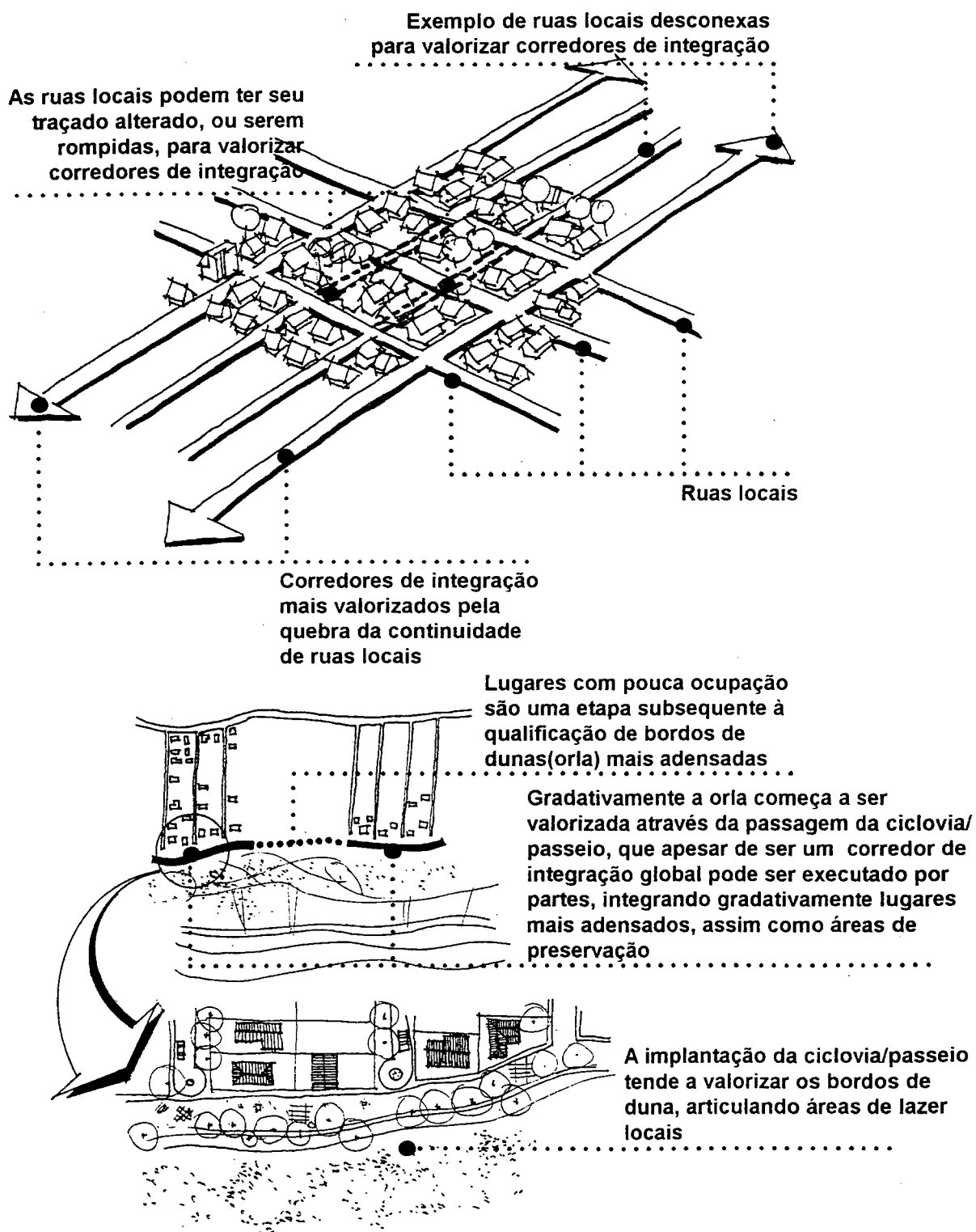


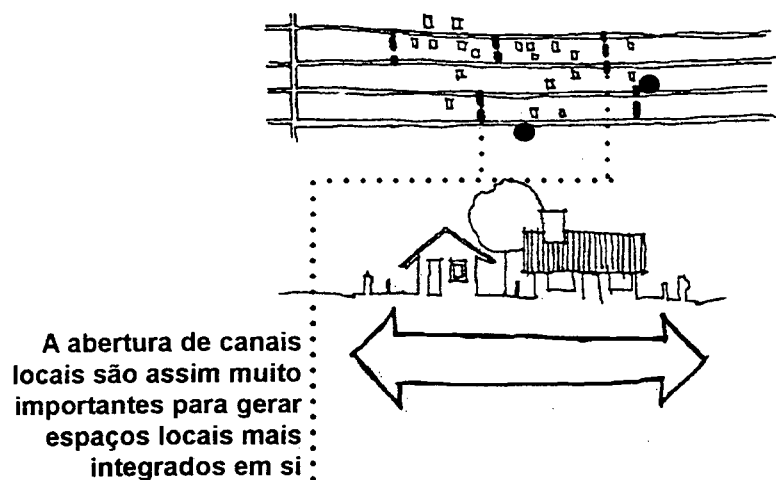
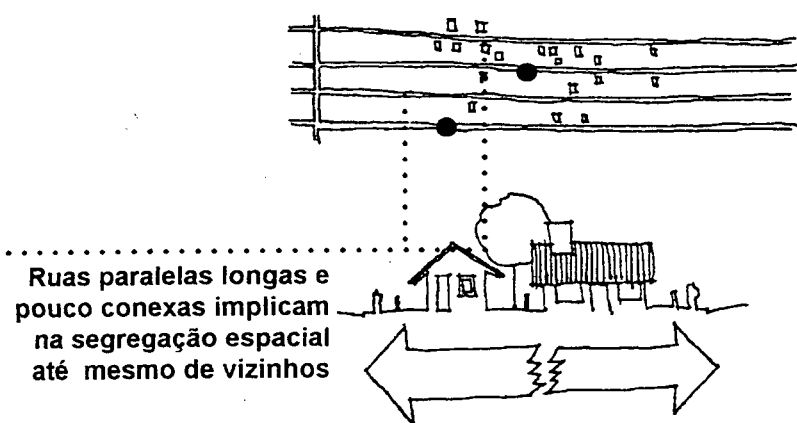
Deve-se criar mecanismos que possibilitem a troca de maiores verticalizações/adensamentos por áreas públicas de interesse, como a formação de largos, esquinas, praças, calçadas, etc. É importante definir claramente em função do suporte da estrutura pública quais são os limites máximos de adensamento

3 - O Desenho dos Lugares

A terceira etapa consiste em investir no desenho dos espaços públicos de abrangência local, entendendo que a qualificação destes embora não repercuta de imediato no sistema global de integração, são alicerces da qualidade de vida. Algumas intervenções locais surtirão efeitos na estrutura geral, especialmente aquelas que produzem mudanças na hierarquia do sistema. É fundamental considerar nesta etapa tecnologias urbanas alternativas para qualificar infra-estruturas como drenagem, pavimentação, etc.

Exemplos de como qualificar o desenho dos lugares:





Uso de lotes ainda não ocupados para a abertura de canais locais podem ser aproveitados para a implantação de pequenas áreas de lazer



A seguir apresentaremos, este processo gradativo sobre a estrutura pré-existente do Campeche. Destacamos que o uso de aerofotos de 1994 aliados a recursos computacionais nos permitiram uma avaliação precisa dos locais de implantação dos Corredores de Integração, buscando sempre alternativas o menos impactante possível.

COLOCAÇÕES FINAIS

A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA VALIDAR O PROJETO URBANO

O planejamento com participação popular fez-se surgir no final da década de 70 ao mesmo tempo que o planejamento tecnocrático inserido na maioria das repartições públicas era bombardeado.

De slogans do governo militar, passando por um decretido da população, o planejamento com participação popular, tem evoluído e atingindo exelentes resultados práticos como demostram algumas cidades.

Em Recife, o programa prefeitura nos bairros, do prefeitura de Jarbas Vasconcelos (1986-88 e retomado em 1993) que propõe paticipação direta da população no planejamento e gestão.

Em Florianópolis a proposta do orçamento participativo da prefeitura de Sérgio Grando que representou uma possibilidade não somentede participação, mas uma forma de organização comunitária.

Em Curitiba onde discussão do Plano Diretor em audiência pública e opções sobre a organização espacial da cidade (linear x radial) confrontaram-se, ao mesmo tempo que a população passou a interessar-se pelas questões urbanísticas.

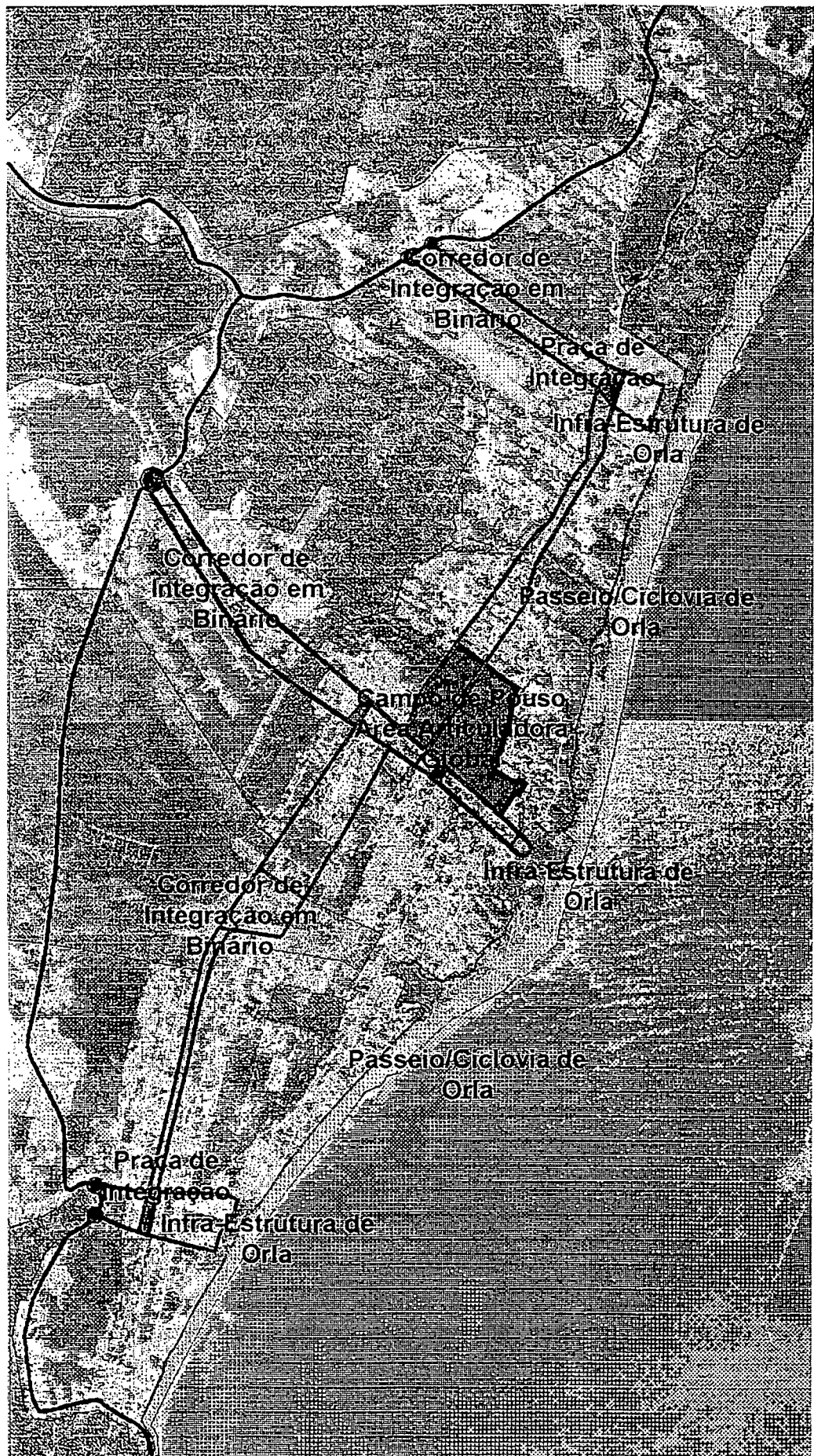
Isto demonstra que participação popular tem várias faces que não são excludentes e que passam por aspectos econômicos, organizações comunitárias, dicussão técnica entre outras. Neste contexto, cabe desvendar o papel do arquiteto, sendo que um destes este trabalho sempre fez evidenciar: "Que a forma, o desenho em várias escalas contrubuí para a construção da cidadania."

É necessário que os arquitetos coloquem seus modelos de "cidade", de "bairro" e de "rua" em discussão, visando ofertar ao coletivo alternativas de desenho e a explicitação dos seus "conteúdos éticos".

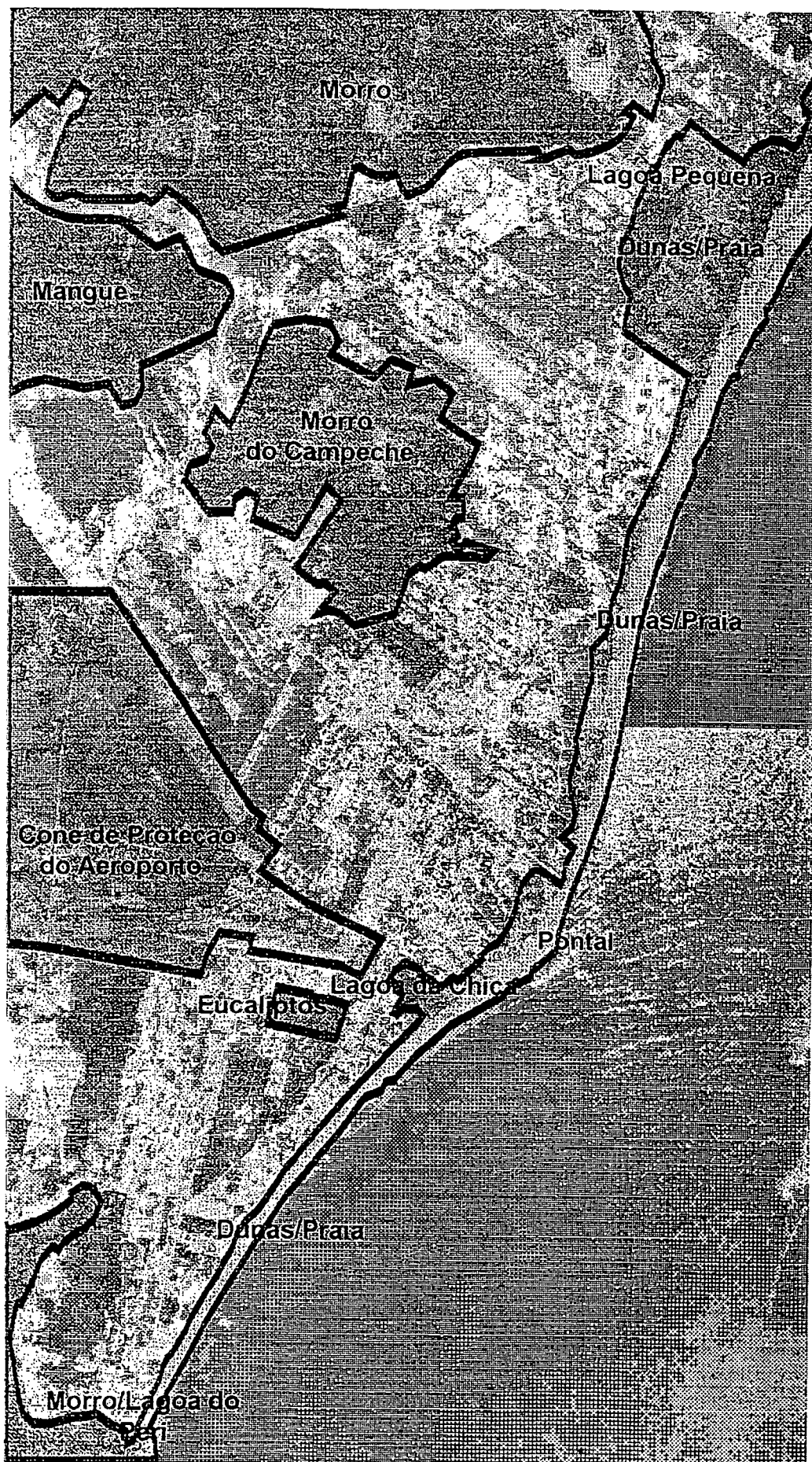
"Felizmente, nossa ferramenta de modificar a realidade, o desenho (o design), diz muito e devemos utilizá-la para armar a população para participar das soluções"

(Paulo Zimbres - arquiteto)⁸

Assim este trabalho propõe o confronto de idéias, pois é ncessário podermos optar por alternativas diferentes para a nossa cidade em suas diversas escalas, assim a seguir apresentaremos, colocadas lado a lado, aspectos do Planajemento Municipal atual frente a algumas considerações propostas por nós. Além disto apontamos que deve-se abrir espaço ao confronto de outras alternativas, q ue como a nossa, neste trabalho de graduação, deve ser posta a discussão.



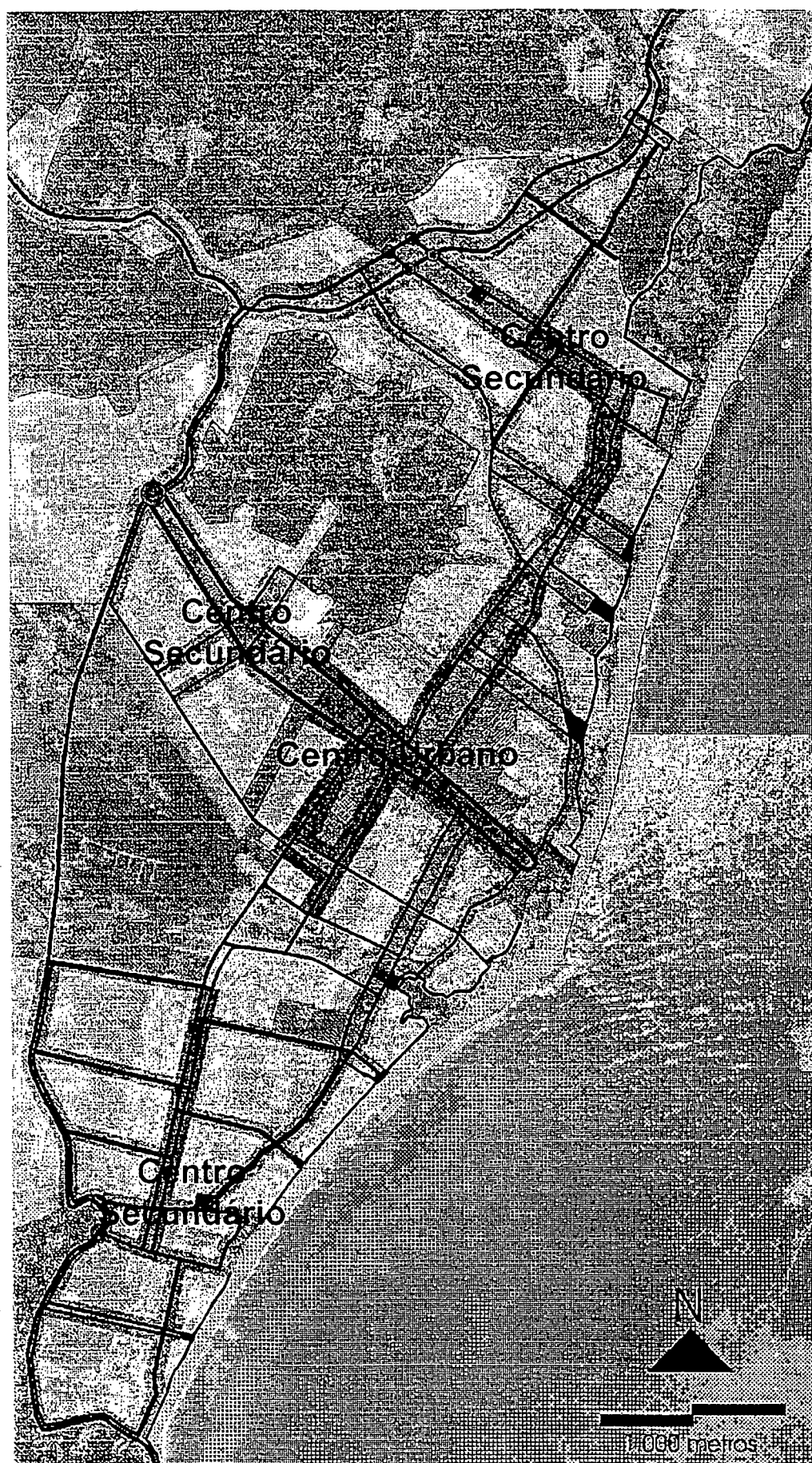
2(A) - Definição dos Corredores de Integração Global e novas áreas verdes/abertas de controle e pontos de infra-estrutura de escala global, conformando partes distintas do Campeche, agora integradas entre si



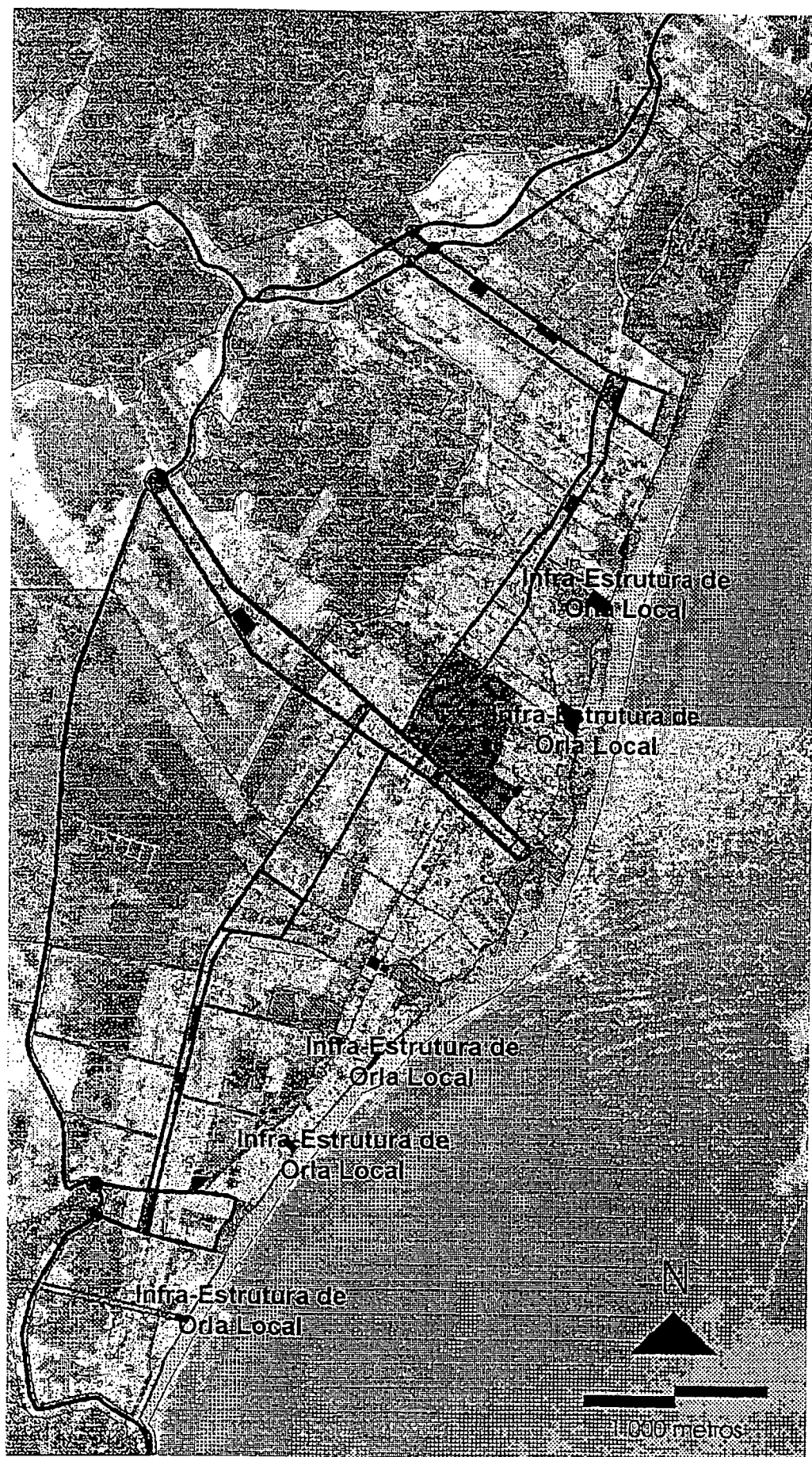
1:250,000

1:250,000

1 - Definição dos Limites de Ocupação - Mapeamento das áreas abertas de interesse (públicas ou não)



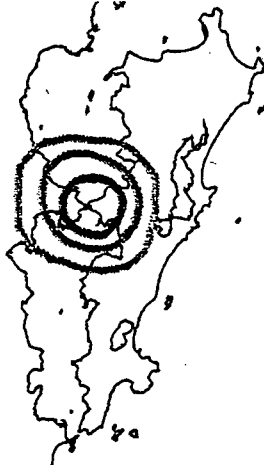
3 - Os Corredores definem os usos do solo, através de uma tendência natural que a forma da cidade nos coloca



2(C) - Definição dos Corredores de Integração Locais com novos pontos de infra-estrutura, agora de escala local.



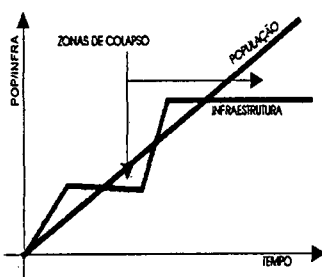
Uma cidade desenvolvimentista que propõe ocupar indistintamente o território



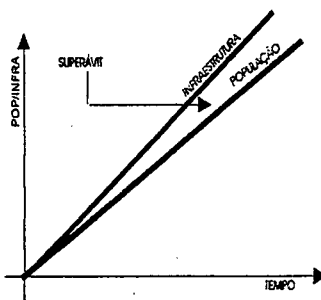
...ou uma cidade que invista em transporte coletivo e nas áreas centrais degradadas, evitando ocupação desenfreada das periferias



...ou outros modelos e propostas



Investimentos pontuais e de grande escala em infraestrutura representando este modelo desenvolvimentista



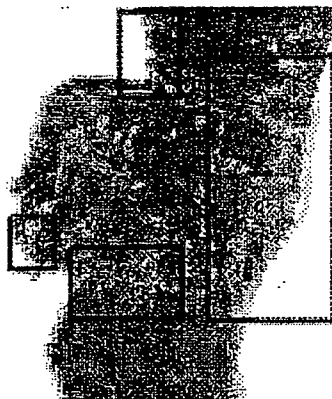
...ou investimentos lineares diluídos no tempo e que persigam um objetivo claro no tipo de cidade que queremos



...ou outros modelos e propostas



Uma estrutura única e segregadora abrangendo grandes porções de território que se impõe sobre localidades sem diferenciá-las



...ou ter claro o papel de cada bairro no contexto da cidade com planejamento que considere as suas peculiaridades



...ou outros modelos e propostas



Nos bairros adotar a mesma lógica da macro-estrutura, a segregação e a confinação das diferenças



...ou integrar os lugares e confrontar as diferenças como uma maneira de superá-las



...ou outros modelos e propostas

POLÍTICOS



TÉCNICOS



POPULAÇÃO

Impor o planejamento



...ou discutir coletivamente



...ou outros modelos e propostas

PRINCIPAIS FONTES BIBLIOGRÁFICAS

CITAÇÕES

- (1) JPUF, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Plano de Desenvolvimento do Campeche - Rezoneamento, Projeto de Lei**. (xerox): Florianópolis, 1994.
- (2) TURKIENIKZ, Benamy. **Vale a Pena Ver de Novo?** in Revista Projeto. No 30. pp 79-82. São Paulo. Ed. Projeto, abril/94.
- (3) PANERAI, Philippe. **O Retorno à Cidade**. in: Revista Projeto. No 173. pp 78-82. São Paulo. Ed. Projeto, março/91.
- (4) HOLANDA, Frederico de. **O Espaço da Cidadania: Implicações Éticas Para a Prática Profissional**. Brasília, UnB. 1994. (mimeo)
- (5) LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- (6) HILLIER, Bill. **Notas para uma teoria da prática**. Tradução: Frederico de Holanda. 1982. (mimeo)
- (7) TURKIENIKZ, Benamy. **O Olhar do Forasteiro: Depoimento do Arquiteto Benamy Turkieniks**. in: LENZI, Sílvia Ribeiro et al (org.) **Anais da 1a. Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis**. pp 94-96. Florianópolis. Ed. Palloti. 1996.
- (8) ZIMBRES, Paulo. **O Olhar do Forasteiro: Depoimento do Arquiteto Paulo Zimbres**. in: LENZI, Sílvia Ribeiro et al (org.) **Anais da 1a. Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis**. pp 94-96. Florianópolis. Ed. Palloti. 1996.

OUTRAS

- ALEXANDER, Christopher(1985). The city is not a Tree. In: **Architectural Forum**, Vol. 122.
- CHOAY, Françoise (1979). **O Urbanismo**. São Paulo, Perspectiva.
- (6) HILLIER, Bill & HANSON, Juliene. **The Social Logic of Space**. Cambridge University Press. 1984. Tradução: Frederico de Holanda.
- HOLANDA, Frederico de. **Arquitetura como Estruturação Social**. In: FARRET, Ricardo Libanez (org.) (1985). **O Espaço da Cidade - Contribuição à Análise Urbana**. São Paulo. Ed. Projeto, 1985.
- HOLANDA, Frederico de. **Recapitulação e Desenvolvimento das Diferentes Dimensões. Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização : Aspecto da Apropriação**. Brasília, UnB (mimeo)
- JACOBS, Jane (1982). **The Death and Life of Great American Cities**. London, Jonathan Cape.

MASCARÓ, Juan Luis. **Manual de Loteamentos e Urbanização**. 1a. ed.. Porto Alegre: Ed. Sagra-OD Luzzato, 1994.

PELUSO Jr. Victor A. (1953). **Tradição e Plano Urbano. As Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, Comissão Catarinense de Folclore.

PELUSO Jr. Victor A. (1981). **O Crescimento Populacional de Florianópolis e suas Consequências no Plano e na Estrutura da Cidade**. in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3a. fase, no 3.

PEPONIS, John. **Espaço, Cultura e Desenho Urbano no Modernismo Tardio e além dele**. Tradução: Frederico de Holanda.

REIS, Almir Francisco. **Forma e Apropriação dos Lugares Públicos : Um Estudo Sintático do Centro de Florianópolis-SC**. Brasília, 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

FIGURAS

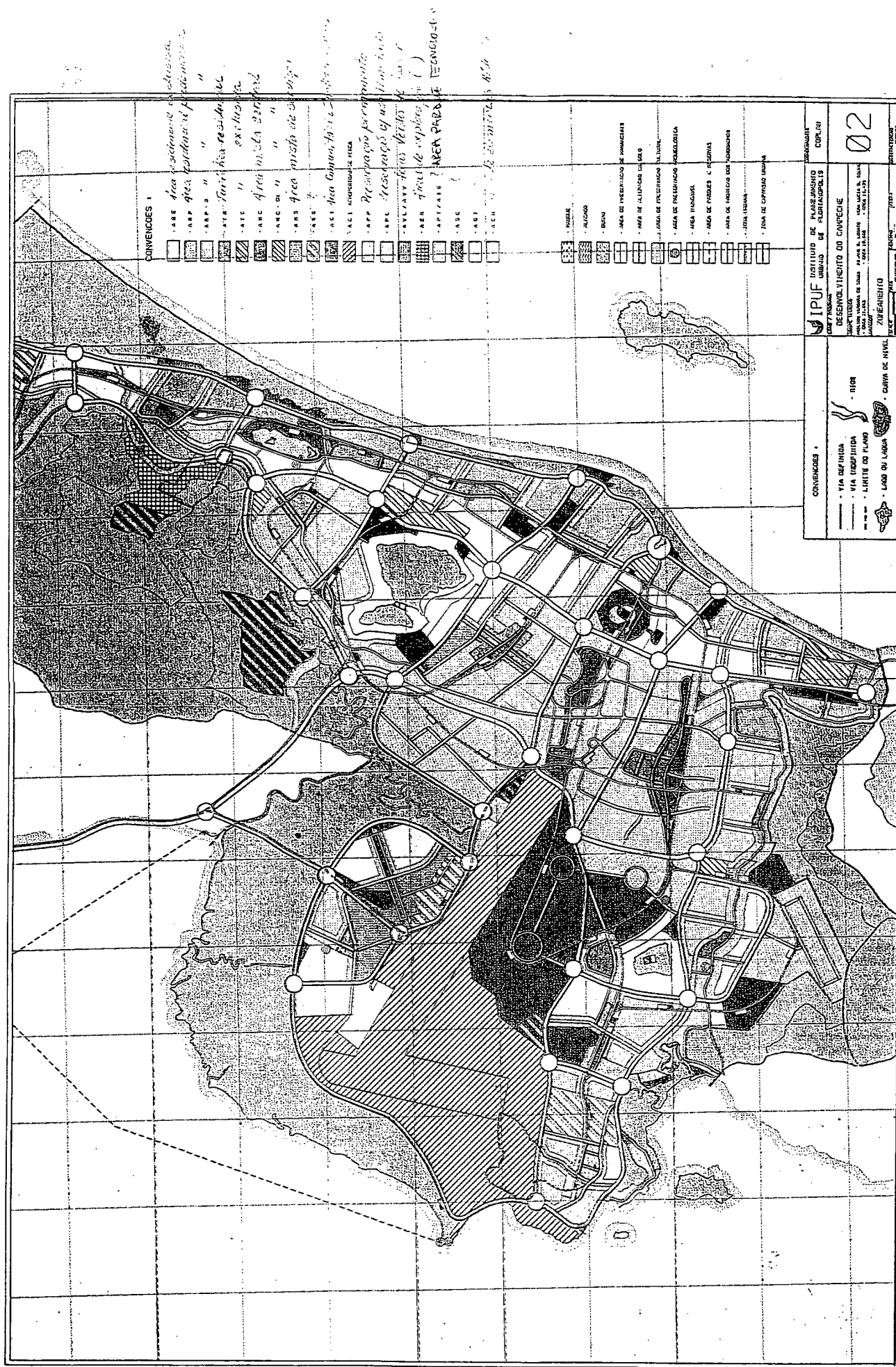


FIGURA 1

Figura 2

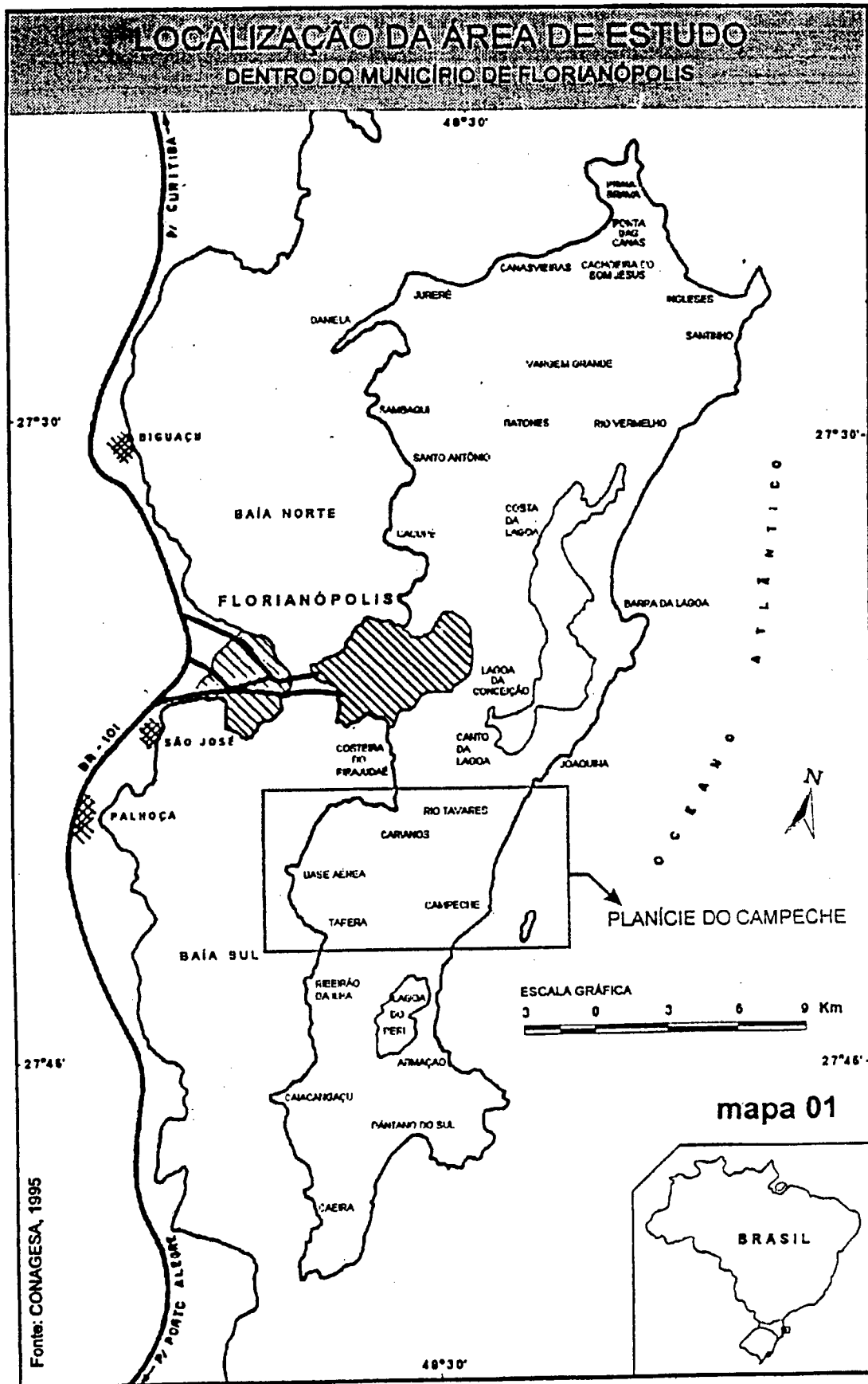
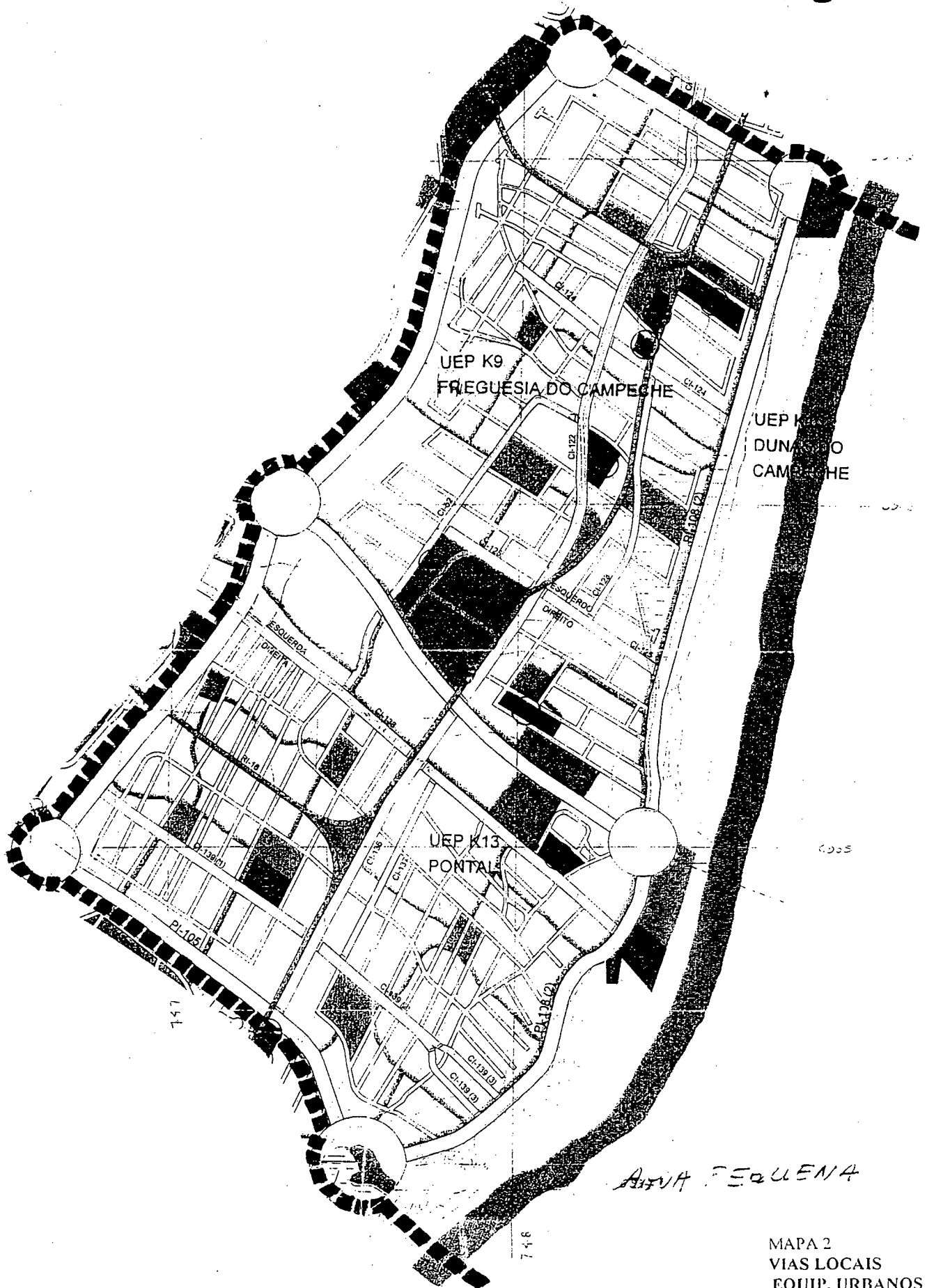


Figura 4



MAPA 2
VIAS LOCAIS
EQUIP. URBANOS
Escala 1:10.000



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

**PARECER TÉCNICO SOBRE O PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DO CAMPECHE**

1. Considerações

- O Plano de Desenvolvimento do Campeche (PDC), elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) prevê o assentamento de 450.000 habitantes em uma área de 50 km² nas regiões sul e leste da ilha de Santa Catarina.
- Outrossim, o PDC do IPUF não faz referência a qualquer infra-estrutura, tais como, abastecimento de água e sistema de esgotos domésticos, alegando que “isto é outro tipo de plano e é obrigação da CASAN, que tem que incluir em seu planejamento de longo prazo”.
- A CASAN, em seu projeto executivo de abastecimento de água da Costa Leste/Sul, prevê o atendimento inicial de uma população de aproximadamente 70.000 habitantes na implantação do Sistema, e a população limite de 147.161 habitantes.
- Segundo os parâmetros de projeto adotados pela CASAN, a vazão de consumo máximo diário será de cerca de 400 l/s, para a população de saturação da área de atendimento.
- O manancial supridor do sistema é a Lagoa do Peri, e o projeto prevê trabalhar com a variação de nível de 90 cm, sendo o nível mínimo na cota 1,76 m (cota verdadeira), nível mínimo este obtido a partir da implantação da barragem de nível; e conseqüentemente o nível máximo na cota 2,66 m.
- A Lagoa do Peri é o único manancial de superfície existente em toda a Ilha de Santa Catarina, cujo porte viabiliza técnica e economicamente a sua utilização como manancial supridor do sistema projetado.

A

2. Conclusões

- Com base nos mesmos parâmetros de projeto adotados pela CASAN, para atender às pretensões do IPUF, a vazão nominal do sistema de abastecimento de água deverá ser da ordem de 1,25 m³/s, ou seja, um valor superior ao triplo da capacidade limite do manancial supridor.
- Portanto, é tecnicamente inviável à CASAN incluir em seu planejamento de longuíssimo prazo qualquer solução com base em mananciais da Ilha de Santa Catarina.
- Ao admitir-se solução técnica com a utilização de águas do continente, destaque-se o fato de que o manancial Vargem do Braço já se encontra com a sua capacidade máxima comprometida com o suprimento da região metropolitana da Grande Florianópolis.
- Para a utilização das águas do rio Cubatão, seria necessário a implantação de uma adutora de 1,00 m de diâmetro com cerca de 40 km de extensão. Seu custo de aquisição é de cerca de US\$ 17 milhões. A este valor devem ser acrescentados os custos de assentamento.
- O custo de produção de água tratada do rio Cubatão é bastante elevado, tendo em vista as despesas com a aquisição e manutenção de equipamento eletromecânico de recalque, despesas permanentes de energia elétrica e de pessoal com adicional noturno, etc..
- Admitindo-se que uma solução técnica, astronomicamente onerosa, fosse encontrada para o abastecimento de água, a utilização da mesma pela população geraria uma vazão de 1000 l/s de esgotos domésticos. É então fácil imaginar o grau de complexidade para encontrar-se uma solução técnica adequada e sanitariamente viável para o tratamento dos esgotos gerados, bem como de seu destino final. Provavelmente a balneabilidade das praias do sul da ilha estaria com os dias contados.




3. Parecer técnico

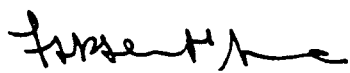
Pelo que foi anteriormente exposto pode-se chegar ao seguinte parecer técnico:

- A proposta do IPUF sequer pode ser caracterizada como um “estudo preliminar” e muito menos como um “ante-projeto”. É uma utopia, absolutamente inviável. As pessoas que a conceberam demonstraram completa alienação da realidade da região, tanto do ponto de vista técnico, como também dos pontos de vista econômico, financeiro e social.
- Somos de parecer contrário à continuidade da discussão e mais ainda à sua aprovação.

Florianópolis, 29 de setembro de 1997



Prof. João Ambrozini



Prof. Fernando S. P. Sant'Anna
Chefe do Depto de Enga. Sanitária e Ambiental

ANEXO VI

280



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

Prça Genílio Vargas, 194 Florianópolis/SC, BR 020 030 Fone/fax (048) 224 7644 - CCE/PA - 13010-0001-65

Ofício DIPRE Nº 386/98

Florianópolis, 20 de maio de 1998

Ilustríssimo Senhor Vereador

GEAN LOUREIRO

Presidente da Câmara Municipal, em exercício

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, cabe-me encaminhar-lhe o Parecer Técnico Nº 214/98, resposta ao "Dossiê Campeche", elaborado por associações de moradores do Campeche, Porto da Lagoa, Areias do Campeche e Rio Tavares, com outras organizações, que contesta o Plano de Rezoneamento da Planície Entremares.

Cabe ressaltar que esse Plano elaborado pelo IPUF de 1989 a 1991, chegou a ser encaminhado à Câmara em 24/11/92, com a denominação de "Plano de Desenvolvimento do Campeche", foi retirado em 1993 e teve por objetivo ordenar a ocupação da maior área plana disponível no Município para o desenvolvimento urbano, além de buscar preservar as Áreas de Preservação Permanente (APP), representadas pelas dunas, encostas e manguezais, respeitando as recomendações legais pertinentes. A área abrangida pelo Plano é de 65 quilômetros quadrados, dos quais 17 são APP. A título de comparação, a área continental do Município é de 12,1 quilômetros quadrados!

A atual Administração, diante da gravidade do caos urbano que está sendo instaurado na região, optou por readequar o Plano e colher sugestões para o seu aperfeiçoamento. De junho a outubro de 1997 foram realizadas reuniões em 10 associações de moradores, que resultou no atendimento da maioria das reivindicações apresentadas pelas comunidades da Tapera/Pedregal, Alto Ribeirão, Morro das Pedras, Castanheiras, e Moenda/Morrete. Quatro associações – AMOCAM (Campeche), AMPOLA (Porto da Lagoa), AMOREIAS (Areias) e Associação de Moradores do Rio Tavares preferiram organizar o seminário que resultou no "Dossiê Campeche" que propõe a anulação do Plano.

[Assinatura]

PROTÓCOLO GERAL
20/05/98
Câmara Municipal
Florianópolis

Algumas afirmações apresentadas nem sempre condizem com a realidade, como a de que a comunidade teria sido tolhida em seu direito de receber informações e emitir opinião acerca do planejamento para a sua localidade, já que no referido "dossiê" é reconhecido na página 8 que *"A reunião da sub-região do Campeche que ocorreu na data estabelecida (18-08-97) compareceram aproximadamente 200 moradores, dentre os quais técnicos das mais diversas áreas profissionais. Nesta reunião, que durou cerca de 4 horas, ficou claro ... que se tratava do mesmo plano concebido em 89, finalizado em 92, rejeitado em 95 e dividido em 97..."*. Quem faz essas afirmações, certamente tem conhecimento do plano.

A afirmação mais contundente do "dossiê" é a dita ameaça que o Plano representa para a recarga ou contaminação do aquífero subterrâneo da região do Campeche, foi baseada em dados técnicos incompletos e em falsos quantitativos, cujas considerações são expostas a seguir:

- 1- A população de 450.000 habitantes atribuída ao Plano, representa a capacidade do modelo de urbanização proposta. Trata-se da única planície disponível no Município para a expansão urbana, cujo crescimento populacional é de 14% ao ano, segundo dados fornecidos pela CIELLSC. Portanto não é o Plano o indutor para o crescimento populacional, mas apenas a forma de ordenar racionalmente a ocupação, impedindo inclusive, que da forma desordenada como ocorre atualmente, se chegue a uma população superior à acima mencionada.
- 2- A região que faz a recarga do aquífero subterrâneo compreende uma área de 65 quilômetros quadrados, dos quais 17 são de APP - Áreas de Preservação Permanente, (dunas, encostas e manguezais) restando 48 para urbanização, destes, 21 ou 32% seriam constituídos por impermeabilização, sendo 8 do sistema viário e 13 de edificações. Portanto, da área de 65 quilômetros quadrados, 44, ou seja 68% permanecem permeáveis.
- 3- A possibilidade de contaminação do referido aquífero, foi considerada no Plano, tendo sido previstas três áreas destinadas a despejos, podendo ser utilizadas para estações de tratamento de esgoto e deposição de lixo residencial. Para a população máxima prevista no Plano, a densidade média de 94 habitantes por hectare é considerada baixa, portanto a possibilidade de contaminação é remota se for implantado o Plano. Na realidade o risco de contaminação decorre da ocupação desordenada e clandestina vigente na área, com a ocupação inclusive das dunas.

Alfredo

- 4- Quanto à limitação da capacidade de abastecimento de água, deve ser considerado que a captação da Lagoa do Peri pode atender uma população de 147.000 habitantes, e, segundo a CASAN, com sua utilização será interrompida captação do aquífero subterrâneo. Esse sistema poderá ser restabelecido em caso de necessidade. Além do mais, o fornecimento poderá ser complementado pelos atuais mananciais do continente, a exemplo do restante da ilha, visto que, com a construção de reservatórios há capacidade de atender uma população de até 1.800.000 pessoas na Região Metropolitana. A dúvida que persiste é para qual contingente populacional deverá ser previsto o abastecimento, sem um plano.
- 5- A alegada ausência de estudo de impacto ambiental explica-se por três razões. Em primeiro lugar, é preciso haver um plano para avaliar-se seu impacto, e é esse exatamente o esforço do IPUF. Em segundo lugar, a resolução do CONAMA mencionada na ação, exige estudo de impacto ambiental para projetos executivos de urbanização e não para leis de zoneamento que definem apenas a destinação genérica das áreas e contém normas para proteger o meio ambiente de agressões por empreendimentos. Cabe ressaltar ainda que apenas 17% da área urbanizável ainda é formada por vazios rurais passíveis de novas urbanizações com mais de 100 hectares, passíveis de requerer estudos de impacto ambiental.
- 6- A possibilidade da criação de um autódromo internacional decorre do fato de se dispor de uma extensa área com restrições à construção, situada na cabeceira da pista do Aeroporto Hercílio Luz, fato que auspiciou a proposta de criação de um parque cujo sistema viário poderia ser também utilizado para realização de provas automobilísticas, sintonizado com a vocação turística da cidade. Esse espaço, de forma alguma estaria ameaçando o lençol aquífero, e muito pelo contrário, seria uma forma de preservá-lo.
- 7- Sobre a implantação de pólos de informática, temos a esclarecer que se trata de uma forma de desenvolvimento auto sustentado para a região e é também uma vocação econômica do Município. A implantação desses pólos é uma forma de impedir que a região se transforme em bairro dormitório da população dependente das atividades econômicas do centro da cidade.

Assinatura


29 de Maio de 1998

Ressalte-se, que a função do planejamento urbano e conseqüentemente da principal razão da existência do IPUI, é justamente a de apresentar propostas para ocupação da área urbana, prevendo os espaços adequados para habitação, comércio, serviços, sistema viário, praças, escolas e demais equipamentos urbanos e comunitários de forma a atender as necessidades de longo prazo da região.

Finalmente Senhor Presidente, conclamamos esta Augusta Casa Legislativa a participar efetivamente da discussão do Plano para darmos, em conjunto, um rumo no desenvolvimento urbano do nosso Município, especialmente na região em questão.

Colocando-nos à disposição para maiores esclarecimentos, subscrevemo-nos

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RIEDERER
Diretor Presidente



Processo 177/97-1

Parecer Técnico no. 214/98

PARECER SOBRE O RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DA AMOCAM

Em novembro de 1997, como parte de um processo de discussões que já dura 10 anos (histórico na crítica 02), o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF- recebeu um documento intitulado "Dossiê Campeche", resultado de um seminário ocorrido de 23 a 25 de outubro de 1997 na sociedade Amigos do Campeche. Em vista da grande quantidade de alegações inadequadas, que denigrem a atuação deste Instituto, o documento foi submetido ao escrutínio da equipe técnica do IPUF, a qual analisou as informações e os pleitos nele emitidos, especialmente com vistas às possíveis alterações no Plano de Rezzoneamento da Planície Entremares. O documento que se segue é o resultado dessas análises e está sendo enviado à vossa instituição, na busca do melhor esclarecimento da sociedade Florianopolitana.

INTRODUÇÃO**01 - Sobre o Conteúdo**

O documento é o relatório de um seminário sobre a proposta do IPUF para o Plano de Rezzoneamento da Planície Entremares (antes denominada região do Campeche), ocorrido entre os dias 23 a 25 de novembro do ano passado na Sociedade Amigos do Campeche, do qual participaram representantes de algumas entidades comunitárias, além de moradores interessados. O relatório apresenta críticas e sugestões ao Plano elaborado pelo IPUF, esperando prestar informações que subsidiem as ações dos órgãos públicos.

02. Sobre os Signatários e a Representatividade

O relatório é assinado por quatro associações de moradores, representando as localidades do Campeche, Areias, Rio Tavares e Porto da Lagoa. A pretensão de representar a opinião de toda a comunidade da região, formada por 12 localidades distintas, é questionável na medida em que as demais associações não participaram do seminário nem são signatárias do documento. Igualmente questionável é a afirmação de que o Plano centraliza as resistências dos moradores do sul da Ilha, na medida em que o mesmo não inclui localidades externas à planície Entremares. Quanto ao seminário, o mesmo não substitui a Câmara Municipal nem o Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) como fóruns oficiais para as discussões gerais de planejamento, especialmente este no qual tem representação 26 entidades públicas, privadas e comunitárias, englobando a sociedade civil organizada do Município.

03. Sobre a Oportunidade do Seminário

O seminário ocorreu de forma extemporânea, uma vez que já haviam decorrido mais de 20 dias após o prazo de 42 dias dado pelo IPUF para apresentação de sugestões ao Plano de Rezoneamento. A concentração do seminário em análises teóricas e diretrizes para a região, ao invés de propostas práticas para a melhoria das localidades específicas das associações, também foi extemporânea, uma vez que insiste numa discussão sem resultados, que vem ocorrendo desde 1992. A sugestão de um termo de referência para a elaboração do Plano também é intempestiva, uma vez que ocorre mais de 7 anos após o Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) haver definido as diretrizes que nortearam a execução do Plano.

04. Sobre a Estrutura do Relatório

O relatório é extenso, composto de 228 páginas assim distribuídas:

- 06 páginas de introdução e índice
- 46 páginas de descrição, análise e crítica ao Plano
- 10 páginas de sugestões ao Plano
- 15 páginas de desenhos e redações infantis
- 150 páginas de anexos contendo pareceres e cópias de documentos

É importante salientarmos que dessas 228 páginas, apenas 10 (4%) apresentam sugestões ao Plano, reservando-se para o final deste parecer a análise de seu conteúdo. É importante mostrar também que a pretensão de conter todas as informações sobre o Plano é anulada pelo caráter seletivo dos anexos, os quais não incluem nenhum dado, mapa ou texto do diagnóstico do Plano ou de sua divulgação, nem as respostas dadas pelo IPUF as críticas da AMOCAM e do COMDEMA, e nem qualquer parecer técnico das áreas de engenharia de tráfego e transportes.

05. Sobre os Autores dos Pareceres

Os pareceres técnicos sobre o Plano foram elaborados em sua maioria por professores da Universidade Federal de S. Catarina, os quais falam em nome próprio, sem representar oficialmente a UFSC ou seus Departamentos. Existem também pareceres da CASAN e COMDEMA.

Pode-se também questionar o fato de alguns dos autores dos pareceres técnicos serem moradores da região objeto de análise, imputando-se vício de parcialidade.

O parecer do COMDEMA poderia ser também contestado, na medida em que esse órgão de aconselhamento do Executivo se auto-convocou e emitiu



parecer sem a solicitação do Prefeito, numa atitude política claramente contrária aos seus Estatutos.

06. Sobre a Base das Análises

Embora se pudesse entender a dura crítica dos professores da UFSC como diferença ideológica, dificuldade dos teóricos em lidar com a vida real, ou tentativa de afirmação frente à avaliação de seus cursos pelo MEC, tal não parece ser o caso.

Em todo o documento, incluindo os pareceres, não se encontra qualquer evidência de que seus autores tenham lido o diagnóstico do Plano, compreendido o Projeto de Lei ou interpretado corretamente os mapas. É tão óbvio o desconhecimento dos detalhes do Plano e de todo o trabalho do IPUF, que só isso poderia justificar análises tão cheias de erros e impropriedades.

Aparentemente, todos utilizaram-se de informações distorcidas de segunda mão, sem procurar a equipe técnica para esclarecimentos, e sem consultar o diagnóstico à disposição na biblioteca do IPUF desde abril/95 ou na biblioteca da UFSC desde fevereiro/97. O máximo que parece ter sido consultado foi a mensagem do prefeito Sérgio Grando à Câmara, no Projeto de Lei datado de 1995. Mesmo os técnicos do COMDEMA, que tiveram uma reunião de esclarecimento no IPUF com mais de 3 horas de duração, parece nada terem ouvido ou entendido acerca do trabalho, mantendo as mesmas posições equivocadas.

O método acadêmico de justificar as opiniões próprias com citações alheias, neste caso de teóricos ou técnicos que desconhecem em profundidade o Plano, geraram um documento pseudo-científico, prolixo, redundante, e erigido sobre bases falsas. É inadmissível que se faça uma abordagem científica e se emitam pareceres técnicos baseados em informações tão incompletas sobre o objeto de estudo.

Outro problema genérico está na troca de siglas, na confusão de termos técnicos, e na incompreensão dos mecanismos de um plano diretor, numa demonstração de desconhecimento da literatura técnica e da legislação urbanística vigente por parte dos signatários professores da UFSC.

Em vista do exposto, a análise de relatório foi difícil, dado à necessidade de isolar os verdadeiros argumentos do jargão teórico e do excesso de palavras.

I. ANÁLISE GERAL DO PLANO

A análise geral do Plano é primária, consistindo de 4 parágrafos sobre o histórico da discussão, a definição da área abrangida e a descrição do



zoneamento proposto que, além de incompletos, se misturam com algumas das críticas que se repetem ao longo do documento.

II. ANÁLISE DA DESCRIÇÃO DA LOCALIDADE

A descrição do local consiste em duas páginas detalhando a localização da região, seus limites geográficos e principais características geo-morfológicas, as quais se acresce uma listagem de recursos hidrográficos, de solo, de vegetação e culturais/histórico/arqueológicos que merecem ser considerados pelo planejamento.

Embora os dados presentes no diagnóstico do IPUF sejam várias vezes mais amplos, três diferenças são significativas na relação apresentada pela comunidade:

- O IPUF indicava 4 poços artesianos em 1992, mas a comunidade indica 10 nos levantamentos atuais.
- A comunidade reconhece apenas 3 sítios arqueológicos, enquanto para o IPUF são 7, mesmo sem incluir a Ilha do Campeche.
- O IPUF incluiu entre os espaços culturais (APC) a Igreja S. Sebastião no Campeche, a Igreja de Pedra no Rio Tavares e um trecho da estrada geral no Alto Ribeirão, enquanto o relatório da comunidade indicou apenas o primeiro.

A seguir o documento descreve o que chama de realidade urbano-rural da região, mostrando as principais ocupações e os problemas causados pela urbanização clandestina e carente de infra-estrutura da maioria das localidades.

Embora a descrição reconheça a responsabilidade dos órgãos fiscalizadores (pela inação) e dos pequenos proprietários locais (pela ânsia de lucros) na geração da urbanização caótica e ilegal da região, interpreta erroneamente a situação dos empreendimentos legalmente constituídos. O texto confunde o leitor, dando a entender que os loteamentos e condomínios aprovados segundo a legislação vigente são autorizações indevidas dadas pela PMF. Na mesma linha, considera as leis aprovadas pela Câmara como "autorização" de projetos, o que é atribuição do Executivo.

Finalizando, a descrição conclui sugerindo que a continuidade das ocupações clandestinas é um valor para a vida coletiva e deve ser assegurada no Plano Diretor, o que deixa transparecer a verdadeira intenção dos signatários do documento.



III. ANÁLISE DAS CRÍTICAS AO PLANO

A análise ora apresentada não seguiu exatamente a sequência do relatório ou, dos anexos, tendo em vista a necessidade de agrupar o grande número de itens redundantes e dar-lhes uma ordenação lógica. Seguem-se as críticas e as respectivas respostas:

01. O IPUF fez um trabalho de gabinete, sem conhecer a região e as necessidades da comunidade.

Para elaborar o Plano o IPUF fez um levantamento extenso sobre a região, produzindo um diagnóstico de 48 páginas e 18 mapas, incluindo os setores de sistema natural, história, economia, meio-ambiente, estrutura fundiária, habitação, transportes, infra-estrutura física, infra-estrutura social e administração pública. Observando o universo de informações utilizadas pelo IPUF, falar em "falta de estudos sobre o local" revela apenas desconhecimento do Plano, ou má-fé.

No mesmo trabalho do IPUF foram levantados também os problemas dominantes da região e como solucioná-los, bem como os condicionantes, deficiências e potencialidades urbanísticas. Como já foi dito anteriormente, esse diagnóstico encontra-se à disposição para consultas nas bibliotecas do IPUF e da UFSC.

Comparando-se os levantamentos apresentados no relatório como básicos para o planejamento da região com aqueles constantes no diagnóstico do IPUF, torna-se evidente a maior amplitude das informações utilizadas pelo órgão de planejamento,

O diagnóstico do IPUF inclui também um levantamento das aspirações das comunidades, e sempre procurou incluir os pedidos das mesmas no Plano, incluindo aqueles feitos pela AMOCAM em 1989. A atual revisão do Plano está sendo feita basicamente à partir das sugestões viáveis apresentadas pelas comunidades.

Infelizmente, o relatório utiliza uma linguagem capciosa e é parcial nos dados apresentados, ignorando toda participação comunitária ocorrida, de modo a dar ao leitor incauto a impressão de que o IPUF nunca ouviu os anseios populares ao elaborar seus Planos. Apenas para exemplificar, as diretrizes traçadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) para a execução do Plano ou a carta da AMOCAM de 1989 sequer foram citadas.

02. O Plano foi elaborado em 1992 e enviado à Câmara em 1995, de onde foi retirado por pressão popular, que o IPUF tenta anular em 1997, fragmentando a discussão do Plano.



Os dados do histórico do Plano apresentados no relatório estão incorretos e incompletos.

O Plano foi elaborado no período 1989-91, incluindo as aspirações da comunidade expressas nos levantamentos de campo e na carta da AMOCAM citadas na resposta à crítica 01.

Vale salientar que no ano de 1990, foram entregues à arquiteta Ana Amora da UFSC, e integrante da AMOCAM, todos os mapas e informações disponíveis para que pudesse apresentar uma proposta da comunidade. Decorridos mais de 4 meses sem que fosse apresentada nenhuma proposta alternativa oriunda de sua comunidade, o IPUF deu continuidade aos trabalhos.

Concluído o Plano, o mesmo foi enviado à Câmara em 24/11/92 e retirado no início de 1993 pela administração Grando para discussões com a comunidade. Apesar de toda a retórica de participação popular naquele governo, no período 1993-96 nenhum subsídio das comunidades foi apresentado

Nesse período assistiu-se a favelização crescente do Campeche, e viu-se o CMD (Conselho Municipal de Desenvolvimento), com sua representação oficial de 26 entidades da sociedade civil que haviam definido as diretrizes do Plano, ser ignorado em favor de duas entidades criadas "ad-hoc", com representação parcializada e conotações políticas: o "Fórum da Cidade" e o "Grupo Permanente de Trabalho para Planejamento do Sul da Ilha de Santa Catarina", que impuseram algumas idéias que ainda hoje atrapalham a ordenação urbana da região:

1. Todo plano deve recomeçar do zero.
2. Qualquer discussão tem que ser geral (região ou município).
3. A urbanização planejada prejudica o meio ambiente e a comunidade.

Por trás dessas idéias existe uma intenção de retornar o processo a 1989, reiniciando a elaboração do Plano, numa tentativa de dominar o processo e impedir a planificação da região. A irresponsabilidade dessa posição só se explica por motivos políticos e interesses pessoais, provavelmente vinculados à ocupação de áreas de preservação permanente e implantação de loteamentos clandestinos. Essas idéias só beneficiam aos grileiros, especuladores e políticos que tem ali seus currais eleitorais, gerando um questionamento sobre os reais motivos da "pressão popular".

Nessa situação, o Plano que fora reeditado em 1995, sequer chegou a ser enviado à Câmara, prosseguindo-se com reuniões e seminários sem nenhum resultado prático durante o ano de 1996. Em 1997, vendo a gravidade do caos urbano que se instaurava na região, optou-se por discutir o Plano com cada comunidade isoladamente, de forma a auscultar os interesses locais que haviam sido sufocados nos anos anteriores e colher sugestões para aperfeiçoamento do Plano, com vistas ao seu envio imediato à Câmara de Vereadores.



Nos meses de junho a outubro de 1997 foram realizadas reuniões com 10 associações de moradores que representavam 14 UEPs (Tapera, Pedregal, Alto Ribeirão, Morro das Pedras, Areias, Castanheiras, Pontal, Campeche, Rio Tavares Norte e Sul, Porto da Lagoa, Fazenda do Rio Tavares, Campeche, Central e Carianos) e 3 grupos de proprietários de UEPs sem moradores (Moenda, Morrete e Zona de Ruído). As associações tiveram um prazo médio de 40 dias para apresentar suas sugestões em forma escrita ou verbal.

Esse processo resultou no atendimento da maioria das reivindicações das comunidades que dele participaram (Tapera/Pedregal, Alto Ribeirão, Morro das Pedras, Castanheiras, Zona de Ruído e Moenda/Morrete) embora as correções de mapas e textos devam levar alguns meses antes do seu envio à Câmara. Não se trataram apenas de "pequenas alterações" como pretendem os detratores do Plano, mas da inclusão de todas as sugestões técnica e legalmente viáveis, incluindo alterações de zoneamento e de traçados viários.

As 4 comunidades signatárias do relatório, desde o início foram refratárias a apresentar sugestões e, assessorando-se no COMDEMA e com professores da UFSC, preferiram organizar o seminário que gerou o relatório. Apesar da ausência de sugestões em tempo hábil, o IPUF entendeu que as sugestões viáveis oriundas do seminário poderiam ser incorporadas ao Plano.

03. O trabalho do IPUF pressupõe a não existência da participação popular

O documento pretende negar a validade do trabalho do IPUF baseando-se numa suposta ausência de participação popular. O histórico do item anterior já demonstrou a existência de participação popular no processo de planejamento conduzido pelo IPUF.

Na busca de sugestões da comunidade, o IPUF nunca se submeteu à política do assembleísmo e, ao contrário dos signatários, inclui empresários, proprietários de terras e representantes dos setores econômicos como membros da comunidade. Por esta razão, as diretrizes gerais dos planos não podem ser definidas apenas pelas associações de moradores, mas devem incluir toda a sociedade civil (agentes públicos, privados e comunitários) no Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), como ocorreu com este Plano.

Fala-se também que existe uma "falácia de participação popular" pois os pedidos da comunidade não são todos atendidos. É óbvio que os pedidos da comunidade tem que ser avaliados e só se pode atender ao que seja tecnicamente viável e socialmente aceitável, sob pena de irresponsabilidade. A voz do povo não é a voz de Deus, e as soluções populares nem sempre estão corretas. Em loteamentos legalmente constituídos as ruas permitem o tráfego de ambulâncias e caminhões de lixo, existem áreas para praças e escolas, há redes de água e iluminação pública, e que onde nada disso existe gera-se a favelização típica do Campeche. Pergunta-se então: o caos urbano é gerado



pelo planejamento ou por sua ausência, pela urbanização planejada ou por aquela feita pelo "povo" ?

Acusa-se ainda o relacionamento entre os agentes comunitários e empresariais, e o IPUF de ser assimétrico, beneficiando os últimos. Isso não corresponde a história do IPUF, que sempre esteve aberto à todos. Não há diferença no tratamento dos agentes, mas da forma como estes abordam o Instituto: o empresário procura o IPUF para discutir a doação de áreas públicas e implantação de infra-estrutura. a comunidade para discutir o que o poder público lhe dará, qual recurso amealhará. Uma relação é administrativa, a outra clientelista.

O presente processo de discussão é a coroação de mais de 7 anos de participação popular no processo de planejamento. Infelizmente, tal não foi a opinião das associações subscreventes que, ao contrário de outras, negaram-se a apresentar propostas e assumiram uma postura contrária ao Plano.

Concluindo a questão da participação popular no planejamento, deve-se lembrar que a administração municipal enviou dois projetos de Lei à Câmara de Vereadores, regulamentando a matéria, mas aparentemente os vereadores que lutam pela participação popular no Campeche não tem interesse em institucionalizar um processo participativo ordeiro e organizado.

04. O Plano é voltado ao ordenamento físico e foi denominado Plano de Desenvolvimento por abranger uma planície de 50 km²

Nada poderia estar mais longe da realidade. O Plano foi assim denominado por seguir metodologias específicas (Action Planning for Development) que permitem planejar de forma integrada o desenvolvimento físico, social e econômico de uma cidade ou região. Sem descer a detalhes teóricos, o plano contém, entre outros, elementos de diagnóstico, conceito-guia, agenda de desenvolvimento, conceito locacional, estratégias de implantação e sistema de monitoração. Foi básico na aplicação desse método a utilização da equipe multidisciplinar do IPUF para integrar informações de diversos campos do conhecimento. A equipe do IPUF é formada por técnicos de alto nível, muitos deles com experiência em cursos de pós-graduação no exterior e cooperação técnica internacional, estando apta a utilizar métodos avançados de planejamento.

No contexto desse método, só se institucionaliza o estritamente necessário, preferindo-se criar estruturas que implantem programas de ação com agilidade. A mudança na Lei de Zoneamento atual da região (rural), diagnosticada como um dos entraves legais ao seu desenvolvimento, é um dos programas principais do Plano, como se pode ver na matriz de dependência existente no documento base. Da existência de um zoneamento urbano institucionalizado depende a elaboração de todos os planos setoriais e a ação dos órgãos concessionários de serviços públicos, por exemplo.



Outro instrumento chave do Plano, a criação de uma Companhia Urbanizadora ágil e promotora de ações nos campos físico, social e econômico, foi embutido na Lei de Zoneamento, de modo a permitir a continuidade do Plano após a aprovação da mesma. O instrumento da Urbanização Preferencial representa, um avanço na técnicas utilizadas, estando em discussão no congresso nacional há décadas, como parte do Estatuto da Cidade.

Dessa forma, o rezonamento em discussão deve ser visto como um elemento essencial de um Plano de Desenvolvimento, não como o Plano em si mesmo. Deve ficar bem claro que para tornar realidade o futuro brilhante previsto no Plano de Desenvolvimento, o rezonamento não é ferramenta suficiente, sendo apenas um programa de ação entre 38 previstos.

Essa mesma incompreensão, aliada à falta de visitas a biblioteca da UFSC, levou um dos professores a afirmar que o Plano é voltado ao ordenamento físico, não permitindo uma avaliação dos demais instrumentos que serão utilizados. Se houvessem consultado o diagnóstico do Plano entenderiam o papel do rezonamento como um dos programas de ação de um Plano de Desenvolvimento e poderiam analisar os demais instrumentos, o cronograma de implantação, o sistema de monitoração, etc. Também não devem ter lido o projeto de Lei ou saberiam, que as associações de moradores serão parceiras na fiscalização e quais critérios se adotarão para regularizar ocupações clandestinas.

05. O Plano adota um paradigma típico das sociedades industriais avançadas, em desmerecimento das especificidades socioculturais e ambientais da região, e não incorpora o conceito de sustentabilidade

O Plano tenta incorporar a qualidade de vida das sociedades desenvolvidas à urbanização da Ilha, sem prejuízo dos elementos essenciais do meio ambiente, na perspectiva de integração de Florianópolis à economia global como capital turística do Mercosul e pólo tecnológico. Ignorar as aspirações da cidade num isolacionismo rural bucólico é romântico, porém inexecutável.

O paradigma da cultura tradicional, demonstrado no Campeche, é de exploração e degradação da natureza, de carência de infra-estrutura urbana e comunitária, de favelização e não pode ser incorporado pois tende a ser exponencialmente impactante com o aumento de população.

O argumento desses ambientalistas primários é o da sustentabilidade da Ilha, em defesa do qual se utilizam todas as armas inclusive a Agenda 21 e a Lei dos Recursos Hídricos. Repetindo com 30 anos de atraso as teses do Clube de Roma, tentam definir os limites do crescimento da Ilha. É preciso não esquecer que nossa comida, nossa água, nossa energia, nossos materiais de construção, nossa população, tudo enfim vem de fora da Ilha, graças a tecnologia de que dispomos. Se a ocupação da Ilha fosse limitada por seus recursos naturais, poderia suportar no máximo uns 120.000 habitantes. A sustentabilidade da Ilha não está nos limites colocados por seus recursos



naturais, mas na complementação destes com os recursos do continente, limites que nossa tecnologia nos permitir.

06. O Plano apresenta muitas semelhanças com a cidade-nova inglesa de Milton Keynes

Ter um trabalho comparado com Milton Keynes não é crítica, é elogio. Essa cidade-nova da Inglaterra é um dos modelos de planejamento mais famosos dos século XX e tem sido inspirador de novas urbanizações através do mundo, especialmente na Ásia. Infelizmente os críticos não leram o diagnóstico ou teriam visto que existe uma outra vertente formal do Plano, as tecnópolis japonesas, como Tsukuba.

A equipe técnica do IPUF conheceu ambos os modelos "in loco" e aproveitou, dos mesmos, tudo o que parecia relevante ao caso da Ilha. Se houvessem lido com cuidado o diagnóstico teriam verificado, por exemplo, as críticas que o IPUF faz ao modelo inglês e as medidas que o Plano adota para evitar repetir os mesmos erros.

07. O Plano não respeitou o diagnóstico do Plano dos Balneários, que considerou a região imprópria à urbanização

O Plano elaborado pelo IPUF não contraria as diretrizes do Plano dos Balneários pois a região foi zoneada como rural em 1985 principalmente para contenção da urbanização. Na verdade, a ocupação urbana desenfreada e clandestina dessas áreas rurais pela comunidade local foi um dos fatores que deu início à elaboração do Plano em 1989.

Esta afirmação revela o desconhecimento do modelo de urbanização regional adotado pelo IPUF desde o início dos anos 80, no qual a região em estudo é destinada à expansão urbana extensiva, ao contrário da urbanização nucleada prevista para a maior parte da Ilha.

A estratégia de implantação desse modelo passa por várias etapas, das quais uma era postergar a urbanização nas grandes planícies da Ilha num primeiro momento, o que explica o zoneamento rural da região do Campeche no Plano dos Balneários de 1985. Hoje em dia, quando um novo limiar de desenvolvimento começa a ser atingido com as vias expressas sul e norte, esse zoneamento deve ser revisto para atender a função prevista no modelo original (expansão urbana).

Esse mesmo modelo insere claramente a Planície Entremares no contexto maior do Município e da Região Metropolitana, anulando qualquer alegação de isolacionismo do Plano. Na verdade, como demonstrado no diagnóstico, existe ainda um contexto macroeconômico para o Plano, que se amplia até a esfera do Mercosul e pretende integrar-se ao processo maior da globalização.



08. O Plano induz ao assentamento de 450.000 habitantes na região.

Não é o zoneamento urbano nem a permissão de prédios de apartamentos que irão induzir a ocupação da região. Florianópolis atrai uma migração com fatores econômicos e locacionais cujas causas estão além do controle de qualquer planejador. Embora os atuais residentes sonhem em evitar que novos moradores ocupem seu paraíso, o crescimento da região é inevitável.

A região do Campeche, ao contrário do Município, crescia à 8,5 % a.a. na última década (IBGE) e hoje cresce à 14 % a.a., segundo dados da CELESC. A afirmação do documento de que esses dados não são reais porque o Município cresce apenas à 2,6 % a.a. mostra apenas desconhecimento de análises demográficas. Acrescente-se a isso a afirmação de que a via expressa sul não irá acelerar ainda mais esse crescimento, mas apenas atender ao trânsito do aeroporto, e toda a análise demográfica do relatório beira a hilaridade.

Se a região continuar sendo ocupada no padrão dos atuais loteamentos clandestinos (10% de área pública e lotes médios de 360,00 m²) obter-se-á uma densidade bruta de 100 hab/ha, ou 480.000 habitantes nos 48 km² de área urbanizável. O Plano apenas organiza, torna viável e dá qualidade à uma urbanização acelerada e talvez inevitável.

É importante lembrar que, ao contrário do afirmado no documento, o Plano não pretende criar uma cidade-dormitório, já que prevê uma base econômica baseada em turismo, educação e tecnologia que fornecerá empregos aos residentes da região.

09. O Plano coloca altíssimas densidades na região do Campeche

Durante todo o documento argumenta-se contra uma densidade excessiva de 450.000 pessoas, confundindo densidade (habitantes por hectare) com capacidade do modelo (número de habitantes). Que leigos cometam esse erro é aceitável, mas é inadmissível que os doutos professores incidam no mesmo erro, salvo se for para assustar a população.

Vamos esclarecer de uma vez por todas: densidade é população por área, sendo a média do Plano de 94 hab/ha (450.000 pessoas / 48 km²). Essa é uma densidade bruta baixíssima, segundo todos os padrões técnicos, que indicam como densidades altas aquelas acima de 1000 hab/ha (a densidade do bairro S. Mônica, por exemplo, é de 75 hab/ha). Além disso, a densidade média do Plano é inferior à tendência da atual ocupação clandestina (100 hab/ha).

Desse modo, falar em altas densidades generalizadas é uma falácia. Mesmo nos 3 bairros destinados a prédios de apartamentos com 4 a 6 pavimentos, se atingem densidades médias, iguais a 243 hab./ha. Na verdade existe apenas



uma pequena área de dois quarteirões com densidade alta, de 714 hab./ha, que coincide com o marco visual do centro de bairro da Moenda.

10. O Plano do IPUF ocorre sobre "uma planície constituída de areias, dunas e manguezais"

A descrição físico-geográfica da região é apresentada numa redação capciosa, na medida em que induz o leitor a acreditar que o Plano está prevendo a urbanização de Áreas de Preservação Permanente (APP) protegidas em Lei, especificamente dunas, mangues e restingas.

Na verdade, a única ocupação apreciável de dunas e mangues existente é aquela que foi feita pelas mesmas comunidades que se levantam contra o Plano. Todavia, deve-se dar crédito à alguns dos professores por reconhecerem que as normas ambientais e de infra-estrutura são cumpridas pelos grandes empreendimentos e ignoradas pelos pequenos especuladores, embora não identifiquem os infratores como membros da comunidade local.

O Plano protege todas as Áreas de Preservação Permanente (APP) definidas em Lei (dunas, mangues e encostas), baseando-se na demarcação fornecida pelos órgãos ambientais oficiais, e através da implantação de vias delimitadoras para facilitar a fiscalização. Mais uma vez se vê que os signatários não olharam os mapas do Plano, onde se indicam claramente todas as APP's, inclusive a reserva ecológica do Pirajubaé e os campos de dunas.

Deve-se salientar que a afirmação de que as vias limitadoras das APP causarão "consequências desastrosas ao escoamento das águas pluviais" não encontra amparo nos casos existentes e desconhece princípios de engenharia viária.

É bom esclarecer também que a área abrangida pelo Plano é de 65 km², dos quais 17 km² são APP (dunas, mangues, faixas sanitárias e encostas) e 48 km² são passíveis de urbanização (planície costeira arenosa). Dessa forma, a área objeto de zoneamento (48 km²) já excluiu as APP demarcadas em Lei, ao contrário do que dizem os detratores do Plano..

11. O Plano desrespeita inúmeros aspectos da legislação ambiental

As acusações de desrespeito a legislação ambiental nascem do conflito entre princípio e demarcação. Como foi visto no item anterior todas as APP demarcadas pelos órgãos oficiais foram respeitadas. O problema está na interpretação subjetiva de limites de APP por técnicos que se baseiam em outras leis e na judicialização do debate político.

Com relação a classificação das planícies da Ilha como restingas passíveis de conservação segundo o Código Florestal, significaria a total ilegalidade de qualquer ocupação humana no Município, num delírio ambientalista sem



comentários. Consequências igualmente absurdas teriam a aplicação impensada do inconstitucional Decreto 750/93 sobre a conservação da Mata Atlântica a toda vegetação arbórea nas planícies da Ilha.

As acusações contra o Plano se apoiam também na Lei do Gerenciamento Costeiro, que não permite leis menos restritivas até a aprovação do plano estadual de gerenciamento, que está sendo elaborado há quase 10 anos, sem conclusão à vista. É óbvio que isso é uma afronta a autonomia municipal em assunto de seu peculiar interesse, e que a impossibilidade de aprovar leis municipais reguladoras só induz aos loteamentos clandestinos e a urbanização caótica da orla marítima, acelerando a degradação ambiental que se pretende evitar,

A pérola mais recente no rosário das lamentações ambientalistas está no Plano Nacional de Recursos Hídricos, baseado no qual se afirma que nenhuma ocupação pode ser planejada porque iria contaminar ou destruir os aquíferos subterrâneos usados para abastecimento. Como só a urbanização planejada e legal costuma implantar infra-estrutura de saneamento, já se pode ver que o resultado da proibição é o contraditório aumento da contaminação causada pelos loteamentos clandestinos.

Finalmente, existe a questão mal compreendida da "Agenda 21". A idéia de desenvolvimento com proteção ambiental perpassa todo o Plano e só não é percebida devido à exaltação de ânimos criada pelo assunto da sustentabilidade/aquífero subterrâneo, desmitificado nas críticas 5,14,15 e 16. O Plano preserva todas as APP demarcadas em Lei, propõe estruturas de monitoração e tem como base econômica o turismo, a educação e a tecnologia, todos seguramente não poluidores. Ao contrário do que afirmam, o Plano tem parâmetros claros e definidos, com mapas que indicam o que deve ser preservado, numa importante contribuição a "Agenda 21" local.

A filosofia de trabalho do IPUF (eficiência, equidade e qualidade de vida), busca o desenvolvimento econômico e a justiça social compatibilizando-os com a conservação de bens naturais e culturais, conforme requerido pela "Agenda 21". O que ocorre é uma confusão no aspecto da co-responsabilidade da comunidade, que os militantes interpretam unicamente como participação e politização do processo, com vistas a inviabilizar as ações do poder público.

Na prática, a questão ambiental tem sido usada como arma política, como forma de barrar projetos que não interessam aos militantes. As acusações dos ambientalistas são tendenciosas, dirigindo-se apenas contra órgãos públicos e empresas, mas ignorando a invasão de dunas e mangues, ou a contaminação dos aquíferos feita pelas comunidades que dizem defender. Onde estavam a AMOCAM e seus parceiros quando as dunas foram invadidas ?

12. O Plano não veio acompanhado de um EIA_RIMA

Os signatários desconhecem que só se pode fazer um estudo de impacto ambiental de um projeto caso este exista. É preciso, portanto, concluir primeiro o Plano para depois fazer estudos que avaliem seu impacto ambiental e proponham as medidas mitigadoras que se fizerem necessárias.

Há todavia dúvidas quanto à necessidade de EIA-RIMA para planos, já que a Lei só os exige para empreendimentos e os planos contêm exatamente zoneamentos e outras normas para proteger o meio ambiente de empreendimentos degradadores. A posição do IPUF é de que os EIA-RIMA não são devidos para planos que alteram zonas já urbanas, mas tão somente para aqueles que tornam urbanas áreas rurais não urbanizadas com mais de 100 Ha, ou seja, em apenas 2 ou 3 das localidades que compõem o Plano (17% da área total de 65 km²).

13. O Plano não tem previsão de infra-estrutura de saneamento básico

As análises sobre saneamento básico incluídas no relatório estão totalmente distorcidas. Mesmo o COMDEMA labuta nos mesmos erros dos signatários ao afirmar que no Plano inexistia infra-estrutura de saneamento básico (água, esgoto e lixo) prevista. Apesar de uma apresentação de mais de 3 horas feita especialmente ao COMDEMA, seus membros parecem não ter ouvido nada nem consultado o diagnóstico, o texto ou os mapas do Plano.

Essas afirmações esquecem da infra-estrutura de saneamento básico previstas no Plano (2 reservatórios de água, 3 estações de tratamento de esgotos e uma estação de tratamento de resíduos sólidos), da obrigatoriedade legal (incluída no projeto de Lei) de dispor de sistema de tratamento de esgotos aprovado pelos órgãos competentes e também que contaminação já existe, e é feita pelos atuais moradores que vivem em áreas clandestinas e não planejadas. Quanto a implantação prévia de infra-estrutura depende em grande parte da existência de loteamentos legalmente constituídos. No projeto de lei há também previsão da elaboração de um plano geral de drenagem em 200 dias após a aprovação da Lei.

É lamentável que os sanitaristas da UFSC, que deveriam conhecer todas as técnicas vinculadas, afirmem não haver viabilidade técnica para o futuro abastecimento de água da região ou o tratamento de seus esgotos. A utilização mais intensa dos mananciais da área continental (Cubatão, Pilões e Biguaçu) com capacidade para atender a mais de 1,8 milhão de pessoas, segundo informações extra-oficiais da CASAN, ou a dessalinização da água do mar, não apresentam problemas técnicos, mas apenas financeiros. Da mesma forma, não há impedimento técnico para construir três estações de tratamento de esgotos iguais a do aterro da Baía Sul, a qual atende a 150.000 pessoas.

14. Não haverá água para abastecer 450.000 pessoas.

A capacidade de abastecimento de água (147.000 pessoas pela Lagoa do Peri e 40.000 pelo aquífero subterrâneo) é colocada como o limitante per se da população, com especial ênfase em que o Plano vai gerar impermeabilização do solo e contaminação do lençol freático, inviabilizando o uso do aquífero subterrâneo.

Os signatários esquecem que a densidade média proposta é baixa (94 hab/há), e que a população do modelo (450.000 pessoas) só deverá ser atingida em uns 30 anos, de modo que a CASAN terá de 10 a 15 anos antes de esgotar a capacidade atual e estudar novas alternativas de abastecimento para a região.

Segundo informações extra-oficiais da CASAN, com a execução de reservatórios os mananciais da área continental (rios Biguaçu, Pilões e Cubatão) tem potencial para abastecer mais de 1,8 milhão de pessoas, isso para não falar em usinas de dessalinização da água do mar. Quanto ao aquífero subterrâneo, é uma fonte secundária, cujo uso deverá ser descontinuado em breve pela CASAN.

15. As vias de grande porte e a urbanização irão impermeabilizar todo o solo, comprometendo a recarga do aquífero subterrâneo.

Esta afirmação é obviamente um delírio ambientalista ou um erro crasso de escala. Em primeiro lugar, não se dispõe de estudos técnicos que permitam afirmar com segurança como e onde se dá a recarga do aquífero. Em segundo lugar, as vias principais e coletoras correspondem a mais ou menos 7 km² (10% da área total) e serão as únicas a serem asfaltadas. Em terceiro lugar, estima-se em que o sistema viário local poroso impermeabilize 1 km² e as edificações 13 km², chegando-se ao total 21 km², ou seja, 32 % da área global do Plano (65 km²), o que seguramente não ameaça a recarga do aquífero. Some-se a isso o fato de que os 19 km² de APPs incluídos na área do Plano fornecerão uma acentuada recarga ao aquífero, e todo o argumento cai por terra.

No fundo, a questão do aquífero subterrâneo é semântica, pois a CASAN deverá descontinuar o uso de águas subterrâneas após a instalação da estação de captação d'água na Lagoa do Peri.

16. A urbanização irá contaminar todo o lençol freático com esgotos domésticos, impedindo o uso do aquífero subterrâneo.

A contaminação do lençol freático depende primordialmente do tipo de urbanização. Os moradores de loteamentos clandestinos, que colocam-se à margem das leis são os responsáveis por toda a contaminação que hoje existe na região. O Plano, porém, tem previsão de 3 estações de tratamento de



esgotos, para assegurar a não contaminação do lençol freático, mesmo com densidades médias.

Os signatários esquecem-se que a contaminação feita pelos atuais moradores só pode ser evitada com parcelamentos do solo e edificações legais, das quais se pode exigir tratamento de esgotos desde as fases de projeto.

Uma outra questão relacionada é o temor de que a continuidade da retirada de água e a impermeabilização possam causar a subsidência do solo. Deve-se lembrar que o fenômeno da subsidência pode ocorrer apenas em casos extremos e em locais restritos, jamais numa região de 48 km². Poder-se-ia até imaginar o contrário, que a retirada excessiva de água causaria a penetração de cunha salina, evitando totalmente a subsidência.

Todavia, esse argumento se acaba quando se sabe que a CASAN irá descontinuar o uso do aquífero subterrâneo após a operação da captação na Lagoa do Peri e que a impermeabilização nunca será total (crítica 14).

17. O Plano reduz a qualidade de vida e "nega os territórios construídos pelas práticas concretas dos cidadãos"

O decréscimo da qualidade de vida é atribuído a perda de um ambiente rural bucólico que ocorreria com a urbanização da região. Essa idéia nasce da premissa falsa de que a qualidade de vida que desfrutam os atuais moradores do Campeche é melhor que de áreas urbanas regulares. Essa premissa é desmentida pela ordenação espacial, pela criação de áreas verdes e espaços públicos e pela implantação de equipamentos urbanos e comunitários nos loteamentos legalmente constituídos, muito diferente da urbanização caótica que hoje ocorre no Campeche.

Essa premissa falsa também nasce de uma contraposição de baixas densidades rurais com altas densidades urbanas, de servidões estreitas com avenidas largas cheias de veículos, numa avaliação que não corresponde à realidade do Plano, nem à sua implantação ao longo de várias décadas.

O Plano, todavia, permitirá os usos rurais que não conflitem com a urbanização, protegerá todo o patrimônio natural e cultural e terá uma abundância de parques e áreas verdes, de modo que mesmo sem criar uma cidade-jardim, gerará uma urbe com alta qualidade de vida.

Por outro lado, o relatório faz uma ode à ocupação tradicional da Ilha, a assim chamada "cultura da servidão", como se fosse uma solução urbanística de alto nível. As servidões são apenas a decorrência de uma estrutura fundiária arcaica, um legado colonial inadequado à vida urbana moderna. As servidões só são soluções em pequenas áreas, com comprimento inferior a 20 vezes sua largura e quando usadas predominantemente por pedestres. Quando tenta-se utilizá-las na era do automóvel inúmeros problemas de tráfego e socialização são gerados, como demonstra a vida no Campeche.

Apesar disso, todo o esforço foi feito para manter as vias e ocupações existentes, exceto aquelas sobre APP - Áreas de Preservação Permanente (dunas e mangues), pois não há legitimidade na ocupação efetuada por grileiros de áreas públicas. Afirmar o contrário e considerar essas invasões como conquistas da comunidade é ser conivente com a contravenção, coisa que o IPUF jamais poderá fazer, por estar sob as penas da Lei.

Os autores dos relatório fazem uma boa descrição do processo de urbanização clandestina e da invasão de dunas, mangues e margens de rios, vinculados a favelização da classe média baixa, porém consideram-nos consequência do turismo, limitando suas causas e inocentando os contraventores. O turismo não é um problema, mas pode ser uma solução para a conservação ambiental, especialmente o turismo de alto nível e o eco-turismo.

A afirmação de que a densidade dos assentamentos espontâneos é de 50 hab/ha e se equipara a densidade dos loteamentos legalmente constituídos, deve ser algum problema sério de pesquisa ou de cálculo. Essa é a densidade bruta de Jurerê Internacional, com 45 % de área pública, e jamais será igual a de assentamentos com lotes pequenos, onde a única área pública são as servidões que ocupam menos de 10 % do terreno. Uma avaliação mais correta daria uma densidade bruta de no mínimo 100 hab/ha para as áreas clandestinas.

Os autores insurgem-se contra loteamentos de qualidade por acreditar que esses tendem a expulsar os moradores menos favorecidos das redondezas. É a valorização de seus terrenos e o desejo de lucro fácil que expulsa os antigos moradores. Tentar impedir a ação das forças de mercado é fútil, e propor a favelização para evitá-las é desumano. De qualquer forma, sempre que o IPUF propôs a criação de loteamentos populares encontrou enormes resistências de todas as comunidades, especialmente das mais pobres.

Um corolário dessa crítica é dizer-se que o Plano favorece os grandes empreendimentos que seguem a Lei e prejudica os pequenos. O Plano não favorece ninguém, é uma Lei que deve ser seguida igualmente à todos. A diferença está no fato do grande investidor seguir a Lei, visando aumentar seus lucros através da qualificação do empreendimento, enquanto o especulador familiar busca um lucro fácil burlando a Lei e criando loteamentos clandestinos.

18. O sistema viário segrega as comunidades não só espacialmente mas social e economicamente

Não haverá separação de comunidades pelo simples fato das 36 UEPs (bairros) serem contornadas por vias principais (anéis viários). É inadmissível que professores de urbanismo desconheçam conceitos de territorialidade biológica e imaginem que algum ser humano se vincule espacialmente a uma região de 48 km², quando se sabe que o território médio abrangido pelo ser



humano é de 1 km² e eventualmente 2 km², o que corresponde ao tamanho médio das áreas urbanizáveis nas UEPs do Município.

Em primeiro lugar, não se pode separar o que já é separado: Tapera não tem nada a ver com o Morro das Pedras, este com o Rio Tavares, e nem o último com Carianos, por exemplo. O sistema viário principal normalmente fica em área não ocupada, evitando utilizar as vias existentes, de modo que as interações sociais que eram condicionadas pelos travessões continuam da mesma forma.

O fato de circundar os bairros com anéis viários para retirar o tráfego de passagem das áreas residenciais não tem características de isolamento mas de proteção da comunidade contra os inconvenientes do tráfego: acidentes, barulho e poluição atmosférica. O sistema viário em grade que contorna os bairros tem ainda a função de democratizar o espaço, na medida em que é um modelo viário que permite igual acessibilidade em todos os pontos.

Na verdade, os autores desconheciram a hierarquia viária prevista na legislação urbanística do município: todas as funções de integração e comércio/serviços que eles gostariam de ver nas vias principais são funções das vias coletoras, as quais foram previstas nos mapas do Plano, mas ignoradas nas análises. Em seu desconhecimento confundiram vias principais (que se destinam a retirar o tráfego de passagem do interior dos bairros) com vias coletoras (que integram os diversos bairros com comércio, serviços e "encontros interpessoais aleatórios" ao longo de seu eixo). O exemplo da avenida de Contorno e da rua Lauro Linhares exemplificam essas funções, demonstrando que o bairro Santa Mônica não está segregado da Trindade

Faltou um análise melhor dos mapas, pois nada há que inviabilize a instalação de comércio nas zonas ARP ao longo das vias principais, exceto a necessidade de ligações com vias coletoras a cada 400-500 metros, e a utilização de vias marginais, para assegurar um fluxo contínuo de veículos.

Por não comportarem um zoneamento único, as UEPs nunca serão formadas por um grupo social homogêneo, e não haverão modos distintos de apropriação do espaço público, pois a doação de áreas públicas é igual em todos os loteamentos (45 %).

Dizer que o tamanho de lotes (padrão de renda) e a localização das áreas de baixa-renda produzem segregação econômica é ignorar as diretrizes do Plano e a realidade de mercado. O Plano tem áreas para baixa renda, mas em localizações econômica e socialmente viáveis. O Plano prevê lugar para todas as classes sociais, mas não as coloca todas misturadas, na medida em que isso seria a antítese de um zoneamento, tornando antieconômico e ineficiente não só a divisão do solo como a infra-estrutura urbana e comunitária dos loteamentos. Todavia, isso não significa bairros de uma zona única, mas uma mescla criativa de diversas zonas, permitindo subsídios cruzados,



19. O modelo do Plano é segregador, “gerando bairros isolados semelhantes a condomínios fechados” e “destruindo os espaços coletivos de uso público”

Essas afirmações já foram contestadas na crítica anterior mas algo ainda se pode acrescentar.

O Plano não é segregador por excluir os fluxos de passagem no interior dos bairros e nem gera bairros semelhantes a condomínios fechados por contorná-los com anéis viários. A falsidade desse argumento é evidente, pois todas as UEPs se conectam diretamente através das vias coletoras (vias de integração), e os bairros não são condomínios fechados em que convivem apenas os moradores locais. Não há segregação entre a Trindade e o Santa Mônica, e nem falta de diversidade social nesses bairros, por exemplo.

Imaginar que uma região de 48 km² possa se constituir de um conjunto de condomínios fechados com área média de 2 km² é um grande erro de escala na avaliação do Plano, para não falar da inviabilidade espacial e econômica. Quanto a espaços coletivos de uso público sendo destruídos pela privatização de extensas áreas, é apenas decorrência da idéia anterior, em que bairros são equiparados a condomínios fechados. Pode-se ver que os espaços públicos de cada bairro continuam sendo de uso coletivo.

Uma variante do argumento é a que afirma que a exclusão do tráfego de passagem do interior das localidades tende a inibir os pequenos negócios e serviços essenciais, reforçando o caráter de cidade-dormitório. Este argumento é inválido na medida em que os bairros são atravessados por vias coletoras onde se concentra todo o comércio necessário aos moradores e passa o tráfego de curta distância. O autor perdeu a noção de escala: o comércio e serviços necessários a um bairro de 2 km² gera um movimento econômico correspondente ao de muitas cidades pequenas de Santa Catarina. Além disso, essas atividades serão complementadas por atividades econômicas ligadas a tecnologia, educação e turismo, gerando empregos em quantidade tal que se evite uma cidade-dormitório.

20. O Plano segrega classes sociais, privilegiando a costa para as classes de maior poder aquisitivo.

Não houve um privilégio da orla para os mais ricos, apenas seguiram-se as diretrizes do Plano dos Balneários de zonear a orla marítima para uso turístico, e as diretrizes do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), que definiram lotes maiores para essas áreas. Zonear a orla para baixa renda com lotes de 128 m² é acreditar ser possível revogar as leis de mercado, que valorizam a orla marítima numa ilha, e conseguir atratividade turística com favelas. Os lotes pequenos junto à orla tem resultado na favelização do Campeche, não em sua qualificação.



Onde já há comunidade nativa como no Morro das Pedras, Areias, Pontal ou Campeche, a orla foi zoneada com lotes de 450 m². Nas novas áreas do Rio Tavares foram utilizados lotes maiores, porém reduzindo o previsto na legislação em vigor (3000 m² em média) para 720 m².

A localização das áreas de baixa renda longe da praia não dificulta os acessos ao mar, facilitado pelas redes de transportes de massa e ciclovias / caminhos de pedestres. Em resumo, as áreas existentes foram mantidas, mas as novas foram localizadas em função da realidade de mercado, que inviabiliza investimentos de baixo custo no local mais valorizado da região.

21. Os espaços de uso público foram destinados majoritariamente ao sistema viário

A obrigação legal é de doar 45 % do imóvel parcelado para uso público, e não 35 % como afirmam os professores da UFSC. Como parte das áreas públicas, o sistema viário principal e coletor previsto no Plano ocupa apenas 15 % da área urbanizável, estimando-se em 10 % o percentual de vias locais, de modo que se comprova o erro de avaliação do professor. Bastaria que ele houvesse olhado o mapa 3, com sua profusão de áreas verdes, escolas e outros equipamentos públicos e não cometeria erro tão primário.

22. O Plano não utiliza o modelo de urbanização típico da Ilha, as "estradas gerais"

Alguns dos professores consideram o padrão característico de ocupação da Ilha na época colonial, as "estradas gerais", como o modelo de urbanização que deveria ser seguido pelo Plano. Defender a ocupação linear ao longo de estradas estreitas como padrão de urbanização é a antítese do que se chama cidade, com quadras, praças, equipamentos públicos e centros comerciais. Pior ainda, é uma irresponsabilidade técnica propor esse modelo rural arcaico, que só tem trazido problemas de tráfego ao município, como solução urbanística para uma região de 48 km². O Plano propõe novas vias principais em paralelo as antigas estradas gerais, que são mantidas como vias coletoras, permanecendo assim com seu caráter de vias de integração.

Essa proposta acrescenta insulto à irresponsabilidade, pois além de gerar problemas de tráfego insolúveis na região, é descaradamente apresentada como parte dos "modelos urbanos alternativos" da UFSC.

23. O Plano produz alterações drásticas na silhueta da paisagem da região

É fato incontestável haver uma demanda reprimida por apartamentos para a classe média da Ilha, pois esses só existem na Trindade e Itacorubi, forçando o deslocamento da moradia para a área continental, especialmente S.José, com



todos os inconvenientes da travessia diária das pontes e os constantes bloqueios da via expressa.

Com a implantação da via expressa sul, a região do Campeche ficará à menos de 10 minutos de viagem do centro, tornando-a uma área de expansão urbana preferencial, com enormes vantagens sobre o continente e com capacidade para absorver essa demanda reprimida. Dessa forma, o Plano previu áreas adequadas à expansão residencial com apartamentos, concentrando-a em 3 UEPs (bairros).

A afirmação de que o Plano contém uma verticalização excessiva é um evidente exagero. O que se chama de "inúmeras áreas de 6 pavimentos" são apenas os 3 bairros citados e os centros de outros 6 bairros, onde se permitem prédios de apartamentos de 4 a 6 pavimentos. Existem ainda 2 centros de bairro que permitem maior altura, funcionando como marcos visuais na paisagem (9 a 12 pavimentos).

A área onde o Plano permite 12 pavimentos são apenas 2 quarteirões, o que significa meio milionésimo da área urbanizável, apenas um marco visual na paisagem da planície, jamais o adensamento excessivo de prédios de 12 pavimentos com que assustaram a comunidade. A silhueta da região foi planejada de modo a criar uma imagem de modernidade e vigor, ainda que sem alterações radicais na paisagem atual, exatamente o que se espera de uma "capital turística do Mercosul".

24. As áreas de urbanização preferencial inviabilizam a progressividade a que estão condicionados os loteamentos populares

Isto é uma dupla falácia, uma incompreensão completa do projeto de Lei e dos mapas. Em primeiro lugar, a urbanização compulsória em 2 anos não inviabiliza os pequenos proprietários, porque o que está previsto é apenas um parcelamento executado pelo município com a devolução dos lotes comercializáveis aos antigos proprietários. Em segundo lugar, a progressividade não é obrigatória e não há zoneamento ARP-0 junto as vias principais, de modo que os loteamentos populares praticamente não serão afetados pela norma.

25. Os usos urbanos sob a zona de ruído são inadequados

Os autores ressuscitam um diagnóstico dos anos 80, anterior aos planos específicos da zona de ruído do Aeroporto Hercílio Luz, e projetos agrícolas abandonados desde a década de 70 (cidade horti-granjeira) por sua inviabilidade técnica e econômica, para dizer que os usos sob a zona de ruído deveriam ser rurais.

Não dá para entender porque não consultaram a Portaria do Ministério da Aeronáutica (669/DGAC/94) que disciplina o assunto e permite uma série de



usos urbanos, dentre eles os usos industriais, como prevê o Plano. Na verdade, o Plano foi analisado por técnicos do IAC (Instituto Aeronáutica Civil) e considerado compatível com a proteção das áreas aeroportuárias.

É bom esclarecer que o Plano não prevê um autódromo internacional, mas projetou as ruas sob a zona de ruído de modo a poderem ser utilizados para corridas, evitando os problemas que ocorrem no aterro da Baía Sul. A localização é ideal, pois nessa zona não existem moradores e o ruído não é problema.

Da mesma forma, dizer que o campus universitário está sob a zona de ruído é uma meia verdade, pois dos 250 ha destinados a esse uso apenas 40 estão sob a zona de ruído e já são em grande parte (169 ha) de propriedade da UFSC.

26. O Plano tem poucas áreas verdes

Esta é outra acusação infundada. Bastaria que os autores houvessem olhado o mapa 3 do Plano e teriam visto que nenhum outro Plano no município contém tantas áreas verdes e áreas públicas. É óbvio que a existência dessas áreas verdes depende da aprovação do Plano e da execução de loteamentos legalmente constituídos, pois só esses doam o mínimo de 10 % da área para verde público.

Se fosse adotada a "cultura da servidão", como propõem alguns dos professores, a região teria provavelmente 0 % de áreas verdes e inúmeros problemas de desapropriação no futuro.

27. As vias previstas no Plano são inviáveis pois exigirão investimentos astronômicos

Esta crítica é também um erro típico de quem não leu o diagnóstico nem o projeto de Lei do Plano, e não labuta na seara profissional. Embasa-se a afirmação no valor estimado para desapropriações nos 10 km da via-parque do DER, 17 milhões de reais.

Todo plano de zoneamento prevê uma implantação ao longo de décadas, preocupando-se muito mais com ações preventivas de preservar as faixas de domínio das futuras vias do que com sua construção imediata. Se os autores tivessem consultado o projeto de Lei, veriam que a Companhia Urbanizadora que será responsável pelas obras urbanas, será capitalizada com 5 % das áreas públicas dos loteamentos, e contará com os recursos do solo criado, multas e impostos da região.

Na prática, espera-se muito mais que as vias sejam implantadas como parte do processo normal de loteamentos, ou em parceria com a PMF nas Áreas de



Urbanização Preferencial, sem a necessidade de grandes investimentos públicos.

Da mesma forma, espera-se que os equipamentos urbanos e comunitários sejam implantados pelos órgãos competentes, como acontece em qualquer cidade. Neste caso, a ação de marketing da Companhia Urbanizadora junto a outras esferas de governo será um fator essencial na consecução das obras.

28. A aprovação parcial do Plano incorre em crime ambiental

Finalmente, coloca-se que a aprovação parcial do Plano incorreria em crime de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente. Ignora-se que das 22 UEPs que compõem a área urbanizável, apenas 8 não são zonas urbanas aprovadas em Lei, e que dessas 8, apenas 2 não estão em processo de urbanização.

Nessa situação, não existirão aprovações parciais de novas urbanizações em áreas rurais ou de valor ecológico, mas apenas adequações do zoneamento vigente em áreas urbanas, o que dificilmente caracterizaria um crime ambiental. É óbvio que cuidados especiais serão tomados na urbanização das duas 2 UEPs ainda rurais, para evitar danos ambientais indevidos.

29. Há inviabilidade econômica do parque tecnológico e do campus universitário

Este é outro erro de avaliação do Plano, uma mistura de desconhecimento e falta de visão de planejamento de longo prazo, o que seria justificado em leigos mas nunca em professores da UFSC.

Segundo o Centro Regional de Tecnologia em Informática (CERTI), a demanda por áreas tecnológicas existe, o que falta são locais com infra-estrutura adequada e uma promoção agressiva. É importante lembrar aqui que uma das funções da Companhia Urbanizadora é exatamente a implantação de parques tecnológicos.

Quanto ao novo campus, a localização final ainda está em estudos na UFSC, mas a Universidade já dispõe de 169 ha no local previsto pelo Plano. Se a UFSC desistir da localização, a Companhia Urbanizadora poderá tentar atrair uma universidade privada ou a UDESC.

IV. ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA

O termo de referência para elaboração do Plano é totalmente extemporâneo, sendo apresentado mais de 7 anos depois do início do Plano, numa tentativa vã de reverter e dominar o processo de planejamento. Além disso, deixa muito



a desejar, não assumindo as características de um documento técnico dessa natureza, mas de crítica ao trabalho do IPUF, sendo baseado nos mesmos pressupostos falsos dos demais signatários.

As críticas principais são que o Plano não visa a melhoria da qualidade de vida - (Ver crítica 17), não inclui os saberes das diferentes áreas do conhecimento - (Ver crítica 01), foi elaborado sem negociação com os agentes que fazem a cidade (Ver crítica 03), compartimentaliza o espaço, segregando pessoas - (Ver crítica 19), e não tem como diretriz preservar o homem e a natureza - (Ver crítica 05). Há ainda uma crítica interessante, porém infundada, de que o Plano não tem uma idéia-chave, e que é desmentida pelo "conceito-guia", claramente definido no diagnóstico. Segundo esse conceito-guia, o Plano define-se como a criação de uma cidade-nova, baseada em tecnologia, educação e turismo, voltada para o século XXI e a internacionalização da economia.

Quanto as propostas apresentadas, alguns comentários são pertinentes:

- **Criar no Campeche uma "cidade-jardim"** - Essa "cidade-jardim", baseada em agricultura, conservacionismo e turismo ecológico, é um retorno romântico ao século XIX e ao início do planejamento na Inglaterra, uma tentativa de ignorar os desafios do século XXI, com sua cultura tecnológica e internacionalizada.

Vale lembrar que o projeto da cidade horti-granjeira foi abandonado nos anos 70 devido à sua inviabilidade técnica, econômica e cultural. A população atual já tem uma cultura suburbana, não realizando atividades de horticultura, floricultura ou fruticultura, que permitissem supô-las a base econômica do desenvolvimento.

- **Criar parque de exposições/centro de convenções, centro cultural, parques sob a rota dos aviões, centro de pesquisas, áreas comerciais locais, áreas para artesanato/mercado público, centro de tecnologia, áreas de lazer e comércio na orla** - Todos esses equipamentos e zonas já estavam previstos no Plano, bastando simplesmente olhar o mapa de zoneamento.
- **Usar as vias locais como vias principais** - A proposta de utilizar as vias locais, com sua largura média de 4 metros, para vias principais que concentrarão todo o tráfego da região, incluindo o de longa distância, é ilusão e irresponsabilidade, que só se explica pela ausência de engenheiros de tráfego na equipe de professores da UFSC que assessorou a comunidade. (Ver crítica 22).
- **Diminuir a densidade através do aumento de afastamentos e diminuição das taxas de ocupação** - A proposta poderia ser tecnicamente viável, mas esbarra na necessidade de ampliar os lotes mínimos, talvez dobrando a área média de 360,00 m² a que a comunidade está habituada, e produzindo o que tem chamado de "elitização".



- **Usar um sistema de tratamento de esgotos adequado para 7.000 pessoas** - Essa proposta esquece que hoje a região já tem quase 40.000 habitantes e está crescendo cerca de 14 % a.a., sendo mais viável pensar-se nas 3 estações de tratamento previstas no Plano.
- **Prever estacionamentos junto a orla** - Os autores ignoram que a legislação vigente já disciplina os estacionamentos e que os terminais turísticos e a própria via PI-108 previstos no Plano tem exatamente essa como uma de suas finalidades.

V. ANÁLISE DOS DESENHOS E REDAÇÕES INFANTIS

O trabalho intitulado "O Campeche dos meus sonhos" é um conjunto de desenhos e redações das crianças do Campeche e impressiona por sua sinceridade. É um relato comovente que demonstra que a realidade do local é o oposto de uma pacífica vida comunitária num agradável ambiente natural, como apregoam os adultos da AMOCAM. Os principais pedidos das crianças - menos brigas, mais asfalto, mais comércio e serviços públicos - demonstram que sua comunidade não é nada pacífica e que a necessidade do povo é de mais urbanização, e não de um retorno bucólico à vida rural.

VI. ANÁLISE DO TRABALHO DO ACADÊMICO MICHEL MITTMAN

O trabalho apresentado foi desenvolvido como parte das atividades de graduação do estudante, caracterizando-se pelas falhas comuns ao distanciamento da prática profissional. O trabalho é rico nos aspectos gráficos e ajuda bastante na compreensão do processo de planejamento por leigos. Infelizmente, o estudante foi orientado a acreditar que os órgãos públicos (IPUF) desconhecem as técnicas de planejamento e tentou reinventar a roda, além de propor algumas soluções inexequíveis.

O IPUF sente-se honrado ao ter seu Plano comparado ao da cidade de Milton Keynes na Inglaterra, pois nas últimas décadas este tem sido um dos modelos de cidade-nova mais aplicado em todo o mundo, especialmente na Ásia. Infelizmente, o acadêmico não leu o diagnóstico do Plano ou poderia ter avaliado a outra vertente formal do Plano do IPUF, as tecnópolis japonesas, como Tsukuba.

Quanto as críticas que faz ao Plano, cai na vala comum de seus mestres, falando em "confinamentos espaciais" (crítica 18), "ocupação de APPs com sistema viário pesado" (crítica 10), "localização ilógica do comércio" (crítica 18), "ausência de participação" (crítica 03), etc. Algumas afirmações e propostas, todavia, merecem comentários:



- **Preservar a estrutura urbana em consolidação na região** - Isto é um erro grave de escala: dos 48 km² de área urbanizável no máximo 1/4 estão em ocupação e ainda assim, muito longe da consolidação. O correto é falar-se em expansão urbana em implantação.
- **O Plano destrói a Lagoa da Chica** - O Plano não destrói a Lagoa por colocá-la dentro de uma grande rótula, mas pelo contrário assegura que o parque da Lagoa da Chica será controlado e não invadido como hoje.
- **O Plano não partiu do desenho dos espaços públicos** - O sistema de vias principais e coletoras, os ramais de transporte de massa com suas estações e mercados públicos, as ciclovias e vias de pedestres interligando a rede de parques, praças, escolas e áreas comerciais, as áreas para hospitais e corpo de bombeiros, o centro cultural, os terminais turísticos junto a praia, etc são uma prova de que o Plano fez exatamente o contrário, como uma simples análise dos mapas teria demonstrado.
- **Usar as vias existentes para o sistema viário principal e o comércio** - Isso é uma proposta inviável e irresponsável: as vias do Campeche, com sua largura média de 4,00 metros e seu caráter de servidão jamais poderão suportar o tráfego que a urbanização e o comércio irão gerar. Os mapas apresentados apenas repetem o sistema viário proposto pelo IPUF em locações diferenciadas, e sem hierarquizá-lo em principal e coletor, como manda a legislação. O acadêmico não viu que seus "corredores de integração" correspondem ao sistema viário coletor nos mapas do Plano.
- **Definir os limites de urbanização após excluir os mangues e dunas** - Esse é exatamente o início do processo de elaboração do macro-zoneamento, seguindo a técnica de condicionantes, deficiências e potencialidades urbanísticas (CDP), utilizada pelo IPUF desde o início dos anos 80. Neste caso foram incluídas também as áreas de proteção aeroportuárias e os limites de ocupação de morros previstos na legislação.
- **Implantar o sistema viário em 3 etapas: reserva, qualificação e adensamento controlado** - São novos nomes para etapas conhecidas de todos os profissionais: plano, projeto e desenho urbano (zoneamento e transferência de índice).
- **Utilizar o campo de pouso para parque, exposições e centro administrativo** - Esta proposta já está no Plano, atendendo a uma função integradora global, bastaria olhar o mapa.
- **Criar um conjunto de 6 parques na região do Campeche** - A criação de parques só é possível através de desapropriação ou doação nos loteamentos oficiais, razão pela qual o IPUF zoneou, no mapa 3, o possível dentro dos processos legais de parcelamento. As 6 áreas propostas estão presentes no Plano, mas algumas são zoneadas como APP, só podendo ser utilizadas para reserva ecológica.



- **Criar corredores verdes ao longo de toda a área** - Isso é apenas um nome bonito para a arborização de ruas, prevista em todas as vias do Plano, especialmente naquelas com grandes canteiros centrais (principais e coletoras), conforme pode-se ver no desenho das seções transversais do anexo VII do projeto de Lei.

VII. ANÁLISE DOS ANEXOS

A análise dos anexos tem como única finalidade identificar a origem das principais críticas ao Plano, e contestar as muitas incorreções.

01. Plano de Rezonamento

O anexo 1 corresponde ao mapa do rezonamento, texto da Lei e mensagem do prefeito Sérgio Grando à Câmara, utilizados para divulgação do Plano em 1995. Não inclui outros elementos importantes para a compreensão do Plano como o mapa 3 (áreas verdes e equipamentos públicos), as seções transversais do sistema viário, dados do diagnóstico ou textos explicativos divulgados pelo IPUF.

02. "Agenda 21"

Ótimo texto informativo sobre a Agenda 21, sem conter nenhum comentário ou sugestão referentes ao Plano.

03. Compromissos da Administração Angela Amin com a comunidade do sul da Ilha

O Plano elaborado pelo IPUF atende plenamente aos compromissos da Administração Angela Amin com a comunidade, especialmente com relação aos itens "e) Encaminhar propostas que garantam uma melhor qualidade de vida para a região, ouvindo sempre as orientações de ordem técnica, compatibilizadas com um processo de desenvolvimento social" e "a) Manter diálogos com todas as entidades devidamente constituídas".

04. Correspondências enviadas ao IPUF pela AMOCAM e as outras 3 associações



Este anexo inclui um ofício pedindo prazo maior para apresentação de propostas e carta contestando o Plano do IPUF. Infelizmente, não inclui as respostas do IPUF, que poderiam tirar as dúvidas do leitor.

05. Ação cautelar impetrada pela AMOCAM contra a PMF e IPUF

A ação cautelar baseia-se nos mesmos argumentos falaciosos: população excessiva, falta de água e esgoto, pouco prazo para estudos; e ampara-se na resolução 001/86 do CONAMA sobre EIA/RIMA e na Lei 9433/97 sobre recursos hídricos, para notificar a PMF e o IPUF.

A ação cautelar foi recebida pela justiça apesar de seu caráter extrapolante que tenta impossibilitar um órgão público, o IPUF, de exercer a função para a qual foi criado: planejar o futuro da cidade. O IPUF informou ao juízo, rebatendo os argumentos com as mesmas respostas dadas às críticas constantes do item III deste parecer. Esclareceu também que entende que só se pode impetrar uma ação cautelar contra direitos ofendidos, não contra a elaboração de planos ou projetos.

06. Ofício dos órgãos municipais informando a não participação no seminário da AMOCAM

Este anexo contém apenas cópia do ofício conjunto do IPUF, SUSP, FLORAM e COMCAP informando sua não participação no seminário organizado pela AMOCAM, em vista do constrangimento causado pela ação cautelar contra a PMF/IPUF. O ofício desmascara as alegações da AMOCAM, mostrando que o Plano está em discussão desde 1992, que os esclarecimentos já haviam sido prestados em reunião pública com mais de 4 horas de duração e que o prazo para sugestões tinha sido de 42 dias.

No mesmo ofício os órgãos signatários colocam-se ainda a disposição para receber as sugestões oriundas do seminário.

07. Ofício da CASAN sobre o saneamento da região do Campeche

O Ofício coloca que a capacidade inicial de abastecimento da Lagoa do Peri é de 70.000 pessoas e seu limite é de 147.000 pessoas, e que isso significaria um rebaixamento do nível mínimo da lagoa em apenas 4 cm.

A CASAN coloca ainda que a preservação do lençol freático do Campeche é atribuição da FATMA e FLORAM, sendo mera usuária do mesmo. Quanto ao esgoto, informa que o sistema adotado pela CASAN em zonas balneárias é o de separador absoluto, sem contaminação do lençol freático. Conclui dizendo que a implantação de sistema de esgotos na região do Campeche depende de prioridade e recursos financeiros, e participação comunitária. Em nenhum

momento a CASAN diz ser impossível atender a demanda futura gerada pela urbanização.

08. Parecer do COMDEMA sobre o planejamento do sul da Ilha

O anexo inclui o parecer propriamente dito, além de relatórios da CASAN sobre tratamento de esgotos na ILHA, pareceres da UFSC sobre a captação d'água na Lagoa do Peri, e documentos internos da FATMA referentes a Licença Ambiental Prévia desse projeto.

O parecer é demasiadamente amplo, englobando não apenas o Plano mas também projetos no Pântano do Sul e captação de água na Lagoa do Peri. Das 10 críticas levantadas aquelas referentes a participação popular, base geofísica, planejamento de áreas, estrutura fundiária, infra-estrutura e desarticulação de ações foram solucionadas no Plano, coisa que o COMDEMA não viu por não haver lido o diagnóstico, nem olhado os mapas e nem ouvido as explicações dadas pelo IPUF em reunião com mais de 3 horas de duração (5/10/97).

O CONDEMA desconhece também que a fiscalização não é competência do IPUF, mas da SUSP e FLORAM, embora o Plano tente integrá-lo através da Companhia Urbanizadora e da participação das associações. O item superposição de legislação não existe, devendo ser atribuído ao desconhecimento das leis em vigor. Quanto as acusações à atuação da Câmara de Vereadores e à morosidade do Judiciário, são assuntos da alçada de outros poderes, completamente fora do alcance de um Plano de uso do solo.

Com relação as demais críticas ao Plano, já foram respondidas na análise específica e podem ser sintetizadas em falta de sustentabilidade (crítica 05), verticalização (crítica 23), segregação da orla para alta renda (crítica 20), falta de infra-estrutura para tratamento de esgotos e lixo (crítica 13). Com relação à crítica de sistema viário insuficiente deve-se acrescentar que o Plano prevê 3 redes de transportes (automóveis, de massa e ciclovias/pedestres) e fontes de emprego próximas as áreas residenciais, de modo que os deslocamentos serão minimizados.

09. Parecer de sanitaristas da UFSC (Jairo Ambrozini e Fernando S.P. Sant'Ana) sobre o Plano

O parecer tenta denegrir o Plano do IPUF, desqualificando-o como anteprojeto ou estudo preliminar e atacando a equipe técnica responsável, numa flagrante ofensa ao Código de Ética Profissional.

Os autores do parecer incorrem no mesmo erro básico de não haver lido o diagnóstico nem analisado os mapas do Plano, pois só assim se justificaria dizer que o "Plano não faz qualquer referência a infra-estrutura", quando no



mesmo existem 2 reservatórios de água, 3 estações de tratamento de esgotos e uma estação de tratamento de resíduos sólidos. Mais grave ainda, supõe que o aumento de população significará um aumento da utilização do manancial do Peri, num desconhecimento do projeto de captação e supondo não ser possível a CASAN buscar soluções alternativas de abastecimento.

É inadmissível que técnicos tão especializados achem inviável econômica e tecnicamente a utilização dos mananciais da área continental e sequer se atrevam a pensar em dessalinização de água do mar. E ainda mais inadmissível é que não consigam vislumbrar solução técnica para tratar os esgotos de 450.000 pessoas num Plano contendo 3 estações de tratamento de esgotos (ETE), quando a ETE existente no aterro da baía Sul já atende a 150.000 habitantes.

Na verdade, o parecer parece mais uma ode ao desamparo dos teóricos quando tem que lidar com os problemas da vida real.

10. Parecer de biólogos da UFSC (Danilo Wilhelm Fo, Leila Amaral e Aimé R.M. Magalhães) sobre o Plano

O problema deste parecer está na parcialidade, inevitável quando profissionais das áreas biológicas fazem análises de trabalhos na área da Engenharia. Os autores baseiam-se nos ultrapassados argumentos de sustentabilidade desenvolvidos pelo "Clube de Roma" na década de 60, esquecendo-se que a sustentabilidade depende da matriz tecnológica adotada e não pode ser tratada ao nível local da Ilha e muito menos da região do Campeche.

O conceito de que "o aumento de densidade demográfica implicará, necessariamente, em alteração nos ecossistemas e nas atuais condições edáficas e hídricas" é uma obviedade desde que o homem surgiu sobre a terra, só não havendo impacto humano em reservas ecológicas fechadas. Quanto ao comprometimento da qualidade de vida, é discutível, uma vez que se contraponha a qualidade de vida de uma área urbana organizada com a da favela semi-rural que existe no local.

O parecer peca por exageros inconcebíveis. A aplicação da norma (desconhecida) do CONAMA de proibir atividades que alteram a biota num raio de 10 Km de reservas biológicas, significa a inviabilização de toda a Ilha para a ocupação humana. Da mesma forma, desacreditar o Plano baseado na informação não comprovada de que "a utilização da Lagoa do Peri, captação de águas continentais, ou a dessalinização de água marinha são soluções ineficientes em termos temporais, econômicos e jurídicos" é no mínimo uma afronta a engenharia nacional.

Por fim, afirma-se que o Plano "prevê o aterramento de uma grande área do manguesal do Rio Tavares", numa falsidade evidente a qualquer pessoa capaz de ler os mapas, onde estão claramente demarcados os limites da Reserva Ecológica do Pirajubaé, ajustados por vias delimitadoras.

Com relação ao sistema viário, os biólogos incorrem no mesmo erro dos demais, afirmando que as vias principais atravessarão as áreas residenciais causando acidentes e perturbação ambiental. O Plano prevê exatamente o contrário, com vias principais que retiram o tráfego de passagem do interior das zonas residenciais, coisa que poderia ter sido vista olhando os referidos mapas.

O parecer reclama participação dos órgãos ambientais no processo de planejamento. Cabe lembrar que o IPUF é o órgão responsável pelo planejamento urbano municipal e consulta os órgãos ambientais sempre que necessário. Os limites das Áreas de Preservação Permanente (APPs) foram fornecidos pelos órgãos competentes, que também participaram da definição das diretrizes do Plano no Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD). Após a aprovação do Plano os mesmos exercerão a fiscalização dessas APP em conjunto com a Companhia Urbanizadora e as associações de moradores, esperando-se uma boa eficiência.

Os aspectos considerados equivocados: aterramento do mangue do Rio Tavares (crítica 10), falta de água (crítica 14), impermeabilização do solo (crítica 15), comprometimento de importantes ecossistemas (crítica 15), elevados custos sociais e ambientais (crítica 05), não existem no Plano mas apenas na avaliação parcial feita sobre dados incompletos, como pode ser visto na análise das críticas específicas.

Os autores concluem o parecer com recomendações para o Plano, as quais podem ser assim contestadas:

- **Desenvolvimento sustentado** – O Plano preserva os ecossistemas mais sensíveis (APPs) e cria um ambiente urbano de alta qualidade ambiental, com profusão de áreas verdes e equipamentos comunitários. Só a existência do plano pode garantir o ordenamento legal da ocupação e, portanto, a continuidade da preservação no futuro. (ver críticas 5, 10 e 26)
- **Observação da legislação ambiental** – O Plano preserva todas as APPs demarcadas pelos órgãos competentes, sem fazer uma aplicação estreita de legislações questionáveis e não demarcadas, como o decreto da Mata Atlântica ou a resolução sobre restingas. (Ver crítica 10).
- **Compatibilização da ocupação com as características naturais** – O Plano preserva ao máximo as características naturais da região, com densidades médias baixas (94 hab/ha), verticalização pequena e restrita (ver crítica 23), infra-estrutura de saneamento (ver crítica 13) e preservação de dunas, mangues e morros (ver crítica 10).
- **Base econômica no turismo ecológico** – A utilização do turismo como única base econômica da região não encontra eco nos dados do diagnóstico do Plano, sendo necessário complementá-lo por outras atividades não poluentes, como fez o Plano ao basear-se no tripé

12. Parecer de professora da UFSC (Arqtº. Ana Amora) sobre o Plano

O trabalho inicia por uma análise do Plano dos Balneários de 1985, conferindo excessiva importância as restrições que inviabilizavam a ocupação de parte da planície do Campeche, sem levar em conta que por trás destas restrições havia uma diretriz de "reservar sem ocupação urbana áreas para a futura expansão." (Ver crítica 07).

A seguir, descreve com alguma clareza a ação dos grileiros e especuladores na implantação de parcelamentos clandestinos sobre dunas, áreas de restingas e áreas rurais, embora sem identificá-los como membros da comunidade que se insurgem contra o Plano. Infelizmente tira uma conclusão espúria desses fatos, afirmando que o processo de favelização do Campeche foi causado não pela inexistência de planejamento mas por um planejamento desvinculado da realidade. Se as áreas ocupadas pela população nativa em 1985 foram zoneadas como urbanas, as dunas como APP, e os vazios como áreas rurais, onde está a desvinculação da realidade? Pode-se acusar a Prefeitura Municipal de Florianópolis de ausência de fiscalização, jamais de imprevidência de planejamento.

Quanto as críticas específicas ao Plano, pecam por seu primarismo e evidente desconhecimento do diagnóstico, texto e mapas do Plano bem como das diretrizes gerais do IPUF. Infelizmente, a opinião da autora tem sido a base de muitas das críticas infundadas vindas da AMOCAM.

- O Plano não é articulado com o planejamento global do município - Ver crítica 07
- Há incompatibilidade entre a população prevista no Plano dos Balneários (230.000) e a do Plano (450.000) - Se a autora houvesse lido melhor o diagnóstico dos balneários saberia que 230.000 eram a capacidade de abastecimento estimada pela CASAN em 1985, não a capacidade do modelo.
- O Plano não levou em conta a capacidade de suporte da Ilha - Ver crítica 01
- O Plano "nega os territórios construídos pelas práticas concretas dos cidadãos"- (Ver Crítica 17) Lembrar que não há legitimidade na grilagem de áreas públicas, afirmar o contrário é ser conivente com a contravenção.
- O Plano é muito semelhante a cidade inglesa de Milton Keynes - Ver crítica 06
- Inviabilidade econômica do parque tecnológico e do campus universitário - Ver crítica 25
- O sistema viário segrega as comunidades, não só espacialmente mas em termos sociais e econômicos - Ver críticas 18 e 19



- O Plano elitiza a orla ao prever lotes maiores junto ao mar - Ver crítica 20
- O Plano não considera a capacidade de suporte da Ilha, desrespeitando os limites físico-ambientais - (Ver crítica 05 e 14) Lembrar que a autora confunde a população a ser abastecida na primeira etapa do projeto de captação da Lagoa do Peri (70.000 pessoas) com a capacidade total de abastecimento desse sistema (147.000 pessoas).
- O Plano não definiu a infra-estrutura de saneamento básico e de controle das áreas de preservação - Ver críticas 13 e 10
- A preservação do manancial subterrâneo é incompatível com a infra-estrutura viária que exigirá vastas áreas impermeabilizadas - Ver crítica 15
- A continuidade da retirada de água e a impermeabilização poderão causar a subsidência do solo - A autora confunde um fenômeno raro e localizado com a suposta destruição apocalíptica de uma região de 48 km². Ver crítica 16
- Os loteamentos aprovados com base nos Planos Diretores não tem nenhuma infra-estrutura e dão continuidade a urbanização predatória - Esta afirmação é inusitada pela sua irreabilidade. Se pavimentação, rede d'água e iluminação pública não são infra-estrutura são o quê ? Se os loteamentos legalmente constituídos respeitam as APPs, e os loteamentos clandestinos não, quem faz urbanização predatória ?
- A discussão do Plano por comunidade inviabiliza o entendimento de sua complexidade e impacto sobre a qualidade de vida. - Ver crítica 02

A autora conclui o parecer apresentando 3 diretrizes que podem ser assim sintetizadas:

- **Definir a capacidade de suporte da região** - Anulada pelo crítica 05 que demonstra o caráter inviável dessa sugestão.
- **Estabelecer uma política de locação prévia da infra-estrutura de saneamento básico e gestão ambiental** - São programas de ação decorrentes do zoneamento e sob responsabilidade da Companhia Urbanizadora. Parte da infra-estrutura já é implantada previamente quando os loteamentos são legalmente constituídos.
- **Respeitar a base física, preservar o patrimônio ambiental e os espaços públicos (restingas, Lagoa da Chica, Lagoa Pequena e terreno da aeronáutica** - O Plano preserva todos as APPs e os espaços citados.

13. Parecer de professor da UFSC (Arqtº. Ayrton Portilho Bueno) sobre o Plano

Este parecer prolixo prima pelo "delirium theoricus" típico da academia, alongando-se em conceitos e considerações genéricas antes de analisar o Plano propriamente dito. Dessa forma, o texto contém um histórico e análises sobre o urbanismo em geral e o planejamento de Florianópolis em particular, antes do Plano em análise.

Nos aspectos teóricos, lamentamos que não tenha sido "consultado o diagnóstico, especificamente os textos referentes a metodologia e princípios de planejamento adotados. Se isso tivesse sido feito o autor teria visto o Plano como resultado da filosofia de trabalho do IPUF, que defende o planejamento como política pública visando o bem coletivo, vinculado aos princípios de eficiência, equidade e qualidade de vida.

Quanto ao conceito do planejamento como mediador de conflitos sociais vinculados a utilização do solo, pode ser entendido através da participação de agentes públicos, privados e comunitários no processo de planejamento buscada pelo IPUF.

É lamentável que as análises não tenham utilizado a teoria dos "thresholds", que poderia dar uma apreciação mais clara da evolução urbana do município e indicações sobre o futuro, ultrapassado o limiar demarcado pelas vias expressas norte e sul.

Na história do planejamento urbano em Florianópolis, há alguns erros tão crassos que merecem citação. Os planos posteriores ao de 1976 não alteraram os índices urbanísticos para viabilizar o capital imobiliário, mas pelo contrário, reduziram os excessivos índices vigentes em até 30 %.

Os planos de 1954 e 1967 não "privilegiaram o distrito sede em detrimento do interior da Ilha, em rápido processo de expansão urbana". Naquela época a cidade era o centro da atividade econômica e o interior da Ilha era uma área rural quase inacessível e escassamente povoada.

Na descrição do Plano dos Balneários de 1985, além de várias trocas de siglas, o autor esquece-se de citar a consequência mais importante daquele Plano, e que até hoje é um marco de planejamento: 42 % do território municipal foram destinados a áreas de preservação.

No texto referente aos **planos de urbanização específica**, todavia, é onde se encontram os erros maiores, parecendo que este mecanismo foi totalmente incompreendido.

Esses planos não são "um planejamento atomista ... e a reboque dos interesses do capital imobiliário" e nem "alteram drasticamente os conceitos e índices urbanísticos previstos no Plano dos Balneários". Os planos específicos são detalhamentos de um plano a nível municipal, e orientam e disciplinam a



ação do capital imobiliário, sem alterar o zoneamento e o sistema viário básico, só aumentando índices construtivos nos raros trechos em zonas AMC (Áreas Mistas Centrais). Na verdade os planos específicos apenas dão flexibilidade ao plano global da Ilha, permitindo variações do desenho urbano e adaptações a locais particulares. Boa parte desse erro ocorre de uma inacreditável confusão entre densidade e altura: quando o índice de aproveitamento é mantido, verticalização não significa aumento de densidade,

Outro erro grave é afirmar que "o IPUF adota um critério indiscriminado de transformação de áreas rurais em urbanas" e que os "planos específicos incorporam a quase totalidade daquilo que tinha sido considerado rural 12 anos atrás". Esses planos incidem sobre uma área mínima do território municipal, atingindo a menos de 10 % das áreas rurais do município.

A afirmação de que os planos específicos "implicam em negociações com os agentes imobiliários, fazendo com que estas novas condições do planejamento passem a fazer parte das negociações onde interesses desses agentes exigem atendimento" dá a entender a existência de um processo de corrupção, ignorando que a Lei prevê essas negociações ao tornar obrigatória a definição de obras de interesse público a serem executadas pelo empreendedor, e que condicionarão a aprovação do plano específico.

O autor apresenta uma boa descrição do processo de urbanização clandestina e da conseqüente destruição de Áreas de Preservação Permanente (APPs), reconhecendo que os grandes empreendimentos respeitam a legislação ambiental, ao contrário do especulador familiar. Infelizmente, acusa o turismo desses males, ignorando a ânsia de lucro que move os loteadores clandestinos e seu papel enquanto membros da comunidade local.

Quanto a **análise do Plano** contém ainda mais erros que aquela referente aos planos de urbanização específica, devendo-se citar:

- "O Plano, quase todo voltado para os aspectos do ordenamento do espaço físico, não permite avaliar as demais ações e instrumentos" - Ver crítica 04
- "O Plano privilegia grupos de investidores e grandes proprietários que adaptam-se mais facilmente à legislação que o pequeno especulador familiar". - Ver crítica 17
- "O Plano apresenta poucos avanços nas técnicas de urbanismo"- Ver crítica 04
- "As áreas de urbanização preferencial inviabilizam a progressividade a que estão condicionados os loteamentos populares." – Isto é uma dupla falácia, conforme explicado no crítica 24
- "Os espaços de uso público foram destinados majoritariamente ao sistema viário."- Ver crítica 21



- "A localização da baixa renda longe do mar dificulta o acesso à praia, segregando classes sociais" - Ver crítica 20
- "O conceito urbanístico adotado, principalmente o circundar os bairros com anéis viários, remete a um assentamento urbano com características segregarias." – Ver crítica 19
- "O Plano apresenta densidades desmedidamente altas." – Ver crítica 09,
- "O projeto de Lei não tem regulamentação para adequação das vias existentes"- Novamente se verifica que o autor não leu a Lei, ou se leu não entendeu. O artigo 4º do projeto de Lei e o anexo VI (sistema viário) tem normas que tratam desse assunto.
- "O relacionamento entre os agentes empresariais e comunitários com o IPUF tem sido assimétrico" - Ver crítica 03
- "A silhueta natural será radicalmente alterada e os gabaritos mais elevados nos centros de bairro desfigura uma paisagem utilizada na atração de turistas". – O turismo no Campeche é quase inexistente e a criação de marcos visuais na paisagem é uma questão de estética e imagem urbana, já analisada na crítica 23
- "O Plano não adotou o padrão urbano característico da Ilha, as "estradas gerais" e "A cultura da Servidão "- Ver crítica 22
- "O Plano não levou em conta a sustentabilidade da região e a preservação dos recursos ambientais e ecológicos" – Ver crítica 05
- "O paradigma de planejamento adotado é moderno e industrial, desmerecendo a cultura tradicional da Ilha" - Ver crítica 05

O parecer conclui dando alternativas para o futuro. Após um belo discurso sobre o caráter ético do planejamento, em que se coloca o Estado como mediador das diferenças de poder, organizando o espaço para "buscar a segurança, comodidade e bem estar de todos os seus cidadãos" acena-se com um **novo paradigma de planejamento**. Infelizmente, não se explica qual é esse novo paradigma, apresentando-se apenas uma síntese do velho ideário anarquista de discussão geral, menos classificação, mais flexibilidade e aceitação do existente, ainda que se admita, contraditoriamente, a regulamentação qualitativa do direito de construir.

14. Parecer de professor da UFSC (Arqtº. Almir F. Reis), sobre o Plano

O professor tenta fazer uma análise crítica do modelo de urbanização proposto no Plano, centrando-se nos impactos sócio-culturais, especialmente aqueles vinculados as vias integradoras. A análise é, porém, eivada dos mesmos erros dos seus colegas. As principais críticas ao Plano são:



"O sistema viário principal, privilegiando o tráfego de passagem e com poucos acessos diretos, inverte a lógica urbana atual, perdendo o potencial de organizar localidades e de convívio social" – Esse argumento já foi contestado nas críticas 18 e 19

O Plano não aproveitou o potencial das antigas "estradas gerais" - V. crítica 22

O modelo do Plano é segregador, "gerando bairros isolados semelhantes a condomínios fechados" e "destruindo os espaços coletivos de uso público" - Essas afirmações já foram contestadas nas críticas 18 e 19

"A exclusão do tráfego de passagem do interior das localidades tende a inibir os pequenos negócios e serviços essenciais, reforçando o caráter de cidade-dormitório" – Ver crítica 19

As propostas do autor são simplórias e repetem o óbvio:

- **Respeitar os limites das áreas de preservação e os indicativos espaciais estabelecidos pelas ruas, construções e infra-estrutura** – Isto foi feito integralmente pelo Plano, protegendo todas as APPs demarcadas em Lei e mantendo a quase totalidade das vias, edificações e infra-estrutura urbana e comunitária existentes.
- **Criar uma estrutura urbana integrada por meio de canais públicos claramente legíveis em seu papel articulador** – Isso é exatamente o que o Plano faz com toda a rede de vias coletoras, praças, ciclovias e caminhos de pedestres.
- **Transformar as vias parque em vias integradoras, contendo comércio e serviços, usos institucionais, adensamento habitacional e transporte coletivo** – Essa diretriz não pode ser seguida sob pena de transformar as vias principais em vias coletoras, anulando a hierarquia viária e gerando sérios problemas de tráfego. Como já foi visto na crítica 18 as vias coletoras tem o papel de vias integradoras e as principais admitem algum comércio, desde que com acesso através de vias marginais.

15. Parecer de professor da UFSC (Rogério Portanova) sobre o Plano

O professor incorre no mesmo erro dos demais, baseando-se em citações de outros pareceres ou em simples afirmações sem justificativa, ao invés de analisar a documentação do Plano.

Toda transformação de área rural em urbana altera o imaginário bucólico até então vigente, sem que isso se configure em crime ambiental. No caso do Plano, que prevê alterações ao longo de 3 décadas, é evidente exagero afirmar



que ele vai "de um só golpe acabar com todo o resquício de cultura existente na região".

Quanto a sustentabilidade ambiental do Plano, a análise baseou-se numa interpretação errada do parecer da CASAN que, ao definir o sistema de esgoto como sendo do tipo separador absoluto, deveria ser visto como garantia de não contaminação do lençol freático e não o contrário. Colocá-lo na dependência de recursos financeiros e participação popular, deve ser visto como convite aos sistemas individualizados, como já prevê a legislação em vigor. Coloca-se também, sem nenhuma justificativa ou evidência, que o Plano é de "altíssimo impacto ambiental, podendo causar danos de proporções gigantescas e irreparáveis", num catastrofismo bem típico do autor.

O professor critica o Plano como inviável administrativamente por causa das vias de acesso e da ocupação do solo, novamente sem justificativa do argumento, que torna-se incompreensível, pois as vias serão implantadas a longo prazo, como parte do processo normal de urbanização.

Diz-se também que o Plano não tem legitimidade pois é contestado pela AMOCAN, órgão representativo da comunidade. Isto é uma falácia, pois a AMOCAN representa apenas cerca de 10 % da área do Plano, havendo muitas associações que não comungam de suas idéias e apresentaram sugestões ao trabalho, em sua maior parte acolhidas pelo IPUF. A AMOCAN contesta sem apresentar sugestões, numa postura obviamente política de protelar ao máximo a ordenação legal da região. Na verdade, quem dará legitimidade ou não ao Plano é a Câmara Municipal ao torná-lo uma Lei municipal.

Quanto aos aspectos jurídicos, o professor ratifica um parecer que acusa o Plano de infringir inúmeros preceitos da legislação ambiental.

16. Recortes do Jornal "Fala Campeche"

Este anexo apresenta uma série de cópias de artigos do jornal "Fala Campeche", criticando o Plano. Em vista da tendenciosidade das reportagens, e da permanente oposição ao IPUF, e por repetir argumentos já analisados, não há necessidade de maiores detalhamentos.

VIII. ANÁLISE DAS SUGESTÕES

Como era de se esperar do escopo do relatório do seminário, as comissões que elaboraram propostas se ativeram a questões gerais e foram incapazes de se concentrar no território das associações que subscrevem o documento: Areias, Campeche, Rio Tavares e Porto da Lagoa. Embora isso fuja ao solicitado pelo IPUF, a equipe técnica analisou todas as sugestões apresentadas e faz aqui seus comentários.

Infelizmente, as comissões caíram na vala comum do radicalismo que predominou no seminário e em vez de propostas práticas repetiram, direta ou indiretamente, as críticas ao Plano analisadas nas seções anteriores. Além disso, as comissões também pecaram por desconhecer o Plano e a legislação em vigor, e por confundir as atribuições dos diversos órgãos públicos.

Dessa forma, das 53 sugestões apresentadas, 9 são críticas ou erros de avaliação, 26 já estavam incluídas no Plano ou na legislação vigente e 11 estão fora da alçada de uma lei de zoneamento. O resultado é que um seminário, com a participação de tantas pessoas e incluindo tantos professores da UFSC, conseguiu apresentar apenas 7 propostas reais ao Plano, das quais 5 serão incorporadas. Segue-se a análise completa de todas as sugestões:

Comissão de recursos naturais

- 1. Preservar recursos naturais, culturais, históricos e arqueológicos -** Atendido no Plano, que no mapa 2 protege dunas, mangues e encostas (ARPs), cria APCs na Igreja S. Sebastião, na Igreja de Pedra do Rio Tavares (não citada no relatório), e em 7 sambaquis. A área do campo de pouso foi zoneada como área verde (AVL), e área comunitário-institucional destinada a centro administrativo (ACI-6) do Distrito, sem prejuízo da preservação da antiga pista.
- 2. Considerar no zoneamento ruas, avenidas, servidões e acessos à praia, o aeroporto Hercílio Luz e atividades como maricultura, pesca, agricultura e pecuária -** Parcialmente atendido no Plano, o qual mantém todas as vias existentes, inclusive as de pedestres (mapa 3), bem como o aeroporto e suas áreas de proteção (mapa 2). As áreas para maricultura não foram demarcadas porque nos mapas da EPAGRI, que disciplinam a atividade, não consta a região do Campeche como adequada. Áreas para pesca não foram demarcadas por não dependerem de zoneamento em terra, podendo eventuais trapiches serem construídos segundo a legislação vigente junto as áreas previstas para terminais turísticos. Quanto a agricultura e pecuária será adotado o mesmo critério solicitado pela comunidade do Alto Ribeirão: tolerado desde que em terreno superior a 3 ha e à 100 metros de vias urbanas.



3. **Melhorar acessos, ruas e servidões** - Obras viárias urbanas são atribuição da Secretaria de Obras e não fazem parte da lei de zoneamento. Será oficiado ao órgão competente.
4. **Corrigir e coibir agressões ambientais** - É atribuição da FLORAM, Será oficiado ao órgão competente.
5. **Preservar a permeabilidade do solo** - O Plano incluirá norma sobre coeficiente de permeabilidade mínima (20%), apesar de vários cálculos indicarem uma impermeabilização máxima de 57 % da área urbanizável, aos quais se acrescem 19 km² de APPs (ver crítica 15).
6. **Rejeitar vias expressas, autódromo e grandes edificações devido a fragilidade geológica e recarga do aquífero** - Não será atendido, pois a estrutura geológica da região não tem a fragilidade temida e o sistema viário básico, inclusive aquele destinado a eventuais corridas (autódromo), impermeabilizará apenas 15 % da área urbanizável (ver crítica 15), sem prejudicar a recarga do aquífero.
7. **Proibir aterramento de brejos, dunas e areias** - Parcialmente atendido no Plano, que proíbe o aterramento de dunas e mangues (APPs). Os brejos e areias não são APPs e portanto podem ser aterrados ou terraplenados, quando autorizados pelos órgãos competentes.
8. **Priorizar a construção de rede de esgotos e sistemas de tratamento** - As obras de saneamento são atribuição da CASAN. Será oficiado ao órgão competente.
9. **Preservar as praias e cordões de dunas como áreas de lazer** - Parcialmente atendido no Plano, pois as dunas são APP e não podem ser usadas como áreas de lazer.
10. **Fiscalização para impedir construções sobre dunas e outras áreas marinhas** - A fiscalização ambiental compete a FLORAM. Será oficiado ao órgão competente.
11. **Preservar o manguesal do Rio Tavares e a atividade pesqueira** - Atendido pelo Plano, que considera o mangue como APP e demarca no mapa 2 toda a Reserva Ecológica Extrativista do Pirajubaé.
12. **Locar estação de tratamento de esgotos sob a zona de ruído, junto ao novo acesso à Tapera** - Atendido pelo Plano, que destina o local citado à uma das 3 estações de tratamento de esgotos previstas.
13. **Destinar a área de lazer ou área comunitária a área da CASAN situada na Cachoeira do Rio Tavares** - Não é possível atender. Esta área está destinada a uma estação de tratamento de esgotos e precisaria ser desapropriada para ser doada a comunidade, além de ter-se que adquirir outra área para a estação.



Comissão de sistema viário

1. **Rejeitar integralmente o Plano, por ser incompatível com o ecossistema e a vida do bairro** - Isto não é sugestão, é negação baseada em premissas erradas: o Plano não é incompatível com o ecossistema e o modo de vida do bairro (ver crítica 17).
2. **Elaborar um novo Plano, baseado nas decisões do seminário** - Isto não é sugestão, é negação. As propostas viáveis oriundas do seminário serão incorporadas ao Plano.
3. **Aproveitar os traçados viários já existentes** - Atendido pelo Plano, ver mapa 3.
4. **Elaborar estudo de alargamento/modificação de ruas, com vistas ao transporte coletivo** - Atendido pelo Plano, que tem tabela sobre alargamento viário no anexo VI. Quanto ao transporte coletivo é atribuição do Núcleo de Transportes da Prefeitura Municipal, que poderá utilizar as vias existentes até a implantação dos ramais de transporte de massa.
5. **Projetar terminais de integração** - Atendido pelo Plano, que tem terminais de transporte de massa a cada 1 km, em média. No atual sistema, o Núcleo de Transportes prevê um terminal de integração próximo ao acesso do Rio Tavares.
6. **Planejar com conceito de vias de integração e não de isolamento** - Crítica baseada em premissas falsas: o Plano atende ao pedido utilizando as vias coletoras como corredores de integração e as vias principais como anéis viários para proteger os bairros dos inconvenientes do tráfego de passagem (ver crítica 18).
7. **Criar mecanismos eficazes para proteção das faixas de domínio de vias** - O mecanismo adotado é a definição dessas faixas de domínio em Lei para poderem ser exigidas dos loteadores. O Plano prevê também, por solicitação dos proprietários das UEPs Moenda e Morrote, que faixas de domínio não utilizadas possam ficar sob a guarda dos antigos proprietários.
8. **Estudar novos traçados viários somente após o estudo de capacidade das vias atuais melhoradas** - Proposta inviável: as vias atuais tem caixas tão estreitas que mesmo com os alargamentos possíveis jamais terão capacidade para dar vazão ao tráfego numa região tão ampla. O Plano previu as faixas de domínio necessárias num futuro de 30 anos.
9. **Rejeitar a projeção de 450.000 habitantes** - Isto não é proposta, é incompreensão do Plano: essa população não é projeção, é capacidade do



modelo, sem data para ser atingida. Se fosse uma proposta exequível, deveria indicar métodos para reduzir a natalidade, impedir a migração para a ilha ou aumentar os lotes mínimos (ver crítica 14).

10. **Respeitar a legislação ambiental nos traçados viários** - Atendido pelo Plano: os traçados viários não atingem APPs, exceto nos raríssimos casos de limites irregulares. A via parque (PI-2 (4)), está em média a 1000 metros da praia e não "separa a orla marítima da vida interior".
11. **Definir e consolidar os acessos à orla marítima** - Atendido pelo Plano: os acessos existentes, desde que demarcados nos mapas do IPUF ou indicados pela comunidade, foram mantidos.
12. **Planejar estacionamentos na orla balnearia e usar os recursos arrecadados para um fundo de preservação ecológica da região** - Parcialmente atendido pelo Plano: há previsão de estacionamentos na via PI-108 que corre na base das dunas e junto aos terminais turísticos indicados no mapa 2. Quanto ao fundo, será incorporado a lei de zoneamento.
13. **Planejar malha de ciclovias na região** - Atendido pelo Plano, que mostra no mapa 3 uma enorme rede de ciclovias/caminhos de pedestre, a qual será exigida pelo IPUF na aprovação dos projetos de loteamento.
14. **Evitar pavimentação de vias que impermeabilizem o solo** - Atendido no Plano à pedido da comunidade do jardim das Castanheiras: vias locais serão pavimentadas em lajota, reservando-se o asfalto para principais e coletoras que, por ocuparem apenas 15 % da área urbanizável, não impermeabilizarão apreciavelmente o solo (ver crítica 15)
15. **Integrar o sistema viário com tratamento paisagístico vinculado à idéia de uma "cidade-jardim"** - Atendido pelo Plano: todas vias tem tratamento paisagístico indicado nas seções transversais do anexo VII da Lei, especialmente naquelas com canteiro central (principais e coletoras).
16. **Adequar os pontos de ônibus ao sistema de transportes** - É atribuição do Núcleo de Transportes da PMF. Será oficiado ao órgão competente.
17. **Garantir a proteção dos sítios arqueológicos no planejamento do sistema viário** - Atendido pelo Plano na medida do possível. Os sambaquis indicados pelo IPHAN foram assinalados no mapa 2 como áreas a preservar, e apenas 2 dos 7 sítios encontram-se junto ao sistema viário. O projeto de Lei indica a necessidade de delimitação e autorização do IPHAN para qualquer obra no local.
18. **Priorizar a implantação de passeios e calçadas com tratamento paisagístico** - O Plano definiu as dimensões dos passeios, mas as obras são obrigatoriedade legal dos proprietários. Sugere-se as associações que



façam campanha para que seus associados implantem os passeios seguindo as normas do Plano.

- 19. Implantar melhorias viárias concomitantemente a infra-estrutura de água, esgoto e galerias pluviais** - A ser atendido no futuro: o Plano definiu a coordenação de obras em vias públicas como atribuição da Companhia Urbanizadora.
- 20. Respeitar as decisões da comunidade** - Atendido na medida do possível: as associações de moradores não são o único agente consultado na elaboração de planos e sua voz não é a voz de Deus. Quando as propostas da comunidade são tecnicamente viáveis e não conflitam com interesses maiores da Ilha e da sociedade como um todo, são incorporadas ao Plano.

Comissão de saneamento básico

- 1. Criar comitê formado pela comunidade e órgãos públicos para buscar soluções para questões hidro-sanitárias** - A idéia pode ser boa, desde que o comitê se atenha a viabilizar o Plano e não use a questão hidro-sanitária para impedi-lo, como tem feito o COMDEMA. Será oficiado aos órgãos competentes.
- 2. Buscar parcerias para implantação de alternativas de tratamento de esgotos nas áreas mais críticas** - É atribuição da CASAN. Será oficiado ao órgão competente.
- 3. Localizar estação de tratamento de esgotos sob a área de aproximação de vôo** - Atendido pelo Plano, ver mapa 2.
- 4. Fazer o IPUF apoiar e participar no comitê da bacia hidrográfica da região, conforme Lei 9433/97** - O IPUF poderá participar, como usuário da bacia para usos urbanos, desde que a Lei não seja usada como forma de impedir o Plano, a exemplo do que tem feito as associações subscreventes.
- 5. Criar lei para obrigar sistema de tratamento de esgotos como condição para liberação de loteamentos** - Já existe lei desde 1974 obrigando qualquer empreendimento a possuir um sistema de tratamento de esgotos aprovado pelos órgãos competentes, e que normalmente é exigido pela Prefeitura Municipal. Em vista do desconhecimento geral da norma, a mesma foi incluída no projeto de Lei de Zoneamento.
- 6. Criar lei que proíba empreendimentos em desacordo com Plano** - Já existe essa lei desde 1985, é a Lei dos Balneários.



7. **Garantir o monitoramento e fiscalização dos sistemas de saneamento implantados** - É atribuição da CASAN, FLORAM e FATMA. Será oficiado aos órgãos competentes.
8. **Garantir o respeito à Lei 7661/88 (acesso de pedestres ao mar)** - Atendido pelo Plano, que mantém os acessos perpendiculares da Lei 2193/85 (um a cada 125 metros) e democratiza o acesso transversal, prevendo vias e terminais de praia ao longo das áreas costeiras.
9. **Definir a população projetada segundo a capacidade de sustentação ambiental** - Erro de avaliação, sendo impossível atender. A população vinculada ao Plano não depende da sustentabilidade do local, mas da matriz tecnológica adotada (ver crítica 05)

Comissão de espaços públicos

1. **Preservar toda as dunas e restingas** - Atendido pelo Plano na medida do possível: as dunas definidas em Lei foram zoneadas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), bem como as áreas baixas entre as mesmas e a via delimitadora (PI-108). Preservara as restingas como um todo é inviável ou toda a região do Campeche, inclusive as áreas já ocupadas, teriam sua urbanização proibida.
2. **Transformar em parque a área da Lagoa da Chica** - Atendido pelo Plano, que zoneou a área das margens da Lagoa como AVL e delimitou-a pelo sistema viário.
3. **Transformar o Morro do Lampião em parque** - Impossível atender: as áreas altas são APP e as de menor declividade, por serem propriedades privadas exigiriam desapropriação. A área zoneada pelo Plano como ARE-1 será mudada para APL com permissão para sítios de recreio, conforme solicitado pelos proprietários da UEP Morrote.
4. **Preservar antigo campo de pouso como área de lazer, sem cortes pelo sistema viário** - Não há necessidade. A área é tão grande que comporta usos institucionais e de lazer, sem que o sistema viário projetado venha a causar problemas.
5. **Criar espaço cultural no antigo hangar da Air France** - Parcialmente atendido no Plano, pois apenas a escola havia sido prevista. A área de ACI será ampliada para comportar os uso solicitado.
6. **Incentivar o eco-turismo, incluindo a Ilha do Campeche** - É atribuição da SETUR. Será oficiado ao órgão competente.
7. **Exigir dos loteadores o cumprimento da lei que obriga equipar as áreas públicas** - Erro de interpretação: a lei de loteamentos obriga apenas a doação da área ao município. O Plano prevê a aplicação das normas



vigentes de urbanização progressivo, o que implica na arborização das praças.

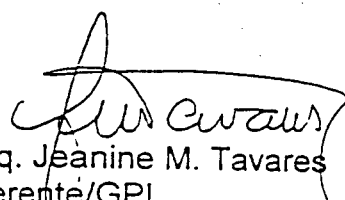
8. **Buscar maior aproximação do IPUF da comunidade** - Será atendido: após a aprovação do Plano serão elaborados os planos específicos, para os quais será necessário um trabalho mais íntimo do IPUF com a comunidade. A contrapartida será a disposição da comunidade em cooperar com sugestões reais e trabalhos de campo, não críticas e rejeições.
9. **Regulamentar o uso de jet-skis nas praias** - Compete a Capitania dos Portos. Será oficiado ao órgão competente.
10. **Envolver as demais comunidades do sul da Ilha na discussão do Plano** - Não é possível atender: a fase de discussões já dura 5 anos e considera-se concluída, além de que uma associação não deve interferir na jurisdição de outra, exceto se diretamente afetada. Para as questões gerais existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), onde as comunidades do sul da Ilha poderão manifestar-se oportunamente.
11. **Respeitar as mesmas exigências previstas no plano diretor do Distrito Sede para as alterações do Plano** - Será incluído no projeto de Lei.

Com a inclusão dos pleitos das Associações de moradores, representando as localidades do Campeche, Areias, Rio Tavares e Porto da Lagoa, o IPUF espera ter atendido a diretriz de participação das comunidades signatárias no processo de planejamento.

Sendo o que tínhamos a esclarecer, concluímos o presente parecer.

É o parecer.


Arq. Amilton Vergara de Souza
Responsável Técnico/GPL


Arq. Jeanine M. Tavares
Gerente/GPL


Arq. José Rodrigues da Rocha
Diretor de Planejamento


Eng. Carlos Alberto Riederer
Diretor Presidente

DATA: 19-02-98

ANEXOS VII

ANEXO VII - Tabela sobre decisões tomadas pelo IPUF e questionamento das comunidades envolvidas

O IPUF DESRESPEITA :	PORQUE:	O IPUF ALEGA QUE:	QUESTIONAMEN- TOS DA COMUNIDADE
<p><u>C.F.(arts. 182, 216 e 225) e as Leis Federais 6938/81 e 4771/65</u> política do ordenamento urbano deve ser compatível com o desenvolvimento das funções sociais da cidade, a preservação patrimônio histórico – cultural e do ambiente para garantir a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.</p>	<p>Ignora o quadro sócio-econômico existente e potencialidades (artesanato, artes plásticas, cultivo de hortaliças e árvores nativas, extrativismo, maricultura e ecoturismo). Criaria uma Tecnópolis japonesa com vasto sistema viário sobre manguezal, restingas, lagoas, rios, dunas e locais históricos.</p>	<p>Florianópolis tem vocação tecnológica. As áreas de preservação permanente são excessivas para a vocação urbana da cidade.</p>	<p>A vocação da cidade e da Planície Entremares é turística pelos dotes naturais, culturais e históricos que tem, e residencial familiar. A tecnologia é um recurso que pode ser utilizado nas funções administrativa, educativa e sócio-econômica.</p>

<u>Lei Federal</u>	Propõe a	A proibição	A
7661/88; Res.CIRM 005/97; Res. CONAMA 001/86; art.25 ADCT-SC (<u>Gerenciamento Costeiro</u>) estabelecem a não – fragmentação da unidade dos ecossistemas costeiros, a necessidade de Estudos de Impacto Ambiental / EIA e proíbe a criação de leis menos restritivas de uso do solo costeiro.	fragmentação de mais de 500 hectares e leis menos restritivas para o uso do solo costeiro. Falta Estudo e Relatório de Impacto Sócio – Ambiental / EIA. Ignora as recomendações do EIA / RIMA do DER (1996) de reavaliar o sistema viário, o uso do solo, as áreas de lazer e a valorização da cultura.	é uma afronta à autonomia municipal. EIA não é necessário para alteração de zonas urbanas, apenas para a urbanização de zonas rurais. A Lei dos balneários de 1985, deve ser revista pois fracassou em seus propósitos.	autonomia não pode ser conflituosa às leis. É obrigatório tanto para o Legislativo como para o Executivo Municipal o atendimento às Leis Federais e Estaduais. A Lei dos Balneários “ não fracassou “: foi o poder público que não a fez cumprir.

<u>Leis</u>	Propõe um	“ Só	As áreas de
<u>Federais 5197/67,</u> <u>7803/89, 9605/98;</u> <u>Lei e Decreto</u> <u>Estadual 6063/82;</u> <u>Res.CONAMA</u> <u>004/85, 011/87 e</u> <u>002/88</u> : protegem os criadouros naturais (brejos, lagos, lagunas, restingas, dunas, manguezais e a Floresta Atlântica e o não – parcelamento de solos inundáveis.	campo de golfe às margens do Rio Tavares, cujo uso de herbicidas contaminaria o manguezal e a pesca da Reserva do Pirajubaé. Aterraria parte do Manguezal e cortaria parte da floresta inundável para um Parque Tecnológico.	consideramos áreas limitadas as nascentes dos rios. Os brejos e areias não são APPs e podem ser aterrados. Se fôssemos respeitar a legislação, não daria para urbanizar a cidade “.	brejo são áreas de nidificação de aves locais e migratórias que dão riqueza à biodiversidade da região. Aterrá-las implica no desaparecimento da biodiversidade e da beleza natural, além de ser crime ambiental.

Decreto	Poderá	“ Se a	É urgente
Federal 89336/84; Lei Federal 6513/77; Lei Estadual 6063/82; Lei Municipal 5055/97; Res. CONAMA 261/99 : estabelecem a necessidade de preservar áreas de relevante interesse turístico e ecológico. Esclarece e delimita as restingas de SC.	haver aterramento de parte do manguezal, a via costeira passará sobre brejos de restingas, dunas fixas e margens das lagoas (também protegidas pelos Decretos Municipais 112/85 e 135/88).	Prefeitura levar ao pé da letra todas as áreas que devem ser preservadas não será possível fazer nada na Ilha. A restinga não é bem definida pelos ecologistas.”	rever a Lei dos Balneários (2193/85), antes que desapareçam áreas turísticas e com função ecológica vital. Hoje brotam empreendimentos imobiliários “ regulares “ e clandestinos nessas áreas (Anexo 10, que trata da “ Análise Populacional da Planície Entremares,” elaborado pelas comunidades envolvidas).

Leis	O Plano	O	Os
<p>Federais 9433/97 e 5318/67; Leis Estaduais 9022/93 e 9748/94 : gestão do solo deve ser compatível com gestão de recursos hídricos e política de saneamento.</p>	<p>fragmenta o solo e verticaliza a Planície, sem compatibilizar o adensamento populacional com disponibilidade de água. Poderá impermeabilizar áreas inundáveis de recarga, do lençol freático, impossibilitando o uso público da água.</p>	<p>saneamento fica para a Segunda etapa. Primeiro implanta-se o Plano Diretor. O abastecimento de água virá de mananciais continentais ou com dessalinização da água marinha.</p>	<p>mananciais de abastecimento da Grande Florianópolis apresentam comprometimento com poluição doméstica ou agrotóxicos. Parte da cidade abastecida pelo continente sofre falta de água. A dessalinização tem alto custo (37).</p>

ANEXOS VIII

ANEXO VIII – Ofício n.º 2026/01, de 04 de Setembro de 2001, enviado ao Sr. Carlos Alberto Riederer, Diretor Presidente do IPUF, pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores, e que até o presente momento, encontra-se sem resposta.

“ Senhor Diretor Presidente,

Em atenção a solicitação da Comissão do Meio Ambiente desta Câmara Municipal, e para que a mesma possa orientar a discussão acerca dos Projetos de Lei Complementar que tratam da Planície Entremares, venho através do presente solicitar a Vossa Senhoria providências no sentido de responder aos questionamentos abaixo :

1) Considerando o item I, do Parecere nº 1157/2001, deste Instituto de Planejamento, esta Comissão solicita a demonstração em planilha, do cálculo que confirme tal projeção populacional ;

2) Apresentar planilha de cálculo de crescimento populacional no período de 1990 até 2000 e a projeção para o ano de 2010, conforme parágrafo 3º, do Parecer do Vereador Mauro Passos;

3) Supondo que todas as áreas AMC, ACI, APT, possuam gabarito máximo de quatro pavimentos, incluídos pavimentos garagem, mais pilotis, mais ático, demonstrar em planilha, cálculos de densidade populacional para a Planície Entremares;

4) Saber se o gabarito proposto, contempla o cálculo da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento / CASAN, que estima uma população de cento e vinte mil habitantes;

5) Apresentar planilha demonstrativa com cálculo da área, em hectares, de cada zona de uso, com o respectivo número de habitantes (considerada a capacidade do modelo

proposto).

Diante do acima exposto, solicitamos a este Instituto de Planejamento que possa responder os questionamentos acima, até o dia 12 de Setembro de 2001, para que a Comissão de Meio Ambiente desta Casa Legislativa possa liberar sobre as proposições em questão.

Atenciosamente

Vereador Jaime Tonello

Presidente “

ANEXOS IX

ANEXO IX – CORRESPONDÊNCIA EXPLICATIVA ANEXADA AO QUESTIONÁRIO

Florianópolis (SC), 01 de Maio de 2001.

Através deste, solicita-se a gentileza, de responder entrevista elaborada, pela Internet no Site <http://www.eps.ufsc.br/~jace>, pois os dados coletados, tornam-se imprescindíveis para conclusão da pesquisa. A citada entrevista, está inserida na Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas, na Área de Gestão Ambiental, cujo tema central é: “Problemas da Definição de “Conflitos Ambientais” em Projetos de Urbanização – Estudo de Caso : O Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares - Ilha de Santa Catarina. Tal solicitação se faz necessária, sendo que, como “observadora” da Lista de Discussão do Campeche : “campeche@egroups.com” – houve um acompanhamento permanente, de Junho/1999 até Outubro/2001, das discussões que permearam o universo existente para a implantação do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, elaborado pelo IPUF; o acesso às informações constantes vieram através de materiais, como os veiculados na mídia e outras comunidades envolvidas, associações de bairros, movimentos sociais, organizações – não – governamentais, fundações, centros de estudos ambientais, além de outros elementos.

A pesquisa consta ainda, de materiais institucionais, como relatórios, mapeamentos, além de discussões com algumas das partes interessadas. Colocando-nos à inteira disposição, para informações que se façam necessárias, principalmente referentes ao surgimento de dúvidas, relacionadas a entrevista solicitada, e contando com brevidade no retorno das respostas, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, pois têm-se tempo exíguo a ser cumprido para a Defesa da Dissertação, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente

Jaceny Maria Reynaud – Matrícula nº 992135420

Mestranda de Pós – Graduação em EPS / CTC - Área de Gestão Ambiental

Contatos : E – mail: jace@eps.ufsc.br

jace_reynaud@yahoo.com.br

Fones : 48 – 234 – 5098 (residencial) / 9998 - 3960 (celular)

ANEXOS X

ANEXO X – QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA INTERNET PARA CLIENTELA PESQUISADA

Níveis de Atratividade

(1) nenhum

(2) muito fraco

(3) fraco

(4) médio

(5) forte

(6) muito forte

1. () existem equívocos entre interesses materiais
2. () existem equívocos entre as posições pessoais ou de grupos
3. () têm-se mapeado completamente todas as partes envolvidas no conflito
4. () foi identificado e definido o que pensa cada parte
5. () existe clareza sobre onde (local) ocorre o conflito
6. () há diálogo e respectivo entendimento pelas partes envolvidas no conflito
7. () existe clareza relacionada aos protocolos, encaminhamentos, barreiras culturais, diferenças linguísticas ou estereótipos, pelas partes oponentes
8. () a informação existente sobre a problemática é suficiente e objetiva
9. () existe perda de credibilidade por ambas as partes, IPUF e comunidades locais

10. () a falta de entendimento dos fatos, faz com este item seja considerado uma
dificuldade para a resolução dos conflitos
11. () as partes, estão capacitadas para tratar das incertezas provocadas pelos fatos
que envolvem o conflito
12. () a tomada de decisões está corretamente tomada pelas partes
13. () existe a exclusão de algumas das partes envolvidas
14. () as tomadas de decisões são turbulentas
15. () existe perda de credibilidade na aceitação dos objetivos
16. () não há envolvimento do Poder Público, através de políticas públicas
próprias para as questões discutidas
17. () a questão do tempo para a resolução dos conflitos, é levada em conta
pelas partes
18. () existe uma “relação de força” entre o IPUF e comunidades locais
19. () as abordagens inerentes ao conflito são diferenciadas, com vantagens
para um dos lados
20. () existe falha em identificar as opções e reações da outra parte,
respectivamente
21. () há percepção da utilização de força, como única forma de resolução do
conflito
22. () o relacionamentos entre as pessoas ou grupos são de parceria
23. () o relacionamento entre as pessoas ou grupos são de isolamento

24. () estes relacionamentos são resultantes do tipo de oportunidades que têm as partes
25. () há negligência das partes, perdendo oportunidades de trabalhar no convencimento de suas verdades, umas para com as outras.
26. () existe possibilidade de ganhos para ambas as partes
27. () os acordos podem vir da tentativa de negociações de situações consideradas inegociáveis
28. () existe recusa contundente às negociações propostas, seja pelo IPUF ou pelas comunidades locais
29. () há a possibilidade de não serem legitimadas as propostas acordadas entre as partes
30. As soluções para os Conflitos na *Planície* Entremares se desenvolvem à:
- () curto prazo
- () médio prazo
- () longo prazo

ANEXO XI

PLANO DIRETOR DE USO DO SOLO

ÁREAS DE USOS URBANOS

ÁREA RESIDENCIAL EXCLUSIVA - 1	5000/40	ARE-1
	2 0,1 10	
ÁREA RESIDENCIAL EXCLUSIVA - 2	3000/30	ARE-2
	2 0,2 20	
ÁREA RESIDENCIAL EXCLUSIVA - 3	1500/25	ARE-3
	2 0,3 30	
ÁREA RESIDENCIAL EXCLUSIVA - 4	720/20	ARE-4
	2 0,6 40	
ÁREA RESIDENCIAL EXCLUSIVA - 5	450/15	ARE-5
	2 1,0 50	
ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE - 0	250/10	ARP-0
	2 1,0 50	
ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE - 1	1500/25	ARP-1
	2 0,3 30	
ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE - 2	720/20	ARP-2
	2 0,6 40	
ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE - 3	450/15	ARP-3
	2 1,0 50	
ÁREA TURÍSTICO - RESIDENCIAL - 1	1500/25	ATR-1
	2 0,3 30	
ÁREA TURÍSTICO - RESIDENCIAL - 2	720/20	ATR-2
	2 0,6 40	
ÁREA TURÍSTICO - RESIDENCIAL - 3	450/15	ATR-3
	2 1,0 50	
ÁREA TURÍSTICA EXCLUSIVA - 1	450/15	ATE-1
	2 1,0 50	
ÁREA MISTA CENTRAL - 1	450/15	AMC-1
	2 1,2 60	
ÁREA MISTA DE NÚCLEOS RURAIS	450/15	AMR
	2 1,0 50	
ÁREA MISTA DE SERVIÇOS	1500/25	AMS
	2 1,2 60	
ÁREA DE SERVIÇOS EXCLUSIVA	S/PARCELAMENTO	AS
	2 1,2 60	
ÁREA COMUNITÁRIO/INSTITUCIONAL - 1 (EDUCAÇÃO + CULTURA)		ACI-1
ÁREA COMUNITÁRIO/INSTITUCIONAL - 2 (LAZER + ESPORTE)		ACI-2
ÁREA COMUNITÁRIO/INSTITUCIONAL - 3 (SAÚDE + AS. SOCIAL + CULT.)		ACI-3
ÁREA COMUNITÁRIO/INSTITUCIONAL - 4 (MEIOS DE COMUNICAÇÃO)		ACI-4
ÁREA COMUNITÁRIO/INSTITUCIONAL - 5 (SEGURANÇA PÚBLICA)		ACI-5
ÁREA COMUNITÁRIO/INSTITUCIONAL - 6 (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)		ACI-6
ÁREA VERDE DE LAZER		AVL
ÁREA VERDE DO SISTEMA VIÁRIO		AVV
ÁREA VERDE DE USO PRIVADO		AVP

ÁREAS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ÁREAS DO SISTEMA VIÁRIO E DE TRANSPORTES (AST)

ÁREA DO SISTEMA RODOVIÁRIO

AST-1

VIA ARTERIAL (SC) VIA COLETORA (CI)
VIA PRINCIPAL (PI) VIA SUB-COLETORA (SCI)

INTERSEÇÃO A ESTUDAR



ÁREA DO SISTEMA AEROMARÍTIMO

AST-2

ÁREA DO SISTEMA HIDROVIÁRIO

AST-3

ÁREA DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE PEDRESTES

AST-4

ÁREAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO E ENERGIA (ASE)

ÁREA PARA TRATAMENTO E ABASTECIMENTO D'ÁGUA

ASE-1

ÁREA PARA TRAT. DE ESGOTOS SANITÁRIOS E ÁGUAS PLUVIAIS

ASE-2

ÁREA PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ASE-3

ÁREA PARA GERAÇÃO E DISTRIB. DE ENERGIA ELÉTRICA

ASE-4

ASSINATURAS :



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
URBANO DE FLORIANÓPOLIS



PRANCHA Nº

1.10.000

OBSERVAÇÃO

DATA

DESENHO

MAURI
ROBERTO

VISTO